



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Daniel Carvalho de Oliveira

A Colheita da Guerrilha de Porecatu:
Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR

Florianópolis
2025

Daniel Carvalho de Oliveira

A Colheita da Guerrilha de Porecatu:

Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor
em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Oliveira, Daniel Carvalho de
A Colheita da Guerrilha de Porecatu : Campesinato e
Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR / Daniel
Carvalho de Oliveira ; orientador, Ricardo Lara, 2025.
238 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Questão Agrária. 3. Campesinato.
4. Reforma Agrária Popular. I. Lara, Ricardo . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Daniel Carvalho de Oliveira

A Colheita da Guerrilha de Porecatu:
Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 09 de junho 2025,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ricardo Lara

UFSC

Profª Dra. Mailiz Garibotti Lusa

UFSC

Profª Dra. Mileni Alves Secon

UEL

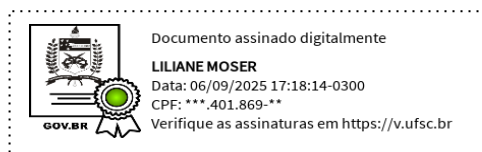
Prof. Dr. Jonaz Gil Barcelos

UFSC

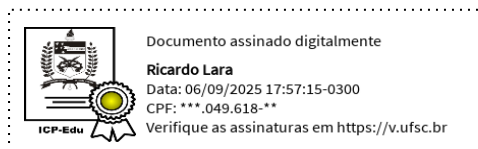
Prof. Dr Paulo do Canto Capella

UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutor em Serviço Social atribuído pelo Programa de
Pós-Graduação.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Dr. Ricardo Lara

Orientador

Florianópolis

2025

*Esta tese é dedicada in memoriam,
à minha mãe:
Maria de Lourdes Carvalho de Oliveira,
camponesa, assistente social e educadora popular
nas escolas das fazendas em Centenário do Sul.*

AGRADECIMENTOS

No campo, “tem um ditado tido como certo, que cavalo esperto não espanta boiada”, e eu, mesmo sendo filho de um casal de camponeses naturais de Centenário do Sul, fui condicionado a nascer e crescer em um conjunto habitacional na periferia de São Paulo, devido ao desenvolvimento capitalista, que teve no êxodo rural um potencializador da disposição da força de trabalho necessária a industrialização do país, definitivamente não era cavalo esperto no meio social ao qual me propus a pesquisar, de pronto, o principal agradecimento da realização desta tese recaí sobre meus familiares e amigos, que á tempos não os reencontravam, que também são sujeitos sociais da pesquisa; então vai aquele abraço para: Laurinho (saúde e força irmão), Vera Terra, Rebeca, Rafael, Lico, Fernandão, Helinho, Tio Lê, Tatá, Ted sem-terra, Mancha, Eduardo, Eduardinho, Índio tio Cal, Jô, Vano, Josiane, Andréia, Pedro Antônio. Seu Pedro e Seu Nego (in memorian). Na continuação das lições dos saberes populares, dizem na roça que: “*quem refuga o mundo resmungando passará berrando esta vida marvada*”. Minha sincera gratidão para o povo da luta do MST, que ajudaram a berrar as injustiças sociais causadas pelo latifúndio. Os eternos agradecimentos para o casal guardião das terras dos meus genitores: Ceres e Diego e seus filhos Pedro e Joaquim. Na esteira, abraços ao Éder, Itacir, Trator, Tina, Alisson, Ângela e ao casal Pebolim e Daniela, todo respeito e admiração por todos os trabalhadores rurais em luta do Acampamento Fidel Castro.

Agradecimentos ao povo da UFSC. os discentes do PPGSS, na figura de Selma, Pablo, Vitão, Cidão, Maicon, Gabriel Leão, Mariane's, Daniele, Maurício, Luiza e demais. Saudações palestras para Ricardo Lara, pela orientação no métier acadêmico, vide aos examinadores Osvaldo Heller, Cris Sabino, Ana Paula, Kelen Bernado, Mailiz, Jonaz, Mileni e Paulo Capela, e todos demais discentes do PPGSS. Aos colegas da UEL docentes, principalmente os temporários e discentes que escutaram minhas angústias finais, um salve. E, antes de continuar minha caminhada, “*mastigando o mundo e ruminando esta Vida Marvada*”, depois deste árduo eito teórico, me escoro no exemplo do trecho da letra da moda “*Amanheceu pegue a viola*”, que sugere “*chegou à noite e me pegou num bailão lá no Norte do Paraná, daí para frente ninguém mais se espante, o resto da noitada, não posso contar*”.

*“Depois da abolição da escravidão, passa
à ordem do dia, a transformação das
relações entre o capital e a
propriedade privada da terra!”
Prefácio “O Capital” - Karl Marx (2013).*

*“A história do Brasil
é a história da luta pela terra”
Otávio Ianni (1984).*

*“Porecatu,
é um exemplo típico de como se formou a
propriedade da terra no Brasil. Essa
região paranaense foi palco de disputas
pela posse da terra desde o tempo do
Tratado de Tordesilhas, no século XVI,
entre portugueses e espanhóis”
Marcelo Oikawa (2011).*

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto privilegiado de estudo, processos de organização de campesinato no Brasil, em um território marcado historicamente pela luta pela terra, o Norte Central do Paraná, no município de Centenário do Sul, onde nos anos 40 do século XX, ocorreu o conflito fundiário denominado de Guerrilha de Porecatu. Busca-se a compreensão inicial da contribuição desta experiência de organização política do campesinato para posteriormente relacionar esta experiência dos camponeses do norte do Paraná com as demais formas de organização do campesinato na luta pela terra via o pleito de uma ampla reforma agrária no Brasil. Na construção do nosso problema de pesquisa e suas hipóteses foram levantadas as seguintes indagações: Como a Guerrilha de Porecatu contribuiu na constituição do campesinato no Brasil? Qual modelo de reforma agrária é mais compatível com as demandas do campesinato? Dos objetivos da presente pesquisa o inicial de afirmar a vanguarda da Guerrilha de Porecatu na constituição do campesinato no Brasil evoluiu para problematização dos modelos de RAC-reforma agrária clássica. A partir dos limites da RAC, a presente pesquisa evidenciou o movimento do campesinato na construção de uma reforma agrária que tenha cariz popular. Por fim, constatou-se que a colheita principal da Guerrilha de Porecatu para o campesinato, foi a entrada na arena política, com instituições políticas de defesa dos interesses dos camponeses, instituições vide o MST movimento social de camponeses que perseveraram na luta pela terra no Brasil e no Norte do Paraná desenvolvem inúmeros projetos com características da RAP- reforma agrária popular.

Palavras-chave: Terra, Luta, Campesinato.

ABSTRACT

The present research focuses on the processes of peasant organization in Brazil, in a territory historically marked by the struggle for land, the North Central region of Paraná, in the municipality of Centenário do Sul, where in the 1940s, the land conflict known as the Porecatu Guerrilla occurred. It seeks an initial understanding of the contribution of this experience of political organization of the peasantry to later relate this experience of the peasants from northern Paraná with other forms of peasant organization in the struggle for land through the demand for a broad agrarian reform in Brazil. In constructing our research problem and its hypotheses, the following questions were raised: How did the Porecatu Guerrilla contribute to the constitution of the peasantry in Brazil? Which agrarian reform model is most compatible with the demands of the peasantry? The objectives of this research, initially intended to affirm the vanguard role of the Porecatu Guerrilla in the formation of the peasantry in Brazil, evolved into a problematization of the classic agrarian reform models. From the limits of classic agrarian reform, this research highlighted the movement of the peasantry in building an agrarian reform that has a popular character. Finally, it was found that the main outcome of the Porecatu Guerrilla for the peasantry was their entry into the political arena, with political institutions defending the interests of peasants, such as the MST (Landless Workers' Movement), a social movement of peasants who persevere in the fight for land in Brazil and in Northern Paraná, developing numerous projects with characteristics of popular agrarian reform.

Keywords: Land, struggle, peasantry.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objeto privilegiado de estudio, procesos de organización del campesinado en Brasil, en un territorio históricamente marcado por la lucha por la tierra, el Norte Central de Paraná, en el municipio de Centenário do Sul, donde en los años 40 del siglo XX, ocurrió el conflicto fundiario denominado Guerrilla de Porecatu. Se busca la comprensión inicial de la contribución de esta experiencia de organización política del campesinado para posteriormente relacionar esta experiencia de los campesinos del norte de Paraná con las demás formas de organización del campesinado en la lucha por la tierra a través de la demanda de una amplia reforma agraria en Brasil. En la construcción de nuestro problema de investigación y sus hipótesis se plantearon las siguientes indagaciones: ¿Cómo contribuyó la Guerrilla de Porecatu en la constitución del campesinado en Brasil? ¿Qué modelo de reforma agraria es más compatible con las demandas del campesinato? De los objetivos de esta investigación, que inicialmente afirmara la vanguardia de la Guerrilla de Porecatu en la constitución del campesinado en Brasil, se ha evolucionado hacia la problematización de los modelos de RAC- Reforma agraria clásica. A partir de los límites de la RAC, la presente investigación evidenció el movimiento del campesinado en la construcción de una reforma agraria que tenga un carácter popular. Por último, se constató que la principal cosecha de la Guerrilla de Porecatu para el campesinado fue la entrada en la arena política, con instituciones como el MST, movimiento social de campesinos que perseveran en la lucha por la tierra en Brasil y en el Norte de Paraná, desarrollan numerosos proyectos con características de la RAP, reforma agraria popular.

Palabras clave: Tierra, Lucha, Campesinado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estado do Paraná com destaque a região de Porecatu	15
Figura 2 – Região de Terras Devolutas griladas	16
Figura 3 – Fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná.....	17
Figura 4 - Limites do município de Centenário do Sul.....	98
Figura 5 – Entrada da Vila Rural.....	102
Figura 6 – Mística na abertura do VI Congresso do MST	123
Figura 7 – Entrada Acampamento Fidel Castro.....	129
Figura 8 – Entrada do Assentamento Maria Lara.....	135
Figura 9 – Plantação de Soja Orgânica em Centenário do Sul	166
Figura 10 – Escola de Samba Unidos da Lona Preta/PR em Porecatu.....	187
Figura 11 – Abertura da Copa da Reforma Agrária/PR.....	189
Figura 12 – Monumento em homenagem a Guerrilha de Porecatu.....	191
Figura 13 – Audiência no ginásio municipal sobre regularização fundiária.....	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APARC	Associação dos Agricultores e Arrendatários de Centenário do Sul
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
CTC	Centro de Tecnologia Canavieira
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
COFERCATU	Cooperativa de Porecatu
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
COPRARI	Cooperativa de Produção Industrialização e Comercialização Agrícola e Pecuária Ribeirão Vermelho
CAD-PRO	Cadastro de Produtores Rurais
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
FAO	Food and Agriculture Organization
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDHM	Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC	Juventude Agrária Católica
MAST	Movimento dos agricultores sem terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MEB	Movimento de Educação de Base
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NEPTQSAL	Núcleo de Estudos e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e América Latina
OBAN	Operação Bandeirantes
ONU	Organização das Nações Unidas

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Partido Comunista Chinês
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRÓ-ÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAC	Reforma Agrária Clássica
RAP	Reforma Agrária Popular
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB)
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UEL	Universidade Estadual de Londrina
USP	Universidade de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
UCP	Usina Central do Paraná
UE	União Europeia
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O CATIVEIRO DA TERRA: A CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E SOCIAL NO CAMPO BRASILEIRO.....	28
2.1	QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DA GUERRILHA	48
2.1.2	A colheita da Guerrilha de Porecatu: vanguarda do campesinato brasileiro	66
3	A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA: POLÍTICA PÚBLICA DE PERPETUAÇÃO DO CATIVEIRO DA TERRA.....	81
3.1	A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA EM CENTENÁRIO DO SUL.....	97
3.1.2	<i>Terra sem gente: a territorialização capital e as agroindústrias.....</i>	<i>108</i>
4	TERRA COM GENTE: A REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	123
4.1.1	AGROECOLOGIA ENQUANTO PROJETO SOCIETÁRIO DO MST.....	137
4.1.2	As cooperativas camponesas na luta pela soberania alimentar.....	153
5	ATUALIDADES DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	168
5.1	A RETERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO DA GUERRILHA DE PORECATU.....	177
5.1.2	Sujeitos sociais da reterritorialização camponesa em Centenário do Sul.....	192
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
	REFERÊNCIAS	223

1 INTRODUÇÃO

*“Corre um boato aqui donde eu moro
Que as mágoas que eu choro
São mal ponteadas”*

Boldrim, Rolando (Vide Vida Marvada, 1981)

A presente pesquisa busca, inicialmente, demonstrar a centralidade da Guerrilha de Porecatu no Norte Central Paranaense, no processo de construção do campesinato, e posteriormente as transformações efetuadas pelo desenvolvimento do capitalismo na região de disputa de modelos agrícolas antagônicos, evidenciando a disputa entre agronegócio e agricultura familiar. Esta revolta camponesa, também conhecida como Guerra de Porecatu, Revolta do Quebra-milho, Coreia Paranaense ou Coreinha devido ao período concomitante com a Guerra das Coreias, ocorreu no Norte do Estado do Paraná. (Leocádio, 2014).

Figura 1: Estado do Paraná com destaque a região de Porecatu.

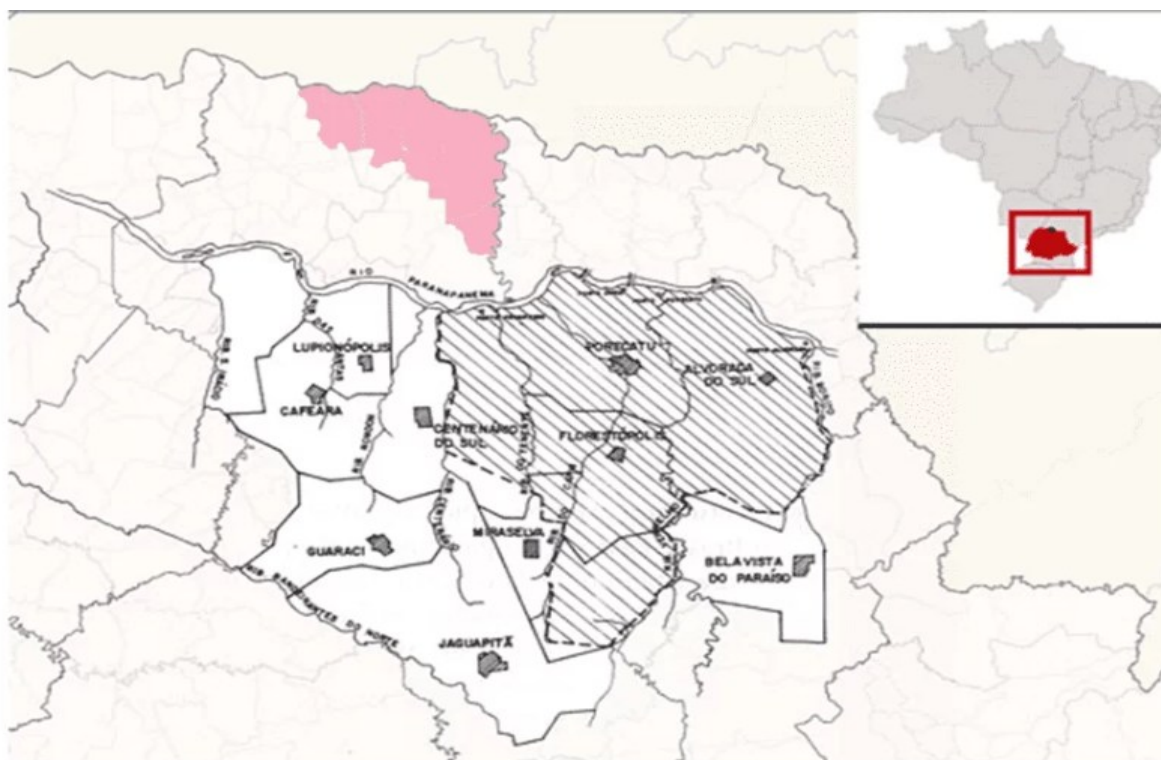


Fonte: Arruda (2012).

Constitui objeto de interesse desta pesquisa, a organização política do campesinato em território de modelos agrícolas conflitantes, agronegócio versus campesinato, com foco na dinâmica territorial disposta na região a partir do retorno do

campesinato ao perímetro¹ onde ocorreu a Guerrilha de Porecatu, com a retomada das terras anteriormente contestadas pelos posseiros que lutaram na Guerrilha.

Figura 2: Imagem da Região de Terras Devolutas griladas



Fonte: Arruda (2012).

A retomada de terras realizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que desde 2005 está presente em Centenário do Sul, representados no Assentamento Maria Lara e na luta pela regularização do Acampamento Fidel Castro, se colocam enquanto herdeiros da luta dos posseiros da Guerrilha de Porecatu, dando continuidade ao legado dos posseiros combatentes neste conflito fundiário em diáspora. Os municípios de Centenário do Sul e Porecatu estão localizados no Norte Central do Paraná, região denominada de Vale do Paranapanema².

O Rio Paranapanema é o limite natural que divide³ os estados de São Paulo com o Paraná, especificamente nos municípios de Porecatu e Centenário do Sul.

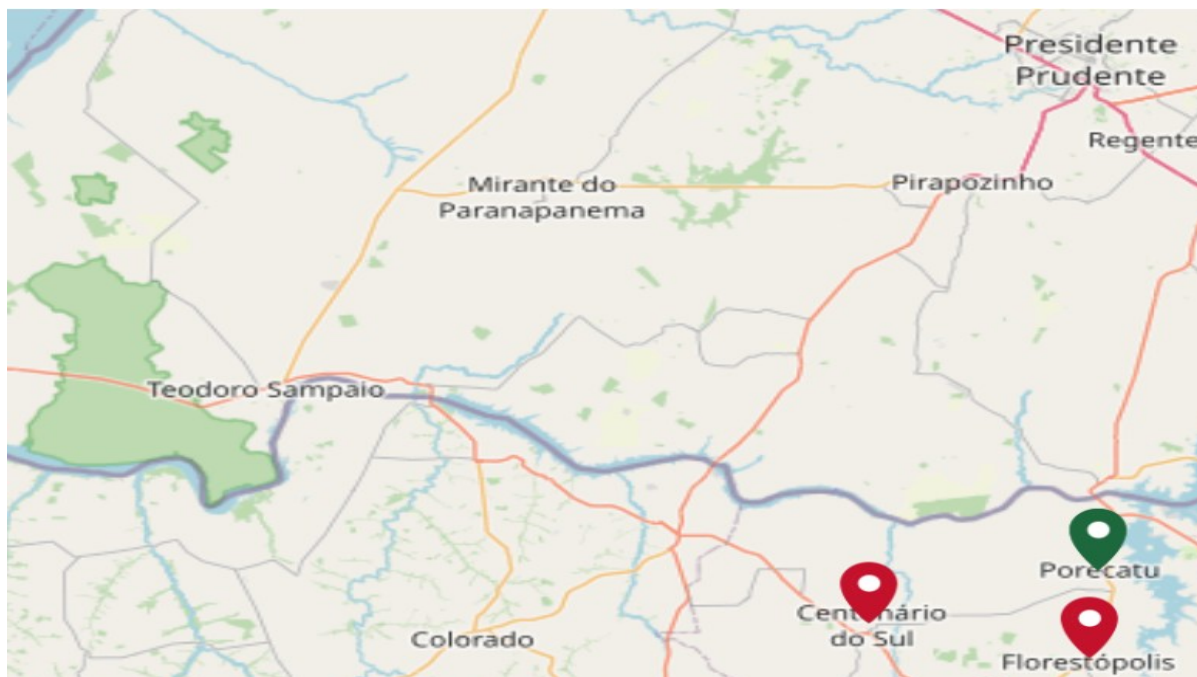
¹ Os principais conflitos armados ocorrem na localidade da Vila Progresso, que no período de Guerrilha, pertencia ao município de Porecatu.

² O Vale do Paranapanema compreende a Região Norte Central do Paraná e Extremo Oeste Paulista.

³ Ver Localização do conflito fundiário:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-trabalhadores-e-movimentos-sociais-lutam-pela-desapropriacao-de-terras-improdutivas-do-grupo-atalla/>. Acesso: 03/12/2024.

Figura 3: Fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná



Fonte: Porto (2018).

O estudo do campesinato em seu nascedouro considerando o evento histórico de Porecatu como vanguarda do campesinato, está respaldado teoricamente pelo pensamento de José de Souza Martins (1980), atribui a série de lutas populares camponesas que ocorreram nos anos cinquenta do século XX, como fator político conjuntural que contribuiu diretamente para o surgimento do campesinato enquanto classe social no país. Estas lutas camponesas que o autor sinaliza definiram o “tempo de passagem, da revolta para a política” (Martins, 1980, p. 34).

Com o desfecho da Guerrilha de Porecatu, ocorreu a 1ª desapropriação de terras para fins sociais no Brasil (Oikawa, 2011). As famílias que disputavam as terras mais próximas ao Rio Paranapanema foram encaminhadas para o distrito rural da Gleba Centenário, limítrofe com Porecatu, posteriormente, este distrito se emancipa logo após o término do conflito fundiário, tornando-se o município Centenário do Sul em 1951⁴, ou seja, um município que surge enquanto consequência direta da luta dos posseiros de Porecatu, sendo essa a principal motivação para definir o território do município de Centenário do Sul como central nesta tese.

⁴ Site prefeitura de Centenário do Sul/PR.

A intenção é afirmar a vanguarda da organização política do campesinato como consequência política organizativa das lutas populares camponesas nos mais de quatro séculos de latifúndio no Brasil e relacionar com os avanços do campesinato desde a reterritorialização efetuada na região a partir dos anos 2000; avanços estes que estão relacionados diretamente com as políticas públicas que orbitam em torno da reforma agrária em seus diferentes modelos.

Partindo do pressuposto de que o Estado não está exclusivamente comprometido com as necessidades sociais, ao contrário, atua desde os tempos da Guerrilha com ações para legitimar o projeto societário das elites rurais, compreende-se em primeiro lugar que o conceito de reforma agrária em seus variados modelos clássicos contém em si um ardil ideológico progressista a ser teoricamente desmontado, visto que ele falseia a realidade por se expressar como sendo sempre positivo, ou seja, reforma agrária enquanto uma pauta popular. Diante deste contexto, a tese visou diferenciar os modelos de reforma agrária e demonstrar os limites da reforma agrária clássica – RAC e a necessidade de fortalecimento do projeto societário do campesinato representado pela reforma agrária popular – RAP.

Na construção do nosso problema de pesquisa e suas hipóteses, foram levantadas as seguintes indagações: Como a Guerrilha de Porecatu contribuiu na constituição do campesinato no Brasil? Qual modelo de reforma agrária é mais compatível com as demandas dos trabalhadores desta região? Qual a percepção dos herdeiros da luta de Porecatu sobre o legado da Guerrilha? Como são as relações sociais e culturais no campesinato atualmente? Houve continuidade no processo de potencialização da consciência crítica do campesinato na região?

Na sequência dessas suposições iniciais, acredita-se que a RAC, onde quer que tenha sido empregada, foi alvo de interesses discordantes entre os seus estudiosos, executores e destinatários. Ou seja, da discordância dos camponeses destinatários dos programas de RAC, surgem propostas díspares de organização do campesinato com outro projeto de sociedade, a RAP, pensado por quem trabalha na terra.

Sobre a bibliografia principal a ser utilizada partindo das questões norteadoras a utilização de autores, tais quais, Iamamoto e Carvalho (2006), Ianni (1984), Sant'ana (2012) e Martins (2010), autores que buscam demonstrar a unidade estrutural entre a questão social e a questão agrária, como partes indissociáveis de um mesmo processo totalizante, na busca da compreensão das determinações da formação

econômica social brasileira, o processo de apropriação privada da terra, iniciados com a acumulação primitiva do capital (Marx, 2013).

Portanto, na busca de contemplar o debate do modo de produção escravismo colonial e capitalismo hiper tardio brasileiro, foram utilizados autores como Jacob Gorender (2016), Clóvis Moura (2014) e José Chasin (1999), leituras centrais para compreensão da formação econômica social brasileira, que definem o período de escravidão (1500-1888) como unidade estrutural teórica incontornável para problematizar a formação social econômica brasileira e compreender a questão agrária no Brasil, bem como a relação do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em especial, na acumulação capitalista ocorrida no Norte Central do Paraná, no perímetro da Guerrilha de Porecatu.

Tornam-se objetivos da presente pesquisa, afirmar a vanguarda da Guerrilha de Porecatu na constituição do campesinato no Brasil. Deste inicial objetivo geral, três específicos se desdobram: a) Problematizar os modelos de reforma agrária clássica em comparação com a reforma agrária popular; b) denotar o projeto societário do campesinato e suas ações em Centenário do Sul/PR.

Na flexão desses objetivos buscou-se evidenciar: a) o papel central da organização política dos trabalhadores rurais organizados via movimento sociais; b) As determinações econômicas, sociais e políticas, que estão na base da estrutura de Estado (federal, estadual e municipal); c) perceber se a organização camponesa tem (ou não) adesão nas políticas públicas para o rural.

Sobre a escolha do método, isto é, de um caminho ou de um dispositivo para a elucidação do real, para desenvolver esta proposta de pesquisa optou-se pela referência no método materialista histórico-dialético, pois permite a compreensão da realidade social como uma totalidade constituída por múltiplas determinações, para posterior apresentação, seguindo as lições de Marx (2006),

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (Marx, 2013, p.78),

Faço essa opção, ciente do debate que coloca Marx e Engels e outros autores que legaram o marxismo como possíveis detratores dos camponeses e do campesinato em determinado período da história na conjuntura dos países centrais,

sustento minha opção por autores desta tradição, utilizando principalmente Rosa de Luxemburgo (2021) e Alexander Chayanov (1974, 2017). Na busca da compreensão dos fenômenos, optou-se por utilizar textos clássicos da tradição da crítica a economia política clássica, principalmente nos escritos dos anos 1840 de Karl Marx na obra *“Manuscritos Econômicos Filosóficos”* (2006), destacou:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel o processo do pensamento é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (Marx, 2006, p.79)

Reforçando estes conceitos, outra leitura fundamental, Karel Kosik (1976), para definição do método na qual o autor sustenta que o materialismo histórico possibilita a captação do movimento real do objeto é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento), transposto para o cérebro do pesquisador, partindo do caso específico, da realidade concreta da região, do mundo contemporâneo que é o mundo da pseudoconcreticidade, lugar onde vigora um claro-escuro de verdade e engano, é o pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade e a “coisa em si”. (Kosik, 1976, p. 15).

A opção por estas bibliografias foram motivadas principalmente pela participação nos núcleos de pesquisa da UFSC, *NEPTQSAL - Núcleo de Estudos e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e América Latina*, esta possibilidade de interação discente foi motivadora destas escolhas e definiu esta opção teórica pela crítica da economia política, visto o movimento dos pares do núcleo de pesquisa em sempre incentivar a apreensão crítica e histórico-dialética da realidade social na análise da formação econômica social brasileira, a fim de desvelar os nexos causais das relações de trabalho e expressões da questão social no contexto latino-americano, relacionando-os às demandas teórico-metodológicas e ético-políticas da formação em Serviço Social.

Mesma lógica coerente à linha de pesquisa “Questão Social, Trabalho e Emancipação humana” do PPGSS, ao qual esta tese se insere, tem como objetivo desenvolver investigações a partir da compreensão da questão social resultante das contradições existentes na relação capital/trabalho, prioritariamente no que condiz ao conflito de classes e suas expressões na sociedade capitalista. Outra valiosa oportunidade a destacar dentro do processo de realização das disciplinas, foi a participação em três disciplinas optativas nas pós-graduação em Geografia na

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, "*Território, territorialidade e questão agrária no Brasil*" e "*Políticas de desenvolvimento rural no Brasil*" e na Universidade Estadual de Londrina – UEL, "A lógica territorial na gestão de políticas sociais". Estas disciplinas definiram a compreensão sobre o conceito de espaço geográfico com suas categorias – espaço, região, lugar, paisagem, e território - possibilitando compreender a dinâmica de ocupação do perímetro de conflagração da Guerrilha de Porecatu, e todo posterior legado de disputa pelo território na região.

A pesquisa parte desses pressupostos, a partir da revisão teórica do debate sobre questão agrária e as expressões da questão social oriundas do desenvolvimento territorial com foco no desenvolvimento da agricultura capitalista, e principalmente na organização do campesinato na região de Porecatu. Entendendo que a mais específica das situações analisadas sempre revelará na sua essência complexos maiores que dizem respeito à totalidade das relações sociais, logo, fazer pesquisa no Serviço Social, nos coloca como desafio central para o pesquisador. Neste norte, Guerra (2007) aponta para a importância de "fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los considerando uma intervenção de qualidade que visem respostas instrumentais com demanda/exigência própria do cotidiano" (Guerra, 2007, p. 16).

Em reforço a justificativa da importância dos estudos sobre a questão agrária no Serviço Social, utilizo a fala de Netto (*apud* Hillesheim, 2022) em recente participação durante o período pandêmico no *Webinar Serviço Social e Marxismo* em entrevista concedida ao PPGSS UFSC. Na entrevista, José Paulo Netto versou sobre os ensinamentos que o Serviço Social pode absorver das resistências camponesas. Na entrevista que foi sistematizada e publicada com formato de artigo por Hillesheim (2022), Netto (2022) destaca a necessidade de pensar na atuação dos assistentes sociais nos municípios de porte I, prioritariamente rural, que irão constituir o território de reprodução de relações análogas ao colonialismo na relação com as políticas públicas;

Quanto à questão sobre possíveis ensinamentos do movimento camponês para o Serviço Social, quero dizer, à partida, que historicamente, no Brasil, o Serviço Social deu muito pouca importância aos camponeses (entendendo camponeses no sentido moderno da palavra, não no sentido em que Marx o tratou nos seus ensaios sobre a França). Para superar o seu geral desconhecimento neste domínio, penso que o primeiro passo que os assistentes sociais que têm interesse nele é se aproximar e conhecer a experiência do MST. O MST é um movimento social sério, que tem uma produção sobre a vida camponesa e a sua memória histórica; o MST não é o único nesta área, há outros, mas eu o menciono porque possui caráter

massivo e nacional e é o mais conhecido. Para se ter uma ideia da generalizada ignorância profissional reinante entre nós acerca da história dos camponeses brasileiros, evoco a lembrança de dois companheiros, assistentes sociais sérios: um trabalhava no Paraná e outro em Goiás – e ambos se surpreenderam quando lhes dei uns poucos informes sobre as lutas de Porecatu e Trombas/Formoso. (Netto *apud* Hillesheim, 2022, p. 6).

Seguindo as dicas de Netto (2022), a proposta de estudo no perímetro onde ocorreu um conflito fundiário armado, especificamente no território do município de Centenário do Sul, justifica-se pelo passado ontologicamente atrelado ao momento de enfrentamento entre classes sociais antagônicas no período de ratificação do capitalismo monopolista no Brasil, bem como a contínua luta dos trabalhadores rurais naquela região, com protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Sendo assim, esta pesquisa se realizou partindo do nível mais geral e abstrato da noção de terra, propriedade privada da terra, resistência e organização do campesinato e reforma agrária nos diferentes modelos e propostas em torno desta política pública, buscando atingir um nível mais concreto de aplicação na realidade desses conceitos e verificar a possível evolução da luta iniciada pelos posseiros da Guerrilha de Porecatu que agora se unem a bandeira de luta do MST, a atuação deste movimento social no município define a narrativa desta tese.

Para a construção final da tese, foram previstos os seguintes procedimentos metodológicos para execução da pesquisa: pesquisa na literatura especializada; referências aos termos relacionados com questão agrária: terra, camponeses, campesinato, sem-terra, em monografias, dissertações e teses, bem como em artigos e livros publicados no Brasil e no exterior; documentos oficiais (nacionais e internacionais), de escopo abrangente e localizado; relatórios de pesquisas realizadas com finalidades políticas e acadêmicas; matérias divulgadas em veículos científicos de circulação periódica; entrevistas publicadas, pronunciamentos e editoriais de autoria de especialistas, veiculados por órgãos de comunicação acadêmica e de massa; ordenamentos legais; matérias abalizadas disponíveis na internet.

A realização deste processo de pesquisa, ocorreu pelo acesso virtual nos portais de periódicos científicos, obras/livros físicos, nas bibliotecas das instituições de ensino, obras dispostas nas bibliotecas municipais da região, documentos oficiais das prefeituras de Porecatu e Centenário do Sul, bem como seus sítios virtuais. No desenvolvimento da pesquisa, foi realizado buscas em acervo secundário, com destaque para os relatórios das cooperativas agrícolas dos camponeses, publicações

e documentos técnicos do MST. O conjunto dos dados obtidos foi alvo de tratamento analítico qualitativo que contemplou o uso de técnicas e instrumentos de captação de conhecimentos e informações compatíveis com a particularidade do método escolhido. Portanto, a opção por pesquisa qualitativa é uma abordagem que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. (Moura; Tomita, 2015).

Após a banca de qualificação desta pesquisa, foi sugerido pelos examinadores a definição de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores rurais, lideranças locais dos movimentos populares e/ou nas agrovilas rurais e funcionários de instituições públicas. As sugestões foram acatadas e aplicadas nas entrevistas dispostas no quarto capítulo com assistente social do Cras-PM Centenário do Sul, secretário municipal da agricultura, zootecnista do IDR-PR e camponeses agregados no acampamento Fidel Castro do MST.

As abordagens em campo se realizaram com a utilização de entrevistas semiestruturadas, sendo que este movimento buscou trazer elementos novos para o debate, partindo da apropriação das condições concretas das famílias camponesas e atores sociais do território em questão. Esta oportunidade de aproximação dos sujeitos de pesquisa potencializou ao extremo a compreensão das relações sociais ali existentes, em acordo com Moura e Tomita (2015), demonstrando que o trabalho de campo possibilita,

vivenciar um primeiro plano de identificação do lugar, facilita criar elos afetivos e sentir-se parte integrante do espaço a partir das relações estabelecidas entre o que se observa e o que se vivencia. Os laços afetivos com o lugar em que se vive promovem a construção de significados em que as pessoas poderão se tornar participativas e esperançosas na potencialidade do ser humano em transformar o espaço vivido (Moura; Tomita, 2015).

Concomitante a realização das pesquisas em campo e a própria aferição das análises obtidas, buscou-se construir uma metodologia de investigação que permite estabelecer um tipo de relação com estes sujeitos. Seguindo os ensinamentos de Paulo Freire (1921-1997), no clássico *Comunicação e Extensão* (1983), quando o autor aponta precauções aos técnicos que adentram o campo, no meio rural em projetos de extensão, cuidados e posicionamentos na relação com os sujeitos do território, nas letras de Freire (1983);

Pois bem, ainda que reconheçamos que nem todos os chamados extensionistas façam invasão cultural, não nos é possível ignorar a conotação

ostensiva da invasão cultural que há no termo extensão. Insistimos em afirmar que esta não é uma discussão bizantina. Quando os trabalhadores sociais definem o seu quefazer como assistencialista e, não obstante, digam que este é um quefazer educativo, estará cometendo na verdade um equívoco de consequências funestas, a não ser que tenham optado pela domesticação dos homens, no que estarão sendo coerentes e não equivocados (Freire, 1983, p. 37).

Estas premissas colocam em desafio, nas pesquisas em desenvolvimento humano é o reconhecimento do pesquisador como parte da realidade investigada e sujeito em desenvolvimento, com máxima prioridade do “quefazer educativo” citado por Freire (1983), estes apontamentos realizados para agrônomos, penso que tornaram úteis a este pesquisador quando estive em campo, realizando pesquisa em âmbito do serviço social, nesta seara Bourguignon (2007) alerta que,

O grande desafio para o pesquisador assistente social é a aproximação ao sujeito que participa de nossas pesquisas se faz através da busca da compreensão da sua experiência, do conhecimento gerado a partir desta experiência e da sua vivência cotidiana que, tomados em relação ao objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações de natureza econômica, social, política e cultural (Bourguignon, 2007, p. 7).

Seguindo as pistas de Bourguignon (2007), a pesquisa busca a compreensão da degradação, precarização e a exploração no mundo do trabalho, a partir de um território agrícola historicamente central para a acumulação do capital. No Serviço Social, sabemos que a pesquisa e a produção do conhecimento se tornaram pré-requisitos essenciais aos assistentes sociais. Por meio da investigação científica que, na verdade, é a sistematização de uma determinada realidade social, concordamos com Ricardo Lara (2011), o qual orienta que:

o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, pode construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas em suas intervenções profissionais; entendemos que a sistematização relacionada à pesquisa se refere a um processo de intenso relacionamento entre sujeito e realidade social, em que o conhecimento é apreendido e produzido a partir dessa relação, pois o conhecimento não é autônomo. Negamos, portanto, a sistematização oferecida pela metodologia científica de cunho positivista, que constrói a priori os métodos e técnicas de pesquisa antes de aproximar-se do modo de ser e existir dos objetos de estudos, a pesquisa e a produção do conhecimento tornaram-se pré-requisitos essenciais ao Assistente Social, sendo a investigação científica a sistematização de uma determinada realidade social, onde é necessário apreender as intrincadas conexões do real para poder aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas em suas intervenções profissionais (Lara, 2011, p. 201).

Assim na esteira destas lições, a presente tese divide-se em 4 capítulos, moldados a partir dos caminhos da pesquisa. Inicia se com esta Introdução para definição metodológica da pesquisa.

O primeiro capítulo, além de expor a problematização das bases históricas da formação da territorialidade no Brasil e seus efeitos na região pesquisada, e introduzir de modo mais detalhado o problema tratado, analisa as origens e o papel da propriedade privada e da função do cativo da terra, com as devidas determinações da renda fundiária na perspectiva da economia política. Mostra a relação do cativo da terra após o modo de produção escravista brasileiro, sua relação na transição no período do trabalho livre, problematizando a resistência camponesa do Norte do Paraná, levante camponês histórico que denunciou o cativo da terra e neste processo contribuiu na organização do campesinato no Brasil.

O segundo capítulo está voltado para a análise da trajetória histórica da construção do conceito de reforma agrária clássica no Brasil e dos programas de reforma agrária em seus diversos modelos da assim chamada Reforma Agrária Clássica – RAC. Neste momento da tese estão contidas as propostas realizadas pelos governos em diferentes conjunturas políticas, procurando demonstrar que programas da - RAC são utilizados para fomento do modelo de concentração fundiária, ao realizar redistribuição do espaço dos municípios agrícolas, executam uma disposição de força de trabalho para as cooperativas e complexos agroindustriais do agronegócio. Neste capítulo contém a problematização dos modelos de ocupação do solo, a questão da utilização massiva dos agrotóxicos dentro do modelo do agronegócio.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da proposta dos movimentos sociais do campesinato, frenteado pela Via Campesina e MST acerca da Reforma Agrária Popular - RAP, pretendendo demonstrar a diferença entre os modelos da agricultura familiar e do agronegócio, evidenciar a proposta da Agroecologia e da soberania alimentar enquanto projeto societário viável e necessário a sociedade brasileira, projetos estes executados a partir das agroindústrias populares, as cooperativas camponesas, no quarto capítulo busca também demonstrar que a luta por modelo de produção no campo perpassa todas as instâncias da vida e dos seres humanos, logo o destaque ao debate do feminismo e agroecologia, na diversidade sexual dentro do campesinato e principalmente na função didático pedagógica, a educação do campesinato, principalmente fruto do MST.

Por fim, o quarto e último capítulo traz uma reflexão sobre a conjuntura política do Brasil relacionando com o território pesquisado na atualidade, pesquisando em campo diretamente como os herdeiros da luta de Porecatu, com a inserção em campo, para realizar a pesquisa nos espaços de luta do MST, refiro-me ao Acampamento⁵ Fidel Castro e no Assentamento⁶ Maria Lara, em ambos os espaços a ocupação⁷ da terra ocorreu em 2004, a importância da democratização da terra e da reforma agrária como mecanismo de reparação histórica e combate a pobreza no Brasil, refletindo a partir das respostas dos sujeitos do território e do poder público, que foi representado pela assistente social do Cras, Secretário Municipal da Agricultura e Diretor do IDR – Emater, além dos acampados e assentados do MST. Procurei demonstrar neste capítulo que novas relações de trabalho implicam em novos sujeitos sociais, definindo seus atores enquanto novas relações sociais, neste capítulo tem destaque a mística camponesa, elemento central de união cultural na organização do campesinato delimitado, mantendo como horizonte as possibilidades de resistência (ou não) da classe trabalhadora representada pelo campesinato, investigação vinculada à vida social concreta, o cerco de análise nos programas e políticas de RAC para os trabalhadores rurais no município de Centenário do Sul, para verificação do processo de reterritorialização camponesa, que as experiências nos acampamentos e assentamentos dos movimentos sociais produzem.

Pois bem, explicações metodológicas executadas, penso que esta tese visa inicialmente desvelar as contribuições de trabalhadores rurais de uma região central para o desenvolvimento rural no Brasil, que no passado contribuiu na edificação da classe social do campesinato brasileiro, no formato clássico de Ligas Camponesas, evoluindo para entidades de representação sindical, vide CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, e FETAEP - Federação dos

⁵ É uma ocupação em estágio inicial, onde um grupo de pessoas reivindica porções de terra, que sejam comprovadamente improdutivas. De acordo com Caldart (2004, p. 176), os acampamentos podem ser considerados como cidades “de barracos de lona” em uma referência ao material e ao tipo de habitação que são utilizados nessa manifestação social.

⁶ A expressão “assentamento” é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária. (MST, 2009).

⁷ O MST utiliza a ocupação como uma estratégia legítima para pressionar o governo em direção à reforma agrária, promovendo a cidadania e a produção de alimentos. Invasão e invasores é a terminologia utilizada pelos detratores da ação de retomada de terra, realizada pelo MST. A ocupação é legal e busca reivindicar a função social da terra, enquanto a invasão é considerada ilegal e envolve a entrada não autorizada em propriedades privadas. (MST, 2022).

Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná...], desta evolução inicial dentro das possibilidades que a reforma agrária clássica dispôs ao campesinato, continuam a luta demonstrando a insuficiência da RAC e a necessidade de construção de novas formas de relações sociais no campo.

Executadas as intenções e direcionamento da pesquisa, o capítulo inicial buscará demonstrar a produção sistemática de expressões da questão agrária causadas pelo cativo da terra no Brasil e a opção pelos latifúndios para produção de matéria prima para exportação, as denominadas *commodities*⁸. Neste capítulo busquei também expor a questão agrária enquanto particularidade fundante da questão social no Brasil, visto que essa experiência de classe social foi forjada no ancoramento do capitalismo monopolista no campo.

Para o serviço social este debate conflui com a dita matéria prima da profissão, a questão social e a compreensão das suas expressões decorrentes, compreender os nuances da terra e do seu aprisionamento, necessariamente passa compreender, o racismo, patriarcado, a divisão social do trabalho no Brasil, trabalho infantil, condicionamentos que o coronelismo impõe para as relações sociais no Brasil Caipira. (Ribeiro, 2006).

⁸ *Commodities*, palavra de origem inglesa, significa mercadoria. Esse termo refere-se a um determinado bem ou produto de origem primária que é comercializado, e esse mercado é composto por recursos agrícolas, minerais, vegetais entre outros.

2 O CATIVEIRO DA TERRA: A CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E SOCIAL NO CAMPO BRASILEIRO

*“É preciso dar terra ao negro.
A Escravidão é um crime.
O latifúndio é uma atrocidade.
Não há comunismo na minha nacionalização do solo.
É Pura e simplesmente democracia rural”
(André Rebouças, 1983).*

A presente pesquisa busca, inicialmente, demonstrar a centralidade da organização dos posseiros que organizaram a Guerrilha⁹ de Porecatu, na processualidade de construção do campesinato, enquanto classe social no Brasil. Considerando a evolução das revoltas populares no campo, o ápice das lutas sociais no campo na década de 1950 do século XX, compreende-se como período que surge o sindicalismo rural brasileiro.

Nesta conjuntura política a estrutura fundiária concentrada no modelo de latifúndio começa a ser contestada de forma manifesta via representação política organizada, em associações, ligas, partidos e finalmente entidades sindicais, que reivindicam principalmente reforma agrária no cativoiro da terra, que se traduz o modelo fundiário brasileiro.

De pronto, início com o resgate histórico da formação social e econômica brasileira, movimento necessário para factível compreensão dos nexos causais condicionantes do conflito fundiário de Porecatu e, para construir esta compreensão sobre a estrutura fundiária no Brasil, utilizarei a literatura das ciências sociais e da geografia, fusionados com outros autores da tradição da crítica a economia política. Partindo da obra *“O Capital - Tomo III”* (2017), no quando o autor desenvolveu uma análise profunda e detalhada das leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, Marx (2017) especifica-se como a renda da terra em sua forma mais simples é transformada em renda-trabalho:

Se considerarmos a renda fundiária em sua forma mais simples, a da renda do trabalho, em que o produtor direto trabalha parte da semana num terreno que lhe pertence de fato, com instrumentos que lhe pertencem de fato ou de direito (arado, gado, etc.) e emprega os outros dias da semana em trabalhar na propriedade do senhor, para este último e sem remuneração, nesse caso, a renda e o mais valor são idênticos (Marx, 2017, p. 850).

⁹ Na história oral dos moradores da região, o termo “Coreinha” ligado a Coreia Paranaense é o mais difundido, este apelido deve se a Guerra das Coreias, que iniciou durante mesmo período da Guerrilha de Porecatu.

O sociólogo alemão Kart Kautsky (1980), foi primeiro autor dentro da tradição da crítica da economia política a sistematizar o Tomo III do Capital e assim categorizou a questão agrária,

o capitalismo, ao penetrar nos campos, provoca o fenômeno da concentração da riqueza, como ocorre na indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não suportam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários (Kautsky, 1980).

A literatura sobre questão agrária, portanto, se detém nas relações de uso, posse e propriedade privada da terra, em suas variações de acordo com os modos de produção e suas relações sociais, com foco no desenvolvimento da agricultura nos países. Ao aproximar as análises das latitudes inerentes a América do Sul, mais especificamente a economia dependente brasileira, autores da tradição do Partido Comunista Brasileiro-PCB destacam-se no pensamento da questão agrária e do campesinato, refiro-me a Caio Prado JR (2006), Alberto Passos Guimarães (1998), Jacob Gorender (2016) e Clóvis Moura (2014), Florestan Fernandes (2008), Otávio Ianni (1984), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Bernardo Mançano Fernandes (1999), José de Souza Martins (2010) e João Pedro Stédile (2012).

Martins (2010), define o fim do sistema de ocupação do território brasileiro baseado no sistema de sesmarias (1822) que vigorou até a segunda década do séc. XIX, como primeiro momento decisivo na definição da estrutura fundiária no país. Segundo o autor, o regime das sesmarias remete a um sistema jurídico normativo para posse de terras em Portugal, cuja utilização no Brasil foi extinta na segunda década do século XIX (1822), e nenhuma legislação foi apresentada como proposta, para regulamentar as concessões de uso e posse das terras brasileiras. Nesse período houve liberdade para apropriação privada de vastos territórios, durante a conjuntura onde ocorria um processo mundial de abolição das escravaturas, com representação britânica (Martins, 2010).

O autor demonstra que durante os séculos de escravidão, quem não era escravo ou brasileiro (braços nacionais) e não possuísse terras, poderia apropriar-se de uma porção de terra e requisitar sua posse posteriormente, a partir de 1822 até 1850, sendo considerado o período áureo da ocupação das terras devolutas, os posseiros adentravam as terras e posteriormente estavam sujeitos ao processo de grilagem, tornando como regra esta dinâmica para definir propriedade privada fundiária no Brasil (Martins, 2010, p. 10).

Sobre a origem do termo grilagem e a prática de forjar documentos para justificar a posse e transformá-la em propriedade privada, o ensaísta Hernâni Donato (1923) descreve a saga de desbravar o vale do Paranapanema no lado paulista, afirma:

Dizem os homens do sertão, que o autor de uma dessas falcatruas, desejando certa vez mostrar a seus amigos a escriptura que trazia bem guardada no fundo da caixa, conduzindo-os ao interior da casa, abrindo a caixa salta ele, ligeirinho, de par com a escriptura, o grilo, que junto da mesma se achava e do fato de estarem juntos – inseto e documento, foi o que se originou a denominação, afirmam outros, porém, que a semelhança entre os falsificadores, a suas obras e os insetos espertos, que escapam com rapidez das mãos que os prendem (Donato, 1923, p. 26).

Na conjuntura histórica que a terra começava a ser possibilidade futura de trabalho para a força de trabalho escrava que almeja liberdade e trabalho livre como condições *sine qua non* para existência humana, mesmo no sistema capitalista, o Império Brasileiro buscou regular a propriedade privada da terra, num movimento de antecipação reativa à alforria de milhares de trabalhadores escravizados.

Em setembro de 1850, o Estado amarra as condições para acesso à terra no período terminal da escravidão, via legislações da lei Eusébio de Queiroz (nº 581, de 4 de setembro de 1850) e a lei de Terras (nº 601-18/09/1850), como cercamento formal futuro do acesso a maioria dos trabalhadores a serem alforriados. Para Martins (2010),

acabaram favorecendo a manutenção da propriedade concentrada, já que os grandes senhores, os donos do poder, se encontravam no domínio político, nas grandes fazendas e na alta classe, o que, entre outros aspectos, acabou por gerar a formação da propriedade privada. Ou seja, a terra tornou-se mercadoria, um instrumento de dominação “cativa”, visto que as grandes extensões de terras passaram a ser especuladas para a extração da mais-valia, entendidas e juridicamente tomadas como mercadoria, com títulos de compra e venda, concedidos pelo Estado para entes privados, sendo a principal iniciativa jurídica de concentração de propriedade privada sobre a terra, na conjuntura do advento do trabalho livre e fim da escravidão (Martins, 2010, p. 47).

Desse modo, a institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil em 1850, teve como função criar condições objetivas para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, através da oferta da força de trabalho livre, prioritariamente branca/europeia. Destaca-se o trabalho compulsório de escravos negros que foi a mola propulsora da exploração colonial, associada ao latifúndio e a monocultura de exportação.

Evidencia-se, também, o trabalho servil, que passou a existir desde o início da colonização no setor de produção de alimentos para a subsistência, praticado por pequenos arrendatários que deviam ao proprietário da terra

uma renda. Este mesmo trabalho servil aparece com maior ênfase na crise do trabalho escravo, com a instituição da força de trabalho imigrante num regime de colonato que recia uma forma de servidão no Brasil em um período de transição para o trabalho assalariado (MARTINS, 2010, p.47).

O fim da Lei de Sesmarias, como aponta Martins (2010), serviu de,

bases do capitalismo agrário e urbano-industrial no Brasil têm seu marco de destaque na Lei de Terras como consequência do fim do sistema de Sesmarias (1822) tratava-se de uma lei de concessão de terras, porém funcionava como doação, pois só os nobres tinham direito sobre elas; aos pequenos agricultores era negado esse benefício, gerando desigualdade e pobreza na era colonial. Para esta massa de excluídos, restava apenas a posse ilegal de terras nas brechas do latifúndio sem nenhum título que lhe desse o direito de proprietário, o que os tornaram alvo de seguidas expulsões e, mais tarde, quando a terra passa a equivaler uma renda capitalizada, tornaram-se vítimas de grileiros. (MARTINS, 2010, p.48).

Para Ianni (1984), o latifúndio “perfila o divórcio entre o estado e as classes subalternas em que o povo se sente estrangeiro em próprio país e emigra para dentro de si mesmo”, sob “condicionantes políticos e históricos, engendram-se a ocupação e posse da terra por grupos oligárquicos”, esta interdição no acesso à terra o autor sinaliza como principal característica da estrutura de desigualdade social intencionalmente delineada através de séculos de expropriações. Ianni (1984, p. 21).

Sob esta conjuntura política, Clóvis Moura (1994), ressalta que a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós, não por coincidência, foram aprovadas quase conjuntamente. Enquanto esta última tratava da força de trabalho, proibindo a continuidade do tráfico internacional de africanos, a Lei de Terras instituiu a propriedade privada e a terra como mercadoria, legitimando o latifúndio para aqueles que já detinham terras concedidas pela Coroa anteriormente, excluindo a possibilidade de pequenos posseiros se instalarem para a subsistência.

Dessa forma, se antes de 1850 a posse de escravizados era central para as classes dominantes, após a implementação de ambas as leis referenciadas, a manutenção do poder de classe prescindia desse mecanismo, e a posse sobre a terra passa a ter mais centralidade. “A libertação jurídica da população escravizada ocorre décadas mais tarde, em 1888, deixando-a sem nenhuma possibilidade de adquirir terras, tanto no campo como na cidade” (Moura, 1994, p. 68).

A Lei da Terra torna-se um “mecanismo regulador e controlador montado para equilibrar e preservar os interesses dos senhores fundiários diante da possibilidade de uma Abolição com a integração de ex-escravos na sociedade via doação de terras pelo Estado aos egressos das senzalas” (Moura, 1994, p. 70).

Marx (2013), no capítulo XXIV denominado “assim chamada acumulação primitiva”, ao retratar o momento de apropriação das terras pelo Estado, mirando o exemplo da Inglaterra no século XVI, assim descreveu esta artimanha jurídica de legitimação do roubo original da terra,

O progresso alcançado no séc. XVIII este que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo da terra do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar de roubo é a das leis para o cercamento da terra comunal, decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada com as terras do povo (Marx, 2013, p. 707).

Após a aprovação da lei brasileira de roubo a terra do povo, com a extinção da possibilidade dos brasileiros escravizados serem alforriados e tomar posse da terra, quando esta possibilidade deixa de ser vislumbrada, o Estado passa a mediar a comercialização da terra cuja posse não é uma realidade para a população escravizada: “dado seu grau de descapitalização (quase absoluto, por sinal) no momento que fossem libertados, as terras lhes seriam mercadoria de aquisição impossível”. (Moura, 1994, p. 70).

Outro fator preponderante para a definição da propriedade privada da terra no Brasil foi a Lei Nº 1.237 - Lei hipotecária de 1864, sendo que nessa época existia a necessidade de uma amarra jurídica imobiliária para manutenção do Cativo da Terra. De acordo com José Murilo Carvalho (1981),

a política de terras quase não saiu do debate legislativo e dos relatórios dos burocratas dos ministérios do Império e da Agricultura Comércio e Obras Públicas, e a matrícula das alienações imobiliárias servisse de prova dominial para os adquirentes. No entender de alguns potentados desse grupo, apenas os fazendeiros possuíam direitos de propriedade, enquanto os homens pobres livres seriam somente agregados. Apresentavam um silêncio, bem esclarecedor, sobre a existência de pequenos posseiros com direito legítimos à terra, bem como as incertezas acerca dos limites territoriais. Deste modo, para eles, não existiram problemas para adoção do Registro Geral de Imóveis (RGI) como prova dominial (Carvalho, 1981, p. 78).

As legislações - Lei de Terras de 1850 e Lei Hipotecária de 1864 - foram apresentadas por José de Souza Martins e José Murilo Carvalho, como origem da propriedade privada, regularizando as grilagens das terras devolutas. Desse modo, a institucionalização da propriedade privada da terra no Brasil, no período de 1850-1964 teve como função criar condições objetivas para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, através da oferta da força de trabalho livre. Como aponta Martins (2010);

o Brasil inventou a fórmula simples para manutenção dos níveis de exploração do Escravismo Colonial, e manter a coerção laboral do homem livre, se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade brasileira desde então (Martins, 2010, p. 36).

Na transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu uma mudança no cativo, cessando os aprisionamentos (formal) de seres humanos. Inicia-se o cativo do bem natural - terra, incentivando juridicamente os conflitos agrários posteriores e as desigualdades sociais decorrentes deste modelo de concentração fundiária e consequente barramento do acesso dos trabalhadores à terra. Entende-se que a expropriação dos povos originários de seus territórios foi condicionante deste processo de exploração, munido de instrumento legal - Lei de Terras - que assegurou o monopólio da classe dominante sobre a terra em todas as regiões do país. Sobre o contexto, Ariovaldo Umbelino Oliveira (2007) destaca que:

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Isso ocorre devido ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização por meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho 'gratuito' do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la (Oliveira, 2007, p. 66).

O historiador Jacob Gorender (2016), deu inestimável contribuição ao debate sobre os modos de produção no Brasil, quando categorizou o modo de produção Escravismo Colonial como decisivo na definição da estrutura social brasileira e a formação social escravista no Brasil Colonial como “um modo de produção distinto do feudalismo e do escravismo antigo, baseado no trabalho coercitivo e na propriedade latifundiária”. (Gorender, 2016, p. 32).

O trabalho escravo como base do escravismo colonial legou suas expressões da questão social para o período do trabalho livre. Ao contrário, a estrutura judiciária tinha como premissa a não inclusão da população negra, além dos indígenas e mestiços sem pecúlio e trabalho. Esta expulsão posterior a expropriação primitiva das terras foi condição básica de cerceamento da terra, via propriedade privada juridicamente legitimada, condições que Gomes (2020), denomina de “racismo fundiário”.

Neste período, Moura (2004) afirma que na transição do modo de produção escravista para o capitalismo, essa transformação se deu de modo dependente. Ou seja, a alteração no modo de produção, teve como função central a,

formalização das independências nacionais com acréscimo na exploração dos trabalhadores, dividir explicar a condicionante estrutural do escravismo no Brasil em dois momentos: um ascendente, até 1850, denominado escravismo pleno, desde a invasão europeia até ano da promulgação da Lei de Terras, 1850, outro descendente, até 1888, chamado de escravismo tardio (Moura, 2004, p. 35).

Em ambos os períodos históricos, a característica comum e majoritária definia-se pelo fato dos escravos e trabalhadores livres serem ambos sem terras. Com a política de branqueamento, os imigrantes ocuparam os postos de trabalho disponíveis e esta característica de exclusão foi a forma na qual a abolição da escravidão foi gestada: sem uma democracia agrária que proporcionasse acesso aos brasileiros às terras que foram aprisionadas pelos latifúndios para exportação.

Ao discutir o *poder do atraso* na sociedade brasileira, Martins (1994), considera estar na propriedade territorial capitalista esta dinâmica jurídico estatal, sendo o fator,

responsável pela persistência dos constrangimentos históricos que freiam o alcance das transformações históricas do presente, porque se realizam por meio de instituições, concepções e valores enraizados que tiveram sentido pleno no passado, e são ressuscitados na atualidade – *a sociologia da história lenta*, permite fazer uma leitura dos acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas sociais do passado (Martins, 1994, p. 14).

Uma vez definido o sistema de propriedade privada da terra no país, surgiu a necessidade de construir uma organização social de venda da força de trabalho, que atuasse na passagem do trabalho cativo para o trabalho livre não baseado no salário, o colonato, um sistema de trabalho inaugurado no período do escravismo tardio. Seria o trabalho executado em núcleos familiares com relações sociais baseados na permuta, em trocas de porções de terra por força de trabalho, fazendo surgir relações trabalhistas aptas ao trabalho familiar sem remuneração em espécie/dinheiro nas fazendas, vide meeiros, parceiros, porcentageiros, arrendatários de porções de terra. No colonato, os trabalhadores e suas famílias trabalhavam em porções de terra concedidas pelos fazendeiros para cultivo de alimentos de primeira necessidade e com lucros repartidos com o fazendeiro,

o colonato combinava um pagamento fixo em dinheiro por mil pés de café tratados, uma quantia proporcional à quantidade de café colhido, prestação de determinados trabalhos gratuitos ao fazendeiro durante o ano (como a construção ou reparo de cercas, limpeza de pastos e caminhos, controle de

incêndios). Os camponeses tinham permissão para plantar milho, feijão e, eventualmente, arroz ou algodão (Martins, 2010, p. 147/148).

O colonato cumpriu o papel nas relações de trabalho, a fim de estabelecer a exclusão de vínculos formais e salários. Este sistema perdurou durante aproximadamente cem anos no Brasil e foi um dos legados do Escravismo que adentrou no período do “trabalho livre”. O fazendeiro, ao ceder uma casa na colônia e porção de terra para plantio de alimentos de primeira necessidade, contemplava duas condições iniciais decisivas para manutenção da força de trabalho, moradia e alimentação e por outro lado conseguiam manter os superlucros do período escravocrata, ou seja, não alterava negativamente a renda da terra para o fazendeiro. Karl Marx (2013), assim demonstrou esta relação:

A parceria, ou sistema de exploração com partilha do produto, pode ser considerada uma forma de transição entre a forma primitiva da renda e a renda capitalista; o parceiro emprega, além de seu trabalho próprio, uma parte do capital aplicado, e o proprietário, além do terreno fornece a outra parte do capital (por exemplo a semente); para uma exploração inteiramente capitalista, falta ao parceiro, neste caso, capital suficiente. A participação que cabe ao proprietário não constitui uma forma pura de renda. Pode se conter os juros do capital por ele adiantado, assim como uma renda excedente. Pode também absorver o sobre trabalho do parceiro ou deixar a este uma parte mais ou menos importante. O essencial, porém, é que a renda não aparece mais aqui como forma normal da mais valia. Por um lado, o parceiro, seja com o trabalho próprio, pode pretender uma parte do produto não na qualidade de trabalhador, mas de possuidor de uma parcela dos instrumentos de trabalho, por ser ele seu próprio capitalista. Por outro lado, o proprietário da terra pode pretender a sua parte, não somente por ser o dono do terreno (Marx, 2013, p. 894).

Esta dinâmica estudada por Marx (2013), aplicada na sociedade colonial brasileira, leva à compreensão de que o sistema de colonato foi uma interdição do modo de produção, posterior ao escravismo colonial. A função do colonato foi ser sistema de trabalho amortizador das contradições perpetuadas pelo latifúndio, em outras formas e relações de trabalho, pois intercalava relações de trabalho, ora colono, ora empregado, ora poderia ser até empregador, ocultando a necessidade da diluição da propriedade privada fundiária por parte do fazendeiro, e criando um *ar benevolente* à transgressão do direito inalienável do trabalho na terra. Segundo Martins;

era o colonato uma relação diversificada e complexa, que combinava assalariamento, pagamento de renda em trabalho e em espécie, além de prestações gratuitas de serviços e produção direta dos meios de vida. Um misto de campesinato em decomposição e operariado em surgimento, o contrato era um contrato de trabalho familiar, toda a família se envolvia no trabalho da fazenda, até mesmo as crianças. As famílias residiam nas casas das colônias, aglomerações de residências no interior da fazenda, verdadeiras vilas rurais (Martins, 2003, p. 205).

Por ser um trabalho que visava a manutenção desta família, o modo camponês de trabalhar facilitava a negação ao sistema de salário uma característica do trabalho livre, facilitando a aceitação do sistema de trocas durante o ano e pagamento em espécie somente na safra/colheita. A condição de colono necessariamente tinha aspecto coletivo,

pois o colono não era um trabalhador individual, e sim um trabalhador familiar, pois a produção era dividida entre os membros da família: além do marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos se envolviam diretamente no eito. O colonato combinava um pagamento fixo em dinheiro por mil pés de café tratados, uma quantia proporcional à quantidade de café colhido, prestação de determinados trabalhos gratuitos ao fazendeiro durante o ano (como a construção ou reparo de cercas, limpeza de pastos e caminhos, controle de incêndios). Os camponeses tinham permissão para plantar milho, feijão e, eventualmente, arroz ou algodão (Martins, 2010, p. 147-148).

Esta configuração familiar para o trabalho, tanto quanto a família colona bem como as fazendas, desempenharam um papel central nas relações econômicas e políticas da sociedade. Darcy Ribeiro (1922-1997), no clássico *“O Povo Brasileiro (2006)”*, comenta esta adaptação de que o colonato operou na sociedade brasileira, fazendo surgir o sistema de fazendas, contudo com diferenças entre o sistema de fazendas dos países ibéricos,

O sistema de fazendas opõe-se, como modelo ordenador, tanto às encomiendas hispano-americanas, como às vilas camponesas e ao sistema de granjas. Primeiro, porque importa na subordinação direta e total de toda a população engajada à autoridade única do proprietário das terras, que é também dono das casas, das instalações, dos animais, das pessoas, de tudo podendo dispor com absoluto arbítrio. Essa centralização autocrática combinada com uma atitude puramente mercantil – que levava a tratar as pessoas integradas na plantação, sobretudo os escravos, como instrumentos de ganho – permitiria exercer uma pressão conformadora dos costumes e impositiva da aculturação, maior que em qualquer outro sistema de produção. Daí a extraordinária eficácia aculturativa e assimilativa da fazenda, comparada com a encomienda. Está sempre pressupunha um certo *modus vivendi* com a comunidade preexistente, gerenciada por intermediários, co-participantes de dois mundos culturais opostos (Ribeiro, 2006, p. 273).

Para Ribeiro (2006, p.274), o sistema de fazendas era como “um mundo, uma comunidade de relações entre estamentos e entre etnias, uma forma peculiar de autossuficiência, de exploração e desigualdade, permeada por uma violência singular”, engendrada nesta reprodução da vida. Ali estava a possibilidade de se tornar proprietário de terra, que mesmo alijados da divisão capitalista da produção agrícola, criava a possibilidade ou ilusão de gerir um pequeno espaço da fazenda, dando ao colono a adesão à proposta do fazendeiro. A denominada “brecha camponesa” nada mais era que uma forma de perpetuação ideológica do sentido da

propriedade privada da terra no Brasil, pois aquela concessão do fazendeiro latifundiário permitia ao colono o sonho de transformar a condição de colono em futura condição de proprietário. “O fascínio pela propriedade privada da terra constituiu o ethos econômico destes sujeitos sociais envolvidos”. (Ribeiro, 2006, p. 276).

A inserção do capitalismo no Brasil depende de uma dialética radical de fatores que incluía necessariamente o processo de valorização do capital, inclusive a aceitação e adesão dos trabalhadores colonos nesta cisão das fases dos modos de produção e mediações das relações trabalhistas capitalistas de produção que excluísse a necessidade de açoitamento, mas não o convencimento, adesão e parceria. Para Martins (2010);

o fazendeiro extraia primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono, somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se residualmente ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo (Martins, 2010, p. 83).

Este truque utilizado pelos fazendeiros criaram o fetiche para os colonos, em relação à propriedade privada da terra, pois,

Quanto mais o colono trabalhava para si mesmo - duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher por sua absorção nas tarefas do cafezal - mas ele trabalhava para o fazendeiro. É que os rendimentos monetários do trabalho apareciam para o colono revestidos de uma qualidade que derivava da própria separação subjetiva e objetiva entre lavoura do colono e lavoura do fazendeiro; apareciam como o supérfluo, o secundário, o que vem depois da reprodução da vida (Martins, 2010, p. 84-85).

Foram sobre estes moldes do colonato que a classe trabalhadora brasileira foi forjada, expropriada pelo cativo da terra, condicionada ao trabalho com a aceitação da dinâmica executada no mesmo espaço/território, que coexistiu o modo escravista colonial, ao estabelecer este sistema de parceria delimitada na relação de poder do fazendeiro, este exerce poder com as famílias colonas similares ao que senhor de escravos tinham com os escravos. Na dialética trabalhista de construção da família camponesa, são principalmente estas características que, mantidas, transformaram a estrutura da fazenda escravocrata em fazenda latifundiária.

Martins (2010), afirma que esta estrutura de reprodução da força de trabalho demonstra o contínuo legado da questão agrária nas relações sociais da sociedade brasileira. Esta dicotomia entre o trabalhador rural agregado na fazenda com possibilidade de alcançar uma estabilidade econômica via ascensão de agregado a

proprietário de terras, cria um ideário positivo ao trabalho informal executado por trato entre os fazendeiros e camponeses.

A principal contradição deste sistema de parceria está contida na situação concreta dos camponeses, os quais, ao serem expropriados das terras anteriormente ao sistema de trabalho livre, coloca o trabalhador rural brasileiro como um posseiro sem-terra em potencial, expulso do seu território, um retirante apartado de seu Estado. Assim, Martins (2010) afirma ser o camponês brasileiro,

desenraizado, migrante e itinerante durante este período são muitas as indicações de que, na medida em que se dava a expansão geográfica do café, esses lavradores de roça, os caboclos/caipiras de derrubada da mata, de queimada, de coivara, de plantio do milho e do feijão, de deslocamento para nova terra após alguns anos de cultura, foram excluídos da economia do café, sendo expulsos da terra pelos grandes fazendeiros, a partir da exclusão do processo produtivo nas grandes fazendas de café tornaram-se aparentemente, lavradores livres e pobres tornando-se posseiros (Martins, 2010, p. 23).

A consequência direta para os trabalhadores rurais foi a transformação de escravos sobrados em desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer por meio do trabalho volante, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país e em situações específicas de trabalho.

Este “modo brasileiro” de adaptação do escravismo colonial ao capitalismo foi condição imposta através da radical formalização da renda territorial capitalizada, do monopólio de classe sobre a terra, para sujeitar e explorar o produto do trabalho na terra,

O sistema de reprodução do capital, o trabalho independente no campo ou na cidade foi reproduzida e reinterpretada através das relações de produção do colonato, como fruto do trabalho obstinado. Por isso tudo, o imigrante que foi trabalhar como colono não era um conformado com os ganhos monetários reduzidos, no Brasil, essa inquietação tornou-se a base do nosso conformismo social pós-escravista. A mobilidade de busca, na emigração, teve contrapartida na economia do café: a contínua oferta de mão de obra subvencionada pelo governo, condição da também contínua ocupação de terras novas, que alimentou a aspiração da independência e da propriedade (Martins, 2010, p. 91).

Nesta conjuntura, a grande propriedade rural é presença decisiva, não somente nas relações diretas de produção. Por ser de natureza familiar, as relações trabalhistas e sociais ocorreram sem que os trabalhadores se individualizassem na situação de trabalho e se reconhecessem donos de si e da sua consciência,

O chefe da família era o depositário da consciência familiar, ao mesmo tempo que o trabalho se determinava pelo familismo que propendia ao patriarcal, vinculando gerações a um projeto de família, o que tornava o confronto laboral praticamente impossível ou, no mínimo, o tornava secundário em relação a outras precedências na vida do colono. Ao mesmo tempo, o chefe de família era agente direto e mediador da exploração que a fazenda exercia sobre a família de colonos, uma espécie de capataz na ordenação e execução do trabalho. A disciplina do trabalho era integrada no exercício da autoridade do pai de família, o que dificultava que os verdadeiros agentes da relação laboral se propusessem objetivamente, com cara própria e não com a cara de outras relações sociais vividas pelos colonos. Não que o colono considerasse a porção da fazenda sob seu cuidado, os talhões de café de seu trato, como propriedade sua. Não se conhece nenhuma manifestação nesse sentido, os limites entre o próprio e o alheio bem definidos. (Martins, 2010, p. 85-86).

Raymundo Faoro (2001), na obra *“Os Donos do Poder”*, sistematizou os conceitos de patriarcado e coronelismo enquanto processos de contínua transformação do trabalhador colono em coisa do fazendeiro; e, por consequência, dominando as pessoas definia-se a política local, que, por vezes era a mesma pessoa. O fazendeiro, geralmente, era o representante político local e, tal como ocorria no sistema escravista, a fórmula do patriarcado brasileiro tem como característica marcante o cativo da terra. Para o autor, seria “a simbiose de patriarcalismo autoritário, esse governante, cuja figura confundia-se com o próprio Estado, exercia um poder autoritário e centralizado enquanto coronelismo ratificava o poder privado se manifestava na esfera pública”. (Faoro, 2001, p. 124).

No período republicano do Brasil, as contradições de 388 anos de escravidão não sanadas sem rupturas de classe e/ou avanço progressista na sociedade latifundiária, o setor rural moldado para sua função agroexportadora, setor este que para o autor dão as cartas do poder. Para Faoro (2001),

os Donos do Poder perpetuavam-se e seguem a definir as regras do Brasil; as diversas oligarquias locais, buscando no poder econômico e no prestígio obtido pelo latifúndio, apossaram-se rapidamente de instituições políticas administrativas como prefeituras, câmaras municipais, judiciárias exercendo um controle total sobre a vida social no país. Ao mesmo tempo, como vimos, o Estado federal era impedido e desencorajado de legislar sobre temas que afetassem os interesses locais, como a regulamentação ao acesso à terra, eis a alma do Coronelismo (Faoro, 2001, p. 504).

Vitor Nunes Leal (2007), em *“Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o sistema de representação no Brasil”*, o autor aprofunda a compreensão, afirmando que este fazendeiro era a representação do chefe municipal, sendo ou não sendo necessariamente o prefeito, mas o coronel do município. O autor manifesta:

Sobretudo como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois,

compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (Leal, 2007, p. 33).

Leal (2007), ao evidenciar a posição dos donos do poder do rural em relação a política no Brasil, estabeleceu os elementos fundamentais para o “coronelismo”,

a existência de uma estrutura econômica e social específica que ele considera imprópria, uma manifestação do poder privado adaptado dentro de um sistema eleitoral ineficaz e, por fim, uma estrutura agrária que sustenta as manifestações desse poder privado, o coronelismo é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial é antes de tudo uma forma peculiar de manifestação de poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa, por isso mesmo, o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras (Leal, 2007, p. 28).

Estas características conceituadas por Leal (2007) perseveraram nas relações políticas do país mesmo passadas mais de sete décadas da publicação de sua obra clássica. Esta estrutura social agrária colonial reverberou na história do Brasil desde o advento da República, passando pelo séc. XX, condicionando as expressões da questão social dentro da sociedade brasileira.

Assim, entendemos que a ampliação da definição trazida sobre a questão social é fundamental para compreender as suas expressões mais diversas, como a funcionalidade e estruturação capitalista na reprodução do racismo e do machismo, representado pelo patriarcado tão presente no capitalismo brasileiro, ou seja, “os determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história” (Iamamoto, 2012, p. 156).

Aqui repousa um debate a quente nas ciências sociais brasileira, portanto, de suma conta para o serviço social, a centralidade da compreensão acerca da assim chamada “questão social”, esta categoria é considerada a matéria ímpar para o serviço social. Marx (2013) em *O Capital*, afirma que os fundamentos da “questão social” são determinados pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, quando analisa que na proporção em que se amplia a acumulação capitalista amplia-se, ao mesmo tempo, a exploração do trabalho pelo capital,

a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital, acumulação

de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria. A pauperização e a desigualdade social, enquanto expressões nucleares da “questão social” se referem a uma legalidade da estrutura socioeconômica do próprio capital, qual seja uma tendência vinculada à lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 749).

Marilda Villela lamamoto (2001), autora central do debate da questão social no serviço social, considera a questão agrária particularidade condicionante da questão social no Brasil, desde sua formação no mestrado em sociologia rural na USP, período narrado pela autora na apresentação da sua obra *“Trabalho e Indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista (2001)”*, quando autora sinaliza a motivação para os estudos da questão agrária:

O encontro com a questão agrária foi resultante da necessidade de compreender com maior profundidade a formação social do país. Compreender o perfil e os rumos assumidos pela revolução burguesa no Brasil, para decifrar tanto os horizontes de sua ultrapassagem, quanto os desacertos das esquerdas nessa direção. E uma das chaves desse enigma está sediado nas raízes agrárias do Estado e da sociedade brasileira, que imprimem um ritmo histórico particular ao capitalismo monopolista, consubstanciado no seu desenvolvimento desigual. (lamamoto, 2001, p.14)

Para lamamoto (2001), antes de se apresentar no cotidiano da vida social sob a forma de múltiplas expressões, todas decorrentes da exploração do trabalho pelo capital, e, portanto, a compreensão da sua aplicação ao território brasileiro, passa pela noção da origem agrária da questão social no país. A sua posterior conformação da formação econômico social brasileira, “A questão agrária apresenta-se como uma síntese privilegiada das tensões e determinações envolvidas na produção histórica da questão social no país, ao mesmo tempo em que condensa manifestações particulares da questão social no meio rural”. (lamamoto, 2001, p.31).

lamamoto e Carvalho (2006 p.136), advertem que a “relação entre divisão social do trabalho e formas de propriedade: os processos de diferenciação na divisão do trabalho, os papéis distintos de homens e mulheres na (re) produção da espécie e dos seus meios de subsistência, seus rebatimentos nas modalidades de posse e propriedade”, e as consequências deste aprisionamento da terra via latifúndio, nas relações trabalhistas, e conseqüentemente nas famílias, denota estrutura social de desigualdade e exploração da classe trabalhadora, germinando a questão social no Brasil;

a questão social, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe

dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 136).

Considerada a questão social, objeto de investigação e intervenção profissional do assistente social. Sendo assim, a questão social está incorporada em todas as demandas atribuídas ao serviço social, compondo os fundamentos da profissão. Atualmente existe uma instigante disputa entre as matrizes de pensamento para compreensão da questão social no Brasil autores como, Almeida (2019), Souza (2020) e Assis (2022), estes autores, em sintonia com esta tese, no debate atual do serviço social fazem esta relação direta, a questão social com a questão agrária, ou seja, o cativeiro da terra seria o bloqueio do acesso da classe trabalhadora a divisão da riqueza social socialmente produzida, privadamente condicionada. Esta particularidade é estruturante e balizadora de classe e raça, ou seja, da questão social brasileira.

Almeida (2019), na conclusão de sua dissertação acerca da seara, moveu-se mediante a hipótese de que a questão agrária no Brasil se configura como:

um dos fundamentos da nossa “questão social” – outra vez deve ser dito: não o único, mas de profunda importância. E daí, para os efeitos de uma abordagem dialética, ao tomarmos como concreta a afirmação das analistas do serviço social que caracterizam a questão agrária como uma particularidade da “questão social”, teríamos que acrescentar que o desenvolvimento histórico da questão agrária no Brasil também particulariza o desenvolvimento da nossa “questão social” e, dessa maneira, as formas de seus enfrentamentos nos dias de hoje pelo capital e o Estado. (Almeida, 2019, p.123)

A assistente social, Cristiane Sabino Souza (2020), em sua obra: *“Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente”*, demonstra a relação entre terra, racismo e a luta de classes no Brasil, ao demonstrar que

O racismo como um elemento econômico estrutural de bloqueio para os negros e indígenas da economia nacional desde o escravismo colonial, o aprisionamento da terra foi determinante da superexploração da força de trabalho neste território. Estes fatores condicionam a permanência da negação ontológica do negro e do indígena, como fator fundamental à reprodução das relações sociais capitalistas alicerçado por suas origens coloniais e escravistas do Brasil. Souza (2020, p.23).

Assis (2022), recrudescer o debate, quando requisita em sua tese defendida na PUC SP, a necessidade: *“A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social”*, a autora realiza um hercúleo esforço de compreender a racialidade do capitalismo brasileiro, a partir de

uma lente de análise sustentada pelo marxismo e coloca o debate com os principais autores do tema no serviço social. Ao entrevistar José Paulo Netto, recentemente em 2021. Assis (2022) problematiza com Netto, a origem marxiana da compreensão de questão social e sua aplicação no Brasil, obtendo a seguinte resposta:

A lei geral, enquanto lei estrutural da dinâmica do modo de produção capitalista, opera do mesmo jeito que ela opera na Suécia. Na medida que você nunca teve uma revolução burguesa no Brasil certas características de modo de produção anteriores aqui se perpetuaram. Isso é visível sobretudo na questão racial, mas não apenas nela. Certas particularidades nacionais ganham aqui uma dimensão que refrata os impactos da lei geral da acumulação. O exército industrial de reserva no Brasil não é a mesma coisa que na Inglaterra (Netto, apud Assis, 2022, p.146).

Esta formulação se sustenta, entre outros elementos, na ideia do escravismo como parte da sociedade mercantil e também como norteador da constituição de uma questão social a brasileira, na passagem do escravismo para o sistema de trabalho livre. Assis (2022), ao refletir com Marilda Iamamoto, sobre a questão chega nesta compreensão,

Então, o escravismo no Brasil ele surge como parte desse capitalismo mercantil, ele não é ainda a constituição do capital como relação social e o trabalhador assalariado é propriedade, supõe o trabalhador livre, livre e igual proprietário da sua mercadoria a ser vendida que é a força 147 de trabalho, é diferente do escravo. Escravo é a força, ele é comprado e vendido como mercadoria e, portanto, não é ainda o processo, é um processo de capitalismo comercial, agroexportador, mas não é ainda do capitalismo industrial, do capital como relação social (Iamamoto, apud Assis, 2022, p.147).

As lacunas apresentadas pelos professores cânones do debate na profissão, impôs o questionamento tácito sobre questão social, que a autora assim dirigiu à Netto (apud Assis, 2022): *Se a intelectualidade da profissão não capturou essas particularidades do capitalismo brasileiro, a nossa noção de questão social é suficiente para embasar a formação e o exercício profissional?*

Acho que é insuficiente! Estou convencido de que é insuficiente! Na medida em que você não põe determinações de classe, determinações de natureza étnica num país como esse. É evidente que essa não é uma noção operativa. É uma vaga noção (Netto, apud Assis, 2022, p.146).

Em diálogo com Iamamoto (apud Assis, 2022), a autora agrega à sua análise afirmando que:

O professor José de Souza Martins tem uma síntese que eu acho preciso enquanto a terra é livre o trabalho escravo se o trabalho se tornar livre a Terra tem que ser cativa tem que ser apropriada privadamente, você vai entender as particularidades da questão social que vão eclodir hoje, que estão eclodindo hoje. Elas não são de hoje. Eu acho que para entender a questão racial e o dilema da dimensão racial da questão social que aparece no serviço social hoje só se explica no processo histórico ou só explica nessa dimensão

de compreensão do capital como relação social (Iamamoto, apud Assis, 2022, p.147).

Clóvis Moura (2000), notável pensador brasileiro no debate étnico racial, com incidência significativa atualmente no serviço social, tem sua produção intelectual derradeira na obra, *“Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST”*, uma densa problematização sobre questão agrária, que se metamorfoseia em questão social, o autor une a luta camponesa de Canudos na Bahia, no início do período republicano com a saga dos trabalhadores rurais sem-terra, representados pelo MST e a luta pela reforma agrária do cativo da terra. Segundo Moura (2000):

o MST, teria ligações históricas com a experiência de Canudos, assim como com o movimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião ou com o movimento Território Livre de Trombas e Formoso de José Porfírio. Mas, eles demonstram que o movimento camponês não cria apenas utopias agrárias, mas, nas condições brasileiras, encaminham o problema da terra na direção da sua solução. O certo, porém, e agora falamos no nível dos fatos que a guerra civil de Canudos e a violência brutal da elite governamental e do seu segmento militar veio pôr a nu o conteúdo da nova ordem republicana que se instaurara no país. Aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial escravista, conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos. Moura (2000, p.52).

Assim, no movimento oposto da matriz europeia de compreensão da questão social no Brasil, Clóvis Moura (2000, p.80), as estruturas de repressão utilizadas desde o Brasil colônia perpetuassem na “gestão das expressões da questão agrária no país, com isto, concentrou-se ainda mais a propriedade fundiária entre nós, dando origem aos latifúndios e às oligarquias agrárias atuais, fator de atraso da nossa sociedade”.

A renda da terra é uma parcela da mais-valia que cabe ao proprietário da terra. Assim, a renda da terra se situa no momento da distribuição, mas se origina na mais-valia formada no processo de produção, correspondendo à parcela do produto do trabalho excedente, da exploração do trabalho vivo, sua fonte (Martins, 2014). Magalhães; Martins, (2024) buscando a compreensão sobre o laço que unifica a essência de duas expressões da questão social: a propriedade privada da terra e o processo de sua valorização a partir do trabalho incorporado à terra.

As particulares expressões da “questão da terra” têm em tais processos suas causas fundantes. Em nosso entendimento, trata-se de novas formas e manifestações de antigas particularidades da “questão social”, a apropriação de trabalho pelo capital explica também a desigualdade socioespacial. Como

vimos, seu fundamento primeiro é a materialização do trabalho: a terra em si mesma não gera nenhum valor. É tão somente o trabalho que atribui valor à terra. (Magalhães; Martins, 2024, p.8)

Uma vez que é justamente a propriedade da terra que permite que dela seja extraída a renda, pela mediação do processo de trabalho social. A renda da terra adicionadas a Lei geral e a acumulação primitiva, são categorias-chave para a compreensão dos fenômenos sociais e de expressões da “questão social”. Sobre a categoria questão social, objeto da intervenção profissional que perpassa a discussão da terra, seu acesso e permanência. Os autores indicam;

É preciso buscar romper com a divisão que fragmenta, nos planos teórico e programático, as análises das expressões da “questão social” que perpassam a luta pela terra, particularizadas na forma da “questão da moradia”, da “questão urbana”, da “questão agrária”, entre outras. (Magalhães; Martins, 2024, p.9)

Iamamoto (2012b, p. 160), em uma definição mais recente da questão social, afirma que esta reflete as “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Ao confrontar a questão agrária, ou seja, os malefícios que o latifúndio e a renda da terra causam no Brasil, podemos compreender todas as expressões da questão social brasileira, supracitas por Iamamoto (2012b), com uma raiz rizoma em comum, a questão da terra, o cativo da terra.

Netto (2006), afirma a importância de manter atenção ao processo histórico, no qual, segundo o autor precisa estar atrelado a formação social econômica de cada país. Direcionamento exposto na quinta das cinco notas sobre questão social no Brasil. Esta determinação, que obviamente não pode desconsiderar,

A formação contemporânea da “Lei geral da acumulação capitalista”, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “Lei Geral”, objetivam-se particularizados culturais, geo-políticos e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a “Lei Geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultados societários trazem a marca da história que a concretiza” (Netto, 2006, p.161).

Alejandra Pastorini (2010), neste debate, ao se deter a compreensão da matriz europeia da questão social, analisa a obra de Robert Castel e Pierre Rosanvallon, autores que entendem que a crise capitalista da década de 1970 teria promovido o surgimento de uma “nova questão social”, a partir, de novas demandas colocadas,

fundamentalmente, pelo esgotamento da sociedade salarial (Castel, 1998) e pela superação da concepção clássica de direitos sociais (Rosanvallon, 1998). Para estes autores, diante da mundialização do capital e da reestruturação produtiva neoliberal estaríamos diante de uma “nova questão social”,

Os principais defensores da “nova questão social” partem do pressuposto de que, as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a questão social que emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental. (Pastorini, 2010, p.24).

Estas compreensões europeias da assim chamada “nova questão social”, não alcança a contraditória dinâmica da formação social econômica brasileira, de acordo com Netto (2006),

A tese aqui sustentada -e, evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho, é a de que inexistente qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital (Netto, 2006, p.162).

Daí a necessidade de a análise do processo de formação da renda da terra, convém adotar como ponto de partida a produção do espaço, compreendendo a tríade capital-trabalho-terra, esse meio de produção universal em que ocorre toda existência humana. Duarte, (2015), afirma que na realidade brasileira,

as expressões da questão agrária também são anteriores a penetração do capitalismo no campo, entretanto as contradições que já existiam foram reforçadas, ampliadas e refuncionalizadas pela monopolização capitalista da terra e pela industrialização da agricultura, que recolocaram os problemas agrários como decorrentes das relações entre capital e trabalho no campo (Duarte, 2015, p.316),

A conjuntura das primeiras décadas do século XX, com os conflitos fundiários pipocando devido a política de ocupação do território nacional denominada de Marcha para Oeste, reforçam que os fatos ocorridos em Porecatu são provas cabais da condição semicolonial do Brasil. E a experiência de luta dos camponeses posseiros de Porecatu demonstram a contradição maior, a marca da história que concretiza a marca do cativo da terra e das suas variadas expressões da questão social que surgem no bojo do latifúndio.

As reordenações da política estadual paranaense com a não legitimação dos títulos fundiários dos camponeses posseiros estabeleceu o conflito fundiário, ao qual, necessariamente, partiu da disputa pela posse da terra, na região de Porecatu, posteriormente a uma promessa do Estado não cumprida. O cenário jurídico disposto

e aplicado no Norte do Paraná nos anos 40/50 do séc. XX, demonstrou o grau de fusão dos regimes jurídicos locais, atrelados ao regime jurídico geral da Lei de Terras (1850) e suas posteriores adequações geraram na região de Porecatu, a prolongação da acumulação primitiva do capital, denotando todas as condições concretas de desenvolvimento de superexploração da força de trabalho dos posseiros.

Os efeitos desse processo histórico expropriatório foi a determinação estruturante da questão agrária na região de Porecatu, e o conflito fundiário do século XX, com a tensão entre classes sociais que perdura desde então, contradição forjada pela gritante concentração e monopolização da terra por uma minoria de grandes proprietários rurais.

A experiência dos posseiros de Porecatu, em seu tempo histórico, demonstrou a potência nefasta que a questão agrária resultou no território brasileiro, na região, os trabalhadores rurais nos anos 1940 do século XX, vivenciaram a consubstanciação da questão agrária em questão social, pois, a linha geral de entificação do capitalismo no Brasil, tem esse ciclo: expropriação das terras dos povos tradicionais, condicionamento na força de trabalho em trabalho morto de capital constante, que necessariamente expulsa os camponeses do meio rural, para formação do exército industrial de reserva para suprir a necessidade de disposição de mão de obra na conjuntura de ancoramento do modelo urbano-industrial brasileiro.

A organização política para resistência do antagonismo imposto pelo capital, via ações violentas dos latifundiários, possibilitou para classe trabalhadora brasileira, um salto meta-político ao encontro resolutivo das demandas que se apresentaram no seu tempo histórico, além de minimamente garantir aos que resistiram uma contrapartida estatal que garantiu o assentamento das famílias dos guerrilheiros de Porecatu, posteriormente ao término do conflito fundiário.

A partir da próxima seção, inicia-se a trajetória de análise, de uma luta social de vanguarda, pela terra, pela propriedade privada da terra, pelos camponeses, segundo o jornalista João Saldanha (1988), a Guerrilha de Porecatu não tinha as aspirações quixotescas do PCB, “as posições mais altas e elevadas eram puro quixotismo do partido” e sim o anseio dos posseiros de serem trabalhadores em seu habitat natural, a terra.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DA GUERRILHA DE PORECATU

*“Comunista, eu?
Nunca estudei comunismo
Só sei trabalhar na terra
Se defender minha terra é ser comunista,
Então eu sou”
(José Ribeiro, apud Oikawa, 2011).*

O conflito fundiário na região de Porecatu, teve como características condicionantes da dinâmica do processo de acumulação capitalista na região descritas por Marx (2013) no capítulo XXIV, “o roubo, a fraude e a violência são alguns dos fatores idílicos da acumulação primitiva, através da história reinventam-se mecanismos que permitem a espoliação, a *acumulação primitiva*, que despoja da terra o trabalhador, adota diferentes tonalidades em distintos países e percorre, numa sucessão diferente, as diversas fases” (Marx, 2013, p. 895).

O que os camponeses da região de Porecatu vivenciaram a partir do que Rosa de Luxemburgo, denominou, de “métodos mais antigos de colonização que ainda florescem nos nossos dias e jamais deixaram de ser praticados, um novo método mais persistente e mais sistemático de exploração das populações coloniais para o enriquecimento da “metrópole” destruindo os “curiosos vestígios de instalações rurais que levam a pensar que outrora tinha existido nesses lugares uma propriedade comum da terra, um comunismo agrário” (Luxemburgo, 2021, p.365).

E na escola da crítica à economia política, quem categorizou a acumulação primitiva continuada foi Rosa de Luxemburgo na obra “*A acumulação do capital*” (2021). A autora polonesa mostra o rigor do método científico que caracteriza sua obra literária e militância política, parte da hipótese básica do esquema marxista de interpretação da acumulação do capital, sendo determinado pela tendência histórica. O processo de acumulação do capital, ao substituir a economia natural pela economia simples de mercado, e, posteriormente, elevar as formas capitalistas de condicionamento do setor agrícola em questão, o que demanda de concentração de terras para potencializar sua acumulação.

Esta obra tem grande destaque pela profundidade analítica, importância histórica, principalmente, por dispor de elementos chaves para decifrar a realidade agrária a cada tempo histórico. Publicado originalmente em 1913, foi referência para autores como Alexander Chayanov e David Harvey, que perpetuaram a categoria

acumulação primitiva continuada. Nas letras de Rosa, a acumulação capitalista demanda de todas as formas de produção de relações não capitalistas, que a autora denominou de “economia natural ou comunismo primitivo”, afirma ser o capítulo menos espetacular e, sem dúvidas, o mais doloroso da luta entre capitalismo e a economia natural,

O capital substituiu a economia de mercado, depois de ter substituído a economia natural. Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não capitalista para a acumulação, necessita – o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista (Luxemburgo, 2021, p. 365).

Estes apontamentos realizados por Luxemburgo (2021), demonstram assertivamente, a dinâmica do capital no Brasil e no Norte Central do Paraná, demonstrando que existiu um modo específico de adesão e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A respeito das origens da formação socioeconômica de nosso país, inicialmente pontuei a lógica conservacionista, que desde o modo de produção escravista colonial perdura e, por hipótese, explicaria a realidade do Brasil de então, sua estrutura agrária, social e política.

Retomando Rosa Luxemburgo (2021), quando a autora indica o momento crucial para a continuidade da acumulação,

A separação da agricultura e do artesanato, a eliminação das indústrias rurais da economia rural constitui um último e muito importante capítulo da luta contra a economia natural. Na origem de sua carreira histórica, o artesanato era uma ocupação ligada à agricultura, que junto aos povos civilizados sedentários era considerada categoria subsidiária (Luxemburgo, 2021, p. 393).

Luxemburgo (2021), faz essas ponderações refletindo sobre a via de desenvolvimento do capitalismo norte americano que a autora demonstra a lucidez sobre o a necessidade perene de expropriação de territórios e as alterações de estruturas de cada momento histórico da acumulação,

Introduzimos a história do fazendeiro norte americano na segunda fase da acumulação capitalista, da qual, é um excelente exemplo; o capitalismo combate e aniquila em todas as partes a economia natural, a produção para o consumo, a combinação da agricultura com o artesanato. Necessita impor a economia de mercado para dar a saída à sua própria mais valia. A produção de mercadoria é a forma geral que o capitalismo possui para se desenvolver. Mas desde que a economia de mercado se estala sobre as ruínas da economia natural, o declara guerra. O capitalismo entra em concorrência com a economia de mercado; após tê-la feito surgir, disputa com ela os meios de produção, os trabalhadores e o mercado. Primeiramente, o objetivo era o

isolamento do produtor, arrancá-lo dos laços protetores da comunidade, logo após, separar a agricultura do artesanato; agora, a tarefa é separar o pequeno produtor de mercadorias de seus meios de produção (Luxemburgo, 2021, p. 399/400).

Por essas variáveis que Luxemburgo (2021), ancorada na lei da reprodução ampliada de Marx (2013), define como condição básica da acumulação do capital a continuação da acumulação primitiva, como supracitado, além dos condicionamentos das economias dos países das colônias produtoras de matérias primas agrícolas, sendo estes países o palco contínuo de expropriação. Para Luxemburgo (2021),

a pilhagem que ocorre nos países coloniais por parte do capital europeu, é uma característica do capitalismo, mesmo em sua plena maturidade, já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. O capital não conhece outra solução que não a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje. Para as sociedades primitivas, no entanto, trata-se, em qualquer caso, de uma luta pela sobrevivência; a resistência à agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte levada até o total esgotamento ou aniquilação (Luxemburgo, 2021, p. 70).

David Harvey (2004), no livro *“O Novo Imperialismo”*, reforça e desenvolve esta tese de que a acumulação primitiva contínua é uma necessidade do capital, um mecanismo perene da estrutura do capitalismo. De modo semelhante, a categoria acumulação por despossessão, em Harvey, remete à de “acumulação primitiva” (2004, p. 121), mas deve ser entendida como um conjunto de mecanismos que permite a continuidade do processo de reprodução do capital e a “restauração” do poder hegemônico da burguesia. O autor atribui como,

constitutiva dessa saída burguesa não somente o que denomina de “ordenações espaço-temporais”, mas também outras formas de espoliação impostas por meio dos chamados ajustes fiscais: Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administrativas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos (Harvey, 2004, p. 113).

Por meio desse conjunto de iniciativas, retomaram-se as taxas de lucros dos capitais, mas não o crescimento econômico. Assim, os processos de expropriação estão diretamente relacionados aos processos de reprodução do capital no espaço, tanto em sua forma originária quanto nas formas inscritas na dinâmica atual do capitalismo. Essa expropriação não se situa apenas na gênese do capitalismo, pois é pedra de toque do capitalismo realizar acumulação por desapossamento;

o roubo de terras também se constitui num exemplo de acumulação primitiva de capital, documentos falsos de registro de propriedades são forjados, usurpa-se, assim, a terra de quem nela trabalha ou da União, quando se trata de terras devolutas. A ocupação ilegal de terras, conhecida no Brasil como grilagem, incide, sobretudo, sobre as terras públicas. Para isso, os grileiros contam com a ajuda de cartórios, praticam a violência expulsando, quando é o caso, posseiros e/ou comunidades indígenas, o processo de acumulação pela espoliação se constitui num mecanismo de superar as crises de sobre acumulação capitalista, garante-se, assim, pelos movimentos do capital, tanto com a acumulação, como com a reprodução, o desenvolvimento da sociedade capitalista, esses dois movimentos afixam a sobrevivência da sociedade burguesa, a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto (Harvey, 2004, p. 135).

A “categoria acumulação por despossessão” é compreendida como uma saída burguesa diante da crise sobre acumulação de capital, sobrevivendo do processo de reprodução expandida num determinado tempo histórico”. (Harvey, 2004, p. 148).

No Brasil, esse debate foi executado por Abramovay (1992) ao refletir sobre o debate clássico dos modelos de desenvolvimento da agricultura nos marcos do capitalismo. Para esse autor coexistem dois paradigmas no desenvolvimento do capitalismo no meio rural, o primeiro evidenciado por Karl Kausty (1980, p.32), em “*A questão agrária*”, que seria “a tendência dos países centrais de fortalecimento da grande exploração agrícola mecanizada, da agroindustrialização e do assalariamento em grandes propriedades privadas, que condenariam o campesinato ao desaparecimento”, exceto se o campesinato se organizasse em cooperativas.

O segundo paradigma refere-se ao modelo da via americana, etapa histórica de expansão da ocupação do território norte americano para o oeste daquele país. Após o término da guerra civil americana, o Estado permitiu o acesso dos colonos pioneiros para se apossar das terras dos indígenas, criando uma estrutura fundiária de baixa concentração. Uma variante desta via ocorreu após a Revolução Francesa (1789), que libertou os camponeses da servidão dos latifúndios feudais na Europa. (Abramovay, 1992).

O filósofo, José Chasin (1999), na obra “*O integralismo de Plínio Salgado - forma de regressividade no capitalismo hiper tardio*”, problematiza a via de entificação colonial do capitalismo como sendo a mais próxima da formação social e econômica brasileira. Desta forma argumenta que;

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as

demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação "pelo alto" o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se reúnem os pecados de todas as formas de estado (Chasin, 1999, p.56).

O aspecto reacionário similar ao caminho ou via prussiana, foi a manutenção de uma estrutura fundiária, apta ao modelo agroexportador latifundiário, com o roubo e cativo da terra, por consequência do trabalho. Condições estas definidas pelo caminho do capitalismo no país como uma revolução pelo alto, acomodando as principais características de um momento histórico no próximo vindouro, sempre sem a participação política do campesinato, decorrendo daí as bases do pensamento de Chasin (1999). Em terras nacionais, houve uma espécie de escravismo colonial mutante que se metamorfoseia, adequando-se aos períodos posteriores de desenvolvimento do capitalismo,

do mesmo modo quanto à expansão das forças produtivas. Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos casos clássicos. Mas, enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o "verdadeiro capitalismo" alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio (Chasin, 1999, p.61).

Estas últimas citações reforçam a compreensão da disparidade conceitual do desenvolvimento do capitalismo na Europa e suas variações no país, a centralidade do debate do modo de produção com suas consequências na constituição da classe social. O campesinato antagoniza com o capital no Brasil, o camponês é, por essência, um desenraizado de sua terra, não alçando o patamar de granjeiro-burguês, vive na sua condição de posseiro. O camponês criticado pelo marxismo ortodoxo tinha terra e participação política, já o camponês brasileiro é desenraizado e por consequência despolitizado.

Esta estrutura social histórica do campesinato brasileiro teve suas características compreendidas e, desse modo, se aos dois casos convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção ao atentar como ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso

alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica da propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial .

Contudo essa empresa colonial criou mecanismos de resistência aos antagonismos impostos à classe trabalhadora. Diferente dos camponeses europeus, os camponeses do Brasil têm no modo de produção escravista colonial sua origem e estrutura, que praticamente alijou na sua maioria, massa camponesa brasileira ao acesso às terras. Esta é a diferença principal entre os camponeses brasileiros e os camponeses analisados pelos cânones do marxismo, nas suas variações, França, Alemanha, Rússia e EUA.

Esta estrutura fundiária rígida e concentrada que diminui o metabolismo humano, que se busca reformar, visto o Estado Brasileiro não ter operado uma democracia rural mesmo que em escala diminuta e aquém da necessidade do campesinato, como ocorreu na Europa e EUA, mesmo que parcial, no fim de suas guerras e revoluções; considerando que a acumulação primitiva é apenas o ponto de partida da questão agrária, que ganha vigor após a apropriação privada da terra.

Os trabalhadores rurais do Norte do Paraná foram agraciados com esta dinâmica colonial escravista de exploração capitalista, potencializada pela estrutura jurídica de expropriação estabelecido desde Império, ratificada na república com mais intensidade inicialmente, e com disfarce urbano-industrial após a Revolução de 1930, estes fatores condicionaram o conflito agrário de classes antagônicas pelos títulos de propriedade privada sobre a terra.

Priori (2011, p.13), analisa e compara este cenário aplicados no norte central do Paraná, expressava uma guerra de classes, cujo prejuízo para “a classe trabalhadora era previsível, frente ao poderio oligárquico-latifundista dos fazendeiros, esta superposição de títulos fundiários na região”, resultou em conflito fundiário.

Este conflito agrário foi uma síntese em tempo e espaço de um amplo processo de expropriação camponesa do meio rural paranaense e brasileiro, com protagonismo estatal na defesa dos interesses dos latifundiários, agindo como “Estado-Jagunço”, para expropriação camponesa da terra, para o benefício dos latifúndios-monocultores (Oliveira, 2020). A experiência desenvolvida em Porecatu se tornou nodal para as demais experiências de luta camponesa, pois, em determinado

momento, conseguiu resistir aos interesses das oligarquias rurais, buscando romper com as relações de dominação e clientelismo político.

Nesta amálgama mística e subversiva, a fundamentação teórica do campesinato após guerrilha de Porecatu, a colheita da guerrilha, além da superexploração da renda da terra pelos latifundiários com consequente carestia alimentar para os trabalhadores rurais, ocorreu o ressurgimento da resistência dos Herdeiros da Luta de Porecatu, ao defender os seus interesses imediatos e locais. O movimento da Guerrilha de Porecatu (1947-1951), demonstrou a opção inicial às lições dos pecebistas para a organização política dos camponeses do Brasil. A utilização nesta tese do termo Guerrilha, adequa-se aos autores, Silva (2006), Leocádio (2016) e Oikawa (2011), que ao afirmarem,

O uso da palavra guerrilha vem do espanhol *guerrilla*, que significa “guerra pequena, de pequeno porte, essa expressão passou a ser empregada no contexto de resistência da população espanhola contra a invasão napoleônica entre o fim da década de 1800 e o início da década de 1810. A guerrilla foi a principal forma de resistência a essa ocupação. As principais características da guerrilha são: 1) a irregularidade do tipo de combate feito pelo guerrilheiro; 2) a capacidade de mobilidade; 3) o compromisso político; e 4) o caráter telúrico (ligação íntima com o meio – seja ele urbano, seja rural – no qual a guerrilha se forma). O caráter irregular da guerrilha deriva do fato de seu corpo de agentes não ser formado totalmente por militares.”(Oikawa, 2011, p. 367).

A evolução da Guerrilha após seu término em 1951, foi a opção pelas associações de lavradores, semente para as ligas camponesas e sindicatos e afins, se perpetuou reforçado no “legado da revolta, do desacordo, da resistência, desacato aos mandos dos fazendeiros” (Martins, 1989, p. 12). A manifestação da violência nos conflitos fundiários, em toda a história do país assim se ocorreu e no Norte Central do Paraná, a grande propriedade fundiária, ao mesmo tempo que tem propiciado aos que a detém, a tríade de força, poder e influência, nas dimensões econômica, política e social, em contrapartida dispõe aos camponeses a condição de posseiros e/ou sem-terra.

No Sul do Brasil, que se encontrava em fase de ascendência, com o surgimento e já evidente êxito da lavoura cafeeira, onde o norte do Paraná tinha as mesmas condições climáticas do oeste paulista, ocorreu a tendência à perpetuação de uma estrutura clássica de latifúndio com a potencialização de exploração de áreas não desbravadas. Com essa expansão do setor agrícola na região surge a proposta governamental empreendida pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), denominada Marcha para o Oeste. Segundo Caio Prado Junior,

Inicialmente, a organização da produção, por escolha econômica, a agricultura instalada no Brasil foi a monocultura, principalmente da lavoura cafeeira onde, “vantagens apreciáveis, a que vem juntar-se ainda a superior fertilidade de um tipo de solo ímpar no Brasil (terra roxa, particularmente para a cultura do café, seu poder econômico, perpetuara a estrutura clássica do latifúndio, monocultura e escravidão, vigente no país” (PRADOJR, 2006, p.164).

Segundo a historiadora Sônia Adum, a colonização da região Norte do Paraná, começou a ser realizada a partir da década de 1920 do século XX, via Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), uma empresa colonizadora inglesa maior responsável pela implementação da cultura do café na região, possibilitando estrutura necessária desde a expropriação de terras devolutas ocupadas por camponeses ou indígenas até a infraestrutura propriamente dita, estradas, cidades. A CTNP dividiu as terras em lotes grandes e pequenos, vendidos a colonos nacionais e estrangeiros interessados na cultura do café. (Adum, 1991, p.47).

A região norte do Estado do Paraná foi chamada de “eldorado cafeeiro” pelos divulgadores da CTNP, tendo a cultura do café como principal atrativo para brasileiros e estrangeiros mudarem para a região em busca do ouro verde como era denominado o café. Somam-se aqueles que de forma romântica exaltam a região como a terra da promessa, o Eldorado Cafeeiro ou a Nova Canaã, terra onde “se pisa em dinheiro”. O Norte do Paraná, no simbólico dos homens que vivem esta história, bem como dos que a reproduzem, constitui-se em obra desta empresa (CTNP),

significa constatar uma “construção”, que privilegia apenas um dos agentes envolvidos no processo, inúmeros outros atores participaram ativamente na ocupação, transformação e configuração deste território em “locus do capital”. Estado, fazendeiros paulistas, mineiros, sitiantes, sertanejos, colonos, grileiros, outras companhias articulares, pequenas empresas imobiliárias, ladrões que roubavam as casas para matar a fome, prostitutas que chegavam às levas nas asas dos aviões do Panair, nordestinos esfomeados e mendigos que vagavam pelas ruas da fervilhante “nova Canaã”, etc. (Adum, 1991, p.48)

Adum (1991), caracteriza esses grupos como dois tipos de abordagem da história,

O primeiro deles – e mais freqüente – o da “história sem problemas”, “história limpa”, cuja narrativa traça uma trajetória racional de vitórias a caminho da “civilização”, onde a CTNP, cuidando também de seus interesses, teve como objetivo maior, o engrandecimento da região, do Estado e da Nação. Esta perspectiva, como já foi visto no capítulo anterior, traz no bojo uma idéia de paz e felicidade no espaço colonizado pela CTNP, principalmente quando comparado com espaços vizinho, sempre às voltas com inúmeros problemas e violências. Tal perspectiva insere-se na visão liberal-burguesa da história, cujos elementos de sustentação são, entre outros, a livre iniciativa, a garantia do direito à propriedade, o estímulo ao lucro, o espírito público da empresa privada, o caráter civilizatório e progressista da burguesia, o pioneiro, e que

foram, nesta construção histórica a posteriori, instituídos como responsáveis pelo sucesso da colonização realizada, bem como, pelo desenvolvimento e progresso atual da cidade. (Adum, 1991, p.51).

Esta mercadorização da terra operou sua acumulação primitiva no território de Porecatu, exterminando os povos originários, desde a implantação da expedição Jathai¹⁰, no final do século XIX. A população originária dos Kaingang, sofreu extermínio contínuo, diferente da falácia do vazio demográfico. (Tommasino, 1995, p.25). No Norte Central do Paraná, este processo de reprodução ampliada do capital cumpriu suas fases desde a acumulação primitiva que alijou a etnia kaingang milenares nas terras roxas, com a ruína de sua cultura, desde os seus artesanatos ao modo de vida, e, principalmente alterou a relação do homem com a terra.

O percurso desta tese, iniciou-se com a problematização da estrutura fundiária de modelo latifundiário-exportador e a contribuição dos camponeses da região chave na produção agrícola do país para resistência e organização política antagônica ao processo contínuo de acumulação capitalista na região, o que demonstrou a necessidade do capital em continuamente executar acumulação primitiva, não bastou a expropriação dos indígenas Kaingangs, nem dos posseiros dos idos tempos da Guerrilha, continuamente o capital precisa expropriar territórios para manutenção das suas taxas de superexploração da renda da terra. Tommasino (1995).

Todas estas tendências da acumulação do capital evidenciadas pelo mundo em escala diminuta compatível ocorreu e efetuou os camponeses daquela região. A primeira a refletir sobre a região de Porecatu/Centenário do Sul foi a historiadora Ângela Ferreira (1984), pioneira no pensar, sobre a acumulação capitalista na região de Porecatu, na conjuntura política dos anos 40 do séc. XX, a autora sinaliza que “ocorreu a tendência de perpetuação de uma estrutura clássica de latifúndio, com a potencialização de exploração de áreas não desbravadas”. Ferreira (1984, p. 18).

Diniz (2014), afirma que os únicos entraves para a acumulação do capital eram “os caboclos posseiros, sobrantes da estrutura fundiária ratificada na Lei de Terras”. Estes tiveram o processo de acumulação primitiva como condicionante das suas trajetórias de vida, ou seja, expropriação de suas terras, com anuência jurídica do Estado do Paraná, visto sua adesão junto às instituições reguladoras, vide:

¹⁰ Colônia Militar instalada em 1858 no Rio Tibagi, para explorar sua bacia hidrográfica, foi a expedição que entre outras coisas foi o genocídio dos Kaingang.

“Fóruns, Cartórios, tabelionatos, delegacias de polícia, instituições que tendem a perpetuar os desapossamentos e legitimar as expropriações”. (Diniz, 2014, p.69).

Ao remetermos a historiografia oficial, encontraremos que o norte do Paraná foi desbravado e colonizado por fazendeiros latifundiários¹¹, que tiveram o êxito de trazer o progresso capitalista da região. À época, estes fazendeiros eram o Barão do Café – Geremia Lunardelli e seus irmãos Urbano e Ricardo, que passaram para a história como colonizadores da região na porção setentrional do Paraná, onde desbravaram terras devolutas e construíram um latifúndio que desde então condiciona a economia da região. (Giovanetti, 1951, p. 21).

Numa troca de bastões da burguesia rural – a família Lunardelli, vendeu as terras para o Grupo Atalla presidida pelo empresário Jorge Wolney Atalla. Este foi o grupo referência nos anos 1970 do século XX. No início do Proálcool no Brasil, e Atalla era considerado, àquela época, um visionário. Presidente da Copersucar naquele período, Atalla foi um dos idealizadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O CTC é considerado um marco pelo setor por desenvolver variedades de cana mais produtivas e um dos responsáveis pelo salto que o Brasil deu em etanol. Atalla também é lembrado por financiar, por meio da Copersucar, a campanha de Emerson Fittipaldi na Fórmula 1. (Oliveira, 2020).

O Grupo Atalla possui diversas empresas em outros ramos, entre elas a Central Paulista de Açúcar e Alcool, localizada em Jaú (SP) e a Central de Açúcar e Alcool, em Porecatu (PR), ambas com filiais em todo o estado do Paraná. O Grupo também é proprietário da Ciplan – Cimentos Planalto – que opera no ramo de cimentos e construção civil no Distrito Federal e da Central Paulista de Inseminação Artificial (Haras Atalla Jorge Wolney). O empresário também foi proprietário da Fazenda Usina Lambari e foi o presidente de honra da Copersucar, “maior exportadora brasileira de açúcar e etanol no mercado mundial”. (Oliveira, 2020).

Atualmente, a Companhia é responsável pela exportação de 55% do açúcar e 60% do álcool produzidos no país. Jorge Wolney Atalla também foi um dos fundadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), criado para desenvolver variedades genéticas mais produtivas. No início, o CTC tinha a Copersucar como controladora única, mas hoje estão entre seus principais acionistas empresas como o Grupo Raízen, Odebrecht, São Martinho, Bunge, Tereos, Coruripe e Santa Terezinha.

¹¹ Posteriormente aos anos 1960 outros fazendeiros/latifundiários atuaram com protagonismo na exploração capitalista na região, vide, Jorge Wolney Atalla (Silva, 2006).

O Grupo Atalla foi um dos financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. A OBAN foi o maior esquema de caça aos militantes de esquerda, tortura, assassinato e desaparecimento durante a ditadura civil-militar e era comandado pelo Exército. Não por acaso, nos anos 70, os governos militares concederam empréstimos de cerca de 300 milhões de dólares para o Grupo Atalla.

A história de luta da classe trabalhadora rural brasileira, contada pelos posseiros do norte do Paraná e os herdeiros de sua luta, dão outro rumo para a prosa, pois contam esta história com um outro olhar, o olhar da resistência dos posseiros, sujeitos de um processo de expropriação. Esta versão da história, a partir das experiências vividas pelos camponeses na luta pelo direito de estar na terra, estava em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista e dos latifúndios, com seus agentes que consideram a terra como mercadoria e fonte de acumulação de capital. Sofreram esta dinâmica da via colonial escravista de exploração capitalista, potencializada pela estrutura jurídica de expropriação estabelecido desde Brasil colônia, fatores que condicionaram o conflito agrário de classes antagônicas pelos títulos de propriedade privada sobre a terra.

A possibilidade tácita de estudar a história local dos posseiros à época, ficou tangível quando da série de reportagens no *Jornal Folha de Londrina* em 1985, Série de reportagens com 24 matérias, sob batuta do jornalista Pedro Paulo Felismino, estas reportagens trouxeram à tona as denúncias nos depoimentos dos camponeses expropriados das terras, dentre as quais se destaca a família Billar e Dos irmãos Quiabo,

Os Billar, foram os primeiros a desbravar a região, tinha na figura do patriarca, o espanhol José Billar, foram os pioneiros dos camponeses posseiros na ocupação da região de Porecatu, família com protagonismo posterior na resistência armada dos posseiros. Inicialmente cumpriram o roteiro necessário para controlar formalmente a terra,

As famílias dos posseiros cumpriram o rito acordado com o Estado do Paraná, desbravaram 40 alqueires de mata virgem na base do machado, levantaram ranchos, semearam mais de 20.000 pés de café, roças de milho, feijão, arroz, mangueiras para animais porcos, gado, casaram, procriaram, viveram, tinham como garantia legal um protocolo da CTNP, na política do interventor Manoel Ribas, passados os 6 anos, mudada a política, o interventor passa a ser Moysés Lupion que “ignora as leis e tratados vigentes”. (Oikawa, 2011, p. 51).

Passados quase uma década, os posseiros que esperavam a ratificação dos acordos para apossar-desbravar a terra, passados anos, décadas para algumas

famílias, começaram a receber visitas de jagunços da família Lunardelli, que traziam as más notícias, “*essas terras são do meu patrão, saiam se não quiserem morrer*”. Em suma, e em poucas letras, essa era a mensagem, para cerca de 1.500 famílias da região. A notícia no caso da família Billar, veio com a destruição das roças e ranchos, morte de seus animais, e ameaças de morte a todos os membros da família.

Nós trabalhávamos de sol a sol, todos os dias, para preparar a terra. Das 20.000 covas de pé de café plantadas, 11.000 já estavam produzindo quando o conflito começou, lembro-me bem quando chegou um advogado (jagunço) lá em casa era fim de tarde, dizer que agente tinha que sair da terra porque não era nossa (José Billar, apud Felismino, 1985)

A matriarca da família, Antônia Billar, afirmou a reportagem da revista *O Cruzeiro*, ratificou a resistência, “quando nós chegamos, o sertão era bruto e a civilização um sonho, compramos as terras, sangramos as mãos, pagamos impostos, vivemos felizes. E agora nos expulsaram, mas só sairemos mortos”. (Antônia Billar, apud Felismino, 1985).

Em depoimento de João Billar, para Felismino (1985) um dos filhos do clã Billar, afirmou, “o velho era muito autoritário e decidia tudo por toda a família, e decidiu: vamos ficar”. Do outro lado da contenda, os fazendeiros locais sedentos por ampliar as suas posses. Para Priori (2011),

apresentavam documentações como se as terras fossem, de fato, demarcadas legitimamente como suas, com os difundidos documentos grilados. Este cenário expressava uma guerra cujo prejuízo para a classe trabalhadora era previsível, frente ao poderio oligarco-latifundista dos fazendeiros, esta superposição de títulos fundiários na região, são esses dois agentes sociais, posseiros e grileiros, respaldados pelos latifundiários-políticos, os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX. A estrutura clássica de manutenção de latifúndios via de regra o Estado acaba por legitimar os papéis dos grileiros e afins, foi quando do início dos conflitos agrários de grande monta (Priori, 2011, p. 36).

O primeiro a especificamente a escrever sobre o conflito fundiário de Porecatu foi Ângelo Priori (2011), na obra: “*O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*”, o autor afirma que todos estes os fatores supracitados contribuíram para potencializar a especulação imobiliária diante dos litígios na gestão de Moysés Lupion (1946-1950), defendendo a propriedade territorial concentrada, tratando as posses dos camponeses como caso de polícia. Os documentos estaduais, que outrora garantiam a posse dos camponeses, foram ignorados pelos fazendeiros, e o processo de expulsão dos camponeses se intensificou, havendo o “descumprimento da lei vigente, em favor dos latifundiários, com conseqüente conflito pela terra”. (Priori, 2011, p. 111).

Esta amálgama bélica-jurídica em torno da disputa dos títulos fundiários teve sedimentação e acabamento da luta no molde de Guerrilha, devido a atuação do PCB, via dois personagens centrais no contato dos posseiros de Porecatu com o PCB, Manoel Jacinto Correa¹² e João Saldanha¹³, militantes pecebistas, que residiam em Londrina. Formada a conjugação de fatores que levaram a necessidade da organização política para resistência, o conflito mudou de rumos, deixando de ser uma revolta popular sem direção política, para ser uma organização popular com táticas, ações, objetivos pré-definidos pelo PCB, o partidão tomou como opção a luta contra os latifundiários, nos moldes de guerrilha, “provavelmente inspirados nas táticas de guerrilha utilizadas por Mao Tsé-Tung, o PCB, pela primeira vez no Brasil, preparou e empurrou os camponeses ao enfrentamento aos seus antagônicos de classe” (PRIORI, 2011, p. 109). No início de 1948, os posseiros ratificam a aliança com os integrantes do PCB, a decisão é tomada reunião entre os posseiros e os enviados do PCB, João Saldanha e Manoel Jacinto Correa. Em entrevista ao Felismino (1985). Saldanha, informou como foi o diálogo com os posseiros:

Vocês querem ficar na Terra? - Queremos. Então vocês têm que lutar - Lutar como? - Lutar com armas na mão.- Mas cadê as armas? Nos (PCB) - vamos arranjar. Esse foi o diálogo que mantive com os posseiros, e assim começou a Guerrilha de Porecatu, a partir desta aliança inicia a participação do PCB na luta e a Guerrilha começou. Passamos a organizar um tipo de resistência que não tinha como objetivo de mudar o regime e nem tomar o poder. Os posseiros queriam se manter na terra (Saldanha, apud Oikawa, 2011, p.342).

Posto que, no setentrão do Paraná, inicialmente o Estado incentivou o desbravamento e apossamento das terras devolutas¹⁴ na região, e imediatamente após o êxito dos camponeses posseiros em desbravar a terra e abrir o café, o Estado do Paraná agiu em favor dos interesses de grandes latifundiários grileiros. Esta dupla determinação estatal resultou em um conflito de classes sociais antagônicas, camponeses posseiros contra latifundiários grileiros, sendo que os latifundiários se beneficiavam de vínculos políticos e favorecimentos do governador Moysés Lupion,

o governador Moysés Lupion que era proprietário de terras na região, negociou as terras com a família Lunardelli, e não cumpriu a legislação estadual, além de não efetivar os acordos da gestão de Manoel Ribas, que garantia a posse das terras aos camponeses, neste contexto, o Partido

¹² Manoel Jacinto Correa, vereador PCB Londrina, foi figura central na organização dos posseiros de Porecatu, sendo membro do PCB de Londrina.

¹³ João Alves Jobim Saldanha (1917-1990). Jornalista, escritor, técnico Seleção brasileira de futebol (1969-1970). Militante político do PCB, com destacada participação na Guerrilha de Porecatu.

¹⁴ Terras devolutas são áreas públicas que não possuem destinação específica pelo Estado.

Comunista Brasileiro - PCB (1922), atuava na clandestinidade e, na ocasião surgiu para os camponeses como um grande fomentador do plano de se criar uma “aliança operário camponesa (Priori, 2011, p. 123).

Martins (1981), acrescenta que o objetivo do PCB no campo era a extinção das relações arcaicas de trabalho instituídas pelo colonato, vide: “a meia, a terça, o vale do barracão, formas de pagamento que excluía o dinheiro, nos casos da ‘meia e da terça’ era dívida, a produção e o vale eram a liberação de consumo no barracão (mercado-venda) da fazenda”. A partir das inspirações das experiências russa e chinesa, por mais que ambas não coincidissem, definiram que seria necessária “a confiscação das propriedades latifundiárias que passariam a gestão dos trabalhadores rurais” (Martins, 1981, p. 45).

O Estado do Paraná, em cerca de 50 mil hectares, desenvolveu um projeto de colonização oficial para abrigar posseiros. Os posseiros de Porecatu, a quem o governo havia prometido terras, casas, transporte e educação, e que pouco tinham recebido, viam que estavam prestes a perder todo o trabalho de derrubada da mata, preparo da terra e plantações de milho e mandioca, visto que a maioria dos posseiros não possuía títulos de propriedade das terras. Sob a ameaça de despejo ou morte, posseiros, colonos, aventureiros, comerciantes de terras, proprietários legítimos, grileiros e políticos interessados em terras e em votos, todos eles, “contribuíram para que fosse criado um clima de tensão propício à reação armada como forma de defender seus supostos direitos”. (Priori, 2011, p. 125).

Na segunda obra específica sobre a Guerrilha de Porecatu, publicada por Marcelo Oikawa (2011)¹⁵: *“Porecatu: A Guerrilha que os comunistas esqueceram”*, o autor sinaliza que o treinamento de guerrilha foi executado pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, naquela época, na ilegalidade, e ocorreram vários confrontos entre posseiros, jagunços e policiais militares, entre os anos 1950 e 1951. No início, os posseiros, vendo que a estratégia adotada por eles estava mantendo recuados os jagunços e policiais, em julho de 1951, terminou a “Guerrilha de Porecatu”. Para Oikawa (2011), ocorreu devido a uma fusão de fatores políticos,

Bento Munhoz da Rocha Neto assumiu o governo do Paraná, visando acabar com o conflito, desapropriou parte das terras em disputa e criou uma comissão especial para realizar o assentamento dos posseiros. Para os membros do PCB, tal ação era vista como sendo o fim do movimento de resistência. Assim, o PCB dificultou ao máximo as negociações entre posseiros e o Estado do Paraná. A polícia militar e o exército fecharam o cerco, momento este em que muitos posseiros fugiram ou se entregaram.

¹⁵ Marcelo Oikawa (1951- 2023), jornalista londrinense formado pela UEL.

Posseiros e aventureiros que se encontravam na região do conflito receberam lotes de terras em várias localidades da região norte e oeste do Paraná. As terras de primeira qualidade, apropriadas à cultura de café na região de Porecatu, ficaram mesmo em poder dos fazendeiros (Oikawa, 2011, p.232).

Ao passo que pode ser considerada uma luta perdida, e esquecida até mesmo pelos PCB, pois das 1500 famílias que estiveram desde o início do conflito fundiário, apenas 380 persistiram até o término da Guerrilha e obtiveram terras, não as terras mais próximas do Rio Paranapanema, mais férteis, que eles cultivavam, mas principalmente foram agraciados com porções de terras nos municípios de Centenário do Sul, Miraselva, Guaraci principalmente.

A Guerrilha de Porecatu foi uma síntese em tempo e espaço de um amplo processo de expropriação, sendo que o processo de expansão do capital foi brasileiro, com protagonismo estatal na defesa dos interesses dos latifundiários, agindo como Estado-Jagunço para expropriação camponesa da terra. Para o benefício dos latifúndios-monocultores, as determinações deste processo de expansão do capital foram replicadas em todas as regiões do país.

A organização política e experiência política flexionadas em Porecatu legou posteriormente, expertise de luta e resistência para outros conflitos de terras com condições conjunturais similares, vide, no Sudoeste Paranaense em 1957, nas cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco (Bresolin, 2008), em Trombas e Formoso, em Goiás, no ano de 1959 (Cunha, 2007). Estas experiências de organização do campesinato ocorridas no fim nos anos cinquenta do século XX, culminaram no final desta mesma década nas ligas camponesas organizadas pelo deputado Francisco Julião no Nordeste, na divisa dos estados de Pernambuco e Paraíba. Verifica-se então que as lutas camponesas dos anos 50 do século XX, ratificaram o campesinato ou classe para si no Brasil. (Oliveira, 2020).

Adum (1991, p. 45), reputa à vanguarda da organização dos posseiros de Porecatu uma forma de resistência forjada que ocorreu quando um “pequeno grupo de camponeses de uma pequena cidade no interior do Paraná, com pouca tradição política e nenhuma prática revolucionária, inaugurou um novo tipo de luta”. A partir desta nova fase, dentro do processo das lutas sociais no campo. Silva (2006) corrobora, enfatizando que,

em Porecatu surge um modelo de resistência e organização política, com reuniões, e suas respectivas deliberações posteriores, direito de voz e voto, além de organização jurídica, houve a institucionalização das demandas dos posseiros para defesa de seus interesses, via direitos sociais adquiridos. Com objetivos opostos o tensionamento entre os latifundiários-grileiros versus

camponeses-posseiros, a partir deste levante campesino, criou-se então por parte dos camponeses, um novo modelo de organização político-sindical do campesinato, em luta com os grileiros-oligarquias políticas (Silva, 2006, p. 58).

A Guerrilha de Porecatu, legou experiência de organização política camponesa em resistência ao processo de transição do capital. Nesta relação dialética das contradições e antagonismos que a formação sócio-histórica brasileira propiciou para geração deste e dos outros tantos conflitos/lutas sociais citados, em parte, neste estudo, as principais contribuições dos posseiros de Porecatu.

a Guerrilha de Porecatu foi um movimento social reativo e propositivo, diferente de outros fatos históricos denominados de guerrilha não propunha em sua base camponesa a disputa por poder político; O conflito começou por disputas jurídicas passando para a luta armada e retornando a disputa jurídica, com o resultado do reconhecimento e desapropriação de parte da área contestada, não derrubou o latifúndio, porém marcou representação política; causou uma ruptura teórico metodológica na formação histórica do campesinato, com o pleito de emancipação política na perspectiva de disputa dos direitos sociais burgueses (propriedade, liberdade, segurança e igualdade) (Oliveira, 2020, p. 121).

Vale destacar que esta organização em formato de guerrilha rural, portanto, bélica foi uma necessidade de organização política dos posseiros e ocorreu na medida da necessidade de defesa da integridade física de suas famílias, não sendo, inicialmente, o objetivo dos posseiros era cumprir o acordo com o governo do Paraná, visto a motivação estatal, via chamada pública realizada pela gestão do interventor Manoel Ribas, para ocupação do território, posteriormente ao terem suas terras griladas pelo governo de Moysés Lupion, gerou o conflito. Contudo, a dialética da dupla violência estatal, inicialmente jurídica, ao descumprir o tratado anterior e posteriormente a disposição de força policial do estado do Paraná para repressão dos posseiros, estabeleceu uma contradição que gerou a necessidade da práxis social de resistência.

A colheita principal da Guerrilha de Porecatu para o campesinato foi a entrada no “jogo político”, com instituições políticas que foram organizadas no período da organização dos posseiros de Porecatu. Este movimento do campesinato se apresenta e complementa que o “sujeito de todo um peso político de luta e resistência, entender o camponês enquanto classe é agregar a esse sujeito todo o caráter de luta e resistência em diversos capítulos da história, que tiveram o campesinato como protagonistas e participantes fundamentais” (Martins, 1980, p. 78).

Segundo Oikawa (2011, p. 134), esta conjuntura possibilitou “a divulgação pela primeira vez da ‘palavra-categoria’ camponês na imprensa no Brasil, durante a

cobertura jornalística da Guerrilha de Porecatu, a imprensa comunista da época, passou a se referir ao trabalhador rural sem-terra em luta política, como camponês-camponeses”. Portanto, um conceito historicamente forjado na luta, ao considerar os camponeses dentro de uma conjunção dos expropriados da terra, que em grande parte eram descendentes dos povos originários, os indígenas e dos diversos povos de quilombos, descendentes dos escravos, como sujeitos que estão no centro da disputa de classes para efetuar uma relação dialética contraditória e conflituosa entre elementos constitutivos da questão agrária.

Os camponeses na região de Porecatu, convivem com esta dialética radical de expropriação fundiária desde o declínio da escravidão, num movimento de resistência contraditoriamente e em movimento diametralmente contrário ao capital. O campesinato nesta região criou possibilidades de resistência a estes processos exploratórios, sendo os mais atingidos, os camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, pelos processos históricos responsáveis pela expropriação da terra e consequente exclusão do camponês do pacto político.

O fato da questão da terra entrar na agenda pública, deve-se à contribuição direta da Guerrilha de Porecatu, anteriormente ao período das lutas camponesas dos anos cinquenta, as revoltas eram apaziguadas via extermínio das manifestações, com a extrema violência sendo o balizador das negociações, e sem avanços significativos na estrutura política decisória.

Posterior à Guerrilha de Porecatu, o exemplo da demanda perene de reestruturação do regime fundiário brasileiro. Criou-se uma cisão entre as classes sociais, motivando uma reação do Estado, que começa paulatinamente a absorver as demandas dos movimentos sociais no campo, esta sinalização de organização dos posseiros de Porecatu, condicionou a compreensão de sua ação política enquanto a ação política do campesinato desde então.

A exclusão no seu processo histórico desta segregação social definiu mecanismos econômicos, sociais e políticos, colocando os camponeses na processualidade histórica sempre como lado fraco da correlação de forças políticas, ausência política e propriamente da propriedade da terra, pois os camponeses participavam com a ausência política na correlação de forças, alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. Para Martins (1981),

O escamoteamento conceitual é a forma necessária e eloquente de definição do modo como o camponês tem tomado parte do processo histórico brasileiro, como um excluído, um inferior, um ausente do que realmente ele é, ausente da apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como fosse necessário, de um lado, e alheio, do outro lado, considerando que até os anos cinquenta do século XX (Martins, 1981, p. 34).

O avanço do capitalismo na região contrariou os interesses dos camponeses-posseiros de Porecatu, que para resistência a este processo delinearam um modelo de organização política para representação política, tendo como principal pleito, a posse das terras desbravadas, mesmo que dentro da ordem política vigente. A Guerrilha de Porecatu se tornou nodal para as demais experiências de luta camponesa, pois, em determinado momento, conseguiu ameaçar os interesses das oligarquias rurais, buscando romper com as relações de dominação e clientelismo político.

A experiência de Porecatu trouxe para o cenário político novas reivindicações, forçou uma nova representação social do homem e da mulher do campo, demonstrando que é possível construir uma organização camponesa com interesse de classe e unida em prol de um objetivo comum. Apesar da derrota no campo da luta armada, Porecatu é símbolo de um avanço político, pois é a semente da qual brotaram muitas outras experiências de lutas sociais, nas quais a parcela dos camponeses em disputa fundiária, se impõem como sujeitos de sua própria história.

Ao denunciar o *“cativeiro da terra”* e confrontar toda uma estrutura política, econômica e jurídica que privilegia a concentração fundiária, os posseiros camponeses do Norte do Paraná demonstraram a potencialidade que a organização política da classe trabalhadora pode resultar num tempo e espaço delimitado e com estratégias alinhadas à demanda da realidade concreta. O intento foi evidenciar que somente através da resistência, enfrentamento e luta política que os camponeses têm garantido o seu espaço no Estado.

Objetivamente os avanços a serem ressaltados além da criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, a assinatura do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais no país. Esta experiência política no Norte do Paraná motivou legado de resistência, perpetuando se em forma de organizações políticas posteriores, ao exemplo das ligas camponesas, federações, de todos os segmentos políticos, das associações de cunho assistencialista passando por sindicatos rurais e culminando nos movimentos sociais de pleito à reforma agrária, vide o MST, todos levam o embrião de organização dos camponeses de Porecatu.

O mérito maior dos posseiros de Porecatu, foi o desvelar de consciência de classe, além da efetiva contribuição para construção de uma estrutura de organização política para pleito de seus interesses, mesmo que dentro da ordem hegemônica burguesa. Deste avanço político dos trabalhadores rurais, cabe evocar a Guerrilha de Porecatu, como libelo acusatório da condição cativa da terra, visto que esta organização política denunciou o cárcere institucional da terra, que o latifúndio detém no Brasil. A Guerrilha de Porecatu torna se emblemática e pedagógica para o campesinato.

2.1.2 A colheita da Guerrilha de Porecatu: vanguarda do campesinato brasileiro

*“As lutas camponesas no Norte do Paraná,
legaram a passagem da consciência do campesinato
dos tempos da inocência e revolta para os tempos da política”
José de Souza Martins (1980, p.34).*

Ao buscar na literatura da questão agrária o advento do campesinato com representação do sindicalismo rural no Brasil, autores relacionam automaticamente com a experiência de organização das ligas camponesas do Nordeste (1956-1960) com a atuação combativa do deputado Francisco Julião – Partido Socialista Brasileiro (PSB). Porém, desde a década de 1940, no Norte Central do Paraná ocorria conflitos fundiários em torno da posse da terra com consequente organização dos camponeses em molde sindical, como ocorreu em Porecatu. Desta organização política surgiram as primeiras associações de lavradores do país, precedendo as demais lutas camponesas deste período.

O campesinato no Brasil ganha a estrutura que Marx e Engels definiram como classe social engajada politicamente pela práxis social, visando apontar subsídios para compreensão da categoria campesinato, partindo das formulações clássicas que retratavam o desenvolvimento do capitalismo na Europa e Ásia e a relação do proletariado com o campesinato naqueles países. Entretanto, pretendo fazer aproximação da constituição desta classe social no país, verificando os aspectos a serem incorporadas nesse debate no recorte do campesinato brasileiro e suas particularidades na região de Porecatu.

José Paulo Netto (2011, p.50), sugere que “a abordagem marxista nos proporciona uma reflexão diferenciada dos paradigmas teóricos contemporâneos,

especialmente com a utilização do materialismo, a partir do materialismo histórico da formação econômico social brasileira”. Portanto, cabe aqui uma primeira diferenciação sobre os camponeses analisados por Marx e Engels ao passo que na Europa, os camponeses acessaram as terras no fim do feudalismo, que aqui foi e é algo que os camponeses pouco acessam, a terra e sua propriedade privada. Os camponeses do Brasil, a principal distinção é a condição de sem-terra dos camponeses brasileiros, que o modo de produção escravista colonial e o cativo da terra existentes durante o declínio do escravismo, impuseram a estrutura fundiária no país.

Pontuar estas diferenças é importante para superar algumas verdades históricas, dentre as quais Marx e Engels (bem como o marxismo), eram críticos do campesinato. Marx (2012) tratou do campesinato europeu. De início a centralidade dos resquícios do modo de produção feudal aparecem na introdução à obra *“As lutas de classes na França de 1848-1850”*. Para os autores, o campesinato francês tinha por característica singular o fato de ser homogêneo quanto às condições de existência: pequeno proprietário, de produção familiar autossuficiente, isolado do contexto nacional, mas sem relações multiformes entre si. Em Marx (2012);

a terra para os que a trabalham significa a transferência da terra das mãos dos exploradores feudais para as mãos dos camponeses, transformação da propriedade privada dos senhores de terras feudais em propriedade privada dos camponeses, e emancipação destes das relações agrárias feudais, tornando-se possível a conversão do país agrícola em país industrial. Por essa consequência, o princípio da terra para os que trabalham tem o caráter de uma reivindicação democrático-burguesa, e não proletária-socialista (Marx, 2012, p. 96).

Karl Marx (2006), na obra *“O 18 brumário de Luís Bonaparte”*, realiza, então, a primeira análise vigorosa do campesinato enquanto classe social. Sobre isso, o autor afirma o caráter bonapartista do campesinato na França,

O campesinato francês (especialmente os pequenos camponeses) era a classe mais numerosa e tinha por representante o próprio Luís Bonaparte. Habilmente, associando-se à mítica identidade do tio Napoleão Bonaparte, Luís ganhou a eleição à presidência da república francesa e, não muito depois, restaurou a monarquia através de um golpe de Estado. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco que constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são

incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados (Marx, 2006, p, 65).

Ao delimitar a renda fundiária como diferencial da extração da mais valia na primeira extração da relação homem e natureza, Marx e Engels compreendiam a propriedade privada da terra como principal característica da acumulação capitalista. Portanto, todas as formas de propriedade deveriam ser dizimadas pela possibilidade de um novo modo de produção cunhada na propriedade social da terra. Engels (2014) no debate com o sr. Eugenio Duhring, publicado em formato de livro na obra, *Anti, Durihg (2014)*, evidencia esta afirmação,

Este esboço histórico (o da gênese da chamada acumulação primitiva do capital, na Inglaterra) é, até agora, o que há de melhor, relativamente, no livro de Marx e ainda poderia ter sido melhor se não se apoiasse na agudeza erudita e, além disso, na dialética. Recorre à negação da negação de Hegel, para que ponha a seu serviço, na falta de meios mais claros e melhores, os seus serviços de Parteira, ajudando-o a fazer brotar o futuro das entranhas do passado. A abolição da propriedade individual, que se processou, por esse modo, a partir do século XVI, é a primeira negação. Esta, será seguida por outra, caracterizada como negação da negação e, portanto, como a restauração da "propriedade individual", mas de uma forma mais elevada, baseada na propriedade comum do solo e dos instrumentos de trabalho. O fato de o Sr. Marx qualificar, em seguida, esta nova "propriedade individual" também com o nome de "propriedade social", revela a unidade hegeliana de caráter superior, na qual a contradição, conforme se verifica, fica cancelada; ou seja, de acordo com o já conhecido jogo de palavras, a contradição se mantém, ainda que superada. A expropriação dos expropriadores é, de acordo com isso, o resultado automático da realidade histórica, em suas circunstâncias materiais externas (Engels, 2014 p.198).

Engels explica que "a transformação da propriedade privada e dispersa dos indivíduos que é baseada no seu próprio trabalho, em propriedade privada capitalista é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais difícil, mais duro e mais trabalhoso que a transformação da propriedade privada capitalista, repousada de fato num regime social de exploração, numa propriedade coletiva". (Engels, 2014, 198).

O ideário de Marx e Engels seria um processo de expropriação dos expropriadores, assim, a restauração da propriedade individual ocorreria desde que baseada na "propriedade social sobre a terra e sobre os meios de produção, produzidos pelo próprio trabalho" (Engels, 2014, p.199). Isto significa nesta interpretação que a propriedade coletiva se tornará extensiva à terra e aos demais meios de produção, e a propriedade individual se limitará aos produtos ou aos objetos destinados ao consumo.

Marx (2011, p.40), assim definiu "uma associação de homens livres que trabalham com meios comuns de produção e que despendem suas forças de trabalho individuais, conscientemente, como uma força de trabalho social", isto é, de uma associação organizada de forma socialista, e acrescenta onde "o produto coletivo da associação é um produto social. Uma Parte desse produto volta a servir como meio de produção. Continua sendo social. Mas uma outra Parte é absorvida como meio de vida pelos membros da associação". Esta tendência de compreender os camponeses como agentes da burguesia rural é reforçada por Kausty em "*Questão Agrária*" (1980), e posteriormente após a experiência da Revolução Russa, em Lênin (1985), na obra "*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1919)*".

O historiador Paulo Cunha (2012), evidencia que ocorreu "uma reavaliação crítica desse debate, que começa posteriormente a ser realizada quando Engels analisou o processo das guerras camponesas, percebendo que a origem desses movimentos rurais é decorrente do grau de desenvolvimento econômico que ocorre em cada país". Para o autor, a experiência histórica que demonstra a potência de resistência do campesinato, no que se refere a uma revolução nacional, ocorreu na China.

Cunha (2012), afirma que a ascensão do Partido Comunista Chinês - PCC, quando a China era um país de camponeses, cujo acesso à terra se dava na forma de arrendamento ou de propriedade; possuía um quadro fundiário que se caracterizava, em 1930, com a metade do campesinato possuidor de terras próprias. Era o perfil de uma sociedade rural dominada pelo camponês dono de terras, ou seja, a China era um país eminentemente agrário. Mao Tse-tung, diferente dos cânones do marxismo, foi hábil em analisar a realidade pela dialética, atribuiu valorização ao campesinato como agente de vanguarda, portanto, revolucionário" (Cunha, 2012, p. 23).

Mao Tse-tung (*apud* Cunha, 2012, p. 92), foi taxativo ao refletir sobre o campesinato, "é preciso retificar imediatamente todos os comentários sobre o movimento camponês e corrigir, o quanto antes, as medidas erradas que as autoridades revolucionárias tomavam em relação a ele. Somente assim se pode contribuir de algum modo para o futuro da revolução". Nessa conjuntura, da revolução camponesa na China Maoísta, foi estabelecido o seguinte lema, "todo poder às associações camponesas", indica que os camponeses pobres são "a força principal do processo revolucionário" (Cunha, 2012, p. 93).

Toda esta influência internacional motivou o Partido Comunista na sua seção no Brasil, no fim da década de quarenta do século XX, a debater o tema da Reforma Agrária. Na vanguarda do debate sobre a movimentação política, o então senador da República Luís Carlos Prestes (PCB), no cenário de debates no parlamento sobre a construção da Constituição de 1946, afirmou a necessidade de realização de uma reforma agrária enquanto principal reforma de base. ao explicar o voto desfavorável do PCB pela aprovação do projeto da constituição federal. Anunciou, também, várias emendas constitucionais elaboradas pelo partido que analisava as causas do subdesenvolvimento do Brasil à luz da orientação marxista.

Nesta conjuntura foram dados os passos práticos em direção a garantir os instrumentos necessários a uma ampla reforma ideológica da propriedade, em especial da terra. A função social da propriedade da terra é o princípio fundamental do direito agrário, como contraposição ao individualismo tradicional, que, mesmo banido constitucionalmente, é ainda a nossa realidade agrária. Por fim, o texto do art. 141, §16, da Constituição de 1946 ficou assim: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (Brasil, 1946).

Martins (2003, p.28), afirma que “nos anos 50, os movimentos populares no campo ganham uma forte dimensão política, com a mediação de um partido que tem um projeto político e que enquadra e define as lutas no campo em função de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira”. Esta mediação política que buscava reverter ou amenizar o cativo da terra legislado na Lei de Terras, seria uma necessidade do Estado brasileiro. Esta necessidade foi escancarada pelo campesinato, com o pipocar das lutas camponesas dos anos cinquenta.

Trabalhar com o conceito de camponês tal como propõe autores como Shanin (1983), Martins (1981) e Oliveira (2007), significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção. Neste sentido é possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo.

Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para desenvolvimento. a produção camponesa, é que faz com que se constitua em parte do capitalismo e por ele não seja destruída, mas ao contrário, reproduzida: o objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais. Fazer essa análise do campesinato como classe social do modo capitalista de produção não significa ter um entendimento de que essa classe

social é autônoma e que não está sujeita a capitalismo. Pelo contrário, os camponeses fazem parte das chamadas classes subalternas outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e camponeses refletem, específicas. Os necessariamente relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social (Shanin, 1983, p. 75).

No Brasil, o modo de produção escravista colonial motivou uma diversificação sociocultural do campesinato, com a multiplicação cultural dos posseiros e refratários do escravismo colonial, sendo as principais manifestações do campesinato, mas as chamadas comunidades tradicionais se multiplicam de acordo com a região e sua cultura, agricultura familiar, quilombolas rurais e aldeia indígenas. A essa altura cabe diferenciar os conceitos de campesinato e agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura essencial nesta análise,

mesmo muitos destes camponeses serem universalizados no conceito de agricultores familiares, cada qual possui suas especificidades socioculturais, aqui tratarei especificamente dos camponeses agricultores familiares. A concepção de agricultor familiar está associada à ideia de que são pequenos empresários do setor agrícola, ou seja, estando eles altamente integrados ao mercado e menos selvagens segundo a classificação de são então os agricultores próximos do "modelo ideal" segundo classificação (Lamarche, 1993, p. 13-33).

Muito embora o campesinato esteja à parte do altamente "tecnificado" e com acesso aos mais variados objetos de consumo urbano, a lógica que lhes preside a vida não é a lógica da sociedade de mercado (Woortmann, 1990),

Acreditar que se trata de pequenos empresários é incorrer em um erro extremo, é a tese que sustenta em seu artigo. Com parente *não se negueia* porque os camponeses sabem que o negócio envolve um ganhar e o outro perder, e, neste sentido, seria extremamente desonroso ter ganho sobre quem é igual. A lógica empresarial é a lógica do lucro, do negócio, contrária à ordem moral camponesa, a prática empresarial é contrária concepção holística de mundo. Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa - esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. Se assim não fosse, após diversos anos de sucessivos prejuízos" os camponeses venderiam a terra e deixariam de ser camponeses (Woortmann, 1990, p. 36).

O país tem algumas experiências específicas de uso de terras de forma comunitária, como as comunidades tradicionais, colônias coletivistas e as comunidades faxinalenses, como explica Souza (2010). Deste modo, quando faço uso da expressão "faxinal" ou "terras de faxinais", nesta tese, me refiro ao seguinte significado,

terras tradicionalmente ocupadas que designam situações onde a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, variavelmente combinam apropriação privada e comum dos recursos naturais, tendo o controle e uso dos recursos considerados comuns à existência física e social –

especialmente pastagens naturais, cursos d'água e recursos florestais –, e exercido de maneira livre e aberta de acordo com normas específicas consensualmente definidas por grupos de pequenos criadores e agricultores que, circunstancialmente, denominam suas áreas de uso comum por expressões locais, a saber: criador comum aberto, criador comum cercado, criador criação alta e mangueirão, presentes no Sul do Brasil. Os faxinais compõem-se em geral de áreas de mata e pastagens utilizadas de forma comunitária, fornecendo pastagem e madeira para uso dos moradores. No entanto as explorações agropecuárias são realizadas de forma individual pelas famílias ali residentes (Souza b, 2010, p.17/18).

Outra demonstração de uso comunal das terras pode ser observada na comunidade tradicional de fundo e fecho de pasto na Bahia. A utilização das terras na forma de uso comum não é um fato novo na história, ao contrário, se constitui enquanto prática ancestral em variadas culturas. Na Bahia, as comunidades que desenvolvem suas atividades a partir desse modo de vida tradicional são conhecidas como fundo e fecho de pasto. Campos (2000) afirma que são:

terras de uso comum têm características associadas a uma terra do povo – uma terra que é de todos, contudo, isso não quer dizer que essa terra pertença ao povo enquanto propriedade coletiva do grupo social, mas um espaço que é usado de forma comum servindo a “inúmeros proprietários individuais independentes” de forma conjugada com a sua produção em área particular. O que deveria ser um complemento torna-se uma forma de produzir que é organizada a partir da experiência do uso comum como o caso dos trabalhos coletivos, gerando uma vivência social de cunho coletivo e solidário (Campos, 2000, p. 07).

De acordo com Luxemburgo (2021, p.368), as formas de relações sociais do campesinato são denominadas como “comunismo primitivo ou economia natural”; contudo, na conjuntura atual, para que as estratégias de manutenção desta forma essencial de relação da terra destes grupos específicos proporcionem a sua incorporação no mercado, existe um caminho a ser percorrido de modo comunitário, via as agroindústrias camponesas.

Engels (1984), em *“A origem da Família, Propriedade Privada e Estado”*, mensurou estas comunidades primitivas da seguinte forma;

Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas¹ famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas. É aqui e somente aqui que nós vamos encontrar “a propriedade fruto do trabalho pessoal”, que os juristas e economistas atribuem à sociedade civilizada e que é o último subterfúgio jurídico em que se apoia, hoje, a propriedade capitalista (Engels, 1984, p.23).

No campo da produção intelectual sobre o campesinato, a omissão da diversidade sociocultural presente nas formas tradicionais de organização social deve-se, sobretudo, à insuficiência teórica dos manuais de pensamento utilizados para

caracterizar os agentes sociais classificados como camponeses. Martins (1981) ressalta essas novas palavras – camponês e latifundiários, definindo-as como,

palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas camponesas. Assim, a expressão camponês designa o seu lugar social no espaço geográfico, mas também na estrutura da sociedade e, pretende designar um destino histórico. Destino esse que em muito são ignorados, minimizado por uma concepção política que marginaliza ideologicamente para dar voz a história vencedora da elite burguesa brasileira (Martins, 1981, p.23/24).

A dialética do surgimento do campesinato, demonstra que mesmo os movimentos camponeses são distintos entre si, com particularidades de cada região, sua organização e sua temporalidade, com um norte em comum, o desacordo com a estrutura fundiária vigente. Martins (1981) cita este denominador em comum:

As diferentes formas de luta e os diferentes movimentos expressavam um só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra. A diferença com outras situações históricas é que esses camponeses não encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra, de latifundiários stricto sensu. Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. Por isso mesmo é que perdia todo sentido lutar por uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários, como estes constituíssem uma classe antiburguesa, pré-capitalista. Isso parece ter ficado claro no caso do norte do Paraná (Martins, 1981, p. 25).

Retornando o debate para os autores que pensaram inicialmente Porecatu. Priori (2011), demonstra que o capital no Norte do Paraná adequou a organização do campesinato nos moldes da necessidade de resistência ao desenvolvimento do capital na região. Naquele período;

a Liga Centenário, em 1949, constituída anteriormente a chegada do PCB na região, já contavam com 140 posseiros, presidida por Hilário Padilha - o Itagiba - com objetivo inicial de ajuda direta aos camponeses, com cunho assistencialista, para provimentos de remédios, gêneros alimentícios, roupas e até dinheiro para investimento nas posses e no mato nos acampamentos, os militantes do PCB socializam as experiências adquiridas, por alguns membros do PCB que serviram ao exército, e a com aplicação da rígida estrutura e disciplina do PCB, fundamentam-se suas atividades e apresentam a disciplina de ação e hierarquia militar (Priori, 2011, p.14).

Silva (2006), corrobora e sugere que foi a partir da Associação dos Lavradores da Gleba Centenário (1949), que se buscou o cumprimento dos acordos realizados pelo governo de Manoel Ribas, ou a reparação em caso de descumprimento. Eram demandas locais dos posseiros que lutaram na Guerrilha de Porecatu, porém eram demandas e requisições em comum com outros camponeses do restante do país.

Na primeira vez na história do Brasil, o Estado brasileiro, por intermédio de Bento Munhoz da Rocha Melo, governador do Paraná em 1951, ratifica a primeira desapropriação de terras, do espólio da família Lunardelli, para realização do primeiro assentamento de famílias de camponeses em uma disputa direta com sua classe antagônica, os fazendeiros, assentando 380 famílias no município de Centenário do Sul/PR. (Oikawa, 2011).

O reconhecimento estatal dos direitos dos trabalhadores rurais começaram a ser contundentemente reivindicados pela via política pelo PCB, que lutava contra a forma de pagamento análogas ao colonato, reivindicando o pagamento em espécie (dinheiro), o fim do barracão, uma espécie de moeda interna da fazenda, um vale onde o trabalhador teria crédito nos produtos na venda da Fazenda, bem como todos os direitos trabalhistas contemplados na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, para trabalhadores urbanos, e não efetivados para os trabalhadores rurais.

A Guerrilha de Porecatu foi elo com Trombas e Formoso em Goiás, que se conectou com as ligas camponesas do Pernambuco e eclodiu no sindicalismo rural brasileiro. A economista Vânia Bambirra (1940-2015), destaca que os principais entraves à implantação do capitalismo dependente na América Latina e Brasil,

foram as lutas camponesas, pois demonstraram efetivamente a combatividade e capacidade de lutar por suas demandas; não há dúvidas do que os conflitos mais agudos, e que de fato, questionaram fortemente a estrutura monopólica da propriedade da terra, foram levados a cabo em regiões que predominam o minifúndio, o pequeno arrendamento, ou as comunidades camponesas (muitas vezes indígenas), cujo maior foi a retenção ou a reconquista de seus pedaços de terra no Brasil nos anos 1950/60, manifestaram-se vários conflitos camponeses: a luta de Formoso e Trombas GO, a Guerrilha de Porecatu PR e as Ligas Camponesas PE (Bambirra, 2013, p. 193/194).

A partir da consolidação das lutas camponesas dos anos cinquenta em formato de instituições sindicais de representação política, pode-se afirmar a existência da classe social campesina no Brasil, após esta tentativa de ruptura com o modelo fundiário de latifúndio desde o levante dos posseiros em Porecatu. Nesse contexto, a continuação da organização do campesinato ocorreu em formato de organizações sindicais.

Essas reivindicações, ao mesmo tempo em que atendia a exigências de caráter regional, atendia também a vontade da parcela significativa dos trabalhadores rurais brasileiros. Silva (2006) assevera que a contribuição da organização dos

posseiros de Porecatu contribuiu diretamente na criação das uniões gerais dos trabalhadores,

As União Geral dos Trabalhadores – UGT, permitiram a formação de um novo grupo de dirigentes comunistas – pós-Porecatu – dessa vez, de origem camponesa. Elas constituíram paralelamente uma sólida base para a criação em larga escala de sindicatos, em particular, no meio rural. Este impulso na sindicalização, somado aos congressos estaduais, permitiu que se desse um novo passo rumo à hegemonia no sindicalismo rural, a saber, a criação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (FETAEP) no primeiro semestre do 1963 e posteriormente a criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil, esta evolução das organizações classista do campesinato, se inscreve numa iniciativa, dessa vez concreta, de política agrária dos comunistas, Sob égide do PCB viria a desencadear todo um movimento de oposição levada a cabo pelos grupos dominantes, contribuindo assim para a constituição de um novo espaço social: o campo sindical rural. Camponeses do norte do Paraná estiveram na linha de frente da campanha de sindicalização em todo o território brasileiro, que culminou com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG (Silva, 2006, p.196).

Esta movimentação política sindical da população rural, caracteriza a consolidação do conceito campesinato, com direta contribuição dos sindicalistas do norte do Paraná. Esta organização político sindical abriu espaço para a forma da politização assumida pelas lutas dos trabalhadores do campo pelo reconhecimento de direitos sociais trabalhistas adquiridos. Esta conjuntura política reverberou nas diversas regiões do Brasil, tácito exemplo ocorreu no Rio Grande do Sul, com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master).

A igreja católica,¹⁶ que vinha disputando espaço na organização dos camponeses com o PCB, organiza-se em torno da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Ao surgir no Brasil, a CPT, teve no Norte do Paraná uma missão árdua, que consistia em amenizar os desajustes causados pela acumulação capitalista na região, neste momento histórico. Nesta conjuntura existiu um salto qualitativo dentro da construção inicial do campesinato, com instituições políticas vide Contag, Master e CPT, que catalisam as demandas dos camponeses e colocam na cena política de discussões, definindo um campo representativo sindical dos trabalhadores rurais no Brasil. Para Martins (1981),

Os trabalhadores rurais lutam e as elites políticas ajustam suas reivindicações na lógica dominante, a do processo do capital, tentando atenuar versões mais

¹⁶ Nesta conjuntura, o surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) construída em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. (Martins, 1981).

radicais de exploração e expropriação. Tentam dar uma face moderna e reivindicações e direitos que parecem arcaicos, não conseguem produzir um direito alternativo que seja outro e moderno ao mesmo tempo. Em grande parte, porque têm dificuldade em reconhecer que a criatividade em reconhecer que a criatividade maior dos grupos populares no campo não pede natureza econômica e sim social, ideológica, é, até política. Não conseguem incorporar a práxis camponesa num projeto político alternativo, porque, estão divorciados dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e suas lutas e de fato, tem suas raízes (Martins, 1981, p.54).

A necessidade de burocratização/modernização legalista trouxe em um primeiro momento o retorno imediato das relações coloniais de trabalho, com a contratação direta de trabalhadores rurais para serviços de diária, tomando conta do cenário rural no Brasil e na região, demonstrando uma atualização da condição colonial análoga à escravidão em pleno período da Revolução Verde.

A maioria dos trabalhadores rurais, nesta conjuntura, trabalhavam sem vínculo de assalariamento, tampouco relação formal com os proprietários da terra, passaram a condição de trabalhador de diária, dispondo apenas da venda da força de trabalho sazonal para conseguir trabalho. Portanto, se constituía na condição de trabalhador-colono para trabalhador-credor, em consequência das mudanças operadas nas condições de trabalho.

O bóia-fria, que surgiu nas fazendas, era o mesmo trabalhador que tempos atrás era colono na relação supracitada do colonato, retorna à fazenda como trabalhador itinerante, diário, sem nenhuma condição estrutural para desempenhar a lida no campo e, pelo caráter intermitente do seu trabalho, se define como exército industrial de reserva no processo global da economia rural da região,

resultado um processo de liberação de mão de obra, por efeito do desenvolvimento do sistema capitalista de produção no campo, ele é reabsorvido como mão de obra mais barata e consequentemente mais vantajosa para acumulação do capital. A sua participação, portanto, através da depreciação dos salários ou do valor pago à força de trabalho. Este fato o leva a vivenciar uma situação extrema miserabilidade (D'incão, 1983, p.136).

Esta coexistência com a situação de miserabilidade com a terra sendo capturada pelos clãs Lunardelli e Atalla, no beneficiamento de cana-de-açúcar para a Usina Central de Porecatu – UCP, esta usina representava o grande capital na região de Porecatu, a expropriação das terras e superexploração da força de trabalho fusionadas, causou carestia alimentar e números análogos a África Subsaariana no tange mortalidade infantil resultando em índices altíssimos (127 para cada 1000 nascidos) na região.

Com a necessidade de enfrentamento desta situação de barbárie social, a sociedade civil via igreja católica desenvolveu projetos buscando amenizar esta realidade, criou-se na região outra instituição de socorro à população, a Pastoral da Criança, surgiu a partir da campanha do soro caseiro, desenvolvido pela Dom Geraldo Magela (Bispo de Londrina/PR) e Dr^a. Zilda Neumann Arns, que assim relatou este contexto,

Comecei a trabalhar na Pastoral da Criança em setembro de 1983, junto aos boia-fria no norte do Paraná, em Florestópolis. Iniciei sozinha e depois a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná colocou à minha disposição uma datilógrafa, que preparava as apostilas de materiais educativos, escritos por mim numa linguagem popular. Eu escrevia a respeito de cinco temas fundamentais ligados à saúde da gestante e de sua nutrição – aleitamento materno, vigilância nutricional, vacinas, reidratação, soro caseiro, e procurava envolver a educação infantil (Arns *apud* Pastoral da Criança, s.p).

O surgimento da Pastoral da Criança, no território de conflagração da Guerrilha de Porecatu, é sintomático para demonstração dos malefícios do modelo agroexportador. *Pari passu*, a este cenário reforçava a atuação da igreja católica no campo, que já tinha como protagonista a CPT na organização do campesinato. No período em que a disputa com os camaradas do PCB se amenizava visto a fusão das entidades dos comunistas *versus* a dos católicos na edificação do Sindicalismo Rural Brasileiro. Este avanço significativo na estrutura de representação do campesinato no Brasil, com poucos avanços na legislação previdenciária, operou como contrapeso na balança da luta de classes. A criação de um sistema de previdência social para os trabalhadores rurais foi uma reforma mais que necessária, passadas três décadas da concessão dos direitos trabalhistas previdenciários concedidos aos trabalhadores urbanos. Nesse período, os donos de fazendas iniciam um processo de expulsão dos colonos para fugirem dos tributos relacionados a legalização de cada trabalhador rural.

Em um período histórico definido pelo declínio da ditadura empresarial militar, com a ampla campanha na sociedade de luta pelo fim do período militar, a igreja católica, via CPT, ganha a disputa entre a foice e a cruz com o PCB e hegemoniza em um modelo de resistência política. Os desconhecidos condenados da terra, em meio à avassaladora avalanche de consolidação ideológica que os tornava desconhecidos, eram reais e se materializavam em cada período histórico nas lutas decorrentes do modelo desigual. Fernandes e Stédile (1999), sustentam que no Rio Grande do Sul ocorria outra manifestação de luta do campesinato brasileiro.

A encruzilhada natalino¹⁷ é o lugar onde se cruzam os caminhos. A luta que nasceu com o acampamento na encruzilhada natalino se opunha à política fundiária do governo. Era também um conflito entre o modelo econômico agropecuário implantado pelos militares, com a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vêm construindo por meio de suas lutas. Aquela ação representava, igualmente, o momento e o lugar do cruzamento de dois projetos políticos para o campo brasileiro. Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à modernização conservadora. Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação da terra, à exclusão, à miséria e à fome. A política dos trabalhadores leva à resistência na conquista da terra e do trabalho, da dignidade, da cidadania com a ressocialização dos camponeses sem terra. Esse conflito tem um caráter histórico, porque a encruzilhada se tornaria o espaço político em que se encontram os sem terras e o governo estadual e federal (Fernandes; Stédile, 1999, p. 54).

Fernandes e Stédile (1999), afirmam que na trajetória de surgimento do MST existem fatos mais imediatos, vide Encruzilhada Natalino, porém o surgimento em 27 de janeiro de 1984 do MST, no município de Cascavel/PR, unifica as lutas camponesas históricas no Brasil. Essa concentração fundiária gera uma enorme contradição na sociedade, mantendo uma estrutura fundiária que beneficia somente a produção de *commodities*, às custas da contaminação ambiental e da saúde humana. O Brasil convive com a insegurança alimentar como uma das consequências diretas de retirar o direito constitucional do acesso à terra e de oferecer possibilidades de melhoria das condições de vida da população pela via da reforma agrária. Para Borges (2004),

Seja pelo trabalho com a terra e geração de renda ou pela ampliação da produção de alimentos saudáveis para abastecer as mesas dos brasileiros e das brasileiras, preservando o ambiente. O MST surge como movimento social de massa para continuação da organização dos trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem-terra, questionando esta estrutura fundiária desigual, em torno da pauta da Reforma Agrária (Borges, 2004, p.37).

No Plano Nacional do MST (1989 – 1993), encontra-se presente a preocupação em “transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista”. Deste modo, cabe analisar o que significa para o movimento “as lutas massivas”, indagando se elas são vistas pelo plano organizacional, no sentido do quantitativo, ou se trazem consigo elementos para sustentar a concepção da “massa”, “sem consciência”, para se pensar a maior parte dos camponeses. Esse Plano evidencia o projeto societário de transformação da sociedade,

¹⁷ Experiência embrionária para posterior surgimento do MST, quando quinhentas famílias de agricultores sem terras, totalizando 3.000 pessoas, estão acampadas na beira da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta, junto à Encruzilhada Natalino. São originários de Sarandi, Ronda Alta, Constantina, Nonoai, Rodeio Bonito, Planalto, Iraí, Rondinha e Liberato Salzan (Fernandes; Stédile, 1999).

salientando a necessidade de rompimento com o que se denomina caráter corporativista, a permanecer como entrave para o desenrolar do processo de lutas: A luta pela terra é o motor principal da luta pela reforma agrária. No entanto, está ainda permanece com caráter corporativista. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores impõe-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista. Desta forma, a luta pela terra se transforma numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico; o socialismo (MST, 1989, p. 10).

O MST se consolida no Oeste do Paraná, a cerca de 500 km de Porecatu, e, com o retorno do campesinato na região de Porecatu, inicia-se cumprindo o mesmo trajeto que a colonização do café estabeleceu na região. Como o café, o campesinato retorna à região do lado de lá do Rio Paranapanema, no Pontal¹⁸ do Paranapanema, região do extremo Oeste de São Paulo e limítrofe com a região de Porecatu. As lutas empreendidas no Pontal, e em outras regiões do país e as desapropriações ocorridas provocaram a reação dos latifundiários, representados pela União Democrática Ruralista – UDR¹⁹ com vistas a defender seus interesses e a estarem mais instrumentalizados para fazer pressão sobre o Estado em suas diversas esferas, resistindo às mudanças que eram iniciadas na estrutura fundiária local e nacional. Claus Germer (1994), entende que a UDR era a organização representativa dos proprietários rurais, atingidos ou não pelas desapropriações realizadas tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo Estadual. Para o autor a UDR,

Unificou e deu legitimidade ao velho discurso conservador e reacionário do grande proprietário brasileiro, 'modernizando-o' com o auxílio da ideologia neoliberal ressuscitada em todo o mundo. Com este discurso plasticamente renovado foi possível à UDR reestruturar e fortalecer a oligarquia rural conservadora, pois a UDR deu expressão verbal renovada a uma visão e a um discurso reacionários envelhecidos, dando-lhes uma nova embalagem, com a qual reaglutinou os velhos e os novos conservadores da agricultura (Germer, 1994, p. 274).

Borges (2004), afirma que foi no Pontal que o MST demonstrou seu modo de luta, com diversas ocupações de terras devolutas improdutivas, em uma das regiões

¹⁸ A região do Pontal do Paranapanema, ou 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, de acordo com a regionalização político-administrativa, está localizada no extremo Oeste paulista, sua formação territorial remonta aos meados do século XIX. A organização da ocupação da Fazenda *Nova Pontal* levou aproximadamente, seis meses e reuniu arrendatários no acampamento sediado no centro da fazenda. Nos anos 90 do século XX, o MST se confundia com as lutas do extremo Oeste Paulista.

¹⁹ UDR – União Democrática Ruralista, opera enquanto milícia rural já foi presidida por Aberlado Lupion neto de Moisés Lupion, governador do Paraná, elemento político decisivo em desfavor dos posseiros da Guerrilha de Porecatu. Atualmente a UDR é capitaneada na seção do Paraná por Pedro Lupion. (Matheus, 2020).

com mais incidência de terras griladas no Brasil, o Alto da Sorocabana, retornando à centralidade de resistência dos camponeses, dando o tom da luta de classes nas passagens das décadas de 1990 e 2000 no Oeste paulista chegando no Vale do Paranapanema, região do território da Guerrilha de Porecatu nos anos 2000. Para Borges (2004),

Os campos do Vale do Paranapanema e do extremo-oeste paulista trouxeram (e trazem) consigo um histórico de lutas envolvendo os indígenas, pequenos arrendatários, sitiantes, posseiros, boias-frias ao se depararem com o domínio da terra e da gente, exercidos pela grilagem e concentração da propriedade. Porém, a esse cenário os sujeitos reagiram, quer no confronto direto, na constituição de glebas ou mesmo na condição de acampados, evidenciando aí um dos germens que configurariam o MST no Pontal e no Vale do Paranapanema (Borges, 2004, p. 16).

A partir de 2005 o território da Guerrilha de Porecatu novamente é palco do conflito de classes sociais antagônicas, campesinato e oligarquia rural, representada pelo Grupo Atalla. Especificamente, esta pesquisa ocorreu no município de Centenário do Sul, com foco na luta das 300 famílias do Acampamento Fidel Castro, acampamento no perímetro da fazenda Quem Sabe, que em conjunto com a fazenda Tabapuã, foram o palco dos conflitos armados mais sangrentos. A possibilidade de estar na terra roxa com os pés no território palco dos conflitos fundiários que desde o período histórico da Guerrilha condicionou o antagonismo de classes sociais na disputa pela terra, a pesquisa em campo com a possibilidade de realizar análises exploratória, de questões chave que com as reflexões dos sujeitos sociais que constroem esse território para desenvolver os nexos heurísticos que guiaram esta pesquisa até então.

Portanto, reputo um privilégio estar nas terras roxa disputada há tempos por classes sociais antagônicas permitiu além da possibilidade de registro do ambiente pesquisado, reencontro e contato com o território que foi palco do momento crucial na constituição do campesinato brasileiro, será o mote a ser problematizado no capítulo posterior.

3 A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA: POLÍTICA PÚBLICA DE PERPETUAÇÃO DO CATIVEIRO DA TERRA

*“É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca”
(Buarque, Chico, 1965).*

Inicialmente, neste capítulo, trarei as determinações históricas do conceito de Reforma Agrária dentro dos clássicos da literatura da questão agrária e pretendo especificar a categorização do conceito/categoria reforma agrária, que tornou-se uma gama de política pública e suas variações, com aplicação incipiente, transformando reforma agrária em agrovilas rurais em formato de assentamentos rurais.

A estrutura fundiária brasileira é definida pelos latifúndios, ou seja, imensas extensões territoriais devolutas utilizadas para produção de *comodities*. Teve definição desta estrutura fundiária concentrada no sistema jurídico de propriedade sobre a terra, a Lei de Terras e da Lei Hipotecária de 1864, sendo estas as legislações que definiram o cativeiro da terra no país, de acordo com a conveniência política de cada localidade e conjuntura política.

Fernandes e Stédile (1999) demonstram que no Brasil coexistem diferentes teses de reforma agrária na sociedade brasileira ao início da categorização nos meios políticos e acadêmicos sobre a natureza do problema agrário brasileiro e suas possíveis saídas, resumindo-as em quatro correntes de pensamento:

- Reforma Agrária Antifeudal: Intelectuais do PCB, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Mário Vinhas defendiam que, na realidade agrária brasileira persistiam resquícios do feudalismo, portanto, deveria acontecer uma reforma agrária do tipo antifeudal, que derrubasse os grandes latifúndios.
- Reforma Agrária de Minif ndios: pr  capital, para desenvolver o mercado interno, a economia nacional, baratear a reprodução da fôrça de trabalho. Tese defendida pela Cepal-Comissão Econ mica para América Latina), liderada por Celso Furtado, ministro do governo João Goulart. Para conter o processo de subdesenvolvimento para amenizar a opção de produção industrial de bens de consumos duráveis com prazo determinados de absorção pela classe trabalhadora, a proposta dos cepalinos, seria promover uma reforma agrária de milhares de minifúndios, para possibilitar que camponeses pobres se transformassem em proprietários no campo e

consumidores no meio urbano para desenvolvimento de uma economia capitalista nacional. Esta era a proposta que setores do Poder Militar consideraram subversiva e comunista, e motivou o Golpe de 1964.

- Reforma Agrária Cristã: mesmo antes da criação da CPT (1975) a igreja católica disputava com os comunistas a gestão dos grupos pauperizados no campo, via suas instituições pelo MEB movimento de educação de base, JAC juventude agrária católica, organizaram as Frentes agrárias católicas. Nesta corrente, o pleito seria para viabilização do ideal cristão de justiça social e da pequena propriedade, apregoa que cada camponês ou cidadão brasileiro tinha o direito de acesso à terra para nela trabalhar.
- Reforma Agrária Anticapitalista: tese defendida por Caio Prado Jr, Jacob Gorender, Clóvis Moura, André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, opondo se a tese do feudalismo, e sustentando o modo específico de reprodução do capitalismo no Brasil. Para estes autores a reforma agrária deveria ter mecanismo de reversão da estrutura fundiária moldada pelo modo de produção escravista colonial, medidas que confluíssem na nacionalização dos solos agricultáveis com os benefícios da produção e comercialização revertidas a classe trabalhadora e ao desenvolvimento do Brasil (Fernandes Stédile, 1999).

Duarte (2015), demonstra que no advento da República mesmo após Revolução de 1930, questão da concentração fundiária passa incólume, quando se dá a fusão do modelo agrário-exportador pelo urbano-industrial.

O processo nacional-desenvolvimentista que se inicia com o governo Vargas vai se concretizar mediante um conjunto de alianças entre classes rurais tradicionais e as novas classes burguesas emergentes, já que o setor agrário estava em desgaste pela crise do café e a indústria nascente não tinha pernas para alavancar o processo de industrialização do país. Duarte (2015, p.319)

Este processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil gestou diversas formas de conceitos de reforma agrária, principalmente após a criação da seção brasileira do Partido Comunista (1922) e teve sua primeira manifestação política efetiva ao pleitear a reforma da estrutura agrária na Constituição de 1946.

O PCB, mantinha uma bancada de doze constituintes (deputados/senadores) e a representatividade comunista no congresso garantiu pela primeira vez, o debate sobre a reforma agrária na Assembleia Constituinte, quando o Senador pelo PCB/RJ, Luís Carlos Prestes (1898-1990), discursou sobre a necessidade de um processo de reforma agrária que reparasse a estrutura fundiária análoga ao Brasil colonial, que há

séculos é mantida para potencializar a agricultura agroexportadora via latifúndios. Segundo o discurso do senador Prestes,

no estudo da persistência dessas relações feudais, apesar da penetração do capitalismo no Brasil, dessa defesa de um regime pré-capitalista, dessas relações sociais anteriores às relações capitalistas, às relações de salário, às relações de troca monetárias, devemos buscar as causas de nosso atraso, e vamos encontrar a explicação disso tudo no monopólio da terra, na propriedade privada da terra e na concentração da propriedade. A propriedade da terra em nossa pátria está concentrada nas mãos de uma minoria. Enquanto na França, para população idêntica à do Brasil, com extensão muitas vezes menor do que a do nosso território, existem para mais de 5 milhões de proprietários, o número de proprietários em nosso país, segundo recenseamento de 1940, é de um milhão e novecentos e tantos mil. Esta, em verdade, é situação realmente catastrófica. Além disso, a maior parte dessas propriedades, as mais úteis, as mais próximas dos centros de consumo e das vias de comunicação, está nas mãos de uma minoria que mal atinge a algumas centenas de milhares. A esse respeito, vou ler algumas conclusões extraídas do recenseamento de 1940, que bem definem o caráter semicolonial de nossa economia (Prestes *apud* Fernandes; Stédile, 1999, p.139).

A alta concentração fundiária anunciada por Luís Carlos Prestes, na década de 1940 do século XX, demonstrava que o Cativo da Terra tinha perpetuado uma estrutura de exclusão social ao direito à terra, esta primeira movimentação política de vigor no país garantiu na Constituição de 1946, o decreto-lei nº 9.886, de 16 de setembro de 1946, que estabelece as regras para a desapropriação de terras por utilidade pública em todo o território nacional.

A lei versa sobre a desapropriação de bens pela União, sendo que este dispositivo jurídico para desapropriação de terras para interesse social foi utilizado no Brasil pela primeira vez em 1951, no desfecho da Guerrilha de Porecatu. Não era a Reforma Agrária necessária para o campesinato, as representava um avanço. Para Martins (2003);

Mesmo que não tenha ocorrido rupturas e mudanças radicais no regime fundiário brasileiro, nem haja qualquer perspectiva de uma mudança revolucionária no regime de propriedade, tem havido alterações substanciais na concepção do direito à propriedade. Alterações de longo curso vêm ocorreram desde a revolução de 1930, de modo a restituir ao Estado elementos básicos do domínio eminente do território, condição para que o governo exerça sua autoridade na regulação da chamada função social da propriedade, que as Constituições brasileiras vêm proclamando desde a Constituição de 1946 (Martins, 2003, p. 31).

Stédile (2012, p. 28), afirma que este momento histórico, este avanço de ter na Constituição de 1946 mecanismos legais que atenuassem os efeitos do grande marco da estrutura fundiária no país, configura-se na organização política do campesinato como primeiro momento de destaque do debate da questão agrária

brasileira, contudo, esta reforma agrária reparatória não alterava a estrutura fundiária monocultora da Lei de Terras. Nesse ponto buscava “mecanismos racionais legais de manutenção desta estrutura dentro de uma conjuntura política de intensos conflitos e tensões sociais em torno do tema da posse da terra, intensificou os interesses da oligarquia rural sobre o Estado” (Stédile, 2012, p. 28).

A continuidade desta movimentação política, com o protagonismo dos movimentos sociais representados pelas lutas camponesas dos anos 50 do século XX: Guerrilha de Porecatu e Revolta dos Posseiros PR, Trombas e Formoso GO/TO e Ligas Camponesas PE/PB, pressionaram o Estado a criar, em 1962 a SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária, que teria a finalidade de desencadear a reforma agrária no modelo clássico, via intervenção estatal e distribuição de terras; sendo esta, a maior intenção do governo João Goulart (1961-1964), governo este que tinha como chefe da casa civil Darcy Ribeiro, que por sua vez no programa *Roda Viva*, da TV Cultura em 1988, afirmou sobre o tema,

o caráter da Reforma Agrária no governo Jango, era proposta de minifúndios para abastecimento do mercado interno, no período do auge do êxodo rural no Brasil, os anos sessenta o Brasil sofreu um aumento na demanda de produção de alimentos para as cidades, o meio urbano que começava a receber a força de trabalho excedente necessária ao processo de industrialização que se desenvolvia, esta escassez de produtos primários alimentícios causava os períodos de Carestia Alimentar, a proposta era para produzir alimentos (Ribeiro, 1988, s.p).

Esta lição de reforma agrária, retirada da política cepalina, ganhava vigor por dentro do governo Jango e buscava, inicialmente, fortalecer o capitalismo nacional, com disposição de alimentos de primeira necessidade, o que baratearia a reprodução da força de trabalho. Esta seria a principal das reformas de base proposta por Goulart, com a intenção de reformar a estrutura agrária no Brasil, sendo exposta no célebre discurso da Central do Brasil²⁰ no Rio de Janeiro (13/03/1964), quando Goulart afirmou que:

Brasileiros! Não há ameaça mais séria à democracia, trabalhadores, do que a democracia que desconhece os direitos do povo. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações. Estaríamos, sim, trabalhadores, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, dessa Nação que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária [Aplausos], que será como complemento da abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria [aplausos]. Trabalhadores, acabei de

²⁰ Estação Ferroviária no Rio de Janeiro, então capital da República. Jango propunha as Reformas de Base: reforma agrária, eleitoral, universitária, tributária e constitucional.

assinar o decreto da SUPRA [aplausos e vivas]. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da nossa Pátria. Porém representa, como ainda há pouco afirmava o governador de Pernambuco, apenas um passo, um passo à frente no caminho da grande reforma de estrutura [aplausos]. Ela ainda não representa, esse decreto ainda não representa, trabalhadores, a carta de alforria do camponês abandonado [gritos]. Mas, repito, o primeiro passo. Representa uma porta que se abre para a solução definitiva do problema agrário brasileiro. necessário que se diga que o decreto da SUPRA não é ainda aquela reforma agrária pela qual nós lutamos. A reforma agrária não é capricho de um governo, de uma pessoa ou programa de partido. A reforma agrária é produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, ela constitui a legenda mais viva nas esperanças do povo brasileiro, especialmente dos trabalhadores rurais da nossa pátria [aplausos]. A reforma agrária também é, trabalhadores, uma imposição do próprio imperativo do progresso nacional. É também a maneira de melhorarmos e ampliarmos o nosso mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para poder sobreviver (Goulart *apud* Stédile, 2012, p. 95).

Com a presença de quase todas as lideranças reformistas, o Presidente João Goulart assinou o Decreto nº 53.700, em que considerava de interesse social, portanto, passíveis de desapropriação, os imóveis de mais de 500 hectares situados até a 10 quilômetros da margem das rodovias, ferrovias e açudes. Stédile, (2012, p.96). Com este decreto, o Presidente unificou contra si e contra o regime democrático a classe dos proprietários de terra, ou seja, o decreto contrariava os donos do poder que são os proprietários do cativeiro da terra.

Contudo, o documento se sustentava subversivo ao *status quo* pela sinalização política, que tinha como objetivo desapropriar as grandes propriedades improdutivas localizadas a cerca de 10 km das rodovias federais e criar milhares de minifúndios de produção de alimentos de primeira necessidade. A localização próxima a rodovias potencializaria a renda fundiária do tipo 1, que relaciona se com a localidade da unidade de produção. Assim, os assentamentos da reforma agrária seriam veias que alimentariam a classe trabalhadora, barateando a reprodução da força de trabalho no meio urbano e fazendo o meio rural consumir os produtos de primeiras necessidades da indústria brasileira, proposta impedida pelo golpe autocrático empresarial militar. (Stédile, 2012, p.97).

A tentativa frustrada de Jango de amenização dos efeitos da Lei de Terras de 1850, além de fracassar inverteu a lógica da gestão do Poder, que desde o fim do Estado Novo, esgueirava-se no modelo burguês de democracia representativa, controlados via coronelismo político. Ao tentar instituir as reformas de base, Jango possibilitou o blefe da imperiosa eminência de uma revolução comunista camponesa no Brasil, o que justificaria a necessidade de ruptura com a gestão democrática

burguesa. Com isso, a Ditadura Militar, para o campesinato, impôs a fase da “Militarização da questão agrária” (Stédile, 2012). Segundo Martins (1984),

ao instituir a Ditadura todas as questões fundiárias foram transferidas para CSN (Conselho de Segurança Nacional), todas as decisões fundamentais a respeito dos problemas fundiários, este período demonstrou que no Brasil, luta pela terra põe em questão o próprio poder político instituído, o Estado brasileiro dobra a aposta da Lei de Terras e define a grande empresa capitalista rural, permitindo a manutenção ou inauguração de fazendas na forma de grande latifúndio da Amazônia legal ao sul do Brasil, este ancoramento do que atualmente conhecemos por agronegócio ocorre no ápice da organização do campesinato no país (Martins, 1984, p.68).

A agricultura em nível mundial se adequava ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, e operava diversas alterações no setor produtivo, dos maquinários até a relação do homem com a terra, a Revolução Verde surge nos EUA como ferramenta de potencialização da produção no campo com a promessa de ser um movimento de combate à fome.

Neste contexto, as ações governamentais pautaram-se na direção norte americana da Revolução Verde, expressas na política de Aliança para o Progresso, que propunha medidas de reforma agrária de acordo com as tensões sociais, e das possibilidades de execução de desapropriações de terras que não abalassem a estrutura fundiária²¹ e servissem para evitar possíveis revoluções no meio rural. No Estatuto da Terra (Lei n. 4.504), de 1964, *art. 1º, § 1º* “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964). O Estatuto da Terra é definido por Martins (1984) como,

Código Agrário brasileiro, que examina em muitos artigos o problema da reforma agrária e da política fundiária, adotando o método liberal e democrático de solução da matéria, a preocupação fundamental do Estatuto da Terra foi a modernização das atividades agropecuárias, servindo apenas como um instrumento de legitimação do regime militar, a respeito do diploma legal, entende que é verdade que modernizou os termos, humanizou os contratos, impediu velhas práticas semifeudais e pós-escravistas, mas na essência manteve intacta a ideologia da supremacia da propriedade privada sobre qualquer benefício social (Martins, 1984, p.76).

O Estatuto da Terra (1964), logo assumiu uma posição de classe, tendo em vista que foi norteado pelo princípio de modernização da agricultura e teve como proposta a transformação dos estabelecimentos fundiários em empresa rural, que, na

²¹ Vide, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para regularização fundiária e Instituições públicas de pesquisa em excelência Embrapa e Emater para beneficiamento da agricultura

prática, consolidou a existência legal do latifúndio. De acordo com Martins (1981, p. 96), “o Estatuto é muito mais drástico em relação ao pequeno agricultor do que em relação ao latifundiário, já que para este sempre existirá a possibilidade de, sem qualquer desmembramento territorial, transformar seu latifúndio numa empresa”.

Outra instituição reguladora central da estrutura das políticas de reforma agrária, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, 1970, é a instituição que declara se a terra contestada é ‘improdutiva’ ou se não possa comprovar que seu título de propriedade tem alguma irregularidade grave ou seja a é terra grilada, compete a este órgão federal pedir a desapropriação para a aplicação da Reforma Agrária; enquanto que se a propriedade é declarada ‘produtiva’ e verificasse que seu título de propriedade está regularizado, seu proprietário poderá pedir à justiça a desocupação forçosa e imediata (reintegração de posse).

Florestan Fernandes (1987), no clássico *“A Revolução Burguesa no Brasil”*, nos legou a compreensão que nesse país, o ‘moderno’ nasce através da mediação do ‘arcaico’ e isto pode ser percebido também nas relações de produção, na qual se promove um arranjo entre as antigas estruturas produtivas adequadas para acumulação originária e outras predominantemente modernas de acumulação do capital.

Assim, ao lado do trabalho assalariado se mantiveram relações arcaicas totalmente articuladas à reprodução ampliada do capital como a agricultura familiar, a peonagem, o regime de parceria e a informalidade nas relações de trabalho, sobretudo no campo. De acordo com Iamamoto (2012 b),

Dessa herança, permanecem tanto a subordinação agrícola aos interesses exportadores, quanto os componentes não capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade, que são redimensionados e incorporados à expansão capitalista [...]. Esse mesmo desenvolvimento incorpora e recria a pequena produção mercantil simples – parceiros, pequenos arrendatários, posseiros – submetendo-a aos jugo do capital (comercial, industrial, financeiro) e à renda fundiária. Iamamoto (2012 b, p. 131).

O latifúndio se atualizou no que tange o implemento tecnológico, sem romper com as benesses herdadas desde o modo escravista colonial. O desenvolvimento histórico do capitalismo hiper tardio brasileiro notadamente sempre garantiu um rentismo irracional extraído da superexploração da força de trabalho, outrora escrava, e, posteriormente, marcada pelo arcaico modelo de relação trabalhista, no meio rural. Risível seria se não fora trágico, que a própria gestão militar do Estado Brasileiro reconheceu a necessidade de se reformar a estrutura agrária no país, e sinaliza no

Estatuto da terra, que atualmente tem nos movimentos sociais fundiários seus maiores credores. Fernandes (1979), no seu livro clássico *“Circuito Fechado”*, procurou mostrar que no final dos anos 1960,

as burguesias latino-americanas deram uma resposta clara às lutas populares. Em vez de incorporar e absorver as demandas clássicas por terra, melhores salários e condições de vida, acesso à educação pública etc., responderam fechando o circuito de demandas e, pior que isso, estrangulando as lutas sociais, inclusive com torturas, assassinatos e ações com uso da força e da violência extrema (Fernandes, 1979, p.35).

O regime militar, em seus 21 anos de golpe no Brasil, tratou de potencializar o desenvolvimento do capitalismo no meio rural. O modelo adotado buscou estimular a manutenção e implementação técnica do grande latifúndio, atrelando-se à acumulação capitalista em privilégio do capital estrangeiro, vide o processo adotado nas cidades, a ênfase aos empreendimentos de empresas multinacionais e estrangulamento dos movimentos sociais de representação do campesinato.

Quando o General ditador-presidente Ernesto Geisel afirmou que a abertura democrática seria um processo “lento, gradual e seguro”, que pretendia criar uma distensão na situação política do país, os mais atentos às determinações históricas da formação social econômica brasileira já poderiam supor que a segurança que os donos do poder procuravam estabelecer para o declínio da ditadura, passava pela questão da propriedade privada da terra. Para tanto, José Gomes da Silva (1989) indica que o debate da reforma agrária foi o “Buraco Negro” da Constituinte de 1985, visto que,

A crise em torno da questão agrária, visível na realidade, no andamento concreto das reformas e nos movimentos sociais, chegou lógico à constituinte e com uma marca de muita tensão. O conservadorismo, antigo e desconectado da realidade, esteve presente nos debates como a da própria conceituação da propriedade. O Brasil não terá a propriedade subordinada à lei, como vários outros países capitalistas. Por aqui, tal direito é tratado como pleno liberalismo clássico, sem que o mundo tivesse andado (Silva, 1989, p. 29).

O buraco negro da Constituinte se perpetuou no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, em 1985, este documento amarrou a lógica da Lei de terras adaptada ao período do declínio da Ditadura, deixando um legado de concentração fundiária para ser gerido na Nova República. Segundo Fernandes (*apud* MST, 2024), este plano foi,

voltado para uma fração do território com estimativa de número de famílias e área a ser desapropriada, não conseguiram cumprir essa meta, porque o histórico do Brasil é o da concentração de terras na sua estrutura formativa, determinada pelos grandes latifúndios e pelas corporações nacionais e multinacionais que controlam esses territórios, teríamos de ter um governo

com grande poder para desconcentrar essa estrutura fundiária e isso não existe (Fernandes *apud* MST, 2024).

José Gomes da Silva (1989), presidente do Incra na conjuntura da reabertura democrática, afirmou que, dentre outros motivos, a emenda Dante de Oliveira²², mote principal da Constituinte, não passou por completo, pois faltava amarrar a questão da terra e, para isso foi meticulosamente arquitetado, no artigo 170 da Constituição, com a garantia do poder supremo da propriedade privada da terra, em detrimento dos artigos que versam sobre uso e função da terra. Para passar a segurança que os donos do poder almejavam houve o maior quórum de deputados, “nada menos que 531 deputados, dos 559 em mandato vigente, compareceram à maior audiência de constituintes da história, todos interessados na construção do documento que resultou na PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária”. Silva (1989.p.56).

Silva (1989) também destaca que esse caráter conservador criava,

os mecanismos necessários para se proceder uma grande reforma agrária no país (definia claramente a desapropriação de terras por motivos sociais e o pagamento das terras com títulos da dívida pública), o próprio presidente da República capitaneava uma ampla frente conservadora, o centrão, de bloqueio a qualquer mudança estrutural da sociedade brasileira ao passo que esta não visava uma ruptura maior da aliança cidade-campo que historicamente fez das elites rurais e urbanas uma só unidade no bloco do poder. Silva (1989, p. 56).

Cabe enfatizar esta debilidade na agenda do debate da reforma agrária penso ser basilar. Para Martins (2003);

A crise de transição política, com o fim do regime autoritário, e a abertura de estabelecimento de um período de bases institucionais de uma nova ordem política, com a convocação de assembleia nacional constituinte, puseram entre parêntese todas as certezas institucionais existentes, especialmente aquelas que podiam ser alcançadas pelas crescentes demandas de direitos sociais, o que incluía a reforma agrária. Os conflitos pela terra acabaram produzindo o efeito inesperado de pôr na agenda da Constituinte a rediscussão do direito de propriedade, sua regulamentação e seus limites. De modo que o que tinha uma importância apenas relativa, até então, ganhou um destaque desproporcional no debate político e na formação de alianças. As esquerdas se viram obrigados a defender aquilo que, a rigor, não haviam defendido durante a ditadura, que era o Estatuto da Terra. E não haviam defendido basicamente porque havia outras prioridades, como a da restauração da democracia. E defenderam mal, negociaram mal, radicalizaram indevidamente e inviabilizaram a consolidação, pelo Parlamento, das bases de uma reforma social essencial. De Fato, a nova Constituição de 1988, representa um recuo em relação ao Estatuto da Terra (Martins, 2003, p. 230/231).

²² Deputado federal pelo MT, o engenheiro Dante de Oliveira (PMDB), foi autor da emenda constitucional que levou seu nome que pleiteava o direito políticos burgueses do sufrágio universal via eleições diretas, movimento que ficou conhecido como diretas já. (Fausto, 1994).

Decerto que a organização realizada pelo MST, após sua constituição em 1984, é o que garante o debate da reforma agrária na agenda política brasileira. Mesmo considerando avanços e retrocessos, desafios e limites, o MST desempenha, na atualidade a função de disputa de projetos de reforma agrária dentro das correlações de força na sociedade brasileira e, principalmente reivindica os preceitos do Estatuto da Terra. O quesito essencial que causa muita discussão para fins de reforma agrária é a função social da propriedade, constante no art. 5º, XXIII, da Carta Magna.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 traz, logo após a garantia do direito de propriedade, um inciso que impõe uma limitação a esse direito: XXIII²³ – a propriedade atenderá a sua função social²⁴. Em linhas gerais estes mecanismos jurídicos relacionados com a função social da terra é o mote de reivindicações que compõe as possibilidades de assentamento²⁵ de terras no país. Na esteira da adoção de medidas neoliberais, durante a década de 1990, o I PNRA não foi realizado plenamente de fato, o que moveu os processos de desapropriação de terras ou de regularização fundiária a partir daí foi a amplitude das ocupações de terras realizadas pelos movimentos camponeses, dos quais se destacou a atuação do MST principalmente no Oeste Paulista no Pontal do Paranapanema.

Fernandes (2013), indica que com a vitória eleitoral de Lula em 2002, a reforma agrária novamente entra em pauta, especialmente com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). O autor demonstra que em meio à diversas controvérsias, da qual se destaca a mudança na proposta e a amplitude de tal programa. o II PNRA, apresentou diversos limites, dos quais destacamos as formas de obtenção de terras, ocorrendo um predomínio de regularizações fundiárias em

²³ O inciso XXIII estabelece apenas que a propriedade deve atender à sua função social, mas não descreve os requisitos para que isso ocorra. Contudo, estão em outros trechos da Constituição e diferem para cada tipo de propriedade. Geralmente, é através da redistribuição das terras que se objetiva concretizar os programas de reforma agrária, sendo este procedimento expropriatório privativo da União e realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta modalidade de intervenção atinge o imóvel rural que não esteja cumprindo a função social, o que o torna suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária (Lei 8.629 de 25.2.1993 e Constituição Federal artigos 184 e 185). Silva (1989).

²⁴ A função social é a utilização da propriedade urbana ou rural em consonância com os interesses sociais de determinada coletividade. Ela impõe limites ao direito de propriedade para garantir que ele não prejudique o interesse coletivo. Isso significa que uma propriedade rural ou urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também aos da sociedade. Silva (1989).

²⁵ O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. Silva (1989).

detrimento das desapropriações e a distribuição dos assentamentos criados, concentrados em quantidade e área na região Norte do país. Para Fernandes (2013),

o II PNRA nem ao menos buscou reduzir a concentração fundiária nas áreas onde o latifúndio-agronegócio apresentava maior dinamicidade, acreditamos que a conciliação de classes e a recuo no embate com a burguesia e o latifúndio-agronegócio foram fatores que contribuíram para esse processo. Soma-se a isso os inúmeros projetos de reforma agrária de mercado adotados desde a Nova República (Fernandes, 2013, p. 64).

Fernandes (2013), considera que a tendência dos governos é pensar o desenvolvimento desde a perspectiva do agronegócio, já que este é compreendido como a totalidade da qual a agricultura camponesa ou familiar faria parte; sendo assim, a luta pela terra e a reforma agrária são importantes instrumentos de resistência camponesa como indica Fernandes (2013),

a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (Fernandes, 2013, p.65).

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), ao analisar a demanda por reforma agrária no Brasil, defende que esta não é apenas uma medida de alcance social, mas também econômico e político. Nos dizeres do autor,

No Brasil é quase consenso, que qualquer alternativa de remoção da exclusão social neste país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma Agrária é também, econômica, porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual, esta parcela da população conquista a cidadania. Desta maneira, a reforma agrária é caracterizada como uma política de desenvolvimento que pode ser alternativa ao agronegócio, modelo que detém a maior parte dos investimentos do Estado (Oliveira, 2007, p. 56).

Portanto, a reforma agrária é tida como uma política de desenvolvimento que garante a territorialização do campesinato. Para Oliveira (2007, p.63), a “territorialização vai além da conquista de terras, ela é a expansão das relações de poder no espaço geográfico, é o confronto entre a propriedade capitalista e a propriedade camponesa”.

Outra abordagem feita por Martins (2003), este autor entende que não é a quantidade que define a reforma agrária, e sim a qualidade. A conquista dos territórios dos assentamentos é um fator secundário se comparado à conquista de um espaço no mercado por parte da agricultura familiar. Assim, diz o autor:

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram (Martins, 2003, p.32).

Atualmente, a categorização do conceito de reforma agrária é feita por João Pedro Stédile (2005), dirigente nacional do MST. Ao analisar a realidade brasileira, ele elenca três tipos de reforma agrária,

- a) Reforma agrária clássica: realizada sob bases capitalistas, com o intuito de democratizar a propriedade da terra, distribuindo-a aos camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso, aumentam a oferta de mercadorias e o mercado consumidor, com o crescimento da renda dos camponeses.
- b) Reforma agrária via política de assentamentos: a política de implantação de assentamentos é confundida com a reforma agrária. Na verdade, trata-se de uma política de assistência social, apenas para se livrar dos sem-terra e não para resolver o problema da propriedade da terra. Ou seja, fazer assentamento não significa fazer reforma agrária.
- c) Reforma agrária Popular: dos movimentos sociais progressistas: busca resolver o problema da concentração da propriedade da terra. É realizado um programa de desapropriações de terras, de forma regionalizada, distribuindo-as a todas as famílias sem-terra com sistemas sustentáveis de relação com a terra e com as pessoas, via de regra potencializando a agroecologia e/ou formas menos nocivas de exploração da terra, via agricultura familiar com desenvolvimento de cooperativas camponesas para beneficiar seus produtos (Stédile, 2005, p. 14).

A atenção desta instituição para a reforma agrária se deu a partir da intensificação das ações dos movimentos de luta pela terra na década de 1990, questionando a intensificação do modelo neoliberal de desenvolvimento econômico. Assim, nesta conjuntura o, Banco Mundial passa a propor aos governos a adoção de uma série de medidas que visam reduzir o papel do Estado nas ações de alívio da pobreza e a liberalização do mercado de terras, já que as políticas de terras possuem um papel preponderante para o crescimento sustentável em toda parte do mundo.

Outra instituição que passa a compor o debate é a Food and Agriculture Organization – FAO, órgão da ONU – Organização das Nações Unidas, para a agricultura e a alimentação; que a relaciona ao fortalecimento dos atores públicos e

privados envolvidos no processo. A FAO (2012), foca no potencial que a reforma agrária possui de combater a crise mundial da produção de alimentos, isso porque a estrutura concentrada da propriedade da terra tem sido um dos obstáculos para a conquista da soberania alimentar de várias nações.

No contexto atual, a reforma agrária não se limita exclusivamente à redistribuição de terras e recursos naturais, mas deveria ser acompanhada por políticas que abordem de maneira integral o acesso aos recursos à sua administração, sustentadas nos princípios de diversidade e participação, o que implica entregar aos atores públicos e privados, através de mecanismos de concertação e diálogo, a liderança no desenvolvimento de seus respectivos territórios. Lustosa (2012) aponta que,

as políticas sociais redistributivas caracterizam a reforma agrária brasileira que se realiza na perspectiva de contra reforma agrária, institucionalizando os serviços, projetos, programas e benefícios que cada política realiza, as demandas do território camponês se apresenta com uma especificidade enraizada num processo sócio histórico, cultural e político, no Brasil estes programas sociais via políticas sociais emergentes e/ou compensatórias vide Bolsa Família, são definidas como medidas de segurança social, estas categorias conformam o arsenal teórico e ideopolítico interpretado pelo projeto de reforma agrária com pouca terra (Lustosa, 2012, p. 15).

Na prática, estas políticas servem também para controle social das lutas camponesas pela terra, tais como outras políticas: Banco da Terra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no âmbito Federal e as Vilas Rurais no Estado do Paraná. Estas políticas assumem uma configuração peculiar de assentamento da população rural, contudo surgem elementos que denotam a imposição de um caráter urbano de assentamento da população rural. Sobre este cenário, Lustosa (2012) afirma que;

se observa é a expansão das mediações das questões sociais agrárias, com o Estado buscando alternativas pelo caminho das políticas sociais compensatórias distributivas. Essas ações reorientam o papel de tutela do estado, que age no intuito de negar as contradições inerentes ao sistema, priorizando a ideologia da colaboração e a harmonia entre as classes sociais, no setor agrário, as relações entre estado e sociedade um dos seus maiores trunfos como vanguarda, arraigados e modeladores por excelência de um padrão de desenvolvimento agrário com base na estrutura de latifúndio, calcado na preservação, consolidação e territorialização da burguesia, aspectos que particularizam o padrão econômico e social da formação social brasileira (Lustosa, 2012, p.232).

Estes empreendimentos imobiliários rurais contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Portanto, a política de assentamento de reforma agrária clássica não

limita-se ao assentamento das famílias, já que estas famílias, ao serem contempladas pelo Incra com o assentamento, necessariamente dependem de um sistema de apoio e incentivos para produção agrícola que sustentará, do ponto de vista técnico, as condições para desenvolvimento produtivo desta família através de políticas públicas fusionadas, que completam o processo de emancipação política que o programa de Reforma agrária pode potencializar.

Posteriormente ao assentamento, programas como, PRONAF, PAA, PNAE, PRONERA, fusionados, dão capacidade destas famílias assentadas vingarem em seus projetos de produção de acordo com cada região do país. No modelo de reforma agrária clássica – RAC, ocorre com uma negociação política entre forças sociais antagônicas, sem romper as regras institucionais do sistema, criando mecanismos políticos via políticas públicas de assentamentos fundiários de acordo com a reivindicação do movimento social e/ou entidade de classe, vide federações estaduais e/ou nacionais que demonstram a necessidade do campesinato, negociando a possibilidade de o Estado implementar a política de assentamento fundiário.

Martins (1999, p.2), denomina este impasse como “diálogo impossível sobre a reforma agrária” e aponta limites também na ação dos movimentos sociais de luta no campo, que requisitam a reforma agrária nas suas variações. Como autor central no debate da questão agrária no país, Martins (2003) na obra *“Sujeito oculto da reforma agrária”*, constrói críticas inclusive aos movimentos sociais, ao que denomina de fetiche da renda da terra, que problematiza sua vazão nos movimentos sociais, visto sua direção social, indicando um possível processo de cooptação por partidos políticos, principalmente no recorte temporal da Nova República. Nas letras de Martins,

a facilidade com que as organizações que lutam pela reforma agrária mobilizam multidões para identidade provisória de sem-terra, mesmo entre populações urbanas, é testemunho da vitória da propriedade privada sobre o trabalho como valor de orientação de condutas políticas e de aspirações sociais, como referencial de destino e de opção histórica. Esse é o latifúndio e mais difícil combate, o da mente colonizada daqueles que, supostamente, deveriam personificar radicalmente as transformações sociais e políticas que estão no elenco das aspirações de muitos à espera de oportunidade, viabilidade e concretização (Martins, 2003, p.56).

Martins (2003), discorre sobre a posição da Igreja em vista de seu papel de mediação estabelecido entre os movimentos sociais, a partir de suas pastorais sociais, como a indígena, a da terra e a do trabalho, enfocando ainda as práticas do Movimento Sem Terra e observa que “um certo aparelhismo tomou conta dessa mediação política

que cumpria uma função, sem dúvida, política. O resultado foi a busca da laicização da ação dos grupos de Igreja e até mesmo a sua institucionalização como grupos seculares, como foi o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, convertidos em grupos semi-partidários” (Martins, 2003, p. 77).

A crítica de Martins (2003), neste milênio, aponta para o sujeito oculto da reforma agrária, que seria a institucionalização e cooptação dos movimentos sociais, considerando esta hipótese para pensar os rumos tomados pelo MST, principalmente acerca do que esse autor considera como a sua “institucionalização”. Soma-se a esta crítica, quando da discussão das ações das lideranças do MST, entendidas como a “classe média ilustrada”, novamente incorre no risco de eliminar as pessoas comuns da reflexão, como se fosse possível suplantá-las as suas práticas do processo de lutas, em vista de não fazerem parte da organização do movimento,

O vocabulário da luta não coincide com o vocabulário da vida, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta. Esse distanciamento tem sido próprio das lutas camponesas em muitos países, consequência das peculiaridades históricas dessa categoria social, como dizia Marx, mas também consequência da impotência própria da indefinida classe social que quer dirigir as outras classes, que é a classe média e nela a intelectualidade iluminista, que ele era e não disse (Martins, 2003, p. 231).

Compreendo as críticas de Martins (2003), como inquietação de perceber a disputa de direção dentro do MST, considerando o MST como um representante expoente do campesinato, contudo, não o campesinato em si. O mesmo Martins, o José de Souza Martins do século XX, sabiamente assinalava,

os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados tem no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da história” (Martins, 1989, p. 12).

Para Martins (2011, p. 13), a luta pela reforma agrária, ontem e hoje, se opõe, assumindo uma relevância no momento histórico contemporâneo no Brasil, que a “sobrepõe a todas as demandas sociais e políticas próprias da sociedade capitalista e moderna”. Essa sobreposição é bem indicativa de que a “ideologia da propriedade fundiária alcançou as populações desvalidas do campo e conformou sua mentalidade, inevitavelmente pondo no centro da vida, o que não é central no processo histórico”. O autor, aqui, refere-se à necessidade do Estado brasileiro em realizar a reforma agrária popular atrofiada desde o término do escravismo colonial. Martins (2011)

define que a necessidade de reforma agrária é um problema social emergente no Brasil,

De modo que as políticas públicas em relação às questões sociais parecem se desenvolver no intervalo dos problemas e o apogeu da consciência social a eles relativa, o que dá ao Estado, em particular, a característica de uma agência aparentemente não afinada com as demandas sociais. Quando as demandas se encorpam, distante de sua raiz, os problemas já foram acomodados e de algum modo encaminhados seguindo as orientações de um Estado em relação ao qual a sociedade civil se mantém residualmente em atraso. É o que ocorre, justamente, quanto às questões do campo, como o problema agrário, as relações de trabalho e também a pobreza no campo (Martins, 2011, p.165).

O que se torna factível, a meu ver, depois deste percurso de análise, é que, desde a redemocratização, cada governo adotou medidas contra ou a favor da assim chamada reforma agrária, mas sempre mantendo a estrutura colonial. Nunca houve uma iniciativa de Estado ou governo em defesa da reforma agrária popular, que buscasse nacionalizar os frutos dos produtos da terra para a classe trabalhadora. A reforma agrária brasileira sempre primou pela negociação e nunca teve caráter de expropriação e/ou acerto de contas com o passado invasor e expropriador, consciente de que os avanços nas políticas públicas são mérito da luta popular, que avança e recua conforme a conjuntura.

No Brasil, diversos projetos foram desenvolvidos pelo Estado (federal e estadual) para assentamentos e aplicação de programas estatais de RAC com lógica de desenvolvimento do capital, via ditames do agronegócio, que se apropria dos efeitos destes programas estatais de reforma agrária, com foco principalmente no Banco da Terra (1995) e as Vilas Rurais (1997), este por sua vez programa de assentamento do Estado do Paraná, que buscou as famílias de “bóias fria” que após a consolidação da industrialização da agricultura, aumentaram exponencialmente a constituição do exército industrial rural de reserva no Paraná, este será o mote nas próximas seções.

3.1 A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA EM CENTENÁRIO DO SUL

*No campo, no distrito, no município,
o chefe político, o coronel tardo e solene,
realista e autoritário, amortece,
na linguagem corrente,
Ele municipaliza a expressão erudita,
comunicando lhe,
de seu lado, sentido e conteúdo,
converte o freio político”
(Raymundo Faoro, 1958, p. 697).*

O território pesquisado guarda, nas suas relações sociais históricas, um conflito fundiário de classes sociais antagônicas, e deixou legado no sentido de organização dos camponeses na política do Brasil, em um primeiro momento como resistência ao processo de expansão dos latifúndios, e, posteriormente com o fim da Guerrilha, a motivação da “assinatura do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais no Brasil, com 380 famílias assentadas, no Decreto Lei/149-PR de 14 de março de 1951”. Este decreto deu-se na gestão de Bento Munhoz da Rocha Netto (UDN) (Oikawa, 2011).

Com o fim da Guerrilha de Porecatu e com o decreto de desapropriação de posse de parte do território dentro da Gleba Centenário, tiveram concessão de títulos de terras no perímetro da Gleba Centenário, que em 14 de dezembro de 1952 foi elevado a município de Centenário do Sul²⁶, representando o ancoramento do decreto-lei nº 9.886, de 16 de setembro de 1946, modalidade jurídica de reivindicação de regularização fundiária.

O “município assentamento” de Centenário do Sul, recebeu os primeiros moradores que já estabeleciam relações comerciais agrícolas antes e durante o período do conflito armado. A expansão da fronteira via grandes fazendas definiu a efetiva ocupação das terras na região, com centralidade na cultura do café como fator básico de atração dos camponeses para a região. A emancipação do município coincidiu com a abertura de grandes fazendas. As principais fazendas eram: Fazenda Quem Sabe, Fazenda Carneiro, Fazenda Tabapuã, Fazenda Ibianê, Fazenda Mont

²⁶ A base territorial de Centenário do Sul faz divisa com os municípios de Porecatu, Florestópolis, Lupionópolis, Cafeara, Miraselva, Guaraci e Jaguapitã. (Figura 1). 39 Figura 1 – Centenário do Sul e Municípios Limítrofes. Fonte: Prefeitura municipal de Centenário do Sul – Pr (2012). Centenário do Sul está localizado na Mesorregião Norte Central do Estado do Paraná, fazendo parte da Microrregião Geográfica de Porecatu, e compõe a Região metropolitana de Londrina. Centenário do Sul possui área de 372 quilômetros quadrados com uma população de 11 279 hab. sendo 9.334 da área urbana e 1.856 da área rural. (IBGE, 2010).

Serrat, Fazenda Primavera, Fazenda Água Vista Alegre, Fazenda Água do Pito, Fazenda São Luiz. (Priori, 2012, p.33).

Figura 4: Limites do município de Centenário do Sul



Fonte: IPARDES (2010).

No que diz respeito ao segmento camponês empregado nas fazendas, tratava-se de produzir com relativa baixa disponibilidade de capital, dada as prioridades da economia à época e a inexistência de linhas especiais de financiamento à agricultura, o que privilegiava a adoção de relações de trabalho análogas ao colonato, onde parte da remuneração era suprida pelos próprios trabalhadores nos plantios de subsistência,

Além disso, era interessante adotar relações de trabalho que, sem eliminar a subordinação dos trabalhadores à fazenda, tornasse parte deles — os formadores — solidários nos riscos do trabalho. Pode-se dizer que se realizava, no caso da força de trabalho empregada nas fazendas, uma forma de cálculo econômico, entendido como o equacionamento mais adequado da necessidade de o capital se reproduzir em escala ampliada através da apropriação do maior montante de trabalho. Era também esse cálculo econômico que, ao dar espaço para a adoção de uma força de trabalho não proletarizada, igualmente induz a combinação desta com o salariado puro, conforme a natureza das tarefas. No entanto, é importante perceber os limites do espaço criado pelo capital para a produção camponesa. No momento que precede o seu assalariamento ou contrato de trabalho, esses camponeses eram trabalhadores despossuídos do meio de produção fundamental na agricultura - a terra (Priori, 2012, p. 34).

Na dinâmica observada no transcorrer desse período, as mudanças referem-se à utilização das terras e à condição do produtor. Em relação às lavouras permanentes, estas predominaram sobre as temporárias até 1975, quando o café era a principal atividade econômica. Após a geada negra de 75, houve alteração brusca na disposição das culturas agrícolas, vide algodão, soja e milho. A geada foi um divisor climático nas relações produtivas do Paraná, em virtude da erradicação progressiva dos cafezais, tendo também contribuído para, “as políticas de modernização da agricultura e o incentivo para a produção de outros produtos de exportação destacando-se a cana-de-açúcar, algodão, soja, trigo e o milho, além de área ocupada com pastagens, caracterizando o município nas atividades agropecuárias”. (Priori, 2012, p. 67).

Este modelo de relações trabalhistas na fazenda, muito similar com o sistema de colonato, perdurou no Paraná até aproximadamente a passagem dos anos 80 para os 90 do século XX. Durante seu declínio demonstrou a insuficiência nas relações de trabalho na região, caracterizados com o contingente de boias-frias, trabalhadores sem vínculo formal com as fazendas, “que dispunham de trabalho por diária, para subsistência e surgiram em grande escala na região, gritando a realidade de necessidade de disposição de terras para quem nela trabalha”. (Priori, 2012, p. 69).

Podemos também verificar a centralidade e a importância da cana-de-açúcar na economia da região desde a instalação da Usina Central do Paraná (UCP), pela família Lunardelli em Porecatu, na década de 40, expandindo-se de forma significativa a partir de 1975, por ocasião da venda da usina para o Grupo Atalla em 1972, que “se beneficiou dos incentivos do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), expandindo seus negócios, inclusive com a compra de várias propriedades, com situação fundiária indefinida desde a Guerrilha de Porecatu, expandindo suas cercas e aumentando a área de canaviais” (Priori, 2012, p. 74).

Com o declínio da cultura do café²⁷, a opção inicial de substituição pela cana de açúcar, a mecanização causada pela implantação do conceito da Revolução

²⁷Segundo informações do Escritório Local do EMATER, o prognóstico é que o quadro do Perfil da Realidade Agropecuária do município de Centenário do Sul, não sofra grandes alterações. Há uma tendência da diminuição do número de cafeicultores e da área com café devido aos seguintes motivos: (a) alto custo e diminuição da oferta de mão de obra volante (boia-fria), principalmente por ocasião da colheita; (b) envelhecimento da população rural; (c) aumento do êxodo rural de jovens. A área ocupada com soja e milho safrinha tende a permanecer nos patamares atuais, caso o mercado não sofra alterações significativas. O algodão ao que tudo indica, será difícil ocupar novamente o seu espaço no município e, muito provavelmente, também no estado do Paraná que já foi o maior produtor nacional.

Verde, com a industrialização do processo produtivo no campo, causa à região um processo de potencialização da desigualdade social. As medidas adotadas pelo estado do Paraná, alinhado com as instituições internacionais, buscou amenizar a necessidade de reforma agrária e adequar as expectativas dos organismos internacionais financeiros para fomento de políticas públicas relacionadas com questão agrária. Este movimento causou um parcial enfrentamento ao processo de acumulação capitalista com consequente manutenção do estado de precarização das relações de trabalho causadas pela concentração fundiária.

A vanguarda do território da Guerrilha de Porecatu, no que se trata de demandas rurais, persiste mesmo após décadas do fim da Guerrilha. As relações sociais, ali estabelecidas, na correlação de forças de acumulação capitalista no campo, estabelecem centralidade para esta região, no que se refere a produção agrícola brasileira, vanguarda do capital, na implantação da UCP e empreendimento com capital internacional. Em contradição, nesta mesma região o antagonismo capital *versus* trabalho ocasionou a vanguarda do campesinato, desde a resistência dos posseiros nos tempos da Guerrilha, e cobra uma contrapartida Estatal, verificada na vanguarda da implementação de programas, políticas públicas e projetos, tanto para o capital quanto para o campesinato em diferentes medidas.

O Estado do Paraná, começa um tímido processo de reforma agrária clássica a partir do Programa das Vilas Rurais²⁸, criado em 1995, pelo então governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, com objetivo²⁹ principal de possibilitar condições de vida para as famílias de boias-frias e trabalhadores rurais sem-terra, proporcionando

²⁸Com a intenção de diminuir os impactos da concentração fundiária, ao de proporcionar ao trabalhador rural volante ou boia-fria, 1 um lote de 5.000 m² (½ hectare), com uma casa de alvenaria de 44,56 m² e com infraestrutura mínima: água, energia elétrica e sistema sanitário. O Programa Vilas Rurais financia as unidades, em média, por 25 anos, sendo que as famílias contam com carência de 30 meses, período em que pagam taxas simbólicas. Passado este tempo, os “vileiros” passam a pagar prestações no valor de 20% do salário-mínimo. Para a obtenção do lote em uma Vila Rural é necessário que as famílias atendam a certos requisitos como: ser trabalhador rural volante (boia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário em áreas rurais; possuir renda familiar de até três salários-mínimos por mês; estar morando em subhabitação; ter família constituída, com filhos.

²⁹Conforme o Governo do Estado do Paraná (2002), durante o período de sua instalação, foram construídas em todo o Estado 405 Vilas Rurais, contemplando 15.652 famílias e destas 387 estavam concluídas com um total de 14.954 famílias beneficiadas e, ainda, 18 Vilas Rurais estavam em obras com vagas para mais 698 famílias. Podemos observar, a partir dos dados apresentados, a territorialização das Vilas Rurais por quase todo o estado, com a existência de vilas rurais em 265 dos 399 municípios. Fonte: <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>. jan. 2003.

seu retorno ao campo. Pelos critérios³⁰ estabelecidos, Fernandes e Ponte (2002) constataam que o Programa Vilas Rurais atende exclusivamente,

os boias-frias, negligenciando outros tipos de trabalhadores rurais como os posseiros, meeiros, parceiros, que também necessitam de políticas que propiciem condições para sua sobre vivência no campo. O Programa Vilas Rurais é uma iniciativa do Estado paranaense, que visa o “retorno” do trabalhador ao campo. Somos cientes de que o retorno, não significa que encontrarão a área rural nas mesmas condições deixadas há três décadas, pois “o passado, que é o ‘ter-estado’ não pode jamais tornar-se novamente presente e voltar a estar-no-presente, pois a irreversibilidade do tempo não o per mite”, mas sim que propicia aos excluídos da terra a oportunidade e as condições para ter acesso a uma casa e a um pequeno lote (Fernandes; Ponte, 2002, p.11).

Com esta propaganda de uma nova reforma agrária, o governo do Estado pretendeu corroborar com a perspectiva, que há um tipo de processo no qual não há necessidade de lutar e ocupar, como fazia o MST massivamente naquele período. Mas, na verdade, este não atende adequadamente os anseios dos trabalhadores expropriados do campo, pois a pequena área não permite sobreviver com a produção, sendo necessário o trabalho fora do lote. Há que se levar em conta as ponderações de Fernandes e Ponte (2002, p. 12):

consideramos que outro objetivo do governo do Paraná é mostrar que há uma alternativa mais barata e sem desapropriar grande extensão de terra para fins de reforma agrária, com isso resolverá o problema dos sem-terra utilizando a Vila Rural como um programa que dê visibilidade às ações do Estado. Assim, o Programa Vilas Rurais é mais uma alternativa para tentar eliminar os problemas causados pelo afluxo da população aos centros urbanos, proporcionando habitação e não condições de sobrevivência para as famílias de trabalhadores rurais em seu próprio lote, pois este, se mostra insuficiente, necessitando trabalhar em outras ocupações. quanto ao retorno ao campo (Fernandes; Ponte, 2002, p.12).

O Programa Vilas Rurais foi de fato, uma política pública para o fornecimento de mão de-obra assalariada ao capital, portanto, mais do que uma possível alteração na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades, o que seria o objetivo coerente às demandas do campesinato de um projeto de reforma agrária, que buscasse dirimir as necessidades sociais. Segundo o ex-presidente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), as Vilas Rurais, são um programa que busca a construção de residências para os boias-frias, tendo o objetivo de combater a falta de moradia para esta população, proporcionando-lhe condições mínimas de habitação

³⁰ Para a obtenção do lote em uma Vila Rural era necessário que as famílias atendessem certos requisitos como: ser trabalhador rural volante (boia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada de caráter temporário em áreas rurais; possuir renda familiar de até 3 salários-mínimos por mês; estar morando em sub habitação e família constituída com filhos” (Governo do Estado do Paraná, 2002).

no campo, uma vez que dotá-las de infraestruturas nas cidades incorreria em um gasto maior do que no meio rural (Cervi *apud* Fernandes; Ponte, 2002, p,09).

Figura 5: Placa de Sinalização da Vila Rural



Fonte: Lopes (2014).

Em Centenário do Sul, a Prefeitura, através de incentivo do Governo, implantou a Vila Rural Vista Alegre. Como nos demais municípios paranaenses, o que se torna evidente foi a tentativa do Programa da Vila Rural ser desenvolvida como paliativo em relação a uma reforma agrária que contemple as necessidades dos camponeses. Quando na verdade para Fernandes e Ponte (2002);

tratou-se de um programa destinado a resolver as questões de habitação, ou seja, retirar a população rural pauperizada da cidade, reduzindo o “inchaço” dos centros urbanos e servindo como reserva de mão de-obra tanto para o trabalho agrícola como para o urbano. Na reforma agrária, os trabalhadores sobrevivem do trabalho com a terra, já na Vila Rural ela é apenas um incremento ou muitas vezes nem isto, pois não podem dedicar tempo suficiente para nela produzir (Fernandes e Ponte, 2002, p. 13).

Neste período, outro programa estatal de assentamento rural foi realizado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Banco da Terra³¹ que

³¹Foi criado em 1998 por meio da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1998), e regulamentada pelo Decreto nº 2.622, de 9 de junho de 1998, que criou também o Conselho Curador do Banco da Terra. Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999, que, em seguida, foi revogado pelo Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000 (Brasil, 2000), que vigorou até o final do Programa Banco da Terra em 2003.

foi criado como uma forma de complementação da reforma agrária. “No que se refere à sua concepção, o programa Banco da Terra não poderia ocupar o espaço da reforma agrária, e sim complementá-lo, viabilizando a aquisição de terra por agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra” (BRASIL, 2006). Dessa forma, o Programa Banco da Terra surgiu;

com o objetivo não só de possibilitar o acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra mediante crédito para a compra de imóveis rurais e implementação de infraestrutura, mas também como uma política de caráter permanente, complementar à reforma agrária, pois permite o financiamento para a aquisição de propriedades rurais que não são passíveis de desapropriação (Silva, 2012, p. 51).

Silva (2012, p. 51), afirma que para o enquadramento às normas do programa, os potenciais beneficiários do Banco da Terra eram os trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros, arrendatários que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural e pequenos agricultores, proprietários com área inferior ao módulo fiscal do município.

o Programa Banco da Terra estava inserido na política agrária de FHC denominada “Novo Mundo Rural” tendo como base três princípios básicos que materializam o pensamento do Banco Mundial: (1) o assentamento de famílias como política social compensatória; (2) a “estadualização” das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras” (Silva, 2012, p. 75).

Os programas de reforma agrária de mercado do Banco Mundial no governo FHC, como o Banco da Terra, o seu antecessor, o Programa Cédula Rural, e o seu sucessor, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos, apresentaram vários problemas. Entre eles,

Aumento do valor da terra e pagamento à vista, como forma de premiar o latifúndio (a existência de um fundo de terras inflacionou o mercado). 2. Inviabilidade econômica, impossibilidade de pagamento dos empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não reuniram condições de permitir a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida. 3. Aquisição de terras sem registro e improdutivas, portanto, aptas ao programa de reforma agrária. 4. Compra da terra feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha das áreas. Essas associações, muitas vezes, são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais. 5. Condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas. Ao invés de aliviar a pobreza, o programa fez agravar-se a situação financeira dos participantes. 6. Denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos, que teriam sido favorecidos nas transações de compra e venda de terras (Silva, 2012, p. 76).

O Programa Banco da Terra permitia aos interessados autonomia não só para definir a constituição das pessoas para a formação do grupo de interesse, como também para a escolha da terra a ser adquirida. Segundo Silva (2012), ao se referir ao Programa Cédula Rural, antecessor do Banco da Terra,

o próprio Banco Mundial previa a interação de pessoas e grupos sociais como premissa para o financiamento de programas sociais. Uma das diretrizes básicas do Banco Mundial para o financiamento de programas “sociais” é o incentivo à participação das pessoas e grupos sociais diretamente envolvidos nos projetos. Por outro lado, para ter acesso ao financiamento do Cédula da Terra, as famílias sem-terra devem estar organizadas em uma associação comunitária, legalmente constituída (a priori um espaço de participação e tomada de decisões) e por meio dele encaminhar a solicitação de financiamento (Silva, 2012, p. 51/52).

Lopes (2014, p.9), demonstra que o Estado do Paraná foi subdividido em “20 Núcleos Regionais da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e o Banco da Terra do município de Centenário do Sul com 63 famílias assentadas foi o primeiro Banco da Terra do Estado do Paraná”. Lopes (2014), ao analisar as perspectivas do quadro agrícola municipal afirmou que,

o prognóstico é que o quadro do Perfil da Realidade Agropecuária do município de Centenário do Sul, não sofra grandes alterações, esse grupo de trabalhadores rurais assentados nas Vilas Rurais e Banco da Terra, vislumbravam a possibilidade de adquirir seu próprio pedaço de terra e, com isso, ter a garantia de nela plantar e livrar-se do pagamento de uma renda aos proprietários de terras por meio do arrendamento. Para gerir estas relações, em 20 de setembro de 1999, criou-se a Associação dos Agricultores e Arrendatários de Centenário do Sul (APARC) que se constituiu e se enquadrou como uma entidade de interesse público. (Lopes, 2014, p.10).

Ao avaliar os impactos socioeconômicos da implantação do Programa Banco da Terra em Centenário do Sul, Lopes (2014), ressalta que:

uma das regiões do País onde a terra é mais valorizada, onde se aplicaram as políticas emanadas pelo Banco Mundial, as quais foram denominadas de reforma agrária de mercado, o montante de recursos utilizados, quase que integralmente, para a compra da terra, não foi suficiente para alcançar a área equivalente a um módulo rural, definido pelo governo federal, no Estatuto da Terra, como uma área mínima que pudesse propiciar o sustento e o desenvolvimento econômico de uma família. Em síntese, ao analisarmos os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, podemos verificar que, durante os 46 anos de recenseamento, não se observam mudanças significativas em relação à estrutura fundiária, predominando os estabelecimentos rurais com até 50 ha, representando em média 80% do número total de estabelecimentos. Por sua vez, esse mesmo estrato de até 50 ha, representa em média apenas 20% da área agrícola do município, caracterizando uma estrutura fundiária de concentração de terras. No mais, essa dinâmica também é influenciada a partir de 1998, pela implantação da Vila Rural (40 famílias) e, posteriormente, pelos assentamentos dos Bancos da Terra em 2000 a 2001 (63 famílias) e, mais recentemente, pela consolidação do assentamento da reforma agrária do INCRA em 2013 (40 famílias) (Lopes, 2014, p. 17).

Nesta mesma seara, Lustosa (2012) percebeu adequação e sintonia fina com o processo de mundialização do capital incluem o,

tema em suas propostas de desenvolvimento. Uma dessas instituições que passam a compor o debate é o Banco Mundial, propondo a implantação da denominada Reforma Agrária de Mercado, esta Nova Reforma Agrária adotada pelo estado, são empreendimento principalmente, que potencializam o trabalho assalariado, no campo ou na cidade, em atividades rurais e não agrícolas, pluriativas e ainda produzem culturas para autoconsumo (Lustosa, 2012, p. 20).

No contexto de tais análises, percebe-se uma coexistência dos programas de RAC com a necessidade das agroindústrias do agronegócio pela disposição de mão de obra nos municípios que recebem estes programas. Os efeitos da monocultura da cana-de-açúcar e soja acaba estagnando a economia municipal. Como consequência, em Centenário do Sul, muitas famílias passaram (e passam) por dificuldades financeiras, sobretudo a partir da Geada Negra de 1975, do fechamento das atividades fabris da UCP no município vizinho de Porecatu, e do declínio das fazendas e pequenas propriedades, com a consequente diminuição da captação de mão de obra na roça para trabalhos diários, havendo a necessidade de recorrer a programas assistenciais oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e operacionalizados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Considerando a ausência das políticas sociais sobre a dinâmica de desenvolvimento rural e, principalmente, sobre as consequências negativas que a propriedade privada e a apropriação capitalista da renda fundiária, para os trabalhadores rurais sem terras e não organizados via movimentos sociais. Segundo Lusa (2012), sua gênese está disposta na visão de que,

o rural é o lugar do atraso e a cidade do moderno, como também da formação sócio-histórica brasileira em que o Estado está atrelado ao processo de desenvolvimento capitalista no País, onde esse estará voltado a atender à demanda de desenvolvimento urbano – industrial em detrimento à garantia de direitos da população rural do país. Entretanto, compreende-se que o Estado sempre esteve presente na conformação do rural, sobretudo, na garantia da alta concentração de terras e no desenvolvimento do capitalismo no campo (Lusa, 2012, p. 36).

Desse modo, não é possível dizer que o rural é invisível ao Estado, mas sim, que “sua visibilidade sempre esteve atrelada às demandas das classes dominantes, sem a intenção de que essa visibilidade se voltasse a atender às demandas da classe trabalhadora que vive no campo”. (Lusa, 2012). Assim, os trabalhadores rurais só ganham visibilidade na agenda política do país através de seus processos de lutas, principalmente, a partir da década de 1970, como afirma Lusa (2012):

É a partir desse período que os movimentos sociais no campo começam a ser visibilizados e são reconhecidas embora não bem quistas as suas lutas sociais e políticas, agregadas às lutas de toda uma sociedade. Em suas pautas específicas estão a reforma agrária, a expansão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais, o reconhecimento dos direitos sociais para aqueles que vivem e trabalham no campo e seu reconhecimento pela sociedade como sujeitos políticos. É notório que a visibilidade aqui apontada, também continua permeada pelas atribuições pejorativas da classe trabalhadora do campo (Lusa, 2012, p. 98).

Para confluir com os apontamentos da autora supracitada ao fusionar a conjuntura brasileira com os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2022), sobre os aspectos da vulnerabilidade social³² nos municípios do Paraná, em Centenário do Sul, como reflexo da estagnação econômica, o parâmetro do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,738, em 2010, ficando em 823º lugar no Brasil, quando contabilizava uma população era de 14.189 pessoas, apresentando o índice geral de vulnerabilidade em 1,95% da população em extrema pobreza. Tais informações do IPARDES (2022), demonstram a proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mensais que, em agosto de 2010, equivalia a 1/2 (meio) salário-mínimo, cujo universo de indivíduos foi limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

De acordo com os dados do Cad-Único (11/2024), o município possui 722 famílias inscritas no Programa Bolsa Família, assim, mais de mil pessoas em situação de vulnerabilidade social foram beneficiadas com a distribuição de cestas básicas e itens de higiene no início deste ano, representando 48% da população de 12.587, segundo dados da mesma instituição. Estes números demonstram a esterilidade dos programas de reforma agrária no município. Mas que isso os dados demonstram a realidade social e sua vulnerabilidade associada, não apenas em Centenário do Sul, mas em todo o território brasileiro, que vem convivendo com efeitos da concentração fundiária. (Centenário Sul, 2024).

Desta forma, hoje a população economicamente ativa do município trabalha ora nas agroindústrias da região: usinas de açúcar, e frigoríficos de aves estabelecendo, para os trabalhadores uma rotina exaustiva de migração pendular que em alguns casos, chega a um deslocamento de 100 km por dia (considerando ida e volta) para vender sua força de trabalho nas referidas agroindústrias, uma parcela

³² Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento- PNUD e Fundação João Pinheiro-FJP.

está empregada prefeitura municipal, assim como, também, na condição de servidores públicos municipais e estaduais, principalmente nas escolas do estado existentes no município, enquanto que uma parcela menor da população trabalha no comércio local. (Centenário Sul, 2024).

Segundo informações obtidas no site da prefeitura municipal, apresenta a economia centrada na agropecuária, principalmente na produção de cana-de-açúcar, soja e milho, e, ainda, o gado de corte. O predomínio da monocultura nesta porção do Norte do Paraná reflete, de certa forma, a estrutura fundiária dos municípios, mas que acaba sendo mais forte em Centenário do Sul, caracterizada pela alta concentração de terra, com predomínio do Grupo Atalla, que detém grande extensão territorial no município. Mesmo depois da falência da UCP, o Grupo Atalla detém vastas porções de terra no território que se encontram em sistema de arrendamento das terras, mantendo grande parte para a Cosan que mantém monocultura de cana-de-açúcar para exportação. (Centenário Sul, 2024).

Na caminhada dos camponeses na região de Porecatu, sofreram as tensões de classes sociais supracitadas, na passagem das seções, posteriormente buscarei demonstrar a evolução da acumulação capitalista na região e suas principais representações capitalistas nacionais e estrangeiras. E, na dialética do Brasil Rural, a acumulação capitalista tem nuances nacionais de resistência dos camponeses a este processo, com posterior organização política em combate a função capitalista e política do latifúndio. Nesta seara, pensar a reforma agrária, de cariz popular, é condição basilar contrária ao projeto societário do agronegócio.

A questão fundamental é a alteração no direito à propriedade para alterar a dinâmica de exploração das oligarquias rurais, pois a terra é a fonte do poder econômico e do poder político que elas detêm ainda hoje. No campo, os trabalhadores rurais têm sido reprimidos em suas lutas, e reprimidos violentamente, não só porque ocupam terras ociosas. Ao problematizar os programas de reforma agrária clássica, aponta que “o problema não se resume a questão de produtividade da terra, destaca como fator preponderante a alteração na correlação de forças sociais que define o território”. Martins (1999, 2003, *s.p.*).

Na região de Porecatu, historicamente central ao desenvolvimento capitalista na agricultura no Brasil, sobre todas as intercorrências do processo se explica de mundialização do capital, que opera a financeirização da economia e atingiu diretamente a agricultura, aprofundando ainda mais suas contradições da questão

agrária. Na seção posterior, será detalhada essa apropriação do território para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

3.1.2 Terras sem gente: a territorialização e as agroindústrias do capital

*“Conheço essas trilhas
Quilômetros milhas
Que vem e que vão
Pelo alto sertão
Que agora se chama
Não mais de sertão
Mas de terra vendida
Civilização”*

(Sater, Almir – Trecho música Peão)

Na região de Centenário do Sul, a ocupação e consolidação do espaço geográfico brasileiro se desenrolaram a partir de interesses econômicos, controlados historicamente pelas elites, fossem as oligarquias rurais ou os monopólios industriais do século XX. A aquisição destes produtos primários agrícolas pelo mercado mundial depende de uma estrutura organizacional conectada internamente e com vazão de seus produtos ao mercado externo. Esta estrutura, ou segmento de mercado, denominado por agroindústria e *agrobusiness*, parecem similares, mas guardam diferenças de estrutura e segmento ao qual se destina. As agroindústrias são uma necessidade eminente dentro do modo de produção capitalista para ambas as classes sociais em disputa pela terra.

Segundo Ana Primavesi (1997), cânone da produção científica e divulgação do conceito de agroecologia destas variações, existe uma certa confusão entre agroindústrias e *agrobusiness*,

Agroindústrias são enormes monoculturas ou confinamentos de gado onde se produzem, de maneira industrial, produtos agropecuários, o que já tem muito pouco a ver com agricultura quando se planta 6 a 9 mil alqueires de soja (14.500 a 21.700 hec), ou quando criam 30 mil bois ou 100 mil porcos em um único confinamento. Esses bois de engorda que têm ainda o nome de bois, na verdade não são mais animais, pois mal podem levantar-se, simplesmente são sacos de pele cheios de carne. Isso é alta tecnologia: a comida dos animais é trazida por esteiras rolante, as fezes são retiradas por esteira rolante e o que se acumulou no “saco de pele” é removido, após dois anos, como carne. É a máxima eficiência. Isso é agroindústria. O Agrobusiness é uma empresa que reuniu toda numa só a partir da transferência de genes e sementes clonada. A produção de adubos, defensivos, máquinas, armazenagem e transporte até a industrialização e a venda dos enlatados nos supermercados, A previsão é de que daqui vinte ou trinta anos toda produção agrícola, industrialização e venda estarão nas mãos de 4 ou 5 empresas apenas. Ninguém mais vai poder plantar variedades que são destas firmas, ninguém vai poder vender a alguém a não ser destas firmas. Elas determinarão variedades, adubos, defensivos, mercado e preços. E como a maior parte da semente será “clonada”, ou seja, criada

vegetativamente de células de algum broto ou folha, não haverá mais adaptação a mudanças de clima ou de solo (Primavesi, 1997, p. 107).

Quanto mais se expande o capital, verifica-se que o monopólio da terra pelo capitalista, além de expulsar e/ou subordinar o camponês aos interesses do capital. ampliam-se as demandas pela obtenção de capital, aumentando a subordinação do camponês. De acordo com a literatura da geografia sobre esta territorialização do espaço pró capital. Raffestin (1993, p. 143), destaca que “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”.

Na região de Porecatu, os atores sociais variaram de acordo com período histórico, para além da expropriação das terras dos povos originários, transformam os brasileiros em posseiros enquanto sem-terra. Esta territorialização do espaço pró capital ganhou impulso sobretudo a partir da década de 1960. A modernização da agricultura no Brasil foi operacionalizada por intervenções técnicas e científicas que promoveram um conjunto de mudanças produtivas, sociais, políticas, entre outras, readequações necessárias à efetivação da proposta da Revolução Verde³³.

A intensificação do fornecimento de matérias-primas às indústrias e a introdução de conhecimentos e insumos industriais, tais como sementes, mudas, fertilizantes, agrotóxicos, dentre outros, foi compreendida por alguns autores, tal como Silva (2012), como industrialização da agricultura. Conforme o autor,

as transformações no padrão agrário e agrícola da agricultura brasileira levaram à passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial, a partir da qual não foi mais possível compreender a agricultura como um setor autônomo da economia. A passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial, esteve aliada à implantação de uma racionalidade empresarial na produção agrícola, mesmo entre os pequenos agricultores, representada por uma agricultura contratual e integrada à indústria, com o surgimento de um agricultor profissional e especializado (Silva, 2012, p. 40).

Neste período da história, pode-se verificar que a partir de meados dos anos 1960, a chamada modernização conservadora, requisitada por nova agricultura, baseada num pacote tecnológico, associada aos incentivos estatais ao

³³Com direção de instituições do capital, Fundação Ford e Rockefeller, Fundação Development Advisory, Banco Mundial e USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Guimarães, 1979, p. 101).

desenvolvimento e à produção industrial, acentuou o processo migratório rural-urbano, um conjunto de medidas adotadas em nível mundial. A Revolução Verde, portanto, foi um conjunto de medidas adotadas em nível mundial, pensada para potencializar os monopólios na produção de produtos alimentícios. Guimarães (1979) afirma que,

A revolução verde foi idealizada para salvar a agricultura do mundo subdesenvolvido de uma suposta incapacidade de vencer os obstáculos tecnológicos. Remover os obstáculos tecnológicos significava adotar um pacote de insumos que incluía sementes de variedades melhoradas, de alto rendimento, de grande proporção de fertilizantes, de equipamentos mecânicos avançados e sistema de irrigação controlada (Guimarães, 1979, p. 223).

Para compreender esta dinâmica imposta à agricultura no país, a denominada Teoria Marxista da Dependência – TMD, partindo de Rui Mauro Marini (2011), em *“Dialética da Dependência”*, evidencia-se elementos para análise, como as particularidades do ciclo do capital nas economias latino-americanas, a partir da vinculação subordinada dessas economias à dinâmica do capitalismo global.

Com a formação da economia industrial nas economias latino-americanas, em função das particularidades que adquire a superexploração da força de trabalho nessas economias, surgem fatores que agravam os problemas de realização, pois o que é produzido nacionalmente passa a ser realizado nas economias centrais diante da pressão que a escalada dos preços agrícolas exercia sobre a taxa da inflação, o governo optou pela solução de conter os preços pela força, oferecendo como contrapartida aos latifundiários melhores condições para a exploração do trabalhador. A mecanização da agricultura, a extensão da legislação trabalhista ao campo - que gerou a redução do número de empregados fixos nas fazendas - e a ampliação da área dedicada à pecuária: tudo isso fez com que o pequeno produtor (parceiro, “posseiro”, mini-undista) fosse arrancado da terra, transformado em boia-fria e incorporado ao proletariado agrícola (Marini, 2011, p. 34).

Os processos históricos que incidem sobre nossa formação social, materializados em nossa formação espacial nas desigualdades intra e inter-regionais, bem como entre campo e cidade, são influenciados por nossa condição de dependência. Acerca da dependência e da superexploração da força de trabalho, se elas se configuram enquanto elementos centrais dessa condição. Nesta conjuntura histórica, Marini (2013) afirma que:

A reforma agrária deixava de ser um tema de debate entre especialistas e se convertia em um dos fatores mais importantes da luta de massas no Brasil. Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma

maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva (Marini, 2013, p. 87).

Utilizando dos conceitos da Teoria Marxista da Dependência – TMD, na análise da formação socioeconômica brasileira, a economia da agrária dos países da chamada periferia cumpre o papel de fornecer de matéria-prima e energia para os ditos países centrais, principalmente por meio das *commodities* agrícolas. Na medida em que os países centrais são produtores e exportadores de tecnologias e produtos industrializados com alto valor agregado, que só podem ser adquiridos com uma divisão de renda.

Acrescido à concentração fundiária, os camponeses que não dispõem de terras e que, invariavelmente, não migram para o meio urbano, são submetidos a todas as formas de superexploração que o capital opera de acordo com as necessidades dos capitalistas no meio rural. Mesmo após a fase de implantação de tecnologia e de alta tecnologia, formas de trabalhos que assemelham com a escravidão estão postas no meio rural com grande incidência, principalmente nas variações de um novo colonato.

A aceitação direta gera, além da adoção deste receituário por parte dos governos da América Latina, à exaltação da dependência. Por exemplo, o Estado do Paraná faz desta dependência sua campanha de *marketing*, perceptível em um artigo publicado na *Folha de São Paulo*, no qual o atual governador do Estado do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior, o Ratinho Júnior, afirmou que,

Somos um estado em que um terço da economia é proveniente da agricultura, reconhecemos a importância da terra e trabalhamos em harmonia com o meio ambiente. O Paraná bate recordes anuais na produção de alimentos, é líder no segmento de proteína animal e o segundo maior produtor de grãos do Brasil. É nesse cenário de investimento em ciência e tecnologia, aumento de produção que o Paraná conquista cada vez mais espaço como supermercado do mundo (Ratinho Júnior *apud* Folha, 2023).

Com esta campanha alinhada com as necessidades do capital, com uma mera citação de uma pseudo harmonia com o meio ambiente, que desconsidera os dados negativos sobre adoecimento por câncer dos trabalhadores rurais, o governador do Paraná se reelegeu e projeta a campanha presidencial, vendendo a ideia de economia aderente ao capital internacional, sem contrapartida social.

Lopes (2014), demonstra que no perímetro do município de Porecatu, após o término da Guerrilha, o território foi desmembrado em 4 municípios (Centenário do Sul, Florestópolis, Alvorada do Sul, Miraselva), sendo que estes municípios que eram localidades produtoras principalmente de café nos períodos após a Guerrilha, se

tornaram “municípios usineiros e fornecedores canavieiros” do Vale do Paranapanema, quando o café foi substituído pela cana-de-açúcar como principal produto da região. (Lopes, 2014, p.24).

A centralidade da Usina Central Paraná - UCP, em Porecatu, nas relações de produção causou, na região, uma estagnação econômica dos municípios da zona canavieira do Vale do Paranapanema, que foi caracterizada pela concentração da produção alcooleira, pela paisagem dos canaviais e a forte incidência dos boias-frias jogados nos caminhões que os levavam ao eito de cana-de-açúcar. As conexões entre superexploração dos trabalhadores rurais, as agroindústrias e propriedades fornecedoras foram os fatores determinantes. (Lopes, 2014).

Nesse espaço, as agroindústrias buscaram adquirir novas terras para o plantio próximo às usinas. Ao deter a maior parte das terras, as Usinas colaboram para a diminuição de espaço para implantação de outras lavouras. Como consequência direta desta simbiose de acumulação capitalista, ocorreu o empobrecimento da população já durante o funcionamento da UCP e ampliado com o fechamento em 2013, que empregava parte da mão de obra de Porecatu, Centenário do Sul e demais municípios usineiros. Outro fator importante foi o fechamento da Cooperativa de Porecatu – COFERCATU³⁴, que absorvia a produção da Usina. (Lopes, 2014).

No declínio da Usina Central do Paraná, em Porecatu segundo Agostinho Bunkosld, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná pensava da necessidade de intervenção do governo do Estado do Paraná deveria intervir na usina, para o dirigente sindical;

O governo deve pensar em primeiro lugar nos trabalhadores. Se o governo intervém nos sindicatos dos trabalhadores que paralisam as atividades, por que não intervém em uma empresa que faz o mesmo?" Ele acredita que só a intervenção "pode evitar que os trabalhadores, desesperados, sem emprego e sem pagamentos dos salários, passem a saquear para poder saciar a fome". está ocorrendo em Porecatu é consequência do modelo agrícola do País, que não permite o acesso dos trabalhadores à terra. Em vez de conceder vultosos empréstimos ao grupo Atalla, que os, utilizou para criar um feudo, tornando-se dono de quase sete cida des na região, o governo deveria 'aplicar o Estatuto da Terra e distribuir os seus 30 mil alqueires para os trabalhadores. O Atalla pro vou que latifúndio só concentra riqueza, não distribui benefícios e numa situação dessas quem sofre é o trabalhador". Para ele, a crise comprova a incapacidade gerencial do grupó. "Os Atalla conseguiram do governo grandes somas e compraram terras. Agora, não têm dinheiro nem para comprar óleo para seus caminhões(Bunkosld, apud MST, 2023c).

³⁴ A COFERCATU fechou suas atividades em 2017, sendo vendida para o Grupo COCAMAR, de Maringá, PR.

Neste período a Vara do Trabalho de Porecatu, reuniu com cerca de 300 empregados da Usina Central do Paraná (UCP) para quitação de dívidas trabalhistas cujo valor pode chegar a R\$ 15 milhões em 2014. Os recursos estavam há três anos retidos na vara cível de Centenário do Sul (município vizinho a Porecatu, onde residiam grande parte dos funcionários da UCP), e foram repassados à Justiça do Trabalho,

No total são R\$ 18,22 milhões, recursos penhorados originários de pagamento de indenização da Companhia de Energia Elétrica de São Paulo (CESP) por fazendas da UCP que foram inundadas na construção da Hidrelétrica Capivara. O dinheiro será suficiente para zerar a fila de espera por indenizações trabalhistas em processos de fase de execução contra a Usina Central do Paraná, obrando ainda um residual de cerca de R\$ 3 milhões para quitar ações que tramitam em fases processuais anteriores. (MST, 2023c).

Em 2014, As intempéries e o endividamento da usina somado as ações trabalhistas, foram alguns dos principais fatores que fizeram a Usina Central do Paraná, decretar falência. Atualmente os muitos funcionários antigos da UCP, ainda residem na vila rural dos operários da usina, com saldo a receber por dívidas trabalhistas e diversas denúncias de trabalhos análogos a escravidão ainda por serem indenizadas.

No último dossiê do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE, com mais de cem páginas que preparou sobre a Usina Central do Paraná, o técnico da FETAEP, Hélio Dutra, relata a relação da UCP com os operários, "os trabalhadores são coisas, são tratados como 'rês', coisas, ou meros objetos de trabalho, em condições que justificariam uma ação trabalhista". (Dutra apud, MST, 2023c).

Após o encerramento das atividades da UCP, houve arrendamento das terras que anteriormente eram utilizadas para plantação de cana-de-açúcar para a Cosan, empresa de capital misto, brasileiro e estrangeiro que detém grande parte das terras contestadas pelos movimentos sociais na região. Um fator de potencialização desta dinâmica recai sobre a venda das terras ao capital financeiro internacional.

Para Siebeneichler (2021),

a estrangeirização de terras e os benefícios do agronegócio, incentivando o avanço de corporações transnacionais do agronegócio. A volta da temática da terra para a agenda de política internacional coincide com o que foi chamado de estrangeirização de terras. Esse é um processo mais amplo de internacionalização, porque não se reduz a operações de compra e arrendamento por estrangeiros, mas, relaciona intimamente os investimentos de estrangeiros a mudanças legais que vão além das fronteiras do Estado. No Brasil, o processo de grilagem de terras é histórico e se mantém, garantindo um sistema de terras altamente concentrado. Os antigos sistemas de plantations foram transformados em sistemas agropecuários para a

comoditização da agricultura. que aumentam a concentração de terras e a expansão de propriedades brasileiras nas mãos de investidores estrangeiros) (Siebeneichler, 2021, p. 06).

A Guerrilha de Porecatu foi um episódio que se desenrolou em um território disputado pelo capital internacional no passado e presente das disputas entre classes sociais antagônicas. Desde 2012, a área agrícola da Usina central de Porecatu foi arrendada para o grupo Cosan, o maior processador de cana do mundo. Em nível nacional, a partir de 2016, há ainda mais destaque para esse tema a partir da proposta de liberalização de compras de terras por estrangeiros. Siebeneichler (2021), afirma que “a compra de terras por estrangeiros é um elemento de grande destaque na questão agrária que vem ganhando destaque ao longo dos anos porque não passa mais a afetar só o campo, afeta também as relações de trabalho, a internacionalização do capital e a soberania territorial e alimentar de um país”. Siebeneichler (2021, p. 7).

Esse processo de estrangeirização de terras parece intimamente atrelado ao esvaziamento do “modelo brasileiro”, que, apesar de problemático, ainda oferecia pequeno suporte à agricultura familiar, colocando os interesses do agronegócio em larga escala à frente da economia camponesa. A formação destes Complexos Agroindustriais no Brasil se deu a partir da integração dos três setores fundamentais: as indústrias que produzem para a agricultura, a própria agricultura e as agroindústrias processadoras, todos beneficiados por políticas estatais de crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Porém, ao passo em que se moderniza a agricultura, ampliam-se as contradições sociais no campo, ou seja,

os produtores integrados são os médios e grandes localizados nas regiões Centro-oeste, sudeste e Sul do país. Nas regiões Nordeste e Norte a predominância é de pequenos produtores não integrados aos complexos agroindustriais de um lado, um segmento de empresas familiares relativamente prósperas e bastante tecnificadas, de outro, uma contínua recriação/destruição de pequenos produtores pauperizados e não integrados aos complexos agroindustriais (Graziano, 1981, p.171).

Quando acontece, a integração da agricultura camponesa à dinâmica dos complexos agroindustriais representa sua inserção no próprio sistema capitalista, pois inexistem ganhos pelo camponês, e a renda da terra, produzida pelo seu trabalho, será subordinada e apropriada pelo capital. Conforme descreve Oliveira (1986),

o modo de produção capitalista está circunscrito também à produção, à circulação e trocas de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias, o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria. Esta contém a mais-valia, que não se confunde com o produto final do processo de produção, ou em outras palavras, a mais-valia está prisioneira à mercadoria, e sua realização se dá com a circulação,

quando o movimento de rotação do capital se completa (Oliveira, 1986, p.05/06).

A estreita relação entre a territorialização do agronegócio e a estrangeirização de terras ganha ainda mais destaque. Além disso, tal cenário gera impacto sobre políticas públicas de incentivo ao setor de produção familiar e de políticas agrárias, acentuando cada vez mais a pressão sobre as disputas territoriais no Brasil, porque torna-se cada vez mais caro desapropriar e indenizar estes produtores.

O cenário é ainda pior com o agravante institucional, com um legislativo e um executivo que incentivam a promoção de regulamentação destas terras públicas que foram apropriadas de maneira ilegal. Essa estrangeirização repercute na expropriação de camponeses e indígenas, na destruição de assentamentos, no confronto entre movimentos camponeses e o Estado, justamente porque reivindicações históricas estão sendo ultrapassadas pelo interesse de grupos dominantes (Siebeneichler, 2021).

Na região da Guerrilha de Porecatu, grande parte das terras griladas pelos Lupion, Lunardelli e Atalla, atualmente estão arrendadas para a Cosan, cravada em localidade, com desenvolvimento territorial plasmado na luta de classes sociais antagônicas, reafirmando a lógica de perpetuação do latifúndio. Entrave até para o capital e consequente estrutura de desigualdade social, os antagonismos manifestam-se em relações desiguais de dominação. Scaramuzzo (2018), denunciou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),

já vistoriou mais de 30 mil hectares de áreas pertencentes ao Grupo Atalla, dos quais 10 mil hectares já foram considerados improdutivos pelo órgão. O INCRA mantém ações de desapropriação nestas áreas que caso sejam desapropriadas, têm a capacidade de abrigar mais de mil famílias de agricultores familiares. Enquanto isso, o MST e FETAEP, vinculada à CONTAG, vêm pressionando pela desapropriação de terras improdutivas a partir de acampamentos nas fazendas pertencentes ao grupo (Scaramuzzo, 2018, p.02).

A continuidade tácita desta processualidade de organização camponesa culminou no protagonismo que o MST demonstra na região. O MST reúne cerca de 1,1 mil famílias em quatro acampamentos, produzindo aproximadamente 5 mil hectares. Também se inscreve neste contexto o despejo de 400 famílias, em abril de 2017, que ocupavam as terras da Usina Central do Paraná, no município de Porecatu. MST, “as terras do grupo Atalla são reivindicadas há muitos anos pelos camponeses sem-terra, pois, além do histórico de utilização de trabalho escravo, tais terras já foram declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ainda os proprietários acumulam dívidas com o Estado”. (Scaramuzzo, 2018, p.03). Como resultado de anos de exploração de terra e de trabalhadores da

região, sem benefício ou retorno algum para os moradores, os municípios que circundam Porecatu,

apesar de disporem de terras de alta aptidão agrícola, apresentam um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Segundo o Relatório do INCRA (2015), a alteração desta realidade é essencial, mas encontra obstáculos no próprio Poder Judiciário, que com sua conduta se utiliza de diversas possibilidades legais para impedir a evolução de qualquer questionamento da forma de exploração das terras por parte da empresa, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental ou trabalhista. Um exemplo são os processos de obtenção de áreas improdutivas pelo INCRA, em que os proprietários, depois de esgotadas as vias administrativas, ingressam com ações judiciais visando a nulidade dos laudos técnicos de vistoria. A Justiça Federal, por sua vez, age determinando a suspensão dos processos e designando a realização de perícias em conformidade com as condições atuais de uso das terras, fazendo com que sejam classificadas como produtivas. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem confirmado esse entendimento.

Quanto mais se expande o capital, ampliam-se as demandas pela obtenção de capital, aumentando a subordinação. Pelo fato que o latifúndio permanece criando imensas contradições sociais para o campesinato, esta pesquisa buscaria, a partir de uma localidade com passado-presente de luta contra o latifúndio, compreender alguns nexos causais da questão agrária, como o próprio conceito da reforma agrária que como uma espiga de milho, vem sendo debulhada com as políticas públicas, sendo os caroços de milhos que compõe esta espiral pró capital. Conforme alusão de Graziano (1981);

Portanto, o nível de vida e o nível de renda do pequeno produtor dependerão, em grande medida, das políticas agrícolas a serem implantadas. Os pequenos produtores, que cultivam a própria terra, apenas com o trabalho dos integrantes da família, não integrados aos complexos agroindustriais, estarão fadados à expropriação ou à superexploração da sua própria força de trabalho na tentativa de garantir o equilíbrio, necessário às condições mínimas de sobrevivência (Graziano, 1981, p. 171).

Na região, o processo de grilagem de terras é histórico e se mantém, garantindo um sistema de terras altamente concentrado. Os antigos sistemas de *plantations* foram transformados em sistemas agropecuários para a comoditização da agricultura, com ainda mais destaque para esse tema a partir da proposta de liberalização de compras de terras por estrangeiros. Siebeneichler (2021, p. 08), afirma que,

a compra de terras por estrangeiros é um elemento de grande desta que na questão agrária que vem ganhando destaque ao longo dos anos porque não passa mais a afetar só o campo, afeta também as relações de trabalho, a internacionalização do capital e a soberania territorial e alimentar de um país tal preocupação e posicionamento dos estados é justificada pela alegação de que estas economias precisam garantir saldos positivos na balança comercial, o que não se sustenta em longo prazo, na opinião do autor pela

disparidade do valor agregado pelos produtos produzidos e exportados entre os países periféricos e os países centrais (Siebeneichler, 2021, p.08).

Mesmo assim, estes Estados adotam medidas que não só permitem uma agricultura baseada na produção de *commodities* em escala industrial, na forma de latifúndio, com intenso uso de agrotóxicos e mecanização, como também permite e incentiva a entrada de grandes empresas multi e transnacionais na produção agrícola, em direta contradição com uma política de apoio à agricultura camponesa e a realização de um processo de reforma agrária. Esse processo de integração entre os grandes conglomerados industriais e financeiros na agricultura tem recebido, na atualidade, a denominação de agronegócio e conta com a complacência e/ou o apoio direto do Estado, seja através de incentivos fiscais, do fornecimento de crédito governamental, e, inclusive com a organização de um aparato jurídico e legislativo que possibilita sua ação e legitimação.

A geógrafa Larissa Bombardi (2017), sinaliza que, para condicionamento ao modelo de produção do agronegócio no Brasil, que reflete a maior parte da economia do setor agro, ocorre uma espécie de colonialismo químico na divisão internacional e ambiental do trabalho. Em relação a União Europeia – UE, “o Brasil demonstra caráter permissivo em relação a utilização de herbicidas denominados pelo agribusiness, como defensivos agrícolas, mas que nas legislações brasileiras, são classificados como agrotóxico, estas faces da assimetria entre o uso de agrotóxicos no Brasil e na UE dizem respeito a: o que se usa; o quanto se usa e como se usa”. Bombardi (2017, p. 45).

O principal aspecto que chama atenção no mapa é a situação do estado do Paraná neste cenário. Por exemplo, figura em primeiro lugar, com mais de 3700 casos de intoxicação notificados. O que mais chama a atenção, entretanto, é o grande número de tentativas de suicídio dentre os casos de intoxicação notificados,

No Estado do Paraná, por exemplo, com um total de 3723 intoxicações no período, 1631 referiam-se às tentativas de suicídio, ou seja, cerca de 40% do total. Mulheres do campo que vivem no sudoeste do Paraná têm cerca de 60% de chances de desenvolverem câncer de mama e risco de metástase aumentado em 220%. A região, caracterizada pela agricultura familiar e o uso intensivo de agrotóxicos, possui uma incidência de diagnósticos da doença 41% superior à taxa média do Brasil; o índice de mortalidade é 14% maior (Bombardi, 2017, p. 46).

O estudo, o primeiro realizado com perfil feminino no país, foi feito com 758 mulheres, divididas entre expostas e não expostas a pesticidas. Carolina Panis, coordenadora do estudo realizado pelo Laboratório de Biologia de Tumores da

Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em sua “pesquisa evidencia a ligação direta entre a exposição a agrotóxicos e a alta incidência de câncer de mama nessas mulheres agricultoras.

Embora essa mulher não pulverize o agrotóxico, ela fica responsável pela descontaminação dos equipamentos de proteção e lavagem das roupas utilizadas. Este contato sem uso de luva é suficiente para a contaminação”. (Bombardi, 2017, p. 46). Aqui entramos no ponto de pauta da luta do movimento social denominado Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida³⁵. Trata-se de uma rede de organizações da sociedade que tem como objetivo denunciar os efeitos dos agrotóxicos e do agronegócio, e anunciar a agroecologia como caminho para um desenvolvimento justo e saudável da sociedade.

A utilização massiva dos agrotóxicos sintetiza, em uma ação direta com a terra, uma das principais contradições impostas pelo conflito de classes sociais antagônicas em disputa pelo mesmo território, espaço de habitat e produção humana. A relação nociva química com a terra, sob a lógica de maximizar a produção agrícola, justifica para os latifundiários, a utilização indiscriminada de agrotóxicos, enquanto, por outro lado, a agricultura familiar representada pelo MST, propaga a temática da agroecologia e sustentabilidade na produção de alimentos, e não *commodities*. Debate, portanto, que se torna cada vez mais urgente na agenda pública da sociedade.

O MST em conjunto com a Via campesina, divulgam a necessidade de se reinventar e de incorporar novas técnicas e tecnologias no cultivo de alimentos. Com isso, houve a redução do uso de agrotóxicos na agricultura, alcançada por meio de um trabalho de conscientização dos moradores sobre a necessidade de modificar a forma como os produtos eram cultivados e colhidos, a terra tem se tornado um grande laboratório para estudos de mudanças sociais ligadas às transformações no uso da terra, palco de uma complexa situação de apropriação territorial: o contorno entre interesses de produção em grande escala e, modelos que tendem, a um uso menos impactante dos recursos naturais e do trabalho (Araújo; Lena, 2010, s.p.).

Esta corrida desenfreada para obtenção de superlucros via renda fundiária, causa uma avalanche de defensivos agrícolas, com altos índices de agrotóxicos no trato da terra excluindo o direito humano inalienável de alimentação saudável, e

³⁵ Os princípios que orientam a atuação da Campanha: Agrotóxicos de uso agrícola, veterinário, em campanhas de saúde pública e em ambientes domésticos são um grave problema de saúde pública e representam uma violação do direito humano à alimentação adequada e saudável e a um ambiente equilibrado. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

potencializando a causa de câncer. Neste contexto, a luta por produção saudável leva, diretamente, a necessidade de construção de reforma agrária popular que, prima pela soberania alimentar. A agricultura brasileira, segundo Oliveira (1986), demonstra o cariz da raiz do desenvolvimento capitalista moderno em seu caráter rentista.

Assim, na economia capitalista interessa ao capitalista é que, a venda de seus produtos lhe renda uma quantidade maior de dinheiro do que aquele que ele empregou para produzir suas mercadorias. A concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e do capital por meio da fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. O trabalho ganha em importância e revela o ser social em sua práxis no movimento do real, onde processo, inicia, o camponês-proprietário, que se refere ao especulador da terra- mercadoria; segundo o Estado agente distribuidor de terras e financiador de projetos; e terceiro as cooperativas no campo, que agem como oposição ao processo de proletarianização do camponês (Oliveira, 1986, p. 72).

José de Souza Martins, na obra *“A política no Brasil: entre o lúpem e o místico”* (2011), afirma que o Latifúndio agroexportador é a anomia do Estado brasileiro, pois, executou “o poder do atraso” nas relações sociais e econômicas no país. Neste sentido, a propriedade privada da terra molda a “sociedade da história lenta”, que se moderniza leal à sua estrutura arcaica. Nosso regime fundiário, inventado no século XVI para assegurar relações retrógradas de trabalho em substituição à escravidão que terminava, implantou-se como mediação inarredável do nosso capitalismo de extremos desencontrados. Para Martins (2011),

Um capitalismo que concilia processos econômicos de ponta, de alta ciência de sofisticada tecnologia e elaboradas relações trabalhistas, com relações servis de trabalho que vão até escravidão por dívida. O latifúndio e as instituições políticas que dele nasceram e permaneceram criando no Brasil, um tipo de mentalidade que domina valores e domina condutas, sobretudo a conduta política (Martins, 2011, p. 21).

Francisco de Oliveira (2003, p.105), ao descrever o Brasil na obra *“O Ornitorrinco critica a razão dualista”*, reflete que este esquema geral de urbanização brasileira metamorfoseou o “Brasil ornitorrinco”, “Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, com pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista, ao contrário, um forte agrobusiness”.

Na analogia com o Brasil híbrido entre sua face agrícola do *Agro é pop*, o *agro é tech*, o *agro é tudo*, o agronegócio torna-se o carro chefe político econômico do Brasil, contudo, sem perder de vista a intenção de ser um país industrializado. Soma-se o fato de ter mesmo após o fim do escravismo colonial, mantendo o colonialismo da dependência da economia agroexportadora.

O agronegócio, como resultado da concentração fundiária e de renda fundiária caracterizam a questão agrária no Brasil, desterritorializando a agricultura familiar, frente às demandas do capital, com vistas à produção orientada pela agroindústria e/ou passível de ser exportada. Utilizam a herança do escravismo colonial, das terras devolutas griladas, altera a função elementar da terra de produção de alimentos, para produção de mercadoria. O capital se reproduz, na agricultura também de forma indireta, através da subordinação da renda da terra, no qual,

há uma contradição entre terra no modo capitalista de produção, assim a propriedade fundiária não pode ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas como contradição fundamental do modo de produção; é o tributo que o capital tem que pagar, sem o qual não poderá se expandir na agricultura e dominar o trabalho no campo (Oliveira, 2003, p. 59).

Para Oliveira (2003, p.68), “há uma evidente – mesmo que não necessariamente direta relação entre expansão das *commodities* ou cultivos direcionados para agroenergia e a diminuição na produção dos alimentos transformado em produto que segundo vira do avesso, ou seja, deixa de importar o seu valor de uso” e cumpre outro papel, não alimentar. Este processo se faz dentro da lógica do capital, em que a agricultura tem um papel específico. Neste sentido, de acordo com Oliveira (2003),

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadoria e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida (Oliveira, 2003, p. 106).

A compreensão da estrutura fundiária e organizacional existente, das cadeias produtivas com seus dispositivos, como as agroindústrias do capital nos complexos industriais que trabalham para o agronegócio, deve perpassar por reflexões críticas, considerando a dimensão histórica das relações sociais, norteadas por decisões políticas tendenciosas pró capital.

Carlos Mariguella (1958), militante célebre do PCB, entrou para história brasileira recente, pela sua notória luta armada contra a ditadura empresarial militar. Por essa luta foi capa da Revista semanal *Veja*, com manchete descrita como: “o *Inimigo número 1 da Ditadura*”. No desempenho de trajetória política, foi deputado estadual, poeta, escritor, tendo como obra mais destacada o “*Manual do Guerrilheiro*

Urbano”, mas o que está quase oculto na sua trajetória é a contribuição significativa no debate da questão agrária.

Mariguella, aliado histórico de pecebistas que combateram na Guerrilha de Porecatu, como João Saldanha e Gregório Bezerra neste ínterim, publicou um estudo detalhado utilizando a categoria renda da terra, para compreensão das culturas de café, cana-de-açúcar e soja no Brasil. Segundo Mariguella (1958),

A separação entre o trabalho suplementar do colono e o trabalho necessário hoje só é nítida e só se distingue bem quando em determinados dias do ano tem que prestar serviços gratuitos ao fazendeiro de café (corvéia), consertando estradas e cercas, limpando pastos, extinguindo incêndios. No resto, já não se distingue tanto, da mesma maneira como vai se distinguindo menos nos outros tipos de renda pré-capitalista. Mas não é somente da renda-trabalho que se apropria o fazendeiro quando explora o colono de café. O fazendeiro exige que o colono lhe venda em primeiro lugar os cereais que plantou. Plantando para si mesmo, o colono, colocado aparentemente na posição de produtor independente, além do produto necessário, se apropria, ele mesmo, do produto suplementar, isto é, do excedente do trabalho necessário à sua manutenção. Pois bem, o produto suplementar do colono (resultante do plantio feito por sua conta) é obrigatoriamente vendido ao fazendeiro que lhe retribui com um preço abaixo do valor do produto suplementar. Nesse caso, o colono entra com uma parte do produto que plantou, o fazendeiro se apropria da renda-produto. É um novo pagamento em espécie que lhe faz o colono, na prática.

A concessão do fazendeiro de café que faculta ao colono plantar na terra da fazenda, tanto quanto a proibição de caçar, pescar, tirar lenha em suas matas, (Mariguella, 1958, p.04).

Como, assertivamente demonstrado por Mariguella (1958), a inserção do capitalismo no Brasil depende de uma dialética radical de fatores que incluía, necessariamente, o processo de valorização do capital e a renda da terra como fonte de acumulação capitalista, visto o protagonismo que a cultura do café causava à economia nacional e a função que as terras roxas da região de Porecatu tiveram enquanto extensão produtiva dos cafeicultores paulistas, posteriormente com a cultura da cana de açúcar, e, atualmente na produção de soja, com variadas conjunturas e condicionantes políticos e históricos que engendram a ocupação e posse da terra por grupos oligárquicos, sempre acompanhou a força da resistência do campesinato.

Posto que, as corporações financeiras, sobretudo os bancos, passaram a se integrar com os capitais urbanos, agrários e industriais através da compra de ações de empresas de médio e grande porte direcionadas às atividades produtivas e comerciais na agricultura. Com isto, o capital internacional através de seus monopólios passou a controlar os ramos da cadeia produtiva na agricultura e o comércio de diversos produtos direcionados ao setor.

Esse movimento do capital no campo foi capitaneado pelas medidas liberalizantes da política neoliberal imposta pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impulsionaram ainda mais o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, em que este passa a ser a estratégia dominante do capital para a exploração do campo.

De acordo com Bezerra (2014, p. 138) “o denominado ‘agronegócio’ vem se colocando como lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, como eixo de expansão e acirramento do conflito capital x trabalho no campo”.

Duarte (2015), afirma que, assim, a hegemonia da era das finanças enreda cada vez mais os pequenos proprietários camponeses nas armadilhas do capital. O resultado deste processo é a expropriação de um grande contingente de pequenos proprietários, que vai engrossar as fileiras do exército industrial de reserva nas cidades por não encontrarem mais espaço para a realização de sua atividade no campo.

Logo, estabelecer os nexos que ligam a questão agrária e social pressupõe a dimensão da totalidade, onde rural e urbano deixam de ser polos opostos e passam a ser compreendidos como complexos sociais, que compõem uma totalidade ainda mais ampla e contraditória, qual seja antagônica a sociedade capitalista. para a autora,

Uma vez que, em sua racionalidade, o trabalho que desenvolve na terra obedece à lógica de suprir as necessidades internas de consumo da família, com vistas a sua reprodução social e a manutenção do seu modo de vida e cultura; o que ele direciona ao mercado é o seu excedente de produção, ou seja, o objetivo do seu trabalho na terra não é regulado pela apropriação do lucro médio capitalista. Entretanto, quando contrai um empréstimo bancário, por exemplo, o camponês passa a manter com a sua propriedade uma relação que é determinada pelo capital, pois o valor do seu produto vai se realizar sob a forma fetichizada de juros bancários. Assim, o camponês paga a renda da terra ao capital. Duarte (2015, p.324)

Na seção posterior, será exposto o oposto da lógica do agronegócio, a articulação do campesinato, alinhados com a socialização da terra; “garantia de moradia; condições de produção e, conseqüentemente, geração de trabalho e renda, e produção alimentar de qualidade, o que contribui para a soberania alimentar de nosso país”. (Sant’Ana, 2014, p.32).

4 TERRA COM GENTE: A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

“Terra para quem nela trabalha”
Lema do MST no 2º Congresso Nacional (1987).

No capítulo 2, a problematização da RAC e sua coexistência com o modelo do agronegócio pretendeu demonstrar que estes programas estatais, criados sob justificativa de amenizar a concentração fundiária, e levando a alcunha de programas de reforma agrária clássica, cumprem papel principal de potencializar a territorialização do capital.

Visto a incapacidade deste projeto societário aderente ao capital internacional, urge a necessidade de outros modelos de gestão agrícola, que necessariamente passa por uma reforma agrária de caráter popular, considerando a esterilidade dos programas desenvolvidos pela perspectiva da reforma agrária clássica, a perpetuação da concentração da terra, do controle da produção e circulação pelas transnacionais do agronegócio, com a monocultura e a base tecnológica da Revolução Verde sendo elementos de um mesmo projeto de fome para o campo brasileiro.

Figura 6: Mística na abertura do VI Congresso do MST



Fonte: @ MST (2014).

Na primeira década dos anos 2000, inicia-se no Brasil um novo paradigma de reforma agrária, encabeçado pela proposta de reforma agrária popular produzida pelo MST (2013). A proposta se baseia na realização de uma reforma agrária pelo próprio campesinato, com o MST sendo o principal agente de sua implementação, por meio da pressão e ação popular. Diego Moreira da direção nacional do MST, coordenador e assentado no assentamento Maria Lara em Centenário do Sul, foi o mestre de cerimônias do 6º Congresso do MST e afirmou a diferença da RAC e RAP, destacando que “a reforma agrária que o governo diz que é implantada se baseia na ideia de você fazer um financiamento no banco e comprar uma terra, mesmo que fique aí 100 anos pagando. A RAP é organizada pelo povo”. Para Diego Moreira (*apud* MST, 2014), foi;

Nesse momento que decidimos que a única possibilidade para a agricultura brasileira que responda aos anseios e necessidades do povo passa não somente pela reforma agrária, mas também pela soberania alimentar e pela agroecologia. Esses elementos aparecem em nosso IV Congresso Nacional, em 2000, se consolidam no V Congresso Nacional, em 2007 e adquirem caráter de programa agrário em nosso VI Congresso, em 2014. Assim, entendemos que a reforma agrária só voltará a ser reconhecida como uma necessidade estrutural para nosso país no momento em que ela voltar a ter importância fundamental para a classe trabalhadora, é possível com as famílias assentadas e acampadas assumindo a tarefa de produzir alimentos saudáveis, diversificados e a preços justos para produtores e consumidores (Moreira *apud* MST, 2014).

A realização do VI Congresso do MST, em fevereiro de 2014, sob o lema “*Lutar, construir, a reforma agrária popular!*”, consolidou como estratégia de atuação, a construção de um programa de reforma agrária popular que tem pautado, como componentes para o debate a questão ambiental, a produção de alimentos saudáveis baseada na agroecologia, a soberania alimentar, a retomada da cooperação agrícola e o estreitamento de laços com outros movimentos do campo e com setores urbanos.

Dentro deste debate, um papel de relevo era ocupado pela discussão em torno da estrutura agrária brasileira,

reflete um momento histórico, onde o processo de luta pela reforma agrária extrapola a reivindicação da posse da terra e dos meios de produção e se insere em um debate mais amplo relacionado à posse e uso dos bens comuns da humanidade expressa aspectos da preocupação com o avanço do capitalismo sobre os bens da natureza e as consequências não só para a estrutura fundiária do país e para a agricultura, mas também para o futuro da humanidade. Compreendendo a importância do desenvolvimento de pesquisas para a produção de tecnologias que atendam demandas em promover a preservação ambiental, a proteção ao patrimônio genético e as espécies ameaçadas de extinção, sem desconsiderar a necessidade de elevar a produtividade na agropecuária, inclusive em termos de renda e de encontrar alternativas que diminuam a pressão pela exploração de espécies nativas na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Tal proposição se insere no contexto de disputa das terras públicas na região, na

contestação do agronegócio, no chamamento de segmentos de pesquisadores para o debate da questão agrária e do debate de novas formas de organização da produção em áreas de assentamentos, é parte integrante das ações definidas a partir da palavra de ordem: Lutar, construir reforma agrária popular (Moreira *apud* MST, 2014, s.p.).

Essa articulação entre o campesinato e a classe trabalhadora urbana chamamos de reforma agrária popular, que interessa não somente aos trabalhadores rurais sem terra, mas também à população que está nas cidades. A proposta se baseia na realização de uma reforma agrária pelo próprio movimento, sendo este o principal agente de sua implementação, por meio da pressão e ação popular. Perguntado sobre a diferença entre os paradigmas da reforma agrária clássica e da RAP, Gilmar Mauro (2024c), dirigente do MST, destaca que;

A reforma agrária que o governo diz que é implantada se baseia na ideia de você fazer um financiamento no banco e comprar uma terra, mesmo que fique aí 100 anos pagando. A RAP é organizada pelo povo, nós mesmos nos organizamos em relação ao que a gente quer plantar, junto com a comunidade, somos nós que pensamos no que é melhor para gerar renda para as famílias. As pessoas conseguem construir as casas que elas querem, da forma que elas querem construir, produzir alimentos de forma diversificada (Mauro *apud* MST, 2024c).

Este direcionamento do MST na questão agrária e seu modelo popular de reforma, definiu a estrutura da reforma agrária necessária, que tem como horizonte a alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção agrícola. Tais objetivos são apresentados por Mauro (*apud* MST, 2024c);

- Garantir trabalho para todos, combinado com distribuição de renda;
- Produzir alimentação farta, barata e de qualidade à população brasileira, em especial à das cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade;
- Garantir o bem-estar-social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, em especial aos trabalhadores e prioritariamente aos mais pobres;
- Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;
- Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;
- Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais;
- Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, floresta etc., para um desenvolvimento autossustentável.
- Implementar a agroindústria e a indústria como os principais meios de desenvolvimento do interior do país (Mauro *apud* MST, 2024).

Destes objetivos norteadores, o MST, desde 2014, se articula em torno da luta e construção da RAP, enquanto um projeto societário para a classe trabalhadora brasileira, e, principalmente como caminho ou via de passagem das relações sociais impostas pelo capitalismo hiper tardio brasileiro. A RAP implica, pois, em um conjunto

de medidas necessárias para trilhar este caminho, que necessariamente inicia-se com a democratização da propriedade da terra e dos meios de produção sobre gestão do agronegócio. Esta seria a condição básica para pensar em possibilidade de mudança social concreta e, assim, outras oito medidas foram balizadas no VI Congresso:

- Alteração sistema econômico;
- Democratização da terra e dos meios de produção;
- Organização da produção;
- Nova Política agrícola;
- Industrialização do interior do país;
- Desenvolvimento do semiárido;
- Novo modelo tecnológico;
- Desenvolvimento social (MST, 2014).

Estes passos para a RAP devem contar com os mecanismos democráticos de implementação deste referido programa, que materializa as demandas do campesinato desde sua constituição até a maturidade sintetizada no VI Congresso do MST. Ciente que a correlação de forças políticas no Brasil em 2014, vide em 2025, não dispunha/dispõe de possibilidades efetivas imediatas para consenso de implementação deste programa.

Os antagonistas a este programa de RAP, passados mais de sete décadas, incrivelmente continuam os mesmos que os posseiros de Porecatu tinham durante os idos dos tempos da Guerrilha, o clã Lupion, atualmente a principal ameaça para a construção da RAP no Brasil é representado pela Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA, que é presidida por Pedro Lupion, deputado federal pelo Paraná, neto de Moysés Lupion (ex-governador que descumpriu legislação e motivou juridicamente a Guerrilha de Porecatu) e filho do Aberlardo Lupion (ex-deputado federal que no fim dos anos 1980, foi um dos fundadores e o primeiro presidente da União Democrática Ruralista (UDR) do Paraná), malta de proprietários rural que no anseio de manter a estrutura fundiária colonial, o cativeiro da terra que grilaram, se organizam em forma de milícia rural, tal qual nos tempos da Guerrilha. (Matheus, 2019).

O clã Lupion, que desde início desta tese se faz presente como representante maior da perpetuação da contradição campesinato x agronegócio, evidenciando que a classe dominante agrária, define a lógica dos donos do poder, desde a Invasão lusitana, com *lobby* do agronegócio que domina o governo do executivo federal e o parlamento e, por consequência, as leis, que são moldadas pelo interesse dos latifundiários a serviço da oligarquia agrária trabalha, em fina sintonia com o capital estrangeiro.

Com estes reveses, para sustentar este programa de RAP enquanto projeto societário, o MST define dois fatores básicos de resistência a esta dialética pró capital: mobilização popular e ação do Estado democrático e popular. Contudo, novamente a correlação de forças está desfavorável. Por mais que reluzas possibilidades de adesão deste projeto de governo federal do Partido dos Trabalhadores, que flerta enquanto aliado com o MST, contudo a letargia da atual gestão federal, a ser problematizada posteriormente, não potencializa a RAP.

O MST almeja, então a alteração da correlação de forças, que possa possibilitar a implementação do programa da RAP como uma reforma agrária não pontual, com mero assentamento sem incentivos contínuos para produção, vide a RAC. A implementação da RAP, compreendida como inúmeras medidas transformadoras para beneficiar direta ou indiretamente toda sociedade brasileira, busca atender principalmente os seguintes atores sociais: trabalhadores rurais, sejam eles trabalhadores rurais sem-terra, assalariados ou pequenos produtores familiares.

Os trabalhadores da cidade, que precisam de alimentos mais baratos e mais empregos; a população em geral, que terá segurança alimentar e maior desenvolvimento; a juventude em geral, que terá maiores oportunidades de emprego e educação e a perspectiva de um futuro digno. Os pescadores, os povos indígenas as populações remanescentes dos quilombos. Os pequenos comerciantes, os setores de serviços e industrial relacionados com a agricultura, que terão mais movimento em seus negócios e gerarão um maior desenvolvimento das atividades econômicas em toda a sociedade (MST, 2014, s.p.).

O trabalho desenvolvido pela cooperativa no âmbito da cadeia produtiva da soja tem sido uma importante estratégia para a autossustentação e autonomia das famílias assentadas. Por isso, considera-se estratégico para o fortalecimento da experiência a construção de bases produtivas sólidas, nas quais os bioinsumos e as sementes são centrais. Tais aspectos reforçam a importância do acesso às sementes, e do fortalecimento de pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias no contexto da agricultura familiar. Do ponto de vista da pauta organizativa do MST para a cadeia produtiva da soja, são vários os desafios importantes e que abrem a necessidade de construir caminho para superar e alcançar resultados concretos.

Para o MST, o controle das sementes, nesta conjuntura está nas mãos das grandes multinacionais, fato que impõe o uso de sementes transgênicas pelos pequenos agricultores, com uso intensivo combinado de agrotóxico, por isso a necessidade do controle a produção de sementes. O MST estabelece este domínio das sementes como medida basilar para alcançar a soberania nacional e alimentar,

controle que é fusionado com produção destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com as sementes orgânicas funcionando e fomentando bem-estar para a população. Para almejar estes objetivos, o MST estabelece as seguintes medidas:

Implantação de Biofábricas e Unidades de Produção de Bioinsumos para o desenvolvimento de protocolos e o manejo integrado sustentável e produtivo para cadeia da soja. Diminuir a dependência de fertilizantes e agrotóxicos retomar a curva de aumento da produtividade da soja; Fazer a transição agroecológica; Produzir alimentos saudáveis; Autossustentar e gerar renda para as famílias assentadas; Fomentar a parceria com instituições de ensino para o desenvolvimento de estratégias e tecnologias para a transição agroecológica, seja na produção de sementes, seja no uso de bioinsumos, ou no desenvolvimento de mecanização agrícola adaptada à realidade de nossos assentamentos; Investimentos em infraestrutura produtiva, de beneficiamento e agroindustrial para que possamos fazer nossa produção chegar até a mesa dos trabalhadores sem contaminação; Financiamento dos diversos elos da Cadeia Produtiva; Custeio da produção na compra de insumos; Capital de giro para compra da produção no momento de colheita; Investimentos produtivos para estruturação de processos de mecanização e agroindústrias de beneficiamento exclusivas à produtos não transgênicos (MST, 2014, s.p.).

Neste projeto societário agroecológico, com as relações de produção sintonizadas com as necessidades objetivas concretas do sócio metabolismo humano, inseridas dentro dos territórios de acampamento da RAP organizados pelo MST, a noção de cidadania não se limita ao pleito do direito e ao acesso às políticas públicas. Estes sujeitos coletivos buscam, em mutirão, facilitar o acesso a equipamentos públicos e fazer o poder público municipal se movimentar ao encontro desta população rural.

No acampamento Fidel Castro, em 2023, foi realizado a construção, do Espaço de Saúde João Paulo Zanchetta, uma demanda das famílias acampadas, visto a dificuldade imposta pelos 8 km de distância ao meio urbano de Centenário do Sul, com metade do trajeto em vias de terra. “No começo foi muito difícil, eu mesma muitas vezes fui a pé consultar na cidade, hoje graças a Deus a gente consegue consultar aqui mesmo” (Tizeu *apud* MST, 2024).

A homenagem realizada pelo MST ao líder da Revolução Cubana deve se principalmente pelo caráter de agrário do Estado Cubano, que efetuou importantes medidas do novo Estado, referente a questão da terra, foi promulgada a Lei da Reforma Agrária, responsável por colocar fim aos grandes latifúndios que operavam em Cuba, o país caribenho assinava a lei, que libertou as massas camponesas e as massas trabalhadoras da exploração: 100 mil arrendatários e posseiros tornaram-se proprietários sob a lei”. (Castro *apud* Brasil de Fato, 2020). Outras demonstrações

latino-americanas, luta social pela terra, vide a Revolução Mexicana³⁶ e a Golpe de Estado em Guatemala³⁷ evidenciam a terra, mas especificamente a luta pela terra entre as classes sociais antagônicas condiciona a história latino americano, demonstra sua centralidade política.

Figura 7: Entrada Acampamento Fidel Castro



Fonte: próprio autor (2025)

Nesta caminhada de retomada da terra roxa ocorre a chegada do MST na região de Porecatu, especificamente no território da Guerrilha. No início deste quarto de século corrente, os trabalhadores rurais, desempregados, boias frias, vivem e produzem e transformam a terra retomada após meio século do fim do conflito fundiário. Até o ano de 2005, os 479,90 hectares da fazenda estavam destinados ao monocultivo da cana para a produção de milho e soja.

Após 2005, com a reterritorialização camponesa no território, para além da produção na terra, outras instâncias da vida são organizadas desde o chão do acampamento Fidel Castro, no que tange atendimento médico, o atendimento

³⁶ Revolução popular não marxista, que de norte a sul do México, os camponeses mexicanos buscaram reformar a estrutura agrária mexicana. Teve no Norte o grande líder camponês Pancho Vila e no sul, Emiliano Zapata. (Womack Jr, 2004).

³⁷ A Reforma Agrária da Guatemala denominada de "Revolução de outubro" tem por objetivo liquidar a propriedade feudal no campo e as relações de produção que a originam para desenvolver a forma de exploração e métodos capitalistas de produção na agricultura e preparar o caminho para a industrialização da Guatemala". segundo o caput do Decreto. (MST, 2015).

municipal antes prioritariamente operacionalizado a partir do UBS na sede do município de Centenário do Sul, que dista cerca 10 km do acampamento, com a como finalidade de proporcionar uma espaço para atendimento médico, no próprio acampamento a equipe da saúde da família uma vez por semana, realizam atendimento no território, podendo, potencializar práticas alternativas da Saúde Popular, respeitando a cultura camponesa, a partir da prevenção e do fortalecimento da Reforma Agrária Popular e da produção de alimentos saudáveis, garantindo a boa saúde para todas as pessoas da comunidade. A enfermeira Adriana Reggiani (*apud* MST, 2024), acompanhou o primeiro dia de atendimento das famílias e ressaltou “ver esta comunidade evoluindo, caminhando com melhoras visíveis, tendo a dignidade do acompanhamento de saúde, prova que a organização e o trabalho duro transformam uma comunidade inteira”. Reggiani (*apud* MST, 2024, s.p.).

A agricultora C. Endler (*apud* MST, 2024), popularmente conhecida como Tina no acampamento, é coordenadora do Setor de Saúde da comunidade, e destaca em sua fala a importância deste espaço em um território de reforma agrária.

O nosso centro de saúde significa o quão é importante ter o atendimento em nossa comunidade, onde não precisamos nos deslocar de longe para ter o atendimento e ter conforto. Para nós, é uma grande conquista ver a nossa comunidade crescendo e evoluindo, e melhorando cada vez mais o nosso atendimento, o Espaço de Saúde atenderá as 300 famílias que moram na comunidade. A importância deste espaço para além do deslocamento próximo, é reafirmar a Reforma Agrária para além da terra, organizando e conquistando outras necessidades fundamentais para uma vida digna e humanizada, onde os atendimentos serão gratuitos (Endler *apud* MST, 2024).

Além das facilidades citadas por Endler (*apud* MST, 2024), o agricultor C. R. Camargo (*apud* MST, 2024), acampado no Fidel e colaborador do Espaço de Saúde, elenca os serviços ofertados no Espaço de Saúde no Fidel Castro, para além da medicina tradicional. Camargo afirma que;

a saúde é uma questão que tem desenvolvido oportunidade de diálogo e unidade sobre o tema da saúde convencional e popular, praticada pelo movimento com muito carinho e respeito. na saúde popular, dentro das práticas não convencionais em saúde ofertamos atendimentos alternativos, como resgate da cultura popular e tratamento através das ervas, banhos, escalda-pés, auriculoterapia, benzimento e reza, e muitos outros meios de levar saúde, de cuidado e prevenção para a comunidade (Camargo *apud* MST, 2024).

Enquanto o projeto societário atrelado ao modelo do agronegócio de gestão de território restringe a relação capitalista com a terra e seus trabalhadores, no modelo da RAP, o projeto societário do MST engloba a vida humana na sua totalidade, como evidenciado na construção do Espaço de Saúde do acampamento Fidel Castro, de

como os agricultores se organizaram para requisitar o que de partida todos os cidadãos têm de direito a partir dos capítulos da seguridade social promulgados na CF de 1988.

O modelo agroexportador latifundiário é gerador de diversas mazelas ambientais, econômicas, sociais e culturais para a sociedade, dentre as quais, a dimensão da vida humana, que sedimenta a reprodução das demais. Quando aponto isso, refiro-me à educação, esta dimensão da vida humana que é, possivelmente, o principal alimento que o MST cultiva. A educação, o fino trato com a ciência, o combate ao analfabetismo, com a possibilidade de alfabetização e posterior continuidade dos estudos, seja em qual nível o trabalhador estiver inserido, a educação torna-se a principal contribuição que o MST disponibiliza para a sociedade brasileira. Para Caldart (2000),

O MST possui uma pedagogia que busca construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras. A pedagogia é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte (Caldart, 2000, p.13).

O MST faz este combate à ignorância via educação, pondera-se que a ignorância da força de trabalho é uma necessidade do capitalismo. Como afirmava Freire (1999, p.12), “a manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de “organização”, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo”, ao exercer a contento a lição da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, o MST possibilita aos sujeitos a possibilidade de discordância.

O grande problema está em como os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização (Freire, 1999, p.13).

O MST, ao seguir as lições de Freire, ressalta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Com essa premissa, o MST faz o combate de uma das mais cruéis faces do capitalismo: o analfabetismo e a ignorância. O carro chefe da política de educação

do MST se materializa no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, política pública que resulta da luta do conjunto dos movimentos populares e sindicais do campo, pela efetivação do direito à educação pública e acesso à universidade pública.

Reafirmamos neste momento de comemoração e retomada do PRONERA que é um marco na construção da política pública de Educação do Campo, sendo a primeira ação efetiva do Estado brasileiro em resposta à luta e as reivindicações sociais por uma Educação do Campo. Seguiremos trabalhando e lutando pelo rompimento das cercas do latifúndio da terra e da ciência (Leite *apud* MST, 2023, s.p.).

O programa garante o acesso à educação em vários níveis, da alfabetização até o nível superior aos camponeses/as e trabalhadores/as rurais e de seus filhos, que vivem em territórios de reforma agrária, quilombolas e camponeses.

Vejo o Pronera como resultado do acúmulo de uma organização de camponeses/as Sem Terra, na luta pela terra e pela reforma agrária, que tomou consciência de que a educação é fundamental para avançar na organização de territórios livres do latifúndio, em que os camponeses/as tenham centralidade na conquista do “acesso à alfabetização e à escolarização de mais 190 mil jovens e adultos(as)” (Leite *apud* MST, 2023).

Leite (2023), explica que o MST também celebra o sentido pedagógico do Pronera, pois o programa contribuí com a humanização dos territórios da reforma agrária, com a elevação do nível de escolarização e cultural dos jovens e adultos acampados e assentados, e possibilita o acesso à educação superior e qualificação dos povos do campo. Este programa educacional já garantiu o acesso à alfabetização e à escolarização de mais 190 mil jovens e adultos(as) em áreas da reforma agrária. Para Leite (2003),

Temos uma geração de trabalhadoras/es, lutadores/as e construtoras/es do povo formados pelo Pronera em distintas áreas do conhecimento que trabalham pelo desenvolvimento social, econômico, cultural, educacional e produtivo dos acampamentos e assentamentos. Somos milhares de Sem-terra que realizamos o sonho coletivo de acessar a Educação Superior e qualificar a nossa atuação profissional pela emancipação dos territórios (Leite *apud* MST, 2023).

Quando o MST retomou as terras em Centenário do Sul, havia cerca de 19% da população acampada não alfabetizada; assim, teve início uma batalha contra o analfabetismo, utilizando o método de alfabetização “Sim, eu posso!” elaborado em Cuba.

Por meio das brigadas de alfabetização Pátria ou Morte e Conrado Benítez, foi uma das principais ferramentas na superação do analfabetismo naquele país, que ainda no início da década de 1960 já se declarava território livre do analfabetismo. Traduzido em mais de 30 línguas estrangeiras, o método se irradiou por todo o mundo devido a sua eficácia e rapidez. Neste mesmo sentido, recentemente, Bolívia e Venezuela foram reconhecidas pela

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como países que superaram o analfabetismo, utilizando o método cubano (MST, 2021, s.p.).

Veirick (*apud* MST, 2021), coordenador do programa no acampamento, afirma que antes da implementação do projeto foi realizado um amplo debate e consulta em toda o acampamento.

A intenção era levantar o número de analfabetos e saber se a comunidade topava o desafio de enfrentar essa grande batalha contra o analfabetismo. A partir disso, juntamente com o setor de educação do MST, foi iniciada a proposta com a organização de quatro turmas com 10 educadores e educadoras da própria comunidade (Veirick *apud* MST, 2021, s.p.).

Herdt (*apud* MST, 2021), do setor de educação do MST, explana que esses fatores foram decisivos para o sucesso do projeto: “A comunidade toda envolvida e os educadores conhecerem profundamente a realidade local são fatores que contribuíram muito para a baixíssima taxa de desistência e eficácia do método”. Beatriz (*apud* MST, 2021), de 40 anos, é uma das educadoras que vive na comunidade e explica como foram pensadas as aulas.

Sempre é tempo de aprender, sempre é tempo de ensinar! Essa foi a palavra de ordem escolhida pelas turmas do programa no acampamento, que simboliza bem o sentimento de dona Matilde, de 64 anos, acampada na luta pela terra há 4 anos. Trabalhadora doméstica desde muito cedo nas cidades do Paraná, só estudou durante um ano, e, nesse período, só pôde aprender algumas letras. “Agora posso ler, e não preciso mais ficar soletrando. Minha autoestima aumentou muito, sabe? Eu e meu marido viajamos muito e eu não conseguia ler as placas, então não sabia por onde eu estava passando. Agora eu sei, tenho confiança e sei pra onde estou indo (Beatriz *apud* MST, 2021, s.p.).

O MST constrói um processo histórico de aprendizados coletivos, saberes populares e conhecimento científico, transformando a realidade e o cotidiano dos/as trabalhadores/as sem-terra, na luta pela e na terra, com diversas mudanças nos territórios democratizados e conquistados na luta pela reforma agrária popular, bem como constrói novas relações humanas, mais democráticas e emancipadas.

Os camponeses dos assentamentos e acampamentos da Guerrilha de Porecatu aqui estudados, se organizando em sintonia com a Via Campesina e a direção nacional do MST, demonstram resistência nos territórios disputados, alterando a configuração do espaço rural, anteriormente territorializado pelo capital, com centralidade na monocultura de cana-de-açúcar.

Os camponeses organizados via MST, ao retornarem à região da Guerrilha de Porecatu, no início deste quarto de século, alteram as relações de produção para adequar-se ao modelo sustentável em construção pelo campesinato. Posteriormente

na seção a seguir, a reflexão será acerca da organização de cooperativas populares para beneficiar seus produtos de origem orgânica, a agroecologia, com menor impacto dos agrotóxicos, produzidos por cooperativas camponesas. Nas próximas seções, a exposição será sobre a agroecologia e as cooperativas como ferramentas de construção da RAP.

Busquei expor as possibilidades do modelo de RAP em relação aos limites impostos pela RAC, tendo como horizonte e motivação inicial desta tese, a problematização do desenvolvimento do campesinato em oposição à acumulação capitalista na região de Porecatu, com o lidar com a terra dos camponeses, se transformando em modelo de produção agrícola.

Este território com as relações sociais construídas no substrato da luta dos posseiros da Guerrilha de Porecatu, que lutavam principalmente por terra, pela sua propriedade privada prometida pelo Estado do Paraná, ora a esta altura da prosa, decorridos 74 anos do fim da Guerrilha e 174 anos da Lei de Terras, possa requisitar enquanto vanguarda do campesinato, percebendo que o movimento da realidade grita a necessidade, um projeto societário que garanta que a terra seja livre e tenha liberdade para alimentar os seres humanos, realizando sua função vital.

Aplicando esta dinâmica na região de Porecatu, que se caracteriza por um vigoroso desenvolvimento da produção agropecuária, com destaque para a cana-de-açúcar, soja e milho em grandes extensões de terra e de acordo com cada período histórico e suas variações na produção, conclui-se que esta geração de riquezas não se converte em desenvolvimento econômico e humano para o conjunto da população, visto que, na região, os índices de desenvolvimento humano são incompatíveis com a disposição de renda fundiária proporcionada para os latifundiários.

A demarcação dos lotes e o início da produção efetiva no assentamento representa, para os sem-terra, uma conquista significativa da agricultura camponesa frente ao latifúndio e ao agronegócio. Em 2005 ocorreu a regularização das 40 famílias no Assentamento Maria Lara representa um avanço dentro das possibilidades que a reforma agrária clássica propicia.

Estas 40 famílias foram assentadas com o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnico-científico para repensarmos as nossas relações com a natureza e com os demais seres humanos, e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnico-científico do capital, estimulando a diversificação produtiva modificando

nossos hábitos e atitudes frente a natureza, e alterando nossos hábitos de consumo e de alimentação.

Figura 8: Entrada do Assentamento Maria Lara



Fonte: @MST (2023a).

As famílias assentadas buscaram na organização da agroindústria, a forma cooperativada, que é uma ferramenta fundamental para agregar valor à matéria-prima produzida, garantindo uma renda mensal aos cooperados, assegurando o valor aos produtos e viabilizando uma rede para comercialização da produção, gerando alternativas de trabalho para a juventude e para as mulheres.

O assentamento representou para essas 40 famílias, o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas.

Contudo, a Reforma Agrária Clássica que absorveu as 40 famílias assentadas no território retomado que foi palco da Guerrilha de Porecatu, excluiu 300 famílias que perseveraram na luta pela terra no Acampamento Fidel Castro, ambos espaços dentro da Fazenda Quem Sabe, área que nos idos tempos da Guerrilha era ocupada pelos irmãos Quiabo, protagonistas na resistência camponesa nos anos 1940 do século XX. Localizado no mesmo município e em cima da mesma terra comprovadamente

improdutiva e grilada pelos Lunardelli e Atallas, colocam a contradição burocrática aos trabalhadores rurais dos acampamentos.

Bezerra (2014, p.113), aponta que a partir da organização dos movimentos sociais, dessa forma, no interior dos desafios organizativos e políticos colocados para os trabalhadores, observa-se “a necessidade de se construir, em nível nacional e internacional, lutas que potencializem um programa alternativo, popular e camponês”. Neste sentido, poderíamos apontar como principais eixos das lutas que hoje se constroem em torno da questão agrária:

- Acesso à terra, o qual abrange também bandeiras como a distribuição de terras e o limite do tamanho da propriedade de bens da natureza;
- Garantia e defesa do uso, da posse e da legalização das terras das comunidades nativas, indígenas e quilombolas, bem como o respeito a suas culturas, profundamente afetadas pelo agronegócio e pela internacionalização das terras;
- Políticas públicas de apoio à produção camponesa, potencializando a organização dos trabalhadores em novas formas de gestão do trabalho no campo (cooperativas), os preços, a pesquisa agropecuária, dentre outros elementos;
- Promoção e desenvolvimento de políticas públicas para a população do meio rural de uma forma geral, em áreas como educação, saúde, seguridade social, habitação etc.;
- Soberania alimentar e nacional, pautando que a produção de alimentos deve ser controlada pelas forças sociais nas realidades nacionais;
- Preservação do meio ambiente local, regional e nacional, com a utilização de técnicas de produção que busquem o aumento da produtividade do trabalho e da terra, o respeito ao meio ambiente e a biodiversidade, o combate ao uso de agrotóxicos, o “desmatamento zero”, a desmercantilização da água etc.
- Implementação de um projeto energético orientado pelos interesses dos trabalhadores;
- Construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia como estratégia produtiva e política a ser orientada pelos processos de luta dos trabalhadores. Bezerra (2014, p.114),

Em razão dessa complexificação dos processos que constituem a luta pela terra, complexificam-se, também, os espaços políticos e organizativos que, nesta realidade, passam a conter as dimensões da crítica e da resistência a este processo de avanço do capital.

4.1 AGROECOLOGIA ENQUANTO PROJETO SOCIETÁRIO DO MST

*“Sem feminismo
Não há agroecologia”
Mariana Martins (2020)*

O surgimento da agricultura alternativa, ou também conhecida como agricultura ecológica, tem como cenário a Europa no início do século XX, especificamente a Alemanha, com a agricultura biodinâmica e natural em 1924, com a orgânica na Inglaterra em 1946, e com a agricultura biodinâmica na França em 1940. (Brandenburg, 2002, p.12).

No Brasil, a década de 1970 marca o início da agricultura alternativa como um movimento socialmente organizado. Seu surgimento pode ser entendido como um contra movimento e uma alternativa à política de modernização agrícola que estava sendo implantada nesse período em alguns lugares do país.

Os atores sociais envolvidos serão agricultores familiares em via de exclusão ou excluídos da política agrícola (sem assistência técnica, sem créditos agrícolas, entre outros). Sem a devida assistência dos órgãos públicos estes agricultores resgataram e/ou mantiveram práticas tradicionais já conhecidas por eles, visando compor um conjunto de estratégias que permitissem a reprodução social, a sobrevivência familiar e ainda a valorização de uma relação socioambiental (Brandenburg, 2002, p. 13).

Segundo Brandenburg (2002, p. 22), dentre as várias acepções que procuram definir o que é a Agroecologia, algumas passam por uma noção ampla, e outras por compreensões mais restritas. Para o autor;

As discussões adentram pelo cientificismo, ou seja, alguns estudiosos a consideram uma ciência, outros como um enfoque, como também a quem a defina uma ferramenta metodológica ou ainda como um modelo de produção agrícola. Essa multiplicidade de compreensões é composta de importantes elementos. Entretanto, esses não devem ser compreendidos isoladamente, mas sim de forma interligada (Brandenburg, 2002, p.13).

A origem da agroecologia está inserida na perspectiva de mudanças na forma de pensar e conduzir a ciência, e, conseqüente a agricultura, que sofre influência do saber científico; “assim, pode ser entendida como paradigma científico, responsável por agrupar várias áreas do conhecimento com a finalidade de entender, estudar e interferir (na perspectiva de colaborar) nos processos sociais, políticos, organizativos, culturais e ecológicos” (Brandenburg, 2002, p.14).

Para este autor, a concepção da agroecologia perpassa ainda questões macro, “pois propõe uma ruptura com o modelo de desenvolvimento rural, baseado

no latifúndio, na monocultura, no agronegócio, que se tornou hegemônico no controle do poder no campo brasileiro”. Desse modo, a forma de concebê-la sugere a “compreensão direta nos processos de mudança de postura de pensamento que se contrapõe pela sua essência ao modelo capitalista de desenvolvimento vigente atualmente” (Brandenburg, 2002, p.15).

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2006, durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), é uma das principais articuladoras nacionais da Agroecologia, tanto no âmbito acadêmico como na sociedade como um todo. Esta por sua vez define em seu estatuto o que é a agroecologia (ABA, 2025).

Segundo o estatuto da ABA, no art.3º, a agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise. Nesse sentido, a origem da Agroecologia encontra-se na conexão de duas ciências a Agronomia e a Ecologia (ABA, 2025). Para Machado (2010),

ao Agro acrescentou-se a Ecologia, em decorrência da real necessidade de proteção ambiental, num momento em que os recursos naturais estão sendo destruídos pelo avanço constante das produções sem considerar as limitações naturais. Esse entendimento vem do pensamento no qual devem ser consideradas as relações da natureza como dialéticas, na qual as partes estão e são relacionadas umas com as outras. Esse é o fundamento do pensamento holístico, a partir do entendimento que não existe causas sem efeitos nem efeitos sem causas, na Agroecologia se (re) valoriza “os tempos da natureza”. Nesse sentido: Não há milagres na agroecologia; há processos naturais que trazem grandes benefícios também econômicos para os produtores, mas há que respeitar os tempos. É preciso compreender que nos procedimentos do agronegócio quase sempre são imediatas, mas as sequelas ambientais, sociais e produtivas nos tempos subsequentes se revelam negativos. Já os tempos da agroecologia são naturais e as produções são crescentes (Machado, 2010, p. 17).

Assim, para Machado (2010), a agroecologia seria a incorporação de ideias,

mais ambientais e de sentido social acerca da agricultura, mas indo um pouco mais adiante, na medida em que o termo Agroecologia implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura. No qual, a produção em si não é o eixo norteador e sim a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção” (Machado, 2010, p.27).

Frente a esse processo, o momento histórico exige dos sujeitos do campo e da classe trabalhadora, uma atitude de resistência e de rompimento com a lógica do capital, buscando construir uma concepção de desenvolvimento com base em uma lógica de apropriação das riquezas e da natureza que vise proporcionar o bem-estar

da humanidade. O ponto de vista desde a produção de valor de uso e não do valor de troca, com base em uma lógica de apropriação dos bens da natureza e das riquezas, segundo necessidades humanas fundamentais e não a lógica de reprodução do capital, encerraria ou diminuiria um ciclo de degradação e devastação socioambiental.

Ana Maria Primavesi (1997), afirma que:

Terra não é fonte de lucro, nem dádiva social, nem objeto de especulação ou modalidade de poupança. Terra é a base vital da humanidade. A reforma agrária não está levando isso em consideração. A terra tem de garantir a segurança alimentar. Diz-se que alimentação é um direito humano, mas não significa a posse de terra com a agricultura terceirizada produzindo mercadorias exportáveis. Obriga-se os assentados a produzirem alimentos para que todos tenham o direito de se alimentar. O que está errado nos assentamentos e nessa reforma agrária? A entrega da terra a colonos não é o fim de um processo, mas o início. Eles necessitam de uma tecnologia melhor do que a convencional, que lhes permita ficar na terra, além de atendimento técnico, social e espiritual, e também de conhecimentos administrativos. Deveriam ser associados a cooperativas de compra e venda de produtos e insumos, formar mutirões para diversas atividades como a manutenção do gado, a colheita e talvez até o plantio, e finalmente ter máquinas em conjunto, o que lhes permitiria fazer os serviços mais urgentes com maior rapidez (Primavesi, 1997, p. 45).

A preocupação ambiental, social e econômica de sujeitos coletivos diversos, como movimentos sociais, científicos, entidades, dentre outros, permitiu a projeção e execução de uma agricultura ecológica. Assim, a busca de novos conhecimentos, motivados por essa preocupação ambiental, social e econômica, possibilitou o surgimento da agroecologia como um conhecimento racional capaz de dar suporte à transição de uma agricultura produtivista, altamente dependente de tecnologias e pautada pelo lucro, para uma agricultura ecológica (Primavesi, 1997).

Acrescenta-se ainda que essa preocupação possibilitou o surgimento de novas correntes de estudos, dentre as quais se destaca a economia ecológica, via agroecologia que visa romper as abordagens que separam economia e ambiente, compatibilizando ecologia, sociedade e economia, criando sustentabilidade entre estas instâncias. Portanto, a agroecologia possui um sentido científico enquanto campo do conhecimento que se nutre de outros conhecimentos, inclusive dos camponeses, capaz de orientar o manejo com a terra (Primavesi, 1997).

A agroecologia e seu sentido científico visam apoiar, a partir de conhecimentos, a transição de modelos convencionais para uma agricultura praticada numa perspectiva ecológica, que,

se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e

estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (Caporal; Costabeber, 2006, p. 13).

A agroecologia incorpora os conhecimentos dos camponeses construídos secularmente na sua relação com a natureza, ou seja, a agroecologia é uma disciplina científica que valoriza os conhecimentos camponeses e sua racionalidade ecológica, para autoras,

não se trata de uma volta ao passado com uso de tecnologia pré-histórica ou a não intervenção na natureza como se fosse uma agricultura natural, marginal, pontual e localizada voltada à pequena escala ou escassos recursos. A agroecologia não está limitada ainda ao não uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos para elaboração de produtos, muitas vezes voltados para o mercado de elite (Sarandón; Flores, 2014, p. 62).

Embora compreendida pelo enfoque sustentável, a agroecologia é parte da consciência política, e o processo necessário para obtenção da soberania alimentar dos camponeses, como estratégia de luta e enfrentamento ao modelo hegemônico de agricultura expresso no agronegócio, que faz dos recursos naturais uma mercadoria. Conforme Sarandón e Flores (2014), a agroecologia possui diversas dimensões,

O projeto agroecológico se inscreve na construção de uma sociedade igualitária, solidária, em que o objetivo geral é a emancipação humana e não a subordinação ao lucro. dimensão social, que se expressa numa distribuição mais igualitária das conquistas humanas no campo da produção de alimentos saudáveis, seguridade e soberania alimentar, e capacidade de fortalecer ações coletivas”; dimensão cultural, que se expressa na necessidade de considerar valores e saberes das populações camponesas, entendidos como ponto de partida para o desenvolvimento, pois a agroecologia implica numa agricultura em que os agricultores transformam ecossistemas naturais em agroecossistemas; dimensão ecológica, que implica na preocupação com a conservação da natureza utilizando uma perspectiva holística e sistêmica numa interdependência entre os diversos elementos da realidade; dimensão econômica, que está relacionada ao atendimento das necessidades dos camponeses e diminuição da dependência de mercados globais hegemônicos e homogêneos; dimensão política, que se refere à possibilidade participativa e democrática na produção agrícola, bem como estabelecimento de redes de organização social e representação dos camponeses; dimensão ética, que está relacionada à concepção moral e valores que implicam no respeito ao meio ambiente, prática de consumo consciente, valores humanos de combate à pobreza e estímulo à solidariedade, cidadania, enfim, valores que passam pela mudança individual e coletiva da vida e promoção da igualdade social (Sarandón; Flores, 2014, p. 56-57).

A agroecologia pressupõe, também, um conteúdo libertário, emancipador e negador da subordinação e imposições de sistemas opressores e alienantes resultantes da separação entre capital e trabalho. O antagonismo de classe entre trabalhador e proprietário dos meios de produção deve ir se diluindo a partir da agroecologia, numa fusão entre o trabalhador e o proprietário.

No campo das ciências humanas, para os autores da geografia agrária como Reclús (2010) e Kropotkin (2012), viam no campesinato como um agente revolucionário por ter a característica principal de apoio mútuo, como um fator de evolução da sociedade, estes autores principais representantes do anarquismo agrário, defendem que o campesinato tem conteúdo agroecológico per si, os autores enfatizam as peculiaridades do modo de vida camponês, tais como a moral ecológica, solidariedade e o apoio mútuo como fatores de potencialização da perspectiva agroecológica.

Entretanto, segundo Petersen *et al.* (2017), o método de análise econômico ecológico que dá suporte à agroecologia e aos agroecossistemas está assentado na “centralidade do trabalho”. Na concepção do autor,

o trabalho, assim, se aproxima da noção de agente humano da produção na perspectiva agroecológica do camponês, que é quem organiza o trabalho segundo objetivos próprios para reprodução da vida, está implícito na agroecologia, maior autonomia do trabalhador sobre a organização, ritmo e tempo de trabalho e produção; o camponês tem maior possibilidade de escolher o momento de descanso, alimentação, entre outros na agroecologia, existe a centralidade da natureza compartilhada com a centralidade do trabalho (Petersen *et al.*, 2017, p. 23).

O princípio clássico marxista de que o valor está centrado no trabalho serve para entender os agroecossistemas, que são “produtos” do trabalho e não necessariamente “produto” da natureza. Logo, nessa concepção de Petersen (2017) a agroecologia está vinculada diretamente à teoria do valor-trabalho.

enfoque proposto nesse método de análise econômica dos agroecossistemas abandona, em primeiro lugar, o mercado e o valor-utilidade das mercadorias como eixo central da atividade econômica e restaura a centralidade do trabalho nos processos de produção e reprodução social. Dessa forma, esse enfoque se reconecta com a tradição da economia clássica, ao considerar a natureza política das relações econômicas nos processos de produção, circulação e distribuição da riqueza socialmente criada (Petersen *et al.*, 2017, p. 23).

Os vínculos do trabalho com a agroecologia podem ser verificados no conceito de agroecossistema, para diferenciar agroecologia da agricultura natural, o que Rosa de Luxemburgo enfatiza no capítulo XXV do clássico “Acumulação do Capital” (2021). Contudo Petersen (2017) alerta que o agroecossistema camponês não está livre de conflitos e contradições internas e externas.

Os camponeses contraditoriamente reproduzem relações sociais conservadoras, opressoras, desiguais, autoritárias, subordinadas, enfim, reproduzem a estrutura e superestrutura dominante. Essa contradição faz surgir uma agricultura camponesa positiva e negativa, na qual os sujeitos são oprimidos e opressores, livres e cativos, questionadores e conservadores, autoritários e igualitários. Os camponeses e sua gestão do agroecossistema

também reproduzem padrões sociais tradicionais como no caso da família, que, aliás, se constitui em centralidade da vida camponesa. De um lado, a família camponesa é negadora e questionadora de relações sociais de produção degradantes do ambiente e do mundo da mercadoria e, de outro lado, reproduz relações patriarcais, autoritárias, machistas etc. Inclusive, nesse contexto, emerge a necessidade de pensar a agricultura camponesa a partir da diversidade de família, ou seja, sem escamotear a dimensão familiar da agricultura camponesa, compreender a organização familiar para além da concepção tradicional formada por homem, mulher e filhos (Petersen *et al.*, 2017, p. 23).

De acordo com Petersen et al (2017), a agroecologia é um enfoque científico tecnológico da agricultura capaz de responder às demandas agroalimentares atuais e futuras e que dialoga com a Economia Ecológica, Economia Política e a Economia Feminista.

Para tanto, ele - o enfoque científico tecnológico - dialoga com teorias críticas elaboradas exatamente para revelar dimensões da vida social e do trabalho ocultadas pela teoria econômica hegemônica. São elas: - A Economia Ecológica, como o estudo dos processos cíclicos entre os bens ecológicos e os bens econômicos e como fundamento da análise da sustentabilidade desde a escala local até a escala global. - A Economia Política, como o estudo das relações de poder implicadas nas esferas de produção, transformação e circulação de valores, bem como a distribuição social da riqueza gerada pelo trabalho. - A Economia Feminista, que, a partir da crítica aos fundamentos da economia convencional, propõe novos conceitos e instrumentos analíticos para reconhecer e dar visibilidade ao trabalho das mulheres, bem como a sua participação na geração e na apropriação da riqueza social. Para tanto, expressa um ponto de vista crítico à divisão sexual do trabalho e ao patriarcalismo, elementos culturais e ideológicos que estruturam as relações econômicas dominantes nas esferas doméstica e pública (Petersen *et al.*, 2017, p. 10).

As alternativas de organização social, inicialmente no meio rural, e as alternativas agroecológicas díspares ao modelo vigente de agronegócio no meio rural, possibilitam reflexão sobre o modelo “Agroecossistema Camponês” de produção de alimentos via pequenos produtores familiares, onde o trabalho necessariamente depende de uma divisão social das tarefas equânime, deslocando o lugar das mulheres de periférico a central. Logo, esta proposta surge em simetria com a máxima/lema de que “Sem feminismo não há Agroecologia” Martins (2020).

Para superação da opressão de gênero, o estabelecimento do agroecossistema camponês possibilita novas formas de relações trabalhistas autônomas e sustentáveis, e maneira ambiental e social, com práxis sociais que almejem o “inérito viável” (Freire, 1983).

O patriarcado respalda-se na divisão sexual do trabalho para seu estabelecimento e reprodução, organiza-se necessariamente por princípios de separação entre a partilha do trabalho com hierarquia patriarcal, ou seja, a subsunção

da mulher em relação ao homem em todas as instâncias da reprodução social e material, dinâmica que perpassa os modos de produção varando a história desde o escravismo, feudalismo e ganhando contornos de barbárie no sistema capitalista, que tem como um de seus fundamentos a opressão das mulheres.

A “La Via Campesina” (1996), movimento social agroecológico em nível mundial que tem como principal pauta de luta a requisição da soberania alimentar, produzindo a compreensão de que as sociedades não podem se desenvolver se não possuírem a autonomia em definir como será seu abastecimento alimentar, como e por quem o alimento será produzido.

Soma-se à luta feminista para alterar a divisão sexual do trabalho, valorizando e reconhecendo as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, na perspectiva da concepção da agroecologia, que considere as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética, com perspectiva de ruptura com o modelo tradicional de produção do *agronegócio* (monocultor com o modelo de latifúndio) e que produzam majoritariamente *commodities* (matérias primas de exportação como soja, cana-de-açúcar e milho), com horizonte à soberania alimentar, ou seja, o domínio total no setor de produção de alimentos da agricultura familiar com prática agroecológica como modelo de produção dos alimentos consumidos nas mesas da classe trabalhadora brasileira. (MST, 2014).

Esta perspectiva de ruptura se adequa com a perspectiva sobre Economia e Mulheres, quando afirmam que “a economia feminista não é um pensamento único”, e torna-se espaço para debater suas diferentes concepções. Bengoa (2018), juntamente com outras autoras, requisitam uma,

economia feminista da ruptura, o interesse deste panorama é fundamentalmente político: dar visibilidade aos trabalhos realizados pelas mulheres junto aos processos de despossessão ao qual foram submetidos, resgatar sua relevância humana e social, e romper com uma história de marginalização e esquecimento. Nesse percurso, a economia feminista foi se deslocando conceitual e politicamente da discussão sobre o trabalho doméstico para a ideia mais recente de sustentabilidade da vida, ambos conceitos debatidos com mais intensidade nos movimentos sociais (Bengoa, 2018, p.29).

Para a dirigente nacional do MST, Ceres Hadich (2011), os movimentos que requisitam a agroecologia têm a categoria de sustentabilidade da vida como valor central para tentar construir diálogos e ações conjuntas:

é necessário uma transformação social rumo a uma sociedade mais igualitária, nesta esteira os movimentos sociais pelas diferentes latitudes do mundo se alinham em torno do conceito de soberania alimentar que seria o

direito das pessoas e dos governos de escolher a forma na que os alimentos são produzidos e consumidos para respeitar nossos meios de vida, bem como as políticas que apoiam essa escolha, além de exigir um maior estudo e discussão nos coloca a necessidade de perfilar quais são as economias próximas, que ao menos em princípio mantém o mesmo objetivo que a economia feminista (Hadich, 2011, p.4).

No entanto, a mesma dirigente reflete que,

a agricultura e a produção de alimentos estão atualmente dominadas por corporações transnacionais cujo padrão de produção industrial procura a integração vertical completa e a dominação e controle completos sobre os alimentos e a agricultura, da semente até o prato para obter grandes lucros. Isso explora a classe trabalhadora, que por ser hierarquizada pelo patriarcado reflete os malefícios da concentração do poder econômico e político para a classe trabalhadora (Hadich, 2016, p. 13).

Os desafios da agroecologia na reprodução e produção da vida das camponesas e a proposta de agroecologia de produção de alimentos e alocação central das mulheres neste processo sem preconceitos e domínios inerentes à divisão sexual do capitalismo nos meios urbanos, tem em um dos seus principais limites, o patriarcado, que reforça a divisão sexual do trabalho no campo. Ou seja, na produção na terra existe uma relação mais harmônica e com decisões compartilhadas (Hadich, 2016).

Outra questão que se torna central nesta remodelação das relações sociais a partir da agroecologia, é a questão do patriarcado machista que se materializa em violência doméstica. A violência contra as mulheres que no meio urbano é pautada pelos projetos de defesa da mulher, vide delegacias e políticas públicas específicas para mulheres vítimas de violência, no campo é praticamente inexistente.

Para a coordenadora das Marcha das Margaridas, Martins (2020), “isso é uma dívida que a sociedade e que o governo tem com essas mulheres rurais”. A construção do lema “*Sem Feminismo não há Agroecologia!*” necessariamente passa por mudanças na relação de gênero entre homem e mulher. Para Martins (2020);

Sem Feminismo não há Agroecologia. Sabemos que são as mulheres que têm a iniciativa pela transição agroecológica. As mulheres têm preocupação com o alimento da família, dos filhos e por isso elas acabam mudando o sistema e mudam todo o sistema da família e da propriedade. E o cerceamento do direito das mulheres acaba também atrasando esse processo de transição agroecológica. Então, a violência também atrasa esse processo. E a gente tem que mudar o modelo. Não mudamos as coisas pela metade se queremos romper com esse modelo de sociedade. E assim como sem feminismo não há socialismo, sem feminismo também não tem agroecologia. Porque falamos da mesma coisa, é a gente romper com o modelo capitalista, romper com o modelo de desenvolvimento, é romper com o modelo de agricultura E não fazemos isso sem olhar para as mulheres, sem valorizar o trabalho das mulheres, sem lutar contra a violência. São coisas que estão muito ligadas. Por isso a gente sempre reafirma que Sem Feminismo não há Agroecologia, não tem jeito. Ou a gente olha para as

mulheres, cria políticas públicas voltadas para as mulheres, valoriza o trabalho dessas mulheres do campo ou também não é agroecologia. Não é isso pelo menos que a gente prega enquanto agroecologia. Porque agroecologia não é a mudança do pacote convencional para o pacote orgânico, a gente está falando de mudanças nas relações, da forma também de como as pessoas se relacionam com a natureza. E aí não vai ser excluindo as mulheres que vamos mudar (Martins, 2020, p. 02).

Contudo, a autora afirma que na comunidade rural, um possível protagonismo das mulheres em uma propriedade rural pode gerar estranhamento, devido a intensa profusão do patriarcado na base das relações sociais.

a identidade das mulheres camponesas geralmente ligadas a figura do homem/Esposo/ marido, sem autonomia financeira, vivendo em propriedades distantes e com menos acesso à informação, muitas das mulheres do campo não reconhecem os próprios direitos, o que pode gerar em naturalização da violência doméstica (Martins, 2020).

Esta dinâmica está em consonância com a dialética radical de que o capital produz para exploração total dos seres humanos, sendo a exploração de gênero um dos seus aspectos mais basilares. Mas os processos de reprodução não necessariamente reproduzem o sistema de maneira idêntica, como existia antes do ciclo; de fato, nos esquemas de reprodução ampliada o sistema já se modificava. Para Bengoa (2018),

A crise multidimensional ou a crise de reprodução social não foi, como se tentou demonstrar, uma crise econômica-financeira, mas algo que vai muito além: um aprofundamento dos mecanismos de exploração do sistema socioeconômico – capitalista heteropatriarcal – que tem como objetivo a acumulação e lucros materiais. Um sistema depredador que está preocupado com as condições de vida das pessoas, que na ânsia por lucro, está colocando em perigo o planeta e as condições ambientais de vida, que mantêm condições de trabalho inaceitáveis a uma parte relevante dos /as trabalhadores/as e que se aproveita do trabalho de cuidado das mulheres para dispor de força de trabalho a custos muito abaixo do real (Bengoa, 2018, p. 15).

Todo o sistema de opressão do capitalismo é “legitimado dentro de um paradigma econômico androcêntrico” (Pacheco, 1997, p.10). Seria um sistema centrado nas esferas masculinizadas de valorização do capital, afirmando que o capitalismo depende de formas de opressão contínuas e interligadas para seu desenvolvimento e potencialização. Essa é uma situação que oculta a intrincada estrutura que se estabelece entre as diferentes relações de poder (em nosso caso, fundamentalmente capitalistas e heteropatriarcais). Disso resultam,

as dificuldades para estabelecer diálogos transformadores, equidade de gênero na composição da representação das entidades participantes”, o debate sobre a incorporação da “construção da igualdade de gênero como um princípio integrado à estratégia da promoção da agroecologia, anticapitalista reprodução humana como processo social nunca foi

considerada no capitalismo, para a economia dominante a sustentabilidade da vida humana não tem sido uma preocupação analítica central. Ao contrário, usualmente é considerada uma externalidade do sistema econômico”, a autora sustenta que existe uma “dicotomia entre produção e reprodução e a questão da subordinação das mulheres, questionada como produção histórica do sistema patriarcal e do sistema capitalista, continua presente nas estatísticas, nas práticas sociais e nas políticas públicas (Pacheco, 1997, p.56).

As ativistas feministas, apontam as potencialidades e mostram também que as análises de gênero têm impacto em conceitos de análise do campesinato:

distribuição do produto do trabalho é mais igualitária nos sistemas de produção nos quais a mulher participa das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos; não há necessariamente correspondência entre a geração de receita e consumo; a preferência dada aos homens para o consumo de proteína é recorrente em várias situações; quando se expande o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolvem, aumentam suas opções estratégicas; a família como lugar de cooperação e conflito, onde se expressam interesses distintos (Pacheco, 1997, p.57).

Pacheco (1997), afirma que estes são alguns pontos que merecem um tratamento quando estamos engajados em dinâmicas sociais e experiências de promoção da agroecologia. Em sua construção histórica, a agroecologia vem fornecendo os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas produtivos e de preservação de recursos naturais, com uma abordagem que articula vários aspectos:

- I. Incentiva técnicos/as e pesquisadores/as a dialogar com o saber dos agricultores/as e identificar suas respostas técnicas;
- II. Propõe o desenvolvimento de agroecossistemas baseado nas interações ecológicas, com a utilização de recursos renováveis, acessíveis localmente e com baixa dependência de insumos comerciais;
- III. Valoriza a preservação e uso social da biodiversidade sustentada pela diversidade cultural;
- IV. Estimula o estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias” (Pacheco, 1997, p.60).

A aplicação desses princípios visa assegurar, nos programas de desenvolvimento rural, objetivos como:

- a) Melhorar a produção de alimentos básicos nas unidades produtivas, fortalecendo e enriquecendo a dieta alimentar, através da valorização de produtos locais/tradicionais e conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais;
- b) Aumentar a diversidade vegetal e animal e promover o uso eficiente de recursos locais para diminuir os riscos;
- c) Melhorar a base dos recursos naturais através da conservação e regeneração do solo, água, enfatizando o controle de erosão e formas de captação de água;

d) Garantir que sistemas alternativos resultem em fortalecimento da organização social (Pacheco, 1997, p. 61).

Ao problematizar a relação da agroecologia com a agricultura camponesa, Pacheco (1997), afirma que, a agroecologia se expressa como “um movimento de resistência ao modelo de desenvolvimento em vigor e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos”, representando uma luta das camponesas pela autonomia, o que, por si, confere aos “processos agroecológicos um caráter emancipatório para todas as pessoas, todavia, ao aprofundar essa análise com relação à condição da mulher agricultora, observamos que esse caráter emancipatório esta insuficiente”. (Pacheco, 1997, p. 61).

Ou seja, muitas vezes os projetos e iniciativas com uma perspectiva agroecológica não avançam em suas propostas de emancipação das mulheres camponesas, que, na maioria das vezes, são desprovidas de poder dentro e fora de suas famílias. Destaca-se a importância que a perspectiva de gênero tem nas discussões sobre as políticas que incluem sistemas de produção.

a invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras é antes que nada uma questão política, os silêncios sobre as mulheres requerem outra matriz de análise que parta dos ecossistemas e sistemas de produção, da ampliação do conceito de trabalho e produtivo, em articulação com a questão da diversidade social, como constitutiva de uma visão de agricultura sustentável que relacione gênero e agroecologia (Pacheco, 1997, p.11).

A autora em questão sinaliza que “há consenso de que tais relações injustas e desiguais são socialmente construídas e, portanto, podem e devem ser socialmente (des)construídas”. Por isso, “o feminismo se nutre dos debates acerca da soberania alimentar, políticas públicas rurais e sustentabilidade ambiental apresentados pela agroecologia”. (Pacheco, 1997, p.12).

Dessa forma, a agroecologia passa a ser um instrumento a mais para essa desconstrução, a partir do processo de emancipação laboral das mulheres. O feminismo e a agroecologia, quando trabalhados de forma integrada, podem retirar as mulheres de várias situações de opressão, a saber que,

proibições à prática da agricultura sem agrotóxicos e adubos químicos; proibições à participação em atividades coletivas, tais como reuniões e intercâmbios; proibições à vida econômica e acesso a mercado, tais como inserção em feiras e mercados institucionais; proibições à participação política, reivindicação de direitos e acesso a políticas públicas, como créditos agrícolas. Desta forma a integração das duas perspectivas ajuda no enfrentamento da naturalização de relações sociais injustas, nos quais “o papel das mulheres é tornado invisível” (Pacheco, 1997, p. 32).

Trata-se de um importante debate que traz sinais de contestação da produção /reprodução, ao mesmo tempo em que tem como base a perspectiva agroecológica. A agroecologia representa uma ruptura com o paradigma convencional da produção agrícola altamente machista, e passa, necessariamente pela valorização do conhecimento local, especialmente das mulheres, na abordagem agroecológica, facilitando a introdução dos temas do feminismo no âmbito rural. Pacheco (1997) demonstra que,

o campo das políticas governamentais tomemos também um exemplo. Há alguns anos passados a assistência técnica oficial fazia uma diferença clara: a capacitação produtiva era para os homens, e a do lar para as mulheres. Foram as mulheres que, contestando historicamente essa identidade do lar e, reivindicando o direito de serem consideradas como trabalhadoras, começam a exigir também capacitação no campo produtivo. Ainda assim não se tornou uma prática recorrente as mulheres serem convidadas para participar de atividades de capacitação sobre gestão e manejo sustentável de recursos naturais. São chamadas muito mais para as atividades que têm caráter de trabalho doméstico (Pacheco, 1997, p.33).

Ao passo que foi se estreitando a aproximação entre as organizações feministas e as agroecológicas, passou-se a compreender a importância histórica das mulheres na agroecologia, e o quanto elas ainda têm a contribuir na construção desse conhecimento. É fundamental que esse conhecimento venha à tona como construção específica das mulheres. Esta valorização é essencial para garantir que isso não lhes seja expropriado pelos homens em sistemas economicamente patriarcais. Quando elas se organizam, conseguem dialogar com a sociedade e os poderes públicos a partir de uma outra condição. Na perspectiva da construção da igualdade de gênero, e acrescentando outros para interagir com a abordagem agroecológica, se faz necessários as seguintes ações,

- a) Aprofundar análises e experiências das mulheres, organizadas em grupos, associações e movimentos, sobre a gestão da produção e recursos naturais na ótica da segurança alimentar e preservação da biodiversidade;
- b) Visibilizar o trabalho das mulheres como agentes econômicas e a produção de informação e análise, mostrando a dinâmica de gênero no trabalho;
- c) Incorporar o tema da igualdade no trabalho produtivo e reprodutivo nas agendas das organizações e dos movimentos e não somente no movimento de mulheres;
- d) Visualizar as iniciativas econômicas das mulheres de gestão e acesso a recursos;
- e) Continuar aprofundando a pauta de reivindicação sobre as políticas de assistência técnica e formas de financiamento que garantam igualdade de gênero e a afirmação da agroecologia
- f) Demandar políticas e serviços públicos de caráter universal para o cuidado humano (Pacheco, 1997, p.33).

Pacheco (1997), defende que a efetivação das políticas públicas no campo da saúde, saneamento, educação, programas sociais, direitos da criança e adolescente podem, “contribuir para melhorar a qualidade de vida no campo e criar condições mais favoráveis ao trabalho da mulher, com redução da carga de trabalho e construindo sua cidadania”. Pacheco (1997).

Sobre o debate nas políticas públicas, podemos refletir acerca do exemplo da criação do PRONAF Mulher³⁸, fruto da luta das mulheres, que criou mecanismos específicos para sua aplicação em moldes agroecológicos, incorporando a reflexão sobre a opressão sofrida pelas mulheres. Assim, a aplicação do PRONAF Mulher³⁹ é discutida por organizações feministas que prestam assessoria técnica às agricultoras, colocando em outras bases uma proposta de financiamento que contemple a reestruturação das pequenas propriedades, potencializando todos os recursos existentes, canalizando para suprir a necessidade da produção de produtos de subsistência, bem como na demanda da industrialização e comercialização (Brasil, 2003).

Urge, a necessidade da introdução do conceito de gênero na análise do trabalho das mulheres, que tem tido implicações nas teorias de mercado de trabalho e nos estudos sobre organização do trabalho. A agroecologia é a abordagem da gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar; aonde a igualdade das relações sociais entre homens e mulheres é condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica.

A agroecologia permite reforçar o trabalho com geração de renda das mulheres, ao combinar elementos como a valorização dos alimentos locais com o

³⁸ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, de Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e social (BNDS), à mulher agricultora e crédito para mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada, tendo por objetivo promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando elevação da renda da família da produtora rural (PRONAF MULHER).

³⁹ A abertura de espaço no Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, para o debate sobre a construção de uma política de acesso das mulheres ao crédito rural, está contribuindo, a meu ver para o aprofundamento da agenda dos movimentos de mulheres. A Comissão Nacional das Mulheres da CONTAG tem problematizado os limites do PRONAF MULHER, apresentando propostas para sua ampliação. Por outro lado, o Movimento de Mulheres Camponesas, tem colocado em questão a modalidade de sobretudo do PRONAF MULHERES e, em última análise, o próprio PRONAF.

acesso ao mercado. Esse trabalho passa pelo desenvolvimento de sistemas agroecológicos em hortas produtivas, com beneficiamento da matéria prima.

Considerando que a malfadada dupla jornada de trabalho que as trabalhadoras rurais são submetidas, após trabalho intenso no campo, a possibilidade de participação da produção dos alimentos pelas mulheres com consequente divisão em partes iguais dos excedentes da produção e a questão da horizontalidade na remuneração pago às mulheres, é elemento central nesta proposta de reconstrução das relações sociais via agroecologia.

Desde a relação direta com a terra até o salário, a agroecologia atua como a linha divisória entre trabalho e não trabalho, com ênfase ao trabalho contínuo das mulheres camponesas, relações sociais sustentada em valores sociais organizados a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Buscando autonomia econômica das mulheres; a agroecologia encontra sua possibilidade mais concreta.

Por agroecologia entendemos a práxis social e produtiva dos camponeses, onde a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular criamos e manejamos sistemas produtivos diversificados, que tem a natureza como aliada, não como inimiga. A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior. A medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E, com os frutos desse processo, alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras (Martins, 2020, p.12).

O fato de haver maior igualdade de gênero entre os assentados tem um princípio legal. A Portaria n. 981, de 02.10.2003, do INCRA, tornou obrigatória a titulação da terra em nome do homem e da mulher, em situações de casamento ou união estável e, além disso, não havendo, ainda, outorga de título, em caso de alteração da situação do casal, será priorizada a titulação em favor da mulher, cujos filhos estejam sob sua guarda. Já a Portaria n. 45, de 26.08.2004, da então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criou o Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (INCRA, 2003).

A dimensão de gênero não se reduz ao feminismo, pois a territorialidade dos Sem-Terra atualmente também passa pela mediação da diversidade da sexualidade, representada no MST pelo do Coletivo LGBT Sem-Terra, criado em 2015. Enquanto representação da diversidade sexual e de gênero no MST, o coletivo tem como

objetivo a garantia do direito de existência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais no movimento. Com o mote de libertar a terra e os corpos, o MST busca construir práticas de libertação e enfrentamento à LGBTfobia que, no campo, constituem-se em processos em curso em conjunto com a Via Campesina (2021), “sem o fim das diversas manifestações de preconceito de gênero, sexualidade e etnia não há agroecologia”. Via Campesina (2021).

O MST, se constitui enquanto movimento antipatriarcal e anticapitalista em prol da luta pela terra, por meio de transformações na sociedade diante da histórica concentração latifundiária no país e machismo estrutural; frente à luta contra o patriarcado e o machismo, agregando na luta pela reforma agrária a luta contra LGBTfobia.

Esta luta tem como objetivo perpassa a compreensão da construção da territorialidade LGBT Sem Terra, com recorte para identidade lésbica enquanto agente social de luta Sem Terra. a frente representativa LGBT, enquanto microterritório, corrobora na consolidação da territorialidade-identidade dissidente no campo, culminando na ampliação do debate antipatriarcal e acerca da diversidade e contribuindo para a visibilidade e a consequente mitigação da invisibilidade assolada pela estrutura de controle capitalista-patriarcal (MST, 2021, s.p.).

O coletivo de luta LGBT do MST compreende a luta camponesa, feminista, negra, indígena, migrante e LGBT como “uma luta integral pela libertação e autodeterminação dos territórios-corpo e dos territórios-terra”. O coletivo afirma que;

Há uma relação direta de solidariedade entre quem produz alimentos e luta por soberania alimentar e as pessoas que mais precisam desses alimentos. As organizações populares têm como tarefa transformar radicalmente a sociedade, e isso inclui construir relações companheiras, respeitadas, paritárias. Os espaços de organização podem ser, então, territórios livres de desigualdade, exploração e discriminação. Dentro da tradição histórica da luta camponesa, muito arraigada na ideia de lideranças masculinas, há um processo de ampliação dessa luta para inclusão das mulheres e de toda essa diversidade. Mais mulheres, pessoas trans, lésbicas, bissexuais. (Via Campesina, 1996, s.p.).

Toda esta reordenação do processo de construção da vida humana cumpre o ciclo definido por Kohei Saito (2021) na obra “*O Ecossocialismo de Karl Marx. Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política*”. O ciclo da vida humana para Saito demanda um retorno à “natureza enquanto tal”, isto é, existindo de maneira independente em relação aos seres humanos.

A sociedade e a natureza necessitam ser compreendidas a partir de uma inter-relação dinâmica, e sua compreensão científica justifica a singularidade do modo de produção capitalista enquanto uma organização histórica desse metabolismo transitório e a consequente ausência de estabilidade de nossos ecossistemas. Aqui, a teoria da reificação de Marx assume um papel fundamental, pois aponta como as determinações da forma econômica são

notavelmente “ossificadas como propriedade de uma coisa no curso do desenvolvimento capitalista, e como as necessidades humanas, junto com o mundo sensível externo, são radicalmente transformados de acordo com a lógica do capitalismo (Saito, 2021, p. 322).

Assim, demonstra que o “metabolismo da economia política” aponta potencialidades de práxis sociais que resultam na reconstrução do “metabolismo agroecológico” com a produção de alimentos que produzem vida, vida saudável e sustentável que daria sentido a novos seres humanos que, emancipados da opressão, forjariam o “metabolismo ser humano-natureza”. (Saito, 2021, p. 322).

A agroecologia é considerada como um método de produção agrícola que resgata os saberes tradicionais e incorpora os progressos científicos e tecnológicos em harmonia com o meio ambiente, produzindo alimentos e produtos limpos, sem veneno. Através deste método, é possível produzir com qualidade em qualquer escala, sendo, portanto, “uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala”, para Valério (2015),

Ainda que parcial, pois à dimensão do movimento dos alimentos no espaço, a soberania está, nesse sentido, no controle integral de territorialidade produção-distribuição pelo campesinato local e regional, o que favorece, por um, lado alimentos de baixa quilometragem, maior qualidade e menores preços e, por um outro, a incorporação da maior parte da renda gerada e o fortalecimento da família camponesa, assim como economia local e regional. Considerando a partir do movimento dos alimentos no espaço, o conceito de soberania alimentar expõe esta perspectiva de maneira a considerar as distâncias percorridas pelos alimentos, assim como os sujeitos e territórios existentes entre os extremos da alimentação, desde a semente lançada na terra até a disponibilização do alimento para as pessoas”. (Valério, 2015, p.36).

O campesinato no Brasil esboço o que Netto (1997), afirma ser um projeto societário,

trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade”. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Netto (1997)

Os autores criticam que as empresas do agronegócio que buscam desqualificar o método agroecológico, afirmando, que além da questão da escala, o custo de produção é mais oneroso do que a convencional, a ruptura não será fácil e

que é necessário desconstruir a associação do progresso causado pela revolução verde. Assim, enquanto um dos modelos, o do campesinato, combina as relações capitalistas com as não capitalistas, priorizando o bem-estar dos trabalhadores e a produção de alimentos (terra de trabalho), o outro, do agronegócio, se constitui como um projeto marcadamente capitalista (terra de negócio).

Quando os projetos agrícolas além de diferentes se opõem num mesmo espaço e tempo, eles colidem; este enfrentamento se dá quando o monopólio da “terra de negócio” é questionado pelo projeto da “terra do trabalho” através da ocupação de terras e da reivindicação da aplicação da Reforma Agrária. (Thomaz Filho, 2007).

Na próxima seção, a utilização do conceito “terra-trabalho” através da ocupação de terras e da efetivação da Reforma Agrária Popular, com prisma e direção para construção de soberania alimentar, via agroindústrias, será o mote das exposições posteriores.

4.1.2 As cooperativas camponesas na luta pela soberania alimentar

*“Apoio mútuo é um instinto que vem
se desenvolvendo lentamente entre
natureza e seres humanos
no decorrer de uma
evolução extremamente longa
e que ensinou a força que podem adquirir
com a prática da ajuda e do apoio mútuos,
bem como os prazeres que lhes
são possibilitados pela vida social”
(Piotr Kropotkin, 2012).*

Partindo, desses elementos, o objetivo do texto é discutir o processo histórico da formação do cooperativismo, à luz do cooperativismo campesino de Alexander Chayanov nas obras *“La organización de la unidad económica campesina”* (1974) e *“Teoria sobre as Cooperativas Camponesas”* (2017).

Uma longa tradição teórica dentro do marxismo tem focado seus esforços na compreensão dessa temática. As ideias de Chayanov (1974), destacam a diferenciação de pobres a caminho da proletarianização e os ricos na direção da burguesia, que não seguia a lógica capitalista, mas seria estratégia inerente ao camponês e sua família, para manterem seu equilíbrio entre o trabalho e o consumo.

No debate com Lênin (1985) e Kautsky (1980), Chayanov (1974) divergia de ambos autores, em relação à diferenciação dos camponeses (ricos, médios e pobres),

fez propostas e projeções em relação a produção e fornecimento de alimentos de um lado, e, também de exploração indireta do trabalho, como fonte de acumulação de capital do outro.

Chayanov (1974), afirma que, mesmo com a inserção da unidade econômica camponesa no mercado, comercializando seus produtos agrícolas e artesanatos, bem como adquirindo o que não produz e vendendo sua mão de obra em determinados momentos, os camponeses inseridos no mercado passam a selecionar os produtos que irão produzir, baseado na rentabilidade/trabalho, optando assim por culturas que tragam um retorno maior,

Proveniente de nuestras observaciones en el sudeste donde pequeñas granjas usan a menudo máquinas cosechadoras en áreas donde no pueden compensar su costo. La causa reside en que el grano maduro se mantiene en la espiga solo por cuatro o cinco días de modo que, sin la máquina, la familia solo alcanzaría a cosechar un área mucho menor de la que pudo sembrar y cultivar. Por lo tanto, la adquisición de una máquina cosechadora y la ligera reducción en la remuneración por el trabajo en la cosecha del trigo permite esta labor, mucho más ventajosa que el resto, pro cuya expansión antes estaba constreñida por el periodo crítico de la cosecha (Chayanov, 1974, p. 251).

Essa incorporação e adaptação de máquinas e a posterior inserção no mercado do produto manufaturado, bem como a padronização de cultivos passam a rodear o universo camponês, indicando um caminho sem volta, da submissão do campesinato à essência do capitalismo, criando uma adaptação do modelo camponês de produção de produtos com o sistema capitalista.

señala que mi terminología es incorrecta y dice que incluso las unidades de explotación puramente familiar, en cuanto se convierten en productoras de mercancías y venden su producción en el mercado capitalista sometándose a la influencia de sus precios, deben llamarse unidades de explotación capitalista, puesto que forman parte del sistema capitalista en el nivel nacional. No obstante, es esencial recordar que lo principal de nuestro análisis no es la economía nacional sino la de carácter privado, y necesitábamos un aparato conceptual específico para separar las empresas familiares de las que están basadas en el trabajo asalariado. A estas últimas llamamos capitalistas (Chayanov, 1974, p. 131).

Chayanov (1974, p.304), ao afirmar, “debemos esperar que la unidad de exploración doméstica, fortalecida por cuerpos cooperativos, pueda defender sus posiciones contra las unidades de exploración en gran escala de tipo capitalista”, demonstra que, inseridos em cooperativas, os camponeses teriam a chance de participação no mercado mundial de alimentos, socializando o uso de maquinários e adquirindo demais insumos para sua produção, oferecendo seus produtos em conjunto, submetidos aos preços ditados por esse mercado. O autor ressalta as

agroindústrias camponesas que se diferenciam das cooperativas de mega conglomerados empresariais, principalmente em três aspectos:

primeiramente, a composição é de base social, sendo constituída, sobretudo, por trabalhadores rurais. Em segundo lugar, existe uma democracia interna, com a descentralização do poder entre seus associados. Em terceiro lugar, defendem objetivos políticos e econômicos que visam transformar a sociedade e melhorar as condições de vida dos associados. A propósito, elucidar a natureza do novo sistema econômico que vem se desenvolvendo gradualmente a partir da concentração vertical das unidades produtivas camponesas. Isso implica a necessidade de determinar quais as qualidades econômicas e organizacionais que atribuímos ao sistema cooperativo um exemplo claro desse processo é o desenvolvimento de cooperativas de produção de manteiga na URSS, ao final do séc. XXIX, depois da construção da grande ferrovia siberiana, surgiu as cooperativas como resultado da abundância de terras apropriadas uma situação extremamente favorável ao desenvolvimento do fabrico de manteiga para exportação. Cobriram a área com pequenas fábricas produtoras de manteiga, iniciando, assim de um modo capitalista, o processo de concentração vertical da agricultura camponesa (Chayanov, 2017, p. 46-47).

O sistema cooperativo Chayanoviano (1974, 2017), entende que cada parte técnica da economia camponesa deve ser constituída de um aparato cooperativo dentro do sistema cooperativo nacional, com isso realizando economias de escala, e que essas organizações emergem e alimentam uma cultura rural que valoriza a cooperação e promove a confiança. Outro elemento decisivo que marca as relações camponesas de cooperativismo para Chayanov (2017) é a força cultural, que,

é um instrumento central para construir o cooperativismo, para que o movimento cooperativista se consolide é importante que a cultura da solidariedade caminhe junto com os objetivos econômicos, de modo que funções não econômicas também sejam desenvolvidas por essas entidades. Essa cultura é uma contraposição às estratégias individuais típicas de práticas econômicas e organizacionais capitalistas, à cultura cooperativista, destacando a importância de uma mentalidade coletiva e solidária entre os agricultores. Nesse sentido, é vital preservar as práticas culturais locais que promovem a cooperação e o compartilhamento de recursos, pois esses elementos podem fortalecer a coesão interna das cooperativas e contribuir para a sustentabilidade social do empreendimento, fortalecendo também a luta social (Chayanov, 2017, p.48).

A capacidade de produção agrícola em escala compatível ao mercado interno e externo, a depender do montante de produção agrícola de determinada cooperativa de beneficiamento da produção das famílias camponesas, definirá as possibilidades de implementação dos conceitos de agroecologia e soberania alimentar, conceitos em que se construíram o desenvolvimento do campesinato no mundo. Estes avanços demandam invariavelmente, a convivência de duas linhas de cooperativas, uma considerada tradicional e outra de resistência,

A primeira se identifica com a proposta de industrializar e modernizar as relações no campo, funcionando como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista (Chayanov, 2017, p.63).

A manutenção do campesinato no capitalismo supera as análises econômicas, sendo impossível encaixá-los como pequenos burgueses rurais ou proletários do campo, pois se perde a essência que rege essa classe com interesses heterogêneos. Assim, a busca pela recriação e manutenção de seu modo de vida é o que caracteriza a luta camponesa pelo acesso à terra e as diferentes formas de organização do trabalho familiar, conforme o espaço e o tempo.

Nesta sintonia, o MST utiliza o sistema cooperativista para estimular e massificar um projeto de cooperação agrícola que seja alternativo ao modelo capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores diferentes dos que permeiam na lógica agroindustrial capitalista, com a pretensão de construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção em oposição à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados (MST, 2024, s.p.).

Trazendo esta realidade para o Paraná, segundo a direção estadual do MST, o sistema produtivo de assentamentos e acampamentos da reforma agrária no Paraná inclui “25 cooperativas, 62 agroindústrias e dezenas de associações. As agroindústrias faturam anualmente cerca de 150 milhões de reais, gerando empregos diretos e indiretos, e mais de 100 produtos industrializados, com o objetivo de avançar na produção de alimentos e na superação do problema da fome no Brasil” (MST, 2024).

No território da Guerrilha de Porecatu, a experiência da COPRARI – Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agrícola e Pecuária Ribeirão Vermelho, no acampamento Fidel Castro, com a produção de soja convencional (livre de transgênicos) vem sendo desenvolvida na cooperativa, de maneira que a estratégia passa pela organização da cadeia produtiva da soja

convencional, para produção de sementes, para produção de grãos e posterior industrialização e comercialização.

O plantio e a comercialização da soja livre de transgênicos faz parte da estratégia do MST, por isso, as iniciativas têm se multiplicado no estado, nas colheitas de lavouras de soja orgânica.

A produção tem acompanhamento técnico do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná). São cooperativas e associações que têm como foco, em sua maioria, a produção, industrialização e comercialização de comida de verdade. As linhas de produção abrangem leite, ração animal, milho, arroz, feijão, cereais diversos, ovos caipiras, hortifrúti, mel, derivados de cana-de-açúcar, erva-mate, polpa e suco de frutas, panificados e cozinhas comunitárias. São 7 mil famílias cooperadas diretamente e outras 30 mil famílias beneficiadas. Essa estrutura produtiva está organizada em rede desde 1991, com a fundação da Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA) do Paraná, cujo trabalho é planejar e coordenar o trabalho cooperado do estado. Alimentação Escolar, um dos principais destinos da produção é a alimentação escolar, via Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), à comercialização dos produtos dos associados pelos programas governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Os alimentos produzidos pelos associados, quando não são vendidos pelo PAA e pelo (PNAE), são levados às Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA) ou às cooperativas da região. (MST, 2024, s.p.).

O cultivo de soja livre de transgênico também se iniciou em 2023. Ceres Hadich, coordenadora da Coprari e integrante da direção nacional do MST, aponta que a estratégia pensada pelas comunidades envolvidas na produção do grão é a organização da cadeia produtiva da soja:

desde a produção de sementes, passando pela produção de grãos, até a posterior industrialização e comercialização, esta cadeia comercial é essencial para a autossustentação e autonomia das famílias assentadas busca fortalecer a construção de novas bases de produção, com centralidade na utilização de bioinsumos. Os alimentos produzidos pelos associados, quando não são vendidos pelo PAA e pelo (PNAE), são levados às Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA) ou às cooperativas da região. Estaremos associados à COPRAN, pois o pagamento e os trâmites legais são feitos pela cooperativa (Hadich *apud* MST, 2024, s.p.).

A militante lembrou a trajetória do MST no Norte do Paraná, como parte da luta nacional que caminha para completar 40 anos. “Aqui na região estamos há 32 anos construindo a Reforma Agrária Popular, e temos muito do que nos orgulhar, nós temos três cooperativas regionais, a Copran a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), a Copacol e a Coprari” (Hadich *apud* MST, 2024, s.p.).

Para adesão nas cooperativas, cada agricultor, seja acampado ou assentado, necessita do Cadastro de Produtores Rurais (CAD-PRO), documento que cumpre

função análoga a carteira de trabalho do produtor. Apenas em 2022, os agricultores acampados conseguiram acessar o direito a este documento, possibilitando que sua produção agrícola seja incorporada pelas cooperativas ou comercializadas de modo legal no comércio municipal (MST, 2024, s.p.).

Em depoimento na página digital do MST (2021a), o prefeito de Centenário do Sul (Tavian *apud* MST, 2021a) afirmou “Isto é muito importante para o município, pois, ficando com sua atividade formal eles iram contribuir diretamente com a arrecadação do município e, além disso, estão assegurados pelo INSS, pois são contribuintes”. A agricultora Ana Cláudia Ferreira (*apud* MST, 2021a), que vive no acampamento com a família afirma que:

a produção da família é diversa e farta: frutas, hortaliças, mandioca, batata, feijão, milho, feijão, tanto para o autossustento, quanto para doar aos mais necessitados que vivem na cidade, eu e minha famílias estamos esperançosos que com o Cadastro vamos melhorar nossas condições de vida, produzindo mais e melhor, e com mais espaço para a comercialização, seja em feiras, mercados institucionais e no mercado privado. Esperamos que o CAD-PRO também ajude a consolidar a conquista do nosso assentamento (Ferreira *apud* MST, 2021a).

O documento é um reconhecimento por parte do estado, como explicou Diego Moreira, coordenador do Acampamento Fidel Castro, “um trabalhador rural sem CAD-PRO é um trabalhador clandestino. Ele garante esta identidade, garante arrecadar pro seu município, ter título de eleitor do seu município, pois também é um comprovante de residência. Também recolher nota para depois ter um benefício previdenciário, para as mulheres terem um auxílio-maternidade” (Moreira *apud* MST, 2021a). O procurador de Justiça Maurício Kalache afirmou que:

Os trabalhadores rurais, produtores rurais, sejam eles proprietários ou não de terra, têm o direito de ter uma regularidade fiscal no exercício da sua atividade econômica ao produzirem alimentos e gerarem riquezas, os trabalhadores têm o direito de cadastrar-se tem a obrigação de recolher os tributos correspondentes à venda; A cidadania fiscal é um aspecto da cidadania brasileira. Aquele que paga seus tributos contribui para a formação do patrimônio público, para o custeio dos serviços e obras públicas. O CAD-PRO, portanto, não é favor nenhum que o estado concede aos produtores rurais. É do interesse do próprio estado que isso ocorra, para que todos aqueles que produzem riquezas contribuam com o pagamento de tributos (Kalache *apud* MST, 2021a, s.p.).

O MP/PR, orienta que as prefeituras incluam no CAD/PRO as famílias acampadas que vivem em pré-assentamentos, posseiros e filhos de assentados. Com a medida, os produtores acampados têm suas atividades agropecuárias reconhecidas, passam a ter o direito de venderem formalmente os alimentos que produzem e a pagar tributos ao município.

Sobre as projeções e desafios, do ponto de vista da pauta organizativa do MST para a cadeia produtiva da soja, temos vários desafios importantes e que abrem a necessidade de construir caminhos para superar e alcançar resultados concretos,

- 1) O controle das sementes que está nas mãos das grandes multinacionais e que impõe o uso de sementes transgênicas, contaminando nossas lavouras, por isso a necessidade de termos o controle de nossas sementes como soberania nacional e alimentar. É necessário termos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sementes funcionando e fomentando esse processo;
- 2) Sistema de Assistência técnica para a cadeia produtiva da soja numa perspectiva de transição agroecológica a modelos sustentáveis de produção, buscando a produção orgânica;
- 3) Implantação de Biofábricas e Unidades de Produção de Bioinsumos para o desenvolvimento de protocolos e o manejo integrado sustentável e produtivo para cadeia da soja. Nessa perspectiva, buscamos:
 - I) Diminuir a dependência de fertilizantes e agrotóxicos;
 - II) Retomar a curva de aumento da produtividade da soja;
 - III) Fazer a transição agroecológica;
 - IV) Produzir alimentos saudáveis;
 - V) Autossustentar e gerar renda para as famílias assentadas;
- 4) Fomentar a parceria com instituições de ensino para o desenvolvimento de estratégias e tecnologias para a transição agroecológica, seja na produção de sementes, seja no uso de bioinsumos, ou no desenvolvimento de mecanização agrícola adaptada à realidade de nossos assentamentos;
- 5) Investimentos em infraestrutura produtiva, de beneficiamento e agroindustrial para que possamos fazer nossa produção chegar até a mesa dos trabalhadores sem contaminação;
- 6) Financiamento dos diversos elos da Cadeia Produtiva, com:
 - a) Custeio da produção na compra de insumos;
 - b) Capital de giro para compra da produção no momento de colheita;
 - c) Investimentos produtivos para estruturação de processos de mecanização e agroindústrias de beneficiamento exclusivas à produtos não transgênicos (MST, 2021a, s.p).

O cooperativismo desempenhado no Acampamento Fidel Castro agrega benefícios na relação de produção e comercialização dos produtos extraídos da terra. Scopinho (2007), destaca que, entre as principais vantagens apontadas sobre a cooperação, estão aquelas relacionadas às melhorias na organização, no sistema de planejamento e na gestão da produção.

Os assentados percebiam as vantagens de natureza social trazidas pela cooperação, no sentido de facilitar as relações sociais, políticas e culturais, e de melhorar as condições de vida. Entenderam ainda que a utilização racional dos recursos diminuiu os custos de produção, porque juntos podem comprar insumos e providenciar a logística necessária para produzir. Revelaram-se os sentidos tanto idealizados como abstratos que iam desde o aumento da autoestima dos assentados até a minimização do isolamento (Scopinho, 2007, p. 34).

Rosimeire Scopinho (2007), enfatiza a ruralização de trabalhadores que optam ao retorno ao campo, visto que muitos que adentram as fileiras dos movimentos sociais não possuem experiência com o trabalho rural e a cooperação nestes casos

significa um espaço de convivência para formação rural para o trabalho através do aprendizado de formas cooperadas e agroecológicas de trabalhar a terra. Neste movimento de interação cria-se possibilidades de melhor conhecer as pessoas que conviviam na comunidade, criando espaços para problematização de questões comuns aos trabalhadores rurais, vide planejar a produção com menor margem de erro, bem como de;

melhorar as condições de vida, de ter mais dignidade e proteção social, a partir da inserção e da convivência em um grupo organizado, de possibilitar a discussão sobre as questões políticas e sociais que interessam aos assentados, como a conjuntura política nacional e os rumos da reforma agrária, as causas do êxodo rural, a ausência ou a inadequação das políticas públicas para o homem do campo (Scopinho, 2007, p.36).

Scopinho (2007), ressalta que esse aprendizado aumentaria as chances de participação e de interferência nas decisões políticas no âmbito local, regional e nacional, e ajudaria na criação e na manutenção de estruturas organizativas para viabilizar a cooperação e a formação. Em suma, para os assentados, “a cooperação poderia ser um novo caminho para o enraizamento, ao contribuir para criar condições para a sobrevivência econômica, social e política da comunidade”. Segundo a autora,

os sentidos contraditórios da cooperação estavam presentes nos valores individuais e na forma como os assentados percebiam a sua própria condição nas relações que estabeleciam uns com os outros, no cotidiano do acampamento”. o princípio de igualdade inerente ao ideário cooperativista teria a desvantagem de não padronizar e de não homogeneizar. O bloqueio à reforma agrária neutralizou a criação de ações mais avançadas no campo da organização produtiva e distributiva dos assentamentos. Se é verdade que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuíram para a melhoria da renda dos assentamentos, também é verdade que esses programas deram um cunho utilitarista e economicista ao cooperativismo e associativismo. (Scopinho, 2007, p. 39).

A efetivação destas políticas públicas rumo na trajetória de construção da soberania alimentar. A Via Campesina (1996), na conferência de Tlaxcala – México, definiu a soberania alimentar desde sua origem e propósitos⁴⁰, como norte para o campesinato de todas as latitudes. A soberania alimentar se caracteriza pela implementação das políticas de ajuste estrutural da produção camponesa e as corporações transnacionais de produção de alimentos, que concentravam terras, e fontes de água (Via Campesina, 1996).

⁴⁰ Os fundamentos iniciais da proposta de Soberania Alimentar foram divulgados cinco dias depois do Massacre de Eldorado de Carajás, no Brasil, por meio da declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Via Campesina (II CIVC), no México, em abril de 1996.

Nessa conferência, as organizações camponesas, indígenas e de pequenos agricultores se propunham a “desafiar, de forma coletiva, as condições econômicas e as políticas neoliberais das quais estavam sendo reféns e, em contrapartida, pretendiam criar uma nova economia rural, fundamentada no respeito dos que habitam e trabalham na terra, fundamentada na reforma agrária, na Soberania Alimentar, no comércio justo e no controle da terra por parte dos camponeses”. (Via Campesina, 1996).

A declaração da Via Campesina (1996) identificou categoricamente, como principais obstáculos da materialização do direito à alimentação, o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro, os tratados de livre comércio que o circundam, as instituições multilaterais e as medidas de ajuste estrutural. A declaração denunciou que estas políticas, além de serem responsáveis pela “globalização da fome e da pobreza”, eram também responsáveis pelo desaparecimento das comunidades camponesas e de sua capacidade de produção de alimentos. (Via Campesina, 1996).

Para reverter esta situação, propôs, então, a soberania alimentar, entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. Nas palavras da Via Campesina (1996):

Soberanía alimentaria es el derecho de cada nación para mantener y desarrollar su propia capacidad para producir los alimentos básicos de los pueblos, respetando la diversidad productiva y cultural. Tenemos el derecho a producir nuestros propios alimentos en nuestro propio territorio de manera autónoma. La soberanía alimentaria es una precondition para la seguridad alimentaria genuina (Via Campesina, 1996, s.p.).

A proposta da soberania alimentar nasce em oposição ao conceito que concentrou seus esforços no aumento da produção de alimentos básicos, na criação de um “sistema de comércio mundial” e no desenvolvimento de programas de cooperação internacional. Conforme a primeira Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, “existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e sadia”. (Via Campesina, 1996).

Destaca-se também que nos documentos produzidos nesse encontro, a saúde, a educação, o saneamento básico e o acesso à água potável foram integrados como dimensões constituintes da Segurança Alimentar, mas também na lógica de garantir a oferta de serviços a serem comprados e o acesso, também pago, à água potável,

Assim, a Segurança Alimentar não é nada diferente de uma interpretação distorcida do direito à alimentação e da forma como ele deveria ser garantido, com a intenção de abrir o caminho e justificar o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, interpretação que tem sido criticada e pressionada pelos problemas que suas estratégias têm causado e pela reação dos movimentos e das organizações de trabalhadores rurais no mundo (Via Campesina, 1996, p. 40).

Em consonância com esta direção da Via Campesina, o Acampamento Fidel Castro, em setembro de 2024, recebeu a certificação orgânica para horta comunitária, sendo a primeira área de um acampamento de reforma agrária na região a conquistar o selo de reconhecimento agroecológico. Assim, esta produção da horta comunitária passa a ser beneficiada em formato de cooperativismo, via Coprari (MST, 2024b). Na proposta agroecológica em busca da soberania alimentar,

os alimentos não seriam comercializados como uma simples mercadoria para obtenção de lucros nesta perspectiva a base da produção de alimentos seria a biodiversidade, a terra e água, democratizar sua propriedade agrícola, consiste em priorizar as formas de agricultura familiar, social e cooperativa, com destaque a posição das mulheres na divisão social do trabalho com horizonte a uma reforma agrária popular genuína (Hadich, 2016, p. 02).

Pela solidariedade, a horta comunitária do Centro de Produção de Alimentos Saudáveis Antônio Tavares, recebeu a tão aguardada certificação orgânica, garantida pela Rede Ecovida de Agroecologia. O espaço construído por 36 famílias do Acampamento Fidel Castro, é a primeira área de um acampamento da reforma agrária popular na região a conquistar o selo. (MST, 2024b).

O reconhecimento foi entregue em 11 de setembro de 2024. Desde a inauguração, as camponesas trabalham em um sistema de produção coletiva, que não apenas garante alimentos saudáveis para a comercialização, mas também promove a solidariedade. O espaço ganhou o nome em homenagem ao companheiro Antônio Tavares, junto com as mais de 20 hortas comunitárias,

Graças à luta e resistência da companheirada, nós tivemos a certificação dessa área como orgânica e livre de agrotóxico. Para a comunidade, isso se tornou um marco histórico: a primeira área aqui na região a obter o selo de orgânico. Este reconhecimento não é apenas uma vitória para as famílias camponesas e agricultoras, mas uma conquista que inspira comunidades da reforma agrária popular. O selo Centro de Produção de Alimentos Saudáveis

Antônio Tavares simboliza a capacidade de transformação por meio da coletividade e da determinação. (MST, 2024b).

Nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária popular do Paraná existem mais de 20 hortas comunitárias potencializando iniciativas agroecológicas no estado. A agroecologia já está transformando vidas, mulheres do MST estão à frente de coletivos que debatem e reivindicam direitos, especialmente o direito à alimentação saudável. A agricultora Márcia Borges, moradora do acampamento Fidel Castro destaca que,

Nos assentamentos, a luta é construída em família, mas as mulheres têm um protagonismo significativo, debatendo cooperação e produção coletiva. Elas compreendem o que é um alimento de verdade, e celebra a conquista do Cad-Pró e da certificação orgânica para a produção de hortaliças, destinadas ao PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Estamos emocionados por entregar alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos para as escolas. Isso nos incentiva a continuar e engajar mais pessoas na agroecologia. Eu estava acostumada com o modelo convencional, onde tudo era permitido. O grande desafio foi aprender a combater pragas de maneira sustentável e entender como produzir de forma saudável saber que estamos produzindo nosso próprio alimento saudável e gerando renda é uma grande satisfação. (MST, 2024b, s.p.).

O avanço na produção agroecológica faz parte do projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) “*Semeando Gestão*”, que visa fortalecer a organização produtiva e sustentável. A iniciativa tem como objetivo incentivar a produção de alimentos livres de químicos, abrangendo 2,5 famílias do campo em todo o Paraná. Para os sem-terra, a preservação dos recursos naturais é fundamental para sua manutenção no campo, não sendo possível abordar a sustentabilidade dos assentamentos, sem incluir a sustentabilidade do patrimônio ambiental. Para massificar o sentimento preservacionista nos seus militantes, o movimento elaborou dez compromissos, nos quais fica evidente a opção pela agricultura sustentável. Os compromissos propostos são:

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores.
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.

9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras. (MST, 2024b).

Durante a Pandemia de Sars Cov-19 (2020-2022), que para Wallace (2020), relaciona se diretamente com o uso de agrotóxicos no campo, nos momentos mais difíceis do período, com o retorno massivo da carestia alimentar, as famílias do Acampamento Fidel Castro, se somaram à campanha nacional do MST de doação de alimentos. Por ação, foram cerca de 2.500 quilos de comida saudável, sem agrotóxicos, distribuídas nas periferias de Centenário do Sul e Londrina. (MST, 2024b).

Ao confluir estes saberes, em território proposto a ser pesquisado via este projeto, torna se corrente entre os camponeses que esta luta social deve afluir diferentes saberes e conhecimentos, no qual se inicia antes da semente ser lançada na terra, desde a terra até a caneta e computadores, como as bases para a construção ativa da autonomia camponesa, no perímetro da Guerrilha de Porecatu, para afirmar a soberania alimentar, agroecologia e comércio justo de alimentos.

Sobre a relação entre tecnologia e agricultura familiar no desenvolvimento capitalista, com vistas ao entendimento do papel da tecnologia e do meio ambiente no que diz respeito às mudanças de agricultura familiar, o professor Antônio Inácio Andrioli, tendo como base a sua pesquisa intitulada, *“Soja Orgânica Versus Soja Transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul”*, afirmou que,

pensar a dinâmica da produção de sementes, parte de uma posição estratégica em que ele busca mostrar o conhecimento e a tecnologia, na sociedade capitalista, como fatores de produção, mas também como instrumentos de dominação e relações de poder busca compreender as posições teóricas presentes na complexa e contraditória discussão da soja geneticamente modificada e da soja orgânica “o decisivo para que os agricultores produzam a soja orgânica é que muitos deles têm uma recomendação médica para não trabalhar mais com agrotóxicos. Eu avalio que seria muito mais interessante avançar para a produção agroecológica. Não só produzir de forma orgânica, apenas sem transgenia, sem agrotóxicos e sem adubos químicos sintéticos solúveis. Eu me refiro a uma produção que possa também ser industrializada e comercializada de uma forma diferente. Uma soja que possa ser utilizada na cadeia alimentar de uma forma diferente, podendo não ser exportada, e isso é outra coisa (Andrioli *apud* MST, 2023, s.p.).

Na perspectiva deste modelo de produção sustentável de soja, no assentamento Maria Lara, na data de 22/02/2023, foi realizada a 1ª Festa da Colheita de Soja Livre de Transgênico, com a produção de soja orgânica pelas famílias

camponesas da reforma agrária popular, celebrando um grande passo para a produção de alimentos saudáveis, dispensando o uso de sementes transgênicas de soja, considerando a negatividade do uso intensivo do glifosato. (MST, 2024b).

Diego Moreira, integrante da direção nacional e morador do Assentamento Maria Lara, explica que o MST tem avançado na organização de cadeias de produção e agora expande também para a soja livre de transgênicos.

A intenção é organizar a cadeia produtiva completa da soja, desde a produção de sementes, passando pela produção de grãos, até a posterior industrialização e comercialização. Estamos também trabalhando na perspectiva de construir agroindústria, tanto para a produção de óleo, quanto para ração, para agregar valor, mas também para transformar a soja numa cadeia produtiva importante para a agricultura familiar, para os assentamentos da reforma agrária, nós, do MST, com a responsabilidade que temos em enfrentar a fome, o desequilíbrio ambiental, a destruição da natureza, não poderíamos deixar de organizar essa importante cadeia produtiva. Essa é mais uma bandeira que estará firme nas mãos do MST, para que possamos organizar mais essa cadeia produtiva, somando com outras tantas que temos nas nossas áreas, para massificar a produção de alimentos, o abastecimento nacional, a soberania alimentar e matar a fome do povo (Moreira *apud* MST, 2023).

A concepção de soberania alimentar, que seria a capacidade que um país de tem de alimentar a sua população com os próprios produtos produzidos, tanto por motivos culturais ou agrícolas, considerando a dinâmica da soberania,

A partir de três pontos, a escala, o tempo e a ruptura os autores debatem a produção de alimentos limpos. A primeira dimensão é a escala. Para que a organização da produção atinja uma ampla produção e que contemple os princípios da agroecologia, deve-se apoderar dos empreendimentos concentradores de capitais intensivos, que hegemonizam as monoculturas. O segundo desafio é imposto pelo tempo da natureza, que tem uma dimensão diferente do tempo humano. A produção agrícola com qualidade deve respeitar o tempo da natureza, embora este fator seja mais flexível. Por fim, a ruptura é o terceiro paradigma. A ruptura exige e significa em romper totalmente com a forma de produção do agronegócio. Mas isto como se falou tem que ser gradual e planejado para ser responsável. (Machado, Machado JR, 2014, p.155).

Os temas são as dimensões da agroecologia que possui as seguintes dimensões além da escala, que são sociais, políticas, econômicas, ambientais, energéticas, culturais, administrativas, técnicas, éticas e de soberania alimentar. A segurança alimentar é contemplada dentro da soberania alimentar, uma vez que a concepção é alicerçada em defender uma ampla e diversificada produção permitindo a alimentação enquanto política pública de Estado. No entanto, o mesmo não acontece ao inverso.

Considerando o quadro cristalizado de insegurança alimentar e os índices relacionados a fome no Brasil, que mesmo sendo um dos maiores produtores de

alimentos, persistem em manter em Centenário do Sul a produção de soja convencional (livre de transgênicos) que vem sendo desenvolvida pela COPRARI. A cooperativa tem na sua estratégia a organização da cadeia produtiva da soja convencional, seja para produção de sementes, seja para produção de grãos e posterior industrialização e comercialização. O trabalho desenvolvido pela cooperativa no âmbito da cadeia produtiva da soja tem sido uma importante estratégia para a autossustentação e autonomia das famílias assentadas. Por isso, considera-se estratégico para o fortalecimento da experiência, a construção de bases produtivas sólidas, nas quais os bioinsumos e as sementes são centrais (MST, 2023b).

Figura 9: Plantação de Soja Orgânica em Centenário do Sul



Fonte: Botelho (2024).

As políticas públicas de combate a extrema pobreza desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, as políticas sociais que buscam a retirada do Brasil do mapa da fome, não rompem com a lógica do agronegócio, pois buscam no combate a subnutrição aguda, a paliativo possível, de disposição de alimentos ultraprocessados, que compõe as famigeradas cestas básicas – CB, e/ou, esses alimentos que remédiam a fome aguda, porém sem a disposição das calorias necessárias a reposição energética dos trabalhadores brasileiros que acessam estas políticas.

Por mais que essas políticas sociais são comemoradas pelos cânones da política (partidária) nacional, e esse insuficiente combate a fome torna se palanque eleitoral para um dos segmentos políticos hegemônicos no Brasil. Essas políticas sociais são insuficientes para sinalizar a conquista de um processo de emancipação alimentar. Além de contribuir para a manutenção das posições das corporações produtoras de alimentos, do que se pode denominar "junk food"⁴¹, ao manter o privilégio do agronegócio sempre contemplados com grande monta de erário no orçamento público, frente aos produtores de comida, da agricultura familiar.

Ou seja, a soberania alimentar não é contemplada na ideia de segurança alimentar, tornando necessário um cuidado quanto aos conceitos que nem parece tão simples, mas é essencial. Em vez de apenas se alimentar, a ideia é que os povos tenham controle sobre o que cultivam e consomem. Dessa forma, a soberania é mais ampla do que o conceito de segurança alimentar, que em modo geral complementaria a ideia de “ser alimentado”, enquanto, a de soberania, seria a de “alimentar-se”. Para a Via Campesina, a soberania alimentar só será concretizada com uma reforma agrária ampla, no sentido de reformar o sistema agrícola para favorecer a produção camponesa. (Desmaris, 2013).

No processo de luta pela terra, não apenas em Centenário do Sul, também propriamente em Porecatu e nos municípios vizinhos Florestópolis e Alvorada do Sul. o projeto em desenvolvimento via a soberania alimentar e o nacionalismo alimentar, que estão interligados e refletem a luta por direitos alimentares e autonomia na produção de alimentos ecologicamente sustentáveis, da terra ao trabalho humano.

No derradeiro capítulo, iniciarei com as atualidades da questão agrária no cenário nacional e especificamente as ações do campesinato no território da Guerrilha com as ações e reflexões dos sujeitos sociais que constroem o campesinato.

⁴¹ Termo em inglês para indicar comidas não saudáveis. Sua tradução literal é “comida porcaria” ou “comida lixo”. Geralmente são alimentos carregados em [gorduras saturadas](#), açúcares e [calorias](#) e com poucos nutrientes — como vitaminas, minerais e fibra. São a característica da “dieta” da população brasileira a base de alimentos ultraprocessados.

5 ATUALIDADES DA QUESTÃO AGRÁRIA

*“O Agro é tudo,
mas só conta a metade”
(Gonçalves, 2020).*

Os dados mais recentes do mundo rural estão disponibilizados no Censo agropecuário de 2017. Os dados demonstram que o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com uma área de 8.510.418 quilômetros quadrados. O território com terras agricultáveis é de aproximadamente 230 milhões de hectares divididos prioritariamente em 4 *commodities* (soja, milho, cana-de-açúcar, carne) (IBGE, 2017).

O território está dividido e o setor pecuário tem disposição de 150 milhões de hectares para pastagem, ou seja, terra sem gente. As outras três *commodities* – soja, milho e cana-de-açúcar – consomem aproximadamente 66 milhões e os 14 milhões de hectares restantes dividem-se entre a demais *commodities*. Um pouco de território é reservado para agricultura familiar. Em termos de área ocupada, esse setor abrange 23% do território nacional, equivalente a aproximadamente 80,8 milhões de hectares, território da agricultura familiar que produz 76% da comida no prato dos brasileiros (IBGE, 2017).

Dados do INCRA de 2017, demonstram que as terras no Brasil estão sob domínio econômico do agronegócio com atividades agrícolas ou extrativistas, prioritariamente realizadas em terras agricultáveis devolutas. O mundo rural brasileiro utiliza, em média, apenas a metade da superfície de seus imóveis (50,1%). Contudo o tema de redistribuição de terras, ou seja, uma política pública de assentamento rural para a uma coesão fundiária que contemple o campesinato, é uma necessidade da sociedade brasileira.

Estes altíssimos índices de concentração fundiária⁴² pró capital colocam o Brasil como o país com maior concentração fundiária no mundo. No que se referem aos dados quantitativos, ao se analisar o índice de Gini, indicador da desigualdade no campo – registrou-se 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985).

⁴² O Jornal Valor Econômico, registra ainda que no país, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Os homens estão à frente de 87% dos estabelecimentos, representando quase 95% das propriedades rurais. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Entretanto são os pequenos agricultores que respondem por mais de 70% da produção de alimentos.

Cabe observar que quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária. (IBGE, 2017).

O projeto do agronegócio é antagônico à construção da reforma agrária popular, o projeto do agronegócio tem correlação de forças favorável com as legislações que regulam a questão agrária no Brasil, bem como a estrutura sólida no parlamento brasileiro representado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O que sedimenta a desigualdade consequente do processo de modernização conservadora e produtiva a qual o mercado internacional impele o país na esteira da apropriação das terras e matéria-prima, transmutando esta última em commodities agrícolas.

A bancada ruralista, além desta estrutura política parlamentar, dispõe também de uma campanha de *marketing* que busca redefinir a estética do agronegócio e propriamente da questão agrária. A campanha de *marketing* veiculada pelo maior conglomerado de mídia e comunicação, o Sistema Globo, é sua campanha publicitária “*Agro – A Indústria – A Riqueza do Brasil*”, uma das peças publicitárias com maior número de inserções na TV brasileira, campanha publicitária patrocinada pela JBS, maior empresa de carnes do mundo, e pela Ford, indústria automotiva com produtos voltados para a agropecuária”. (Rodrigues, 2018).

O objetivo desta campanha de *marketing* pró agronegócio é nítido, conquistar o consenso na sociedade brasileira de que o setor da economia, recentemente intitulado Agro, é quem assegura a economia nacional, sendo ele a “riqueza do Brasil”. A expressão “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, significa a publicidade somada ao poder político do Agro, unindo as esferas públicas e proliferando suas verdades a grande massa populacional. Para Roberto Schmidt, diretor de marketing do Sistema Globo, “o agronegócio precisa investir na construção de sua marca junto à população em geral, a fim de criar empatia e confiança: a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”. (Schmidt *apud* Rodrigues, 2018).

No artigo, “*O Agro é Paz. Análises e Propostas para o Brasil Alimentar o Mundo*”, o autor Roberto Rodrigues deixa evidente que a estratégia de comunicação “deve ser ambiciosa para criar a percepção de que o ‘Agro é Nosso’, não seria um plano para a agropecuária e nem mesmo para o agronegócio e, sim, um plano para todos os brasileiros, cujo resultado daria ao Brasil o título de campeão mundial da segurança alimentar” (Rodrigues, 2018, p. 11).

Outra manifestação tácita da disputa dos modelos antagônicos no campo, foi implementada pelo governo do estado de Santa Catarina, com a promulgação da lei catarinense 19.226, de 15 de janeiro de 2025, que instituiu o *Abril Amarelo* como mês dedicado às “ações de conscientização sobre a importância da defesa da propriedade privada”. O projeto de lei prevê a instituição do “Dia Estadual em Defesa da Função Social da Terra”, a ser celebrado anualmente no dia 5 de outubro, reafirmando o compromisso de Santa Catarina com o agronegócio. A função social da propriedade da terra é um marco na história fundiária brasileira, consolidada como princípio constitucional, dando continuidade aos fundamentos estabelecidos no Estatuto da Terra de 1964 (MST, 2025).

Para confrontar esse consenso que vem sendo criado na sociedade brasileira e expresso no mantra midiático, “o Agro é tech, o Agro é pop, o Agro é tudo”, que culmina na certeza de que o agronegócio é a maior força econômica do Brasil, é preciso estabelecer a distinção entre aparência e essência, tão fundamental nos trabalhos científicos. A aparência do fenômeno, sua representação, pode não corresponder à essência do fenômeno. A forma da realidade aparecer pode ser o oposto do real, ou, como afirmou Gonçalves (2020);

mais surpreendente ainda, para os desavisados e que acreditam que o agro é tudo, é que nesse mesmo ano aumentou a importação de alimentos, tarefa que os think tanks do agribusiness dizem ser a mais legítima das missões do setor, qual seja, alimentar o mundo e superar a fome! E, a contradição se mostra ainda maior, quando se vê aumentar a inflação que teria como uma das causas principais justamente essa importação de alimentos que, assim, dolarizados veem seus preços pressionados para cima, pressão que se reforça pela escassa produção nacional de alimentos que poderiam conter aumento. E, mais grave ainda é quando observamos que os pobres bolsistas e invisíveis (sic) ganham em reais e passam a comprar produtos dolarizados porque o agro-é-tech-pop-tudo nunca visou a soberania e a segurança alimentar nacional ou do povo brasileiro, aliás, conceitos que consideram atrasados, superados (Gonçalves, 2020, p, 06).

Gonçalves (2020), em um movimento contrário, deixa explícito no título do seu texto: “O Agro é tudo, mas só conta a metade”. O autor afirma que,

toda essa estratégia midiática tem se revelado bem-sucedida, uma vez que está sedimentada a ideia de que o grande agronegócio, agora reconhecido pelo prefixo Agro, seria o carro-chefe da economia brasileira, essa campanha é a expressão direta do poder econômico desse setor da economia, porém, o ímpeto de consolidar a imagem de que o Agro é tudo não passa apenas pela quantidade de dinheiro investida em publicidade, mas por uma presença e captura de dimensões sociais, políticas e culturais do cotidiano, transmuta-se, estrategicamente, em Agro e se reproduz com um imenso poder em suas mãos (Gonçalves, 2020, p. 13).

A mais marcante força do agronegócio é o seu poder político, espalhado, principalmente, nos poderes Legislativo e Executivo de municípios, estados e da federação. A arcaica bancada ruralista, repaginada na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA),

constitui a mais duradoura e efetiva força política no parlamento, o consenso que se quer criar é que sem o Agro o Brasil não é nada! Mais audacioso é o discurso que coloca o país como a grande fazenda do mundo, ou seja, de que o Brasil estaria assumindo o nobre papel de alimentar a população mundial. O Brasil teria essa vocação, com o aproveitamento de suas vantagens comparativas e riquezas naturais (Gonçalves, 2020, p.14).

De acordo com Jensen e Novaes (2020), o agro não paga a conta, pois existe uma baixa arrecadação em relação ao que o setor deixa para o país, ou seja, o quanto o Estado arrecada tributando o setor. Em 2019, as atividades mencionadas arrecadaram um pouco mais de 6 bilhões de reais. Como colocam Jensen e Novaes (2020),

O montante arrecadado pela Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, no Brasil, corresponde a menos da metade do orçamento de um município como São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e iguala-se ao orçamento de uma cidade de porte médio como Sorocaba, interior de São Paulo) Toda a arrecadação tributária do “motor da economia brasileira” equivale à metade do orçamento do município de São Bernardo do Campo. Para compreendermos melhor o que isso nos revela, é preciso comparar com as demais atividades (Jensen; Novaes, 2020, p. 66).

Mitidiero e Goldfarb (2021), são incisivos aos determinarem que para quase todos, o agro é um mau negócio para o Estado brasileiro pois não devolve arrecadação em forma de aumento do PIB nacional, tampouco no rebaixamento dos preços dos alimentos. Para os autores,

o grande lucro fica com empresas de capital estrangeiro como Bunge, Raízen e Cargill. Não é grande gerador de trabalho e renda e depende de pacotes tecnológicos importados de fora. Do ponto de vista ambiental, é o principal responsável pela devastação florestal e envenenamento dos solos, águas, homens, mulheres e crianças. O Agro não alimenta o mundo porque não alimenta nem os brasileiros, como pôde ser visto pela ótica da inflação dos preços alimentares e aumento da fome no Brasil (Mitidiero; Goldfarb, 2021, p.12).

Florestan Fernandes (2009), já indicava, na década de 1970 que “o desafio latino-americano não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la como uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (Fernandes, 2009, p.22).

O Estado brasileiro, em 2024, na tentativa de amenizar o cenário de país com maior concentração fundiária do mundo, adota o programa Terra da Gente, com estratégias para agilizar a reforma agrária (Palácio do Planalto *apud* Anatel, 2024). Um dos destaques do programa é a possibilidade de estados e municípios quitarem as dívidas com a União por meio das terras e dos imóveis em seus territórios. Ao todo, há nove modelos:

- Terras já adquiridas – Áreas que estão sob domínio do Incra e em processo de seleção de família e criação de assentamentos;
- Terras em aquisição - Áreas cujos processos de aquisição estão em andamento por meio de modalidade de compra e venda;
- Áreas passíveis de Adjudicação – Resultantes do pagamento de grandes dívidas por meio da modalidade compra e venda;
- Imóveis improdutivos – Imóveis rurais vistoriados pelo Incra e que não cumprem a função social da terra;
- Imóveis de Bancos ou empresas – Áreas rurais em posse de bancos e empresas públicas que podem ser destinados a assentamentos de famílias. São transferidas de forma onerosa ao patrimônio do Incra e da União
- Áreas de Ilícitos – Imóveis expropriados em razão de prática de ilícitos ou fruto de ilícitos destinados a reforma agrária de acordo com a Constituição – por exemplo, em áreas usadas para exploração de trabalho em condições análogos a escravidão
- Terras públicas federais arrecadadas – Áreas públicas destinadas a reforma agrária a partir da câmara técnica de destinação e regularização fundiária de terras públicas federais rurais;
- Terras estaduais oriundas de dívida – Possibilita que os Estados utilizam terras como forma de abatimento de dívidas com a União, como créditos tributários e créditos de contratos de refinanciamento;
- Recebimento de terras em doação – Modalidade que o Incra recebe imóveis aptos a incorporação à Política Nacional de Reforma Agrária de forma não onerosa, podendo ser utilizada por particulares ou entes públicos . (Anatel, 2024, s.p.)

A partir destas medidas, a propaganda do governo é que “o governo federal passa a ter um mapeamento detalhado com tamanho, localização e alternativas de obtenção de áreas que podem ser destinadas à reforma agrária, o Terra da Gente prevê também a inclusão produtiva para tentar conter os conflitos agrários”. (Anatel, 2024). Outra medida executada pelo governo Lula III, vem de encontro com demanda de saneamento das dívidas dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais do campo, o Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar, o Desenrola Rural. Os principais objetivos do programa são:

- Oferecer condições para a liquidação e a renegociação de dívidas, em situação de inadimplência, de agricultores familiares;
- Facilitar a recuperação da situação de adimplência dos agricultores familiares;
- Ampliar o acesso às linhas de financiamento no âmbito do Pronaf;

- Promover a sustentabilidade econômica e o fortalecimento das atividades produtivas da agricultura familiar;
- Estimular a recuperação pela União de recursos inscritos na DAU e de recursos lançados a prejuízo dos Fundos Constitucionais de Financiamento e das instituições financeiras (Anatel, 2024).

Segundo Diego Moreira (2025), esse programa busca possibilitar às famílias assentadas, que estão inadimplentes em relação aos créditos agrícolas, a renegociação de suas dívidas, com até 90% de desconto. Dessa forma, seria possível recuperar o crédito e a credibilidade tão relevante aos camponeses e permitir o retorno ao acesso a políticas públicas importantes, como o Pronaf. Segundo o dirigente,

Devido ao governo anterior e à conjuntura de crise econômica que o país viveu, hoje temos um passivo significativo de famílias assentadas com irregularidades bancárias e sem score suficiente. A ideia é que, através do Desenrola Rural, possamos liquidar essas situações, possibilitando que todos e todas voltem a acessar recursos da União através das agências financeiras, novos créditos devem dinamizar agroindústria e comércio em assentamentos, diz dirigente do MST (Moreira, 2025, s.p.).

Estas medidas são essenciais para estabelecer a totalidade das políticas públicas que compõe a reforma agrária, mesmo no modelo clássico, ou seja, uma gama de políticas públicas que se complementam desde o acesso a créditos agrícolas, para estrutura e produção de alimentos nos assentamentos. Após a conquista da terra, e em conjunto com a transformação das áreas antes concentradas em latifúndios em territórios destinados à que inicia-se no modelo de reforma agrária clássica e sob gestão dos movimentos sociais que buscam construir a reforma agrária popular, a liberação de créditos agrícolas voltados para a agricultura familiar torna-se uma condição fundamental.

Esses créditos são essenciais tanto para a estruturação e o desenvolvimento social dos assentamentos quanto para impulsionar a produção de alimentos destinados ao autoconsumo e à venda do excedente com geração de renda no campo. Moreira (*apud* MST, 2025) explica que:

a conquista do acesso a esses novos créditos é fundamental para as famílias assentadas avançarem na produção de alimentos e para as cooperativas de Reforma Agrária se estruturarem nas principais cadeias produtivas, essa resolução é fundamental para dar um fôlego para as cooperativas para que possam acessar o volume de recurso de até 8 milhões a partir das DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) /CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) de seus associados, seus produtores. E vai possibilitar a dinamização do processo da agroindústria e do processo da comercialização (Moreira *apud* MST, 2025, s.p.).

O dirigente também destaca que a liberação desse novo crédito agrícola para as cooperativas vai possibilitar acesso à parte do recurso destinado a agricultura familiar,

A título comparativo destaca-se que o Governo Federal lançou o Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para agricultura empresarial/agronegócio, com outros R\$ 108 bilhões disponíveis em títulos de dívida emitidos por instituições financeiras, totalizando R\$ 508,59 bilhões para fomentar o agro nacional (Moreira *apud* MST, 2025, s.p.).

Estes avanços, dentro da conjuntura política vigente, não inibe o MST e outros movimentos sociais do campo em cobrarem a amplitude da reforma agrária clássica, visto o déficit de famílias a serem assentadas, para provocar uma reação do Governo Lula III. No início de 2025, em pleno governo da base aliada ao MST, o movimento lançou uma Carta Aberta à sociedade brasileira, onde denuncia a “paralisação” do programa de reforma agrária clássica.

O documento demarca as posições do movimento com metas descritas pela organização como pressionar o governo para assentar as 110 mil famílias sem-terra acampadas pelo Brasil afora, portanto, urge a necessidade de demarcar os territórios indígenas e reconhecer os territórios quilombolas, lutando por orçamento e uma agenda concreta de políticas de melhoria da qualidade de vida e autonomia aos territórios. No campo, aponta-se para uma paralisação da Reforma Agrária, para a desnacionalização das terras brasileiras, a privatização dos bens da natureza que alimenta o projeto de morte do agro-hidro-mínero-negócio, resultando na crise ambiental – que se expressa nos territórios e em nível global (MST, 2025).

O posicionamento ocorre em paralelo às recentes e constantes críticas de lideranças do movimento ao governo federal. No meio do ano passado, João Pedro Stédile, economista e um dos fundadores do MST, afirmou em entrevista ao portal “*O Joio e o Trigo*”, que até aquele momento as desapropriações de terras para a reforma agrária não haviam avançado. Na entrevista, João Pedro Stédile (2024), afirma que a principal conquista do MST, que completou 40 anos de vida em janeiro de 2024, foi “dar dignidade aos sem-terra”. Stédile explica que ocorreu uma “mudança programática do movimento, que nasceu defendendo uma reforma agrária clássica, hoje defendemos uma reforma agrária popular”.

O dirigente do MST, afirma, também que a questão entre a agricultura familiar e o agronegócio não é uma incompatibilidade de tamanho e propriedades, mas sim uma incompatibilidade de modelos;

Lamentavelmente, pela natureza do atual governo do Lula, de composição de classe no governo, não tem consciência dessas diferenças, dos interesses e das contradições. Já perdi a paciência de ouvir ministro dizer que não há incompatibilidade entre a agricultura familiar e o agronegócio. O agronegócio usando agrotóxico é incompatível com o vizinho de dez hectares que não usa, porque ele vai contaminar, vai matar a biodiversidade, o crédito para os assentados não avançou, nem o Pronera [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária]. O Pronera é o negócio mais civilizatório que qualquer governo de direita pode fazer, porque é viabilizar o acesso dos jovens camponeses à universidade. Então, é uma vergonha. Não pode dizer que falta dinheiro (Stédile *apud* Joio e o Trigo, 2024).

Portanto, as reivindicações do MST na luta pela terra e pela reforma agrária há mais de 40 anos no Brasil, não foram criadas somente pela vontade do MST, mas por estarem previstas nas legislações do país do Estatuto da Terra (1964). Na Constituição Federal (1988), o Artigo 186 determina, portanto, que o latifúndio que não cumpre a função social deveria ser destinado para fins de reforma agrária, com o assentamento de famílias sem-terra nessas áreas.

Contudo, sabemos (no mínimo) desde 1848, que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes” (Marx, 2006a, p.13). Ao refletir sobre esta máxima do *Manifesto Comunista* atualmente, é impossível negar sua importância histórica e intelectual, considerando as críticas à concentração de riqueza e ao poder das corporações globais como questões que continuam a motivar debates em torno da justiça econômica e social.

A necessidade perene de organização e capacidade de mobilização para pressão social, neste caso, depende das reivindicações dos trabalhadores/as do MST e dos demais movimentos populares no Brasil. Nesse sentido, a principal tática de luta adota pelo MST, em seu processo histórico concentra-se na ocupação de terra, como um instrumento histórico e legítimo que não foi criado pelo MST, mas pelos movimentos de luta pela terra que o antecederam. A ocupação de terra foi uma das formas encontradas para chamar a atenção da sociedade sobre o problema da concentração da terra no Brasil, dos sem-terra e da miséria no campo, bem como pressionar os governos para dar respostas sobre essa problemática. Como explica o dirigente nacional do MST, Gilmar Mauro (2024),

A ocupação é a forma mais eficiente para mostrarmos para a sociedade e o governo. Foi principalmente com isso que nós conquistamos mais de 400 mil famílias assentadas em todo o Brasil. E se hoje, conseguimos oferecer produtos saudáveis, nós fazemos e desenvolvemos o princípio da solidariedade. Está por trás desse gesto e dessa produção a ocupação de terras. A ocupação é uma forma tática de luta anterior ao MST. Não foi criada em gabinete, mas pelas famílias sem-terra para buscar um espaço nessa imensidão de terras para a sobrevivência e para viver. O MST continuou fazendo ocupações de terra, não por achar bonito, não é fácil viver embaixo

de lonas, embora haja beleza nas lutas, mas é a forma mais eficiente para mostrarmos para a sociedade e o governo: um, que existem famílias querendo terra para plantar e para viver; dois, que existem latifúndios improdutivos de grandes devedores, de violadores das legislações ambiental e trabalhista, trabalho análogo à escravidão, que existem terras públicas que não cumprem com a função social e três, que a conquista dessas áreas é fruto do povo organizado. Foi principalmente com isso que nós conquistamos mais de 400 mil famílias assentadas em todo o Brasil. E se hoje, conseguimos oferecer produtos saudáveis, nós fazemos e desenvolvemos o princípio da solidariedade. Isso acontece, porque lá no início recebemos e continuamos recebendo muita solidariedade também. (Mauro *apud* MST, 2024, s.p.).

Está por trás desse gesto e dessa produção a ocupação de terras. Não que esta seja a única forma ou tática de luta, mas é uma das mais importantes táticas que o MST desenvolveu desde as exitosas lutas camponesas dos anos 50 do século XX, e é incrível que “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 2006 b, p.23).

As coincidências históricas, em que a nova versão se transforma em caricatura, não é a ideia principal de Marx no texto. Em julho de 1951, data do fim da Guerrilha de Porecatu, a conjuntura política contava com Bento Munhoz (PR) como governador do Paraná e Getúlio Vargas (PTB) no executivo, o que determinava a correlação de forças e a não existência de legislações pertinentes à reforma agrária. Os posseiros que lutaram na Guerrilha com correlação de forças desfavorável foram contemplados com a “1ª desapropriação de terras para fins sociais no Brasil”. (Martins, 1980; Oikawa, 2011).

A partir de outras demonstrações jurídicas vide o Estatuto da Terra, art.184 da Constituição de 1988, PNRA I e II, Programas Terra da Gente e afins, fica evidente que a ocupação e retomada das terras improdutivas do Grupo Atalla, no perímetro da Guerrilha de Porecatu, ocorreram a partir de 2005 no governo Requião (PMDB) no Paraná e Lula I (PT) no Executivo.

Atualmente, o Paraná está sob gestão no governo estadual de Ratinho JR (PSD) e, no federal Lula III (PT), uma correlação de forças políticas, a princípio favorável à reforma agrária, e o poder do atraso do latifúndio se mantem na lentidão histórica em alterações estruturais na sociedade brasileira.

5.1 A RETERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO NA REGIÃO DE PORECATU

*“Por sua vez, o camponês
é o fiel da balança da revolução brasileira,
e a guerrilha não conseguirá implantar-se
se não houver trabalho entre os camponeses
ou se não estiver estreitamente vinculada a eles”
(Carlos Mariguella, 1958).*

Para compreensão de território, para pensar o desenvolvimento rural na região de Centenário do Sul, enquanto um território de conflitualidades, como um território enquanto espaço de disputas, resistências e práxis social, faz-se necessário a aproximação da literatura da geografia para estabelecer relação com a questão agrária que, por sua vez surge diretamente e na realidade concreta evidenciando os conflitos por terra. Sobre a noção do conceito acerca de território, de maneira genérica, podemos supor todo território enquanto uma determinada porção de terras, como um espaço geográfico ocupado.

Em *“Por uma Geografia Nova”*, Santos (1978) afirma que “o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções”. Na segunda parte dessa obra, o conceito de espaço aparece de modo mais evidente, apresentado como fator social e não somente como um reflexo social. Santos (1978) denomina-o como uma instância da sociedade. Segundo o autor,

o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente resultado e condição dos processos sociais (Santos, 1978, p.145).

Milton Santos (1978, p.146), ao indicar que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”, coloca a práxis social como imutável na geração de mudanças ao longo da história; o território, ou seja, as disputas de poder antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. Nas letras de Santos (1978),

O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área. É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e

constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (Santos, 1978, p. 147).

Santos (1985), a partir da obra *“Espaço e método”*, coloca a categoria território como conceito subjacente e aparece como,

palco onde o capitalismo internacional prolifera enquanto o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais. Nesse mesmo palco, ocorre uma, apropriação da mais-valia, desvalorização dos recursos controlados pelo Estado e supervalorização dos recursos destinados às grandes empresas, principalmente nos países periféricos, o território é o palco da proliferação do capital, espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho. O território não é tratado explicitamente. A expressão conceito geralmente traduz uma abstração da observação de fatos particulares que fazem parte da formação do espaço e não do território (Santos, 1985. p. 34).

O autor reforça a ideia de que a dimensão histórica é necessária para ir além de um nível de análise superficial, de forma que a situação atual depende, por isso, de influências históricas, pois segundo Santos (1985, p.122) “o espaço é um verdadeiro campo de disputa de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. Nesta perspectiva, o território é compreendido enquanto uma parte do espaço geográfico. Sendo parte do espaço,

o território compartilha suas qualidades composicionais e completivas. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (Santos, 1978, p.147).

Claude Raffestin (1993), na obra, *“Por uma Geografia do Poder”*, demonstra que para articular e exercer dominação,

o Estado recorta o espaço geográfico em malhas, pois busca encontrar a malha mais adequada, criam um espaço de visibilidade no qual o poder ver, sem ser visto o Poder – com letra maiúscula – é a soberania do estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao estado. Pretender que o poder seja o estado disfarça o poder – com letra minúscula – aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. Porém, é mais influente o poder que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois pólos, fazendo face ou confrontando-se um ao outro (Raffestin, 1993, p.40).

Para Raffestin (1993), existe o “poder e o Poder”, sendo que a diferenciação entre as relações humanas, que, definem o poder, se define a partir de um sistema em que a territorialidade humana acontece e ganha complexidade, com o desenvolvimento da ideia em um processo de “TDR-Territorialização-desterritorialização-reterritorialização”.

Esse processo ocorre, principalmente, devido a fatores econômicos. em linhas gerais, com o T de territorialização implicaria um conjunto codificado de relações, enquanto o D de desterritorialização seria, inicialmente, o abandono do território, podendo também ser interpretada como a extinção dos limites e das fronteiras. Para o autor, o R de reterritorialização, seria o retorno ao território (Raffestin, 1993, p. 105).

O autor francês afirma que deste modo, ao se apropriarem do espaço, os indivíduos se territorializam. Assim,

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si, a territorialidade, formada pelas relações sociais (existenciais e de produção) que se estabelecem no interior dos territórios (Raffestin, 1993, p. 144).

Na interpretação sobre esta seara, do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2014), os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta. Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra” e à reterritorialização é um processo que vem ganhando força,

se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. Assim, encontramos diversas abordagens para um mesmo processo, como aquelas que se dedicam a entender mais por uma vertente econômica, política ou cultural. Estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade, transposição geográfica de identidades culturais, dentre outros, são exemplos claros de que a reterritorialização está na ordem do dia. No entanto, todo processo de desterritorialização é procedido de uma reterritorialização, seja na dimensão econômica, política ou cultural. Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de formas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (Haesbaert, 2014, p. 67).

Assim, a compreensão sobre a categoria “território” é formada a partir da produção e/ou transformação do espaço, que se dá através da ação material ou imaterial das relações sociais. Da mesma maneira que a produção/transformação do espaço e do território são originadas pelas relações sociais, estas são diretamente

impactadas/produzidas pelo espaço e pelos territórios, no que se refere ao território onde desenrolou a Guerrilha de Porecatu. Na região de conflagração do conflito fundiário em Porecatu, ao aplicar a teoria e separar as letras da TDR-territorialização-desterritorialização-reterritorialização, verifica-se na região a existência de tensão histórica e conflito direto de projetos antagônicos de uso da terra. (Raffestin, 1993; Hasbaert, 2014).

Neste território, podemos supor este processo TDR, iniciando com o *T de Territorialização* indígena kaingang nos primórdios de ocupação como supracitado no item 1.2 desta tese com Tomassino (1995), com o posterior genocídio contínuo desta etnia. O *D de Desterritorialização*, iniciou-se após a expulsão dos kaingang sobre pretexto de necessidade de ocupação do vazio demográfico, tendo no primeiro momento, como ideia central, a ocupação do território por camponeses posseiros no período da Marcha para Oeste, com motivação do Estado do Paraná, via interventor Manoel Ribas. Com o desbravar do sertão de Porecatu para cultivo de café, houve, portanto, neste território uma dupla desterritorialização quando da expulsão dos posseiros de suas terras.

Após a expulsão da maioria das famílias envolvidas na Guerrilha de Porecatu e a utilização do território para monocultura de cana-de-açúcar pela UCP, e posteriormente a falência da Usina com o arrendamento das terras ao capital internacional representado pelo Grupo Cosan-Raízen, agora um processo de *R de Reterritorialização* dos trabalhadores rurais sem-terra ocorrido no decorrer da década de 1990, aproximou duas identidades territoriais, associadas a dois processos distintos de acesso à terra no Oeste de São Paulo e Norte Central do Paraná, produzindo espaços agrários distintos, tanto na esfera econômica (produção), quanto na cultural (identidade).

Cada território possui diversos usos de acordo com os sujeitos e as classes sociais que o constroem e, considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. Hasbaert (2014) demonstra, que, no mundo rural;

efetivam-se as relações com a terra, a família, com os vizinhos, com a comunidade e com os sujeitos da cidade. Esses indivíduos interagem, em particular, culturalmente (psicologicamente) e economicamente: essas relações são territorialidades cotidianas. A família organiza a casa de acordo com as características e regras de seu grupo social: as relações de vizinhança influenciam a organização da casa. A comunidade exerce influência com vista a uma coesão (unidade) do grupo, perpetuando o seu património cultural (Hasbaert, 2014, p.45).

Os processos de reterritorialização camponesa em curso no município de Centenário do Sul, estão permeados por uma forte manutenção da identidade territorial desses sujeitos sociais da reforma agrária popular, passaram a ressignificar o território a partir de elementos socioculturais de seus antigos modos de vida. Para contribuir com a real e concreta compreensão de como um processo amplo de organização camponesa influi nas famílias afetadas, faz-se necessário compreender os âmbitos culturais e sociais dos sujeitos sociais que estão neste processo de reterritorialização, em disputa com o agronegócio.

O agronegócio, ao dominar o território, opera em relação às comunidades primitivas um processo de desterritorialização onde ocorrem múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais.

O mundo estaria cada vez menor, numa compressão nas relações espaço-tempo. À primeira vista, a desterritorialização lança a idéia de sociedade global no cerne da pós-modernidade. Aí muita coisa muda de figura, desloca-se, autua, adquire outro significado, dissolve-se. Ao lançar-se além dos territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevaletentes de espaço e tempo. Emergem outras conotações para o que é singular, particular, universal, em outras mediações (Ianni, 1995, p.103).

No decorrer do processo de reterritorialização desses trabalhadores, seus espaços socioculturais foram recriados, embora, muitas vezes, distantes de suas regiões de origem. Nesse contexto, a reterritorialização da luta pela terra redefiniu o papel da agricultura familiar, fortalecendo-a em áreas típicas de plantação de monoculturas (cana-de-açúcar e soja) e tem potencializado, embora timidamente, a diversificação da matriz produtiva regional, historicamente alicerçada nas *comodities* para exportação.

Torna-se evidente em Centenário do Sul uma nova dinâmica territorial presente promovida desde a chegada do MST na região, com o resgate da territorialidade dos posseiros que lutaram na Guerrilha de Porecatu. Destaca-se, porém, que essa nova dinâmica ainda é pouco conhecida e investigada na esfera regional por ser um processo recente, ou seja, após os anos 2000.

Na década de 2000, com a reterritorialização via luta pela terra na região, o MST incentivou a participação desses trabalhadores rurais em suas mobilizações. A partir de então, muitos começaram a participar da luta pela terra, até conquistarem um

pedaço de terra na própria região. No entanto, a mobilização e retomada do MST ocorreu após densa mobilização camponesa para reivindicar sua reterritorialização nas proximidades de seus antigos territórios. Assim, os primeiros assentamentos rurais foram realizados nessas áreas a partir de 2005 (MST, 2014). Nos primeiros projetos de assentamentos rurais realizados na região não se observava a participação de trabalhadores sem-terra provenientes de outras regiões do Paraná, visto que os processos geográficos de T-D-R, não são estanques. Pelo contrário, configuram-se como processos dinâmicos inerentes à própria sociedade.

Assim, não significa que um trabalhador sem-terra assentado (reterritorializado) tenha encerrado esse processo. Santos (1993), em estudos sobre a urbanização brasileira já indicava essa tendência a ruralização do Brasil, da economia e da estética,

Graças à evolução contemporânea de economia e da sociedade e como resultado do recente movimento de urbanização e de expansão capitalista no campo, podemos admitir, de modo geral, que o território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos que agora vamos denominar de espaços agrícolas e espaços urbanos. Utilizando, como um novo sentido, a expressão região, diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades agrícolas as regiões metropolitanas, são o melhor exemplo desse fenômeno. Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas às demandas urbanas. Trata-se de um esquema geral (Santos, 2007, p.34).

Segundo Santos (2007), o capitalismo a brasileira realiza esta apropriação expropriatória do território com intencionalidade, este agir territorializa o espaço, onde se projetou um trabalho que revela relações de poder. Quando o território se expande pelo espaço não conquistado cria novas formas de territorialidade, que provoca novas formas de desterritorialidade (Santos, 2007, p. 35).

A possibilidade de retomada do território, com a ocupação da terra e posterior assentamento, configura-se como um elemento motivador para que trabalhadores deixarem o urbano e realizar esse movimento de retorno ao rural. Ou seja, conforme agrava-se a precariedade habitacional nas cidades e as desigualdades sociais, esses sujeitos enxergaram no rural uma alternativa para buscarem reconstituir suas vidas, mesmo que enfrentando, ainda, condições extremamente adversas, precárias e sem a cultura de um modo de vida próprio do rural. Ou seja, desse processo histórico, o qual rompeu o vínculo dos trabalhadores com a terra, essa população, ao retornar ao rural, encontra-se desprovida de qualquer conhecimento mais profundo sobre o cultivo

da agricultura ou pecuária, o que também afeta suas condições de vida, para além da falta de condições estruturais dos locais onde vivem.

Uma forma evidente de percepção do processo de reterritorialização se refere à perpetuação do patrimônio cultural. Sua coesão é diretamente influenciada pela organização política do campesinato, à exemplo da dimensão educacional e de seu papel para a reprodução política e econômica do campesinato. Por outro lado, a organização política somente é possível pelas territorialidades desenvolvidas nesses territórios, que se dão a partir da mobilização e da organização do campesinato em busca de sua autonomia. O território é fundado em comportamentos humanos que envolvem comunicação, cooperação e intercâmbio, todas as formas de socialização em cada formação territorial.

Martins (1975, p.147), afirmou que a música sertaneja se funda também na experiência de vida das classes subalternas, na “necessidade de interpretação e compreensão das condições sociais de existência a partir da perspectiva do subalterno. pois ela diz respeito às condições historicamente tensas de existência das diferentes classes sociais, de modo que uma é mediadora necessária da outra”.

O processo de reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra ocorrido no decorrer do tempo, desde a retomada do território da Guerrilha de Porecatu, aproximou duas identidades territoriais, associadas a dois processos distintos de acesso à terra no Norte do Paraná, produzindo espaços agrários distintos, tanto na esfera econômica (produção) quanto na cultural (identidade).

Por isso, entendemos que o processo de reterritorialização ocorrido promove transformações no âmbito da questão regional, principalmente associada à identidade regional. A cultura e a educação são compreendidas como território imaterial que atuam direta e indiretamente na modificação do território material camponês. À medida que o camponês foi migrando da área rural para o meio urbano – movimento que se acentuou em meados do século XX – a moda de viola como manifestação expoente da cultura caipira acompanhou este êxodo sofrendo as adaptações do novo contexto social, assim como acontecia com o próprio camponês.

Os conflitos fundiários do Brasil rural, foram amplamente denunciados nestas obras musicais, vide as modas: “*Rio Paranapanema*”, “*Grileiro de Terra*”, “*Ladrão de Terra*”, “*Terra Roxa*”, interpretadas pela dupla Tião Carreiro e Pardinho. Moda é a denominação genérica para exprimir o conceito de “música caipira” que, para Faustino (2014, p. 13) é a “literatura da sociedade caipira, também chamada de moda de

circunstância, em sua forma originária e folclórica, a moda de viola fazia o registro de eventos circunstanciais do universo rural tradicional”, logo, permite uma representação do universo do rural.

A região onde ocorreu a Guerrilha de Porecatu, o mote principal desta tese, é retratada de passagem em diversos destes causos musicados, a se destacar no ano de 1962, quando foi lançada uma das modas de viola de mais repercussão nos sertões e redutos caipiras do Brasil, a moda de viola “*Terra Roxa*”, que destaca a potencialidade do solo massapé, que caracteriza o solo do norte do Paraná entre os mais férteis do Brasil. Um estilo de vida que representa as esperanças de uma nova ordem social onde era potencialmente possível alcançar a dignidade através do enriquecimento fruto do próprio trabalho.

A moda “*Terra Roxa*” (1973) poetisa que: “*Essas notas vermelhas de terra; É de terra pura massapé; Foi aonde eu plantei há sete anos; Duzentos e oitenta mil pés de café; Essa terra que a água não lava; Que sustenta o Brasil de pé; Se na enxada tu for sacudido; Terra lá é a peso de ouro; E o seu futuro estará garantido*” (Terra Roxa, 1973). O destaque na fertilidade do solo, em *Terra Roxa*, que a composição musical demonstra, em âmbito econômico não se reduz à licença poética de exaltação saudosista de quem “puxa a sardinha para sua brasa”, e sim demonstra em termos populares o alto potencial de extração de “renda fundiária diferencial” (Marx, 2017).

Visto que as condições climáticas aptas fornecem à determinada região, de acordo com terroir que é a fusão destas condições, solo fértil, disposição de água, temperatura média anual e fatores de escoamento como localização das terras em relação ao mercado receptor desta matéria prima, condicionaram a região, a ser tratada como o Eldorado do Ouro Verde, o café.

Possivelmente, o cantor mineiro de Montes Claros, José Dias Nunes, conhecido como *Tião Carreiro*, e seu parceiro Antônio Henrique de Lima, o *Pardinho*, apelido artístico em referência ao município do interior de São Paulo do qual é natural, não se debruçaram sobre a leituras do Livro III do capital, quando Karl Marx demonstra que a renda diferencial fundiária, extraída da renda da terra, ocasiona um processo de superprodução de mais valia social que gera a possibilidade descrita na moda, *Geada do Paraná*, “*Paraná tens um rico tesouro, terra roxa pura massapé, serás sempre um filão de ouro, que fez enxadeiro virá coroné*”, mas o discernimento natural possibilitado pelo modo matuto de existência, denotam na realidade concreta, o que

em uma tese de doutorado demanda horas e horas de análise, para concreção do real. (Geada do Paraná, 1975).

A moda de viola *Geada do Paraná*, caracteriza via música o maior desastre natural ocorrido no Paraná – A Geada Negra de 1975 – que alterou definitivamente a agricultura paranaense, dando indícios dos elementos e categorias aqui centrados. visto novamente o destaque à categoria “renda da terra”, no qual os versos exprimem: “Paraná celeiro do café; pelo teu glorioso passado; aqui vai a mensagem de fé; desta viola que chora o teu triste fato”. (Geada do Paraná, 1975).

A Geada Negra ocorreu no dia 18 de julho de 1975, e mudou para sempre a história do estado do Paraná, com o fim da cafeicultura com cultura agrícola principal. As alterações na formação urbana e econômica são marcas que permanecem, mesmo cinco décadas após um dos maiores golpes sofridos nas lavouras paranaenses, portanto, perceber a luta entre o querer da classe dominante e a necessidade do dominado, que para interpretar e compreender sua condição social, utiliza se justamente dos fundamentos da música sertaneja para decifrar sua realidade.

Vilela (2013), pode atestar a verossimilhança do conteúdo das letras das músicas analisadas, em particular da moda de viola chamada *Terra Roxa* que narra o diálogo de um camponês pobre com um homem rico;

Neste diálogo, a aparência suja de trabalhar braçal contrasta com a riqueza deste personagem construído dignamente a partir do trabalho em pequena propriedade rural onde ele plantou com as próprias mãos, duzentos e oitenta mil pés de café. Minha análise mostrou que embora a situação da personagem da música não possa, obviamente, ser generalizada ela é verossímil porque, de fato, houve má política pública de distribuição de pequenas propriedades rurais no Estado do Paraná para onde, inclusive, migraram alguns paulistas em busca de melhores condições. (Vilela, 2013, p. 37).

Ao passo que a moda *Terra Roxa*, resume as consequências do conflito fundiário no seu tempo inicial, outra música interpretada por Tião Carreiro e Pardinho *O Rio Paranapanema*⁴³, demonstra a continuação da disputa de projetos antagônicos na gestão dos recursos naturais na região.

A propósito dos recursos hídricos e a consequente utilização destes para acumulação capitalista na região, a sabedoria popular musicou o formoso rio, além de

⁴³ O rio Paranapanema (termo da língua geral meridional que significa "rio azarado" (paraná, rio + panema, azarado) divisor natural dos territórios dos Estados de São Paulo e Paraná. O rio Paranapanema possui um total 11 barragens, e suas respectivas represas, em sua extensão. Dentre as quais a Represa Capivara, no município de Porecatu. (Oliveira, 2020).

exaltá-lo, fez denúncias sobre os desmandos dos donos do poder na região, a partir da construção da Hidrelétrica de Capivara⁴⁴, em Porecatu, *“Meia dúzia de carrascos; movidos pela ambição; tentaram matar o rio; com indústrias na região”*. (Rio Paranapanema, 1986).

Nestes versos estão contidas a exaltação ao rio como manifestação maior da natureza na região, além da perseverança demonstrada pelos trabalhadores rurais também para defesa da água desde a colonização da região. Seus entraves notadamente observados e tendo como seu ápice a Guerrilha de Porecatu, perdurou após o desfecho do conflito e perdura atualmente.

O MST é um movimento originário de instituições de organização político sindical do campesinato, com a mesma “árvore genealógica política” do Serviço Social, tendo na teologia da libertação da igreja católica a “Mística” como categoria central, nas concepções e práticas políticas do MST, presente em suas múltiplas esferas de ação e distintas atividades. É considerado por Peloso (1994) “na alma do movimento, a mística é muito emocionante, ela comove, é a própria vida! a força secreta que anima o militante, uma realidade mais vivida do que falada”. Peloso (1994, p.3).

A música sertaneja exprime, portanto, uma maneira necessária das classes subalternas verem-se a si próprias e verem a totalidade da sociedade. Atualmente o MST sustenta esta prática cultural, visto que em todas as celebrações do MST, a viola está presente, “alguns desdobramentos e implicações do uso dessa categoria religiosa como ferramenta organizativa e de ação política, são imperativas nas celebrações dos camponeses, desde as orações, cânticos populares e políticos, até a moda de viola, propriamente cantada. (Vilela, 2013).

Outra manifestação da cultura que define a identidade brasileira, o samba, é muito difundido pelo MST na região da Guerrilha de Porecatu, o acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, é a sede da Escola de Samba Lona Preta, inaugurada em 2021, tem como Escola de Samba madrinha a Unidos da Lona Preta⁴⁵ de Jandira/SP. Este coletivo formado por integrantes do MST-PR, homenageou o legado

⁴⁴ Construída pela CESP durante a década de 1970, atualmente está sob gerência da empresa Rio Paranapanema Energia S.A., empresa pertencente ao grupo CTG Brasil que é uma subsidiária da China Three Gorges Corporation. (Oliveira, 2020).

⁴⁵ A Unidos da Lona Preta se reúne para ensaiar e realiza a maior parte de suas apresentações é a comuna urbana Dom Hélder Câmara, em Jandira, município vizinho a Barueri (SP) na região metropolitana de São Paulo, a ocupação e instalação da comuna urbana, foi conquistada em terreno da CPTM- Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. (MST, 2015b).

do patrono da educação brasileira, *“A unidos canta e conta Paulo Freire”*, é tema do primeiro samba enredo composto pela Escola de Samba.

Figura 10: Escola de Samba Lona Preta/PR em Porecatu



Fonte: Imagem da Unidos da Lona Preta, durante a gravação do clipe, no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu. Foto: Wellington Lenon apud MST, 2021c.

A relação do MST do Paraná com o samba tem pelo menos uma década. O protagonismo da juventude é no ritmo dos tambores, mesmo quando feitos de material reciclável. O músico e coordenador da Unidos da Lona Preta, Igor Nadai explica,

Da composição até a gravação do samba tem a marca de dezenas de militantes Sem Terra, em especial da juventude, foi uma obra coletiva do começo ao fim, começamos com latas vazias de tinta, barril de vinil, e fazendo a coisa acontecer. Vimos que a juventude tinha vontade de fazer o que a gente chamava de ‘batucada’. Com o tempo, sentimos que era insuficiente, e que era preciso avançar”, com inspiração nos acúmulos centenários das Escolas de Samba, vieram cursos práticos e teóricos, oficinas, e muita atuação prática em mobilizações. Entre aqueles que já gostavam do samba e os que aprenderam a gostar, dezenas de integrantes do MST passaram por formações, e hoje também cultivam a música em seus territórios. (Nadai apud MST, 2021).

O samba, como símbolo de resistência, foi utilizado pela Unidos da Lona Preta para contar a trajetória do MST durante as quatro décadas de existência do movimento

social, na letra do samba enredo⁴⁶: “*O samba floresce no chão repartido! Unidos da Lona Preta canta os 40 anos do MST*”. O acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, foi o palco das gravações do samba enredo. Em um fim de semana histórico,

as (os) integrantes da Unidos da Lona Preta estremeceram as estruturas da comunidade aos toques dos tambores que ecoaram no chão repartido, cada compasso descreve uma parte dessa jornada, de um povo que clama por terra para trabalhar e viver bem, transformando as batidas dos instrumentos musicais em gritos por Reforma Agrária Popular e contra o latifúndio. As gravações dos tamborins e caixas falam dessa luta de suor, de lágrimas, de companheirismo e de afetos. Os surdos vibrantes pulsam como corações que não se dobram. O rufar dos repiques e a vibração dos chocalhos ressoam para anunciar mais uma grande vitória: MST, 40 Carnavais!. (Nadai apud MST, 2024).

Outra expressão cultural brasileira que tem enorme manifestação na região de Porecatu, é o futebol, região de Porecatu que durante os idos tempos da Guerrilha, recebia a frequente visita do militante do PCB, João Saldanha⁴⁷, que foi posteriormente técnico da seleção brasileira masculina de futebol, coerentes a esta tradição futebolística do Norte do Paraná.

Os acampamentos da região se evoluíram na construção da 1ª Copa da Reforma Agrária no Paraná, campeonato de futebol masculino e feminino que movimentou times de camponesas(es) em todas as regiões do Estado. O acampamento Fidel Castro além de contar com organizadores do evento, enviou o time feminino do acampamento para a Copa da Reforma Agrária. Para o dirigente José Damasceno, coordenador estadual do MST e da Direção Nacional, morador do

⁴⁶ No processo de pesquisa a campo, para esta tese, pude contribuir para a letra deste samba enredo, sugerindo as seguintes estrofes: “Com Agroecologia e sem veneno, é povo o fermento pro Brasil alimentar! Com luta e solidariedade, O campo e a cidade A terra libertar! (x2) (mas vejam)” Veeja, Contradição do cenário (...) O latifúndio sanguinário (...) Faz o Brasil desigual (desigual). Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=VZq82J3RCV0&t=2s>.

⁴⁷ João Saldanha foi destituído do cargo de técnico da seleção brasileira, as vésperas a Copa do Mundo de Futebol de 1970, no México, devido a dois episódios no mesmo ano, Saldanha afirmou que no Brasil havia cerca de 3 mil presos políticos, 300 torturados e “não sei quantos mortos” pelo regime militar, e suas declarações foram publicadas no jornal *Le Monde*. O cronista esportivo Armando Nogueira, do *Jornal do Brasil*, noticiou que o presidente Médici, conhecido por frequentar os estádios e adorar futebol, era fã do atacante Dadá Maravilha, e que teria confidenciado a um militar do Exército que queria ver o atacante convocado como reserva. Em 3 de março, perguntado por um jornalista gaúcho em Porto Alegre sobre a suposta preferência de Médici por Dada, Saldanha afirmou: “*Eu e o presidente, ou o presidente e eu, temos muitas coisas em comum. Somos gaúchos. Somos gremistas. Gostamos de futebol. E nem eu escalo ministério e nem o presidente escala time. Você está vendo que nós nos entendemos muito bem*”. Devido a esta declaração em resposta ao então presidente da República, o general ditador Emilio Garrastazu Médici, solicitou a então CBD, a demissão de João Saldanha que foi substituído por Mario Lobo Zagallo, que por sua vez, se sagrou tri-campeão do mundo com a seleção brasileira de futebol. (Gallas, 2021).

assentamento Dorcelina Folador, onde ocorreu a primeira rodada da Copa da Reforma Agrária, afirmou que o futebol causa, "Um elemento fundamental da Copa da Reforma Agrária é a integração da nossa militância, famílias assentadas e acampadas, e a relação com a sociedade política de forma geral".

Figura 11: Abertura da Copa da Reforma Agrária/PR



Fonte: *Wellington Lenon apud MST 2025.*

Ariany Farias (2025), integrantes da coordenação da Copa, que mora no acampamento Fidel Castro, em Centenário do Sul, explica que a atividade significa reafirmar o trabalho coletivo, a aliança campo e cidade e a socialização dos territórios e das famílias acampadas e assentadas: diz a militante,

Para além do lazer, resgatar a cultura esportiva em nossas comunidades reunindo e mobilizando nosso povo Sem Terra na prática esportiva. A participação feminina é parte fundamental, e tem ganhado força nessa Construção Coletiva, ajudando acumular no debate de participação e valorização das Companheiras em todos os espaços e também no esporte (Farias, apud MST, 2025).

Todas estas manifestações culturais compõem em sentido amplo o projeto da Reforma Agrária Popular, do assentamento a terra, a possibilidade de praticar esportes, exercer a arte, ferramentas culturais que tem muita ressonância e permeabilidade entre os camponeses, tal como a moda de viola, estas manifestações

na dialética da vida, tornam-se símbolos de resistência transformam-se em força que nos move na luta pela terra.

No caso do acampamento Fidel Castro, que se organiza a partir dos conceitos supracitados da RAP, territorialidades cotidianas são construídas para além do processo produtivo dos camponeses, influenciadas e que influenciam o processo de produção do território camponês. As relações familiares são condicionadas pelas relações desenvolvidas pelo conjunto da militância, a exemplo da reconfiguração do papel feminino nas unidades familiares a partir do ingresso das mulheres na militância e no coletivo de mulheres.

Por isso que os processos geográficos de T-D-R, não são encarados como uma fórmula matemática, no qual o somatório de fatores gera um resultado definitivo de dimensões materiais que dizem respeito às questões de infraestrutura que geralmente são precárias, principalmente, nos primeiros anos de assentamento, associadas à falta de uma verdadeira política de extensão rural e financiamento para as atividades agropecuárias.

No plano da dimensão imaterial, entram em cena aspectos culturais, como a questão da identidade territorial, onde falam mais alto os sentimentos de saudade em relação aos familiares, de estranhamento do novo lugar, isolamento geográfico, dentre outros. É nesse cenário que o MST do Paraná faz homenagem à Guerrilha de Porecatu, com a construção de um monumento no local onde no passado era o primeiro acampamento de resistência desses camponeses e camponesas na luta pelo direito a terra, conforme afirma Ceres Hadich, é aqui, “com a memória da luta dos camponeses e camponesas de Porecatu, da qual somos herdeiros/as, que nos inspiramos para seguir como protagonistas da nossa própria história, construindo coletivamente um processo de transformação social e enfrentando o latifúndio”. (Hadich, ano, p.).

Ao retomar a luta pela terra em uma região simbólica como essa, o MST enfrenta grandes obstáculos, sobretudo, no que se refere ao enfrentamento do agronegócio com um intenso monocultivo da cana de açúcar, após mais de duas décadas desde que o primeiro assentamento foi conquistado, destes, os últimos foram marcados por intensas lutas na ampliação da luta pela terra na região.

Essa homenagem material, se traduz no monumento do acampamento Fidel Castro, como uma forma de evidenciar um processo histórico de luta que passou muitos anos silenciada intencionalmente da história, a reterritorialização do Norte Central do Paraná, na região da Guerrilha de Porecatu, em fase de conclusão à espera da ratificação das cerca de 1000 famílias da região, das quais 300 famílias no

acampamento Fidel Castro, anseiam pela conclusão deste processo de luta pela terra inaugurado pelos posseiros que lutaram durante a Guerrilha e retomado pelo MST desde início deste século na região.

Figura 12: Monumento em homenagem a Guerrilha de Porecatu



Fonte: MST / PR (2023).

5.1.2 Sujeitos sociais da reterritorialização camponesa em Centenário do Sul

“o homem é a natureza tomando consciência, de si próprio e do espaço como lugar de sua própria reprodução”

(Eliseé Reclus, 2010, p.13).

Para efetivar o processo de reterritorialização camponesa na região da Guerrilha de Porecatu, desde 2020 têm ocorrido ações concretas em âmbito da política institucional do Paraná. Em setembro de 2020 ocorreu Audiência Pública em Centenário do Sul, em busca por uma solução para assentar as famílias do acampamento Fidel Castro, do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O acampamento com dezessete anos de ocupação e luta pela regularização fundiária, com cerca de 300 famílias, como já supracitado, produz alimentos sem agrotóxicos.

Na ocasião, cerca de duas mil pessoas, vindas de acampamentos de Porecatu e Florestópolis, acompanharam a Audiência Pública em apoio aos trabalhadores rurais do acampamento Fidel Castro. Na audiência, integrantes do MST ressaltaram irregularidades trabalhistas e fiscais do Grupo Atalla, donos de 42 mil hectares na região, incluindo as terras do acampamento que atualmente conta com cerca de 300 famílias.

Para Roberto Baggio (2020), coordenador do MST no Paraná, a Audiência Pública representa a união dos trabalhadores sem-terra e dos trabalhadores do Estado,

A junção desses dois lados significa a solução que vai beneficiar muitas famílias, a história de luta pela reforma agrária na localidade iniciou se com o caso conhecido como Revolta de Porecatu, na década de 1950 quando muitos trabalhadores rurais foram assassinados, nós temos uma nova oportunidade de fazer justiça com os trabalhadores rurais. Enquanto para o latifundiário a terra significa mercadoria, para o agricultor é o resgate da sua dignidade (Baggio *apud* MST, 2020, s.p.).

Representando o Incra na audiência, o superintendente do Incra do Paraná, Walter Pozzobom, afirmou que tem compromisso com a transferência das terras do Grupo Atalla ao Incra, o que possibilitaria o assentamento da totalidade das famílias assentadas no Fidel e demais acampamentos da região, “cerca de 10,6 mil hectares improdutivos que pertencem ao Grupo Atalla e teriam capacidade para receber mais de mil famílias. São sete imóveis localizados em Centenário do Sul, Florestópolis,

Porecatu, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva e Alvorada do Sul” (Pozzobom *apud* MST, 2020).

Figura 13: Famílias Sem-Terra na luta lotam o Ginásio Municipal



Fonte: Leandro Taques *apud* Brasil de Fato (2020).

Um levantamento feito pelo MST (2020), disponibilizado através do site da Secretaria da Fazenda Nacional, mostra que a família Atalla deve R\$ 654,2 milhões para a União. Baggio, enquanto o coordenador do Movimento no estado, informa que em 2008 houve resgate de mais de 100 pessoas em situação análoga à escravidão nas terras pertencentes dos Atalla.

Este cenário de superexploração da força de trabalho camponesa na região, motivou centenas de famílias a participação massiva na audiência pública, que devido a monta expressiva da participação popular, como fica tácito em registro fotográfico realizado no dia da audiência, como retrata a imagem a seguir.

Outro personagem político de destaque na decisão da regularização fundiária, o secretário de assuntos fundiários do Paraná, Hamilton Serighelli, informou que,

a Procuradoria do Estado está cobrando judicialmente as dívidas fiscais do Grupo Atalla, a intenção é de resolver este conflito fundiário de maneira negociada, visto que as famílias ocupam terras improdutivas do Grupo Atalla. relatam que o local era um canavial abandonado e aos poucos, foi transformando em um espaço para produção de alimentos para as próprias

famílias e para escolas de oito municípios próximos, demonstrando a efetividade do uso da terra (Serighelli *apud* MST, 2020, s.p.).

Ao problematizarmos, na introdução desta tese, a utilização das entrevistas semiestruturadas, pretendemos apontar as possibilidades de vazão dos pensamentos dos camponeses que continuam a luta dos posseiros de Porecatu, e demais atores sociais envolvidos. As entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas seguiram um roteiro previamente estabelecido para os profissionais do Cras de Centenário do Sul, a fim de analisar como a profissional assistente social no atendimento à população rural compreende o direito à reforma e posteriormente como a assistência social é utilizada de contrapeso na ausência de políticas de reforma agrária mais vigorosas.

Outro membro do governo municipal que contribui com a pesquisa foi o Secretário Municipal de Agricultura. Em âmbito estadual, teve a participação do zootecnista do IDR Emater que atua diretamente nos projetos nas vilas rurais, acampamentos e assentamentos do município. A resposta da assistente social do Cras em Centenário do Sul, demonstra o grau de consciência sobre o papel que os movimentos sociais desempenham na sociedade em âmbito local.

Desse modo, buscou-se assegurar aos participantes e às instituições envolvidas a livre adesão, de maneira esclarecida, preservando-se o anonimato e a não identificação dos participantes, bem como, foi assegurado o direito de desistir da participação em qualquer etapa da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Destaca-se que, para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2009), a qual se configura enquanto conjunto de procedimentos objetivos e sistematizados para a descrição do conteúdo das mensagens. O que se pretende com esses diálogos, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”),

a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. O aprendizado questionador que não repete informações, dados e técnicas, mas reflete acerca deles e os inclui no seu contexto de mundo para usá-los como base de transformações precisas. Esse caminho é apontado como o verdadeiro sentido da educação, não sendo mais uma transmissão de conceitos, mas uma problematização eficaz para as nossas relações com o mundo. Esta problematização pede ações e pensamentos dinâmicos, não estáticos. Por isso, a reforma agrária aparece na obra como algo que não pode limitar-se ao domínio das técnicas do campo, mas deve ampliar-se a uma transformação cultural (Bardin, 2009, p, 11).

No exercício das lições de (Bardin, 2009), iniciei as entrevistas com profissional do serviço social que atua no Cras em Centenário do Sul, com a intenção inicial de perceber sua compreensão sobre os movimentos sociais e programas de reforma agrária em geral, e com esta indagação iniciei o diálogo;

Comente a atuação de uma profissional de serviço social em um município com atuação massiva dos movimentos sociais do campo;

Bom, acredito que os movimentos sociais desempenham um papel crucial, né, na superação dessas desigualdades, pois são instrumentos de mobilização coletiva que transformam as estruturas, as práticas e também perpetuam aí na exclusão e na injustiça. Acredito que surge muitas vezes como resposta às demandas de grupos marginalizados ou desprivilegiados, né, que não encontram nas instituições tradicionais uma forma efetiva de representação ou de acesso a direitos (Entrevistada 1, 2025).

Considerando a percepção das possibilidades dos movimentos sociais, o diálogo seguiu buscando a percepção de como a assistente social reflete sobre os projetos de reforma agrária em curso em Centenário do Sul, município que além do MST que está presente com acampamento e assentamento, tem a Vila Rural e o Banco da Terra, além de um pequeno acampamento com 25 famílias, ligadas ao MAST – Movimento dos agricultores sem-terra. Segue a questão,

Comente sobre os programas de reforma agrária em Centenário do Sul,

E sobre os projetos de reforma agrária aqui no município de Centenário do Sul, eu percebo que essa necessidade, eu analiso de diversas perspectivas, principalmente voltado para a realidade em que eu trabalho aqui dentro do CRAS, que é a realidade socioeconômica. Não só socioeconômica, mas tratando de reforma agrária. Então, vamos colocar aí a realidade socioeconômica, ambiental e até mesmo na história aqui, no histórico da região. Embora necessite de mais estudos, ou seja, de fora, eu acho que a própria desigualdade contribui aí nessa implementação de trazer projetos para reforma nas áreas rurais, elas podem ser consideradas. Fortalecimento da agricultura familiar, o aproveitamento dessas terras, de terras improdutivas e até mesmo o combate à pobreza rural seria superimportante mesmo para trazer esses projetos de reforma para o município (Entrevistada 1, 2025).

A resposta da Entrevistada 1, corrobora que o alcance socioeconômico dos pontuais projetos de reforma agrária clássica não combate diretamente a extrema pobreza nos municípios que receberem estas políticas. Como supracitado nas citações de Lustosa (2012), uma reforma agrária com pouca terra causa impacto momentâneo, mas não altera significativamente a realidade socioeconômica de uma localidade, principalmente considerando que a maioria das famílias que compõe o MST em Centenário do Sul estão no acampamento e não no assentamento, o que altera significativamente a condição concreta de vida de cada família. A consequência

é a necessidade de a assistência social do município participar do equilíbrio socioeconômico destas famílias.

Na ausência de uma reforma agrária abrangente, as famílias recorrem a assistência social do município? Cite as ações com as famílias do acampamento Fidel Castro.

E falando um pouquinho sobre os principais processos de trabalho que o CRAS realiza com os acampados lá no Fidel Castro, com os moradores de lá, nós fazemos o principal trabalho do Cras que é o PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. A gente trabalha ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitário, promoção da cidadania, da inclusão social, que são os processos estruturados dentro das diretrizes do PAIF, sempre se ajustando aí às especificidades da realidade dos acampados, e aí a gente vai fazendo busca ativa para outras demandas, fazendo acolhida, identificação de vulnerabilidade, de riscos, encaminhamentos, a oferta até do próprio PAIF para quem não participa, para quem não está dentro do serviço, encaminhamento para benefícios e políticas públicas. A gente faz monitoramento, faz avaliação, faz uma atuação mesmo, faz um trabalho em rede para as famílias que recebem benefícios, de transferência de renda, e é isso. A gente faz um trabalho em conjunto, quando eles precisam de atendimento individual, eles procuram aqui o PAIF, mas a gente também tá sempre lá levando palestras, levando atividades, tá bom? É isso (Entrevistada 1, 2025).

Percebe-se no diálogo com a assistente social de Centenário do Sul, uma relação de consciência sobre a determinação agrária nas expressões da questão social no município o que contempla o que, assim, os trabalhadores rurais só ganham visibilidade na agenda política do país através de seus processos de lutas,

Raquel Santana, autora que na obra *“Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social (2012)”*, sistematiza as impressões de uma gama de assistentes sociais da região de Franca sobre a imbricação da questão agrária com a questão social, quando a docente da Unesp de Franca analisa a relação da questão agrária com as expressões da questão social na região oeste de São Paulo. Ao delimitar as interfaces do trabalho do assistente social com a questão agrária, a autora demonstra que esta interface ocorre de forma direta, visto que o foco do trabalho do serviço social na região tem como objeto “as relações decorrentes da estruturação do modelo agrário, sejam estas expressas na cidade e no campo”. Para a autora:

o assistente social atua na agroindústria, especialmente no setor sucroalcooleiro que via de regra, tem programas de assistência social, ou quando atua em órgãos responsáveis pela efetivação do Programa de Reforma Agrária, como é o caso do Incra, este vínculo é mais evidente. Existe, porém um vínculo do serviço social com a questão agrária que pode passar despercebido pelos profissionais porque mediado pelo universo urbano, trata-se das expressões da questão social manifestas nas políticas sociais, especialmente nos municípios de pequeno porte que têm características eminentemente rurais em que o embate de classe é em

grande medida, dado pelo modelo de desenvolvimento agrário (Santana, 2012 p. 153).

Quando das entrevistas para supracitada obra, Santana (2012), encontrou reflexões dispares efetuadas pela profissional aqui entrevistada, quando a profissional da região de Franca, assim respondeu à pergunta sobre a necessidade de reforma agrária:

Eu não sou muito favorável não a reforma agrária. O que eu tenho visto, nos jornais e pela televisão, é que a reforma agrária tinha tudo para ser maravilhosa! Mas da forma que está sendo, eu não sou favorável a reforma agrária. Porque eu acho que tem gente muito aproveitadora nesse meio. Pessoal tá querendo aquilo que não te pertence. Será que essas terras são mesmo improdutivas? Pelo que a gente vê na televisão, pelo menos é isso que eles tem mostrado, esse lado é só bagunça, agora, se fosse realmente uma terra que tá ali, improdutiva, a pessoa vai lá, e fazer a reforma agrária mesmo, esse pedacinho aí é teu, você vai ter que plantar aqui, vai ter que produzir, você vai ter crédito, pro plantio e tudo, mas se fosse uma coisa certa, mas não está certa esta reforma agrária. Eu não a vejo certa (Geraldina *apud* Santana, 2012, p. 191).

Por detrás deste posicionamento contrário a reforma agrária, torna se evidente na interpretação da questão, o não conhecer da legislação pertinente que regula as questões fundiárias, ao utilizar como fonte de seus argumentos a reprodução midiática negativa via televisão e jornais, com a premissa da defesa inquestionável da propriedade privada, sem a devida problematização das origens da propriedade privada da terra, os argumentos da profissional,

tornam se rasos e meramente ideológicos e não se sustentam do ponto de vista legal ou mesmo da realidade concreta, há uma vasta legislação que regulamenta o processo de desapropriação e a Constituição Federal prevê a função social da terra, portanto, esta não é inviolável; a produção dos assentados foi o alvo de diversos estudos mais abrangentes ou localizados que demonstram a viabilidade e a importância deste segmento nas diversas regiões do país (Santana, 2012, p. 194).

O fomento aos programas e projetos no município, tem como objetivo principal a implementação de políticas públicas que potencializem a produção da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural. A entrevista com o zootecnista do IDR - PR, que atua como técnico agropecuário, no que se refere à organização territorial, demonstra que o assentamento tende a representar uma nova dinâmica ocupacional, uma vez que traz novas formas de ocupação do espaço, quando envolvem sujeitos vindos de outras regiões ou quando ocorre um deslocamento de populações urbanas para áreas rurais, resultando em um aumento populacional ou mudança na relação população rural/população urbana. Dessa forma,

essas novas demandas colocam o assentamento em relação direta com as autoridades públicas das diversas esferas governamentais. Finalmente no que tange ao assentamento propriamente dito, dimensionar a renda e a qualidade de vida no assentamento torna-se imperiosa no sentido de verificar as mudanças trazidas pelo assentamento aos beneficiados, ou seja, para os próprios assentados. Implica em verificar, comparativamente, as condições pré e pós assentamento, no que se refere à renda, acesso à saúde, qualidade alimentar, escolas, acesso a bens de consumo, lazer, etc. No caso da população indiretamente envolvida, isto é, próxima à região dos assentamentos, trata-se de considerar diversas situações, como a que se refere aos familiares dos assentados, além dos agentes envolvidos nas novas relações sociais oriundas da implementação do assentamento (Santos, 2025b).

Estas respostas vêm de encontro com o pensamento de Leite (2000), quando afirma que “o desempenho socioeconômico de um assentamento e seu desdobramento no desenvolvimento local/regional deve levar em conta não só métodos econômicos, mas também aspectos como a trajetória de vida dos assentados e a forma de intervenção do poder público na definição dos projetos”.

Na continuidade da escuta aos atores do setor público estatal em Centenário do Sul, a visita foi nas instituições, o IDR Emater/PR e Secretaria Municipal de Agricultura, a fim de compreender as ações do governo municipal e estadual. Para verificar se existe este elo entre as instâncias de governo e a recepção do MST na gestão pública, a primeira entrevista que segue, foi realizada com o secretário municipal de Centenário do Sul, agrônomo demonstra que existe ciência que a implementação de projetos relacionados com a reforma agrária, mesmo no modelo clássico, representa possibilidades avanços nas relações socioeconômicas no município. O secretário municipal Entrevistado 2, participou da pesquisa com os seguintes *questionamentos e reflexões*:

Quais impactos que a efetivação do processo de reforma agrária em curso em Centenário do Sul, pode causar ao município?

Penso que os principais impactos dos programas de reforma agrária, são: a Vila Rural e o Banco da Terra, pois promovem impactos significativos ao município em diversos aspectos, como:

1. Fixação da população no campo: Redução do êxodo rural ao proporcionar terra e infraestrutura para que famílias possam trabalhar e viver no meio rural.
2. Desenvolvimento econômico local: Pequenas propriedades tendem a fortalecer economias locais com a circulação de recursos, aumento da produção agrícola e integração aos mercados regionais.
3. Geração de emprego e renda: Ao promover agricultura familiar, esses programas estimulam a criação de pequenos negócios rurais, agregação de valor aos produtos (ex.: agroindústrias) e ampliação da oferta de trabalho.
4. Melhoria de infraestrutura: A criação de vilas rurais frequentemente traz investimentos em infraestrutura, como estradas, escolas e postos de saúde, beneficiando não só os assentados, mas o município como um todo.

5. Redução de desigualdades: Por redistribuírem terras improdutivas e promoverem acesso a recursos produtivos, esses programas combatem desigualdades socioeconômicas no campo. (Entrevistado 2, 2024).

Como nesta primeira questão apareceu os dois projetos do Estado no município, já problematizados em seções anteriores desta tese, emendei a questão sobre o acampamento.

Sr Secretário, existe em curso no município uma luta de 300 famílias que em disputa com a família de grileiros do clã Atalla, estas famílias solicitam assentamento e retomada destas terras devolutas griladas. Qual a sua compreensão sobre esta luta e quais benefícios de um possível assentamento?

Considero esta causa mais do que justa, mesmo enquanto acampamento a produção destas famílias já trazem benefícios socioeconômicos e sobre o possível assentamento das famílias do Acampamento Fidel Castro, seria muito bom para Centenário, porque traria:

1. Inclusão social: Regularizar a situação fundiária das famílias do acampamento trará maior dignidade e segurança jurídica, permitindo acesso a políticas públicas como crédito rural, assistência técnica e programas sociais.
2. Incremento na produção agrícola: Assentados organizados em agricultura familiar podem diversificar e aumentar a produção, fortalecendo o abastecimento alimentar local e gerando excedentes para venda.
3. Desenvolvimento comunitário: O assentamento pode fomentar cooperativas, associações e redes de troca de conhecimentos, fortalecendo laços comunitários e gerando maior autonomia econômica.
4. Sustentabilidade ambiental: A agricultura familiar, quando bem orientada, tende a ser mais sustentável, preservando recursos naturais e incentivando práticas agroecológicas.
5. Ampliação do mercado consumidor local: Com maior geração de renda, os assentados aumentam o consumo de bens e serviços no município, aquecendo a economia (Entrevistado 2, 2024).

Considerando o posicionamento favorável a projetos como a reforma agrária, com os exemplos já difundidos no município do banco da terra e Vila Rural, o secretário municipal demonstra a necessidade de o Estado reconhecer o modelo de agricultura familiar difundido pelos projetos supracitados como opção mais sustentável para o município, reflexão que motiva a questão a seguir:

Qual modelo de desenvolvimento territorial adequado: agricultura familiar ou agronegócio, na compreensão da Secretaria de Agricultura?

Agricultura familiar. Esse modelo é o mais adequado em regiões de assentamento e reforma agrária por diversas razões:

- a) Sustentabilidade econômica e social: A agricultura familiar gera mais empregos por hectare que o agronegócio, distribui renda e mantém a população no campo.
- b) Produção diversificada: É responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos no Brasil, garantindo segurança alimentar e abastecimento interno.
- c) Preservação ambiental: Pequenos agricultores frequentemente empregam práticas agroecológicas e respeitam os limites do ecossistema local.

d) Fortalecimento de redes locais: Contribui para o desenvolvimento de mercados regionais e a criação de cooperativas, promovendo o dinamismo econômico local. (Entrevistado 3, 2024).

Sr Secretário qual sua compreensão sobre o agronegócio, aqui em Centenário do Sul, este setor compartilha riquezas com a municipalidade?

O agronegócio, embora poderoso em termos econômicos, tende a se concentrar em grandes extensões de terra, o que pode gerar a concentração fundiária e desfavorece o acesso à terra para pequenos produtores; Impactos ambientais: Práticas intensivas que causam degradação do solo e uso excessivo de insumos químicos; Baixa geração de empregos: A mecanização e a monocultura reduzem as oportunidades de trabalho. O município atualmente é composto em sua maioria por pequenos produtores (agricultura familiar) trabalhando com plantio de soja, milho, sorgo, e também com produção de mandioca, quiabo, abóbora, maxixe, melancia, feijão, maracujá, café, cebolinha e hortaliças em geral. Porém em quantidade de área (ha) predomina o cultivo da cana-de-açúcar. O modelo de agricultura familiar é mais adequado para o contexto de assentamentos rurais, como o caso do acampamento Fidel Castro. Ele promove desenvolvimento territorial sustentável, fortalecimento social e econômico, e maior equidade no acesso à terra e recursos (Entrevistado 3, 2025).

A percepção dos gestores municipais sobre as novas formas de organização das demandas sociais rurais, podem se estabelecer após a possibilidade de assentamento das famílias acampadas, como, também, podem implicar em mudanças territoriais de caráter político-administrativo. Em termos mais amplos, com o aumento populacional do município, decorrente de assentamentos, além de gerar uma elevação no mercado de trabalho e consumo, com efeitos sobre o comércio local e aumento da arrecadação de impostos, tende, ainda, a proporcionar uma ampliação na demanda por serviços sociais e de infraestrutura, tais como postos de saúde, condições de transporte para o escoamento da produção e outras tantas geradas por esse rearranjo demográfico, pois esses elementos positivos ao desentrelhe do processo de regularização fundiária está posto no território desde seus reclamantes aos gestores municipais.

Na continuação destes diálogos com os atores do poderes públicos, a segunda entrevista ocorreu no posto do IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, instituição herdeira da Emater, que é uma instituição pública que promove a pesquisa, extensão e serviços técnicos no setor rural do estado. A entrevista ocorreu na própria sede do IDR Emater no município de Centenário do Sul, e assim se desenvolveu:

Qual a pertinência da reforma agrária no município? Descreva os projetos mais incidentes no IDR em Centenário do Sul e região, cite o quantitativo.

Além de contribuir significativamente com aumento do número de habitantes do município, já que se trata de município de pequeno porte com um pouco mais de 10.800 habitantes, também tem um impacto na economia e da cidade, pois contribuem com a movimentação do comércio, sendo os acampamentos e sua implementação em assentamentos no meu ponto de vista uma ótima estratégia para a fixação e aumento de população nos pequenos municípios e consequentemente da dinâmica da economia do município. Fora o potencial que tem para o fornecimento de alimentos naturais e saudáveis para os habitantes, contribuindo com a segurança alimentar da população. Atendemos acampados, assentados da reforma agrária os bancos da terra, vila rural e produtores tradicionais. Sendo que os acampados e assentados são um público constante e até predominante nos atendimentos pois é um público carente e necessitado de assistência técnica. Com os acampados trabalhamos com orientação na produção principalmente na fruticultura e na produção animal, fazemos também a Caf para que possam fazer parte das cooperativas e participar de programas do governo, como a entrega de alimentos na merenda escolar. Também foi feito o fomento rural recurso do governo federal e Programa família paranaense do governo estadual, ambos sem reembolso para família de baixa renda, para desenvolvimento de pequenas atividades produtivas como galinheiro, pocilga, costura, salão de beleza e panificações. Sendo que foram realizados desde 2017 cerca de 55 projetos e estamos com 5 em andamento. Também trabalhamos com os Assentados do Maria Lara com estes mesmos programas com cerca de 18 projetos e fazemos a CAF A para os Assentados terem acesso a políticas públicas e ao Pronaf A com a realização de 14 projetos em diversas áreas como bovinocultura de leite, café e olericultura (Entrevistado 3, 2025).

Inicialmente com estes diálogos com os agentes públicos do município buscou-se verificar a percepção de possíveis avanços no que tange as ações do campesinato em Centenário do Sul, e relacionar estes avanços com a criação de políticas públicas e a ressonância destas políticas causam nas vidas das famílias do acampamento que perseveram pleiteando além destas políticas setoriais, a política pública maior para estes que estão na luta pela regularização fundiária.

Para perceber a contrapartida dos agentes do MST, iniciei o diálogo com os representantes do MST, abordando inicialmente os aspectos históricos da luta na região para posteriormente tratar das relações sociais atuais que se desenvolvem na região, as questões foram dispostas de modo igual aos camaradas do MST. O primeiro entrevistado no MST, (Entrevistado 4), é graduado em geografia e foi aluno Pronera na Unesp de Franca. De início questiono sobre a compreensão ampla da questão agrária, que gerou uma longa, consciente e vigorosa resposta.

Qual sua compreensão da questão agrária no Brasil e na região?

Eu, primeiramente, entendo que na condição de posseiros, na realidade em forma geral, nós sempre vivemos, estamos vivendo em um país que passamos por isso, foi a forma que foi organizada nossa sociedade, a forma

que foi descoberta em nosso país, a forma como foi garantido a posse, o direito da terra, teve uma libertação dos escravos, que os escravos saíam das suas senzalas, sem saber para onde iam, sem rumo. Os indígenas foram massacrados e colocados em algumas áreas do país e, naquele momento, eles conseguiam que os índios ficassem no canto deles ali, não iam incomodar, que hoje, na realidade, está começando a ser diferente. O grande agronegócio aí, o agronegócio que é pop, que é tech, esse grande agronegócio aí, hoje, quer disputar essas terras, principalmente com muito desmatamento, que não é o contrário da nossa região.

Nós moramos em uma região aqui, hoje, vamos dizer assim, a monocultura extensa da cana, está nas histórias das pessoas daqui, junto no seu caldo da cana, na sua garapa da cana produzida, tem muita lágrima, muito choro, muito sangue derramado.

Essas canas, eu garanto que, há um bom tempo, quando começaram a ser plantadas, quando foram tomadas as terras dos posseiros, elas foram, basicamente, devolvidas. Aliás, devolvidas, não. Foram entregues, obviamente, à UCP, que é a usina central do Paraná, que é dos Atalla, mas, antes deles, a família Lunardelli, nós estamos falando de uma região do norte do Paraná, que sempre teve conflito de terra, em que as pessoas foram designadas (pelo Estado) a vir para cá para derrubar mata, para plantar e para viver da terra e, com um piscar de olhos, vamos dizer assim, no movimento da política, acabaram ficando sem terra.

Então, o movimento sem-terra, na verdade, não tem que dizer assim que se considera o MST como herdeiros. Nunca saímos daqui. As famílias que vivem nos acampamentos do MST, as famílias que estão morando, que vivem nos acampamentos do MST, do sem-terra, basicamente, é o que sobrou de tudo isso, de todos esses confrontos. Não estou dizendo só de Porecatu, mas tem Canudos, a Revolta do Sudoeste, a Guerra do Contestado e outros, se a gente for levantar aí, outras histórias de outros lugares do Brasil, do Paraná, do que essas pessoas foram, basicamente, banidas, expulsas, muitas vezes mandadas para a cidade para se virarem meros empregados, meros servidores de empresas multinacionais, para produzir riqueza para um grupo. Então, o movimento sobrou essa ideia de retomar a terra.

O MST, inclusive, um movimento que eu faço parte, que ajudo, que contribuo, a minha família toda praticamente, foi abandonada à margem de beira de estrada, sem ter o direito à terra. A proposta dos migrantes, de muitos migrantes que vieram de fora e tivessem pedaços de terra, alguns deles viraram sem-terra. Alguns, através de bancos, dos financiamentos de bancos, os bancos tomaram e acabaram se montando à beira de estrada, na cidade, como aconteceu no Rio Grande do Sul, na Encruzilhada Natalino.

E aí deu-se origem o MST. Então, temos que dizer que nós somos o MST, nós somos, realmente, trazemos conosco essa herança, esse massacre de muitas pessoas que lutaram para defender o seu pedaço de terra, onde viviam, se formamos uma comunidade. Essa comunidade, basicamente, aqui no Paraná, pousou-se a força do Estado, com a polícia, com o Exército, que vieram, e não vieram assim para dizer que vocês têm que sair.

Vieram e tiraram a marra no confronto. Temos materiais aí, vários livros que foram publicados, materiais da Folha de Londrina que foram publicados no final da década de 70 e início da década de 80, que retratam muito isso, as formas como foram feitos esses confrontos. Inclusive, muitos, muitos figurões que coordenou o Exército, que coordenou a Jagunçada naquele período, virou deputado, é dito como herói, mas essas canas, até hoje, debaixo das suas raízes que estão plantadas ali, correm sofrimento, porque o fruto dela vai ser, vamos dizer assim, é o caldo da cana, é o que vira o açúcar que adoça, mas muitos deles ali têm lágrimas de choro e muito sangue derramado. Essa cana, ela está estabilizada debaixo de suas raízes estão impregnadas em uma dessas suas (?) rios, vamos dizer assim, de lágrimas, rio de sangue que ocorreu aqui nessa região.

E a nossa relação que se estabelece entre nós, eu falo nós porque moro dentro do acampamento, vivi, vivenciei aqui desde quando nós ocupamos

áreas aqui no norte do Paraná e conversando com algumas pessoas, contando as histórias daqui, das grandes lavouras de café, depois veio a cana, algumas famílias que admiravam onde moravam, as o tanto que sofreram também nessas colônias, nessas fazendas antigas, e quando foram exploradas, quando trabalharam praticamente quase de graça para essa família, essas poucas pessoas, eu digo poucas pessoas porque são poucas famílias, família Lunardelli, depois família Grupo Atalla, para sustentar esse império deles aí, o que eles fizeram, e nós não somos um, somos o que sobrou, vamos dizer assim, nós somos o que sobrou, nós estamos aí lutando para que faça justiça e que se devolva para as famílias, para os netos, para os bisnetos, para os tataranetos, as terras que foram tiradas deles. E temos várias e várias outras respostas para ser dada, pesquisas que podemos fazer e levantar elementos que vai dizer o quanto isso que a gente fala é verdadeiro. É tão verdadeiro que nós estamos aqui organizados hoje em um acampamento aqui no Fidel Castro, com 300 famílias, aqui em cima de uma dessas áreas do Atalla, que vai ser devolvida em breve para Fins de Reforma Agrária, para fazer aquele sangue, aquelas lágrimas que foram derrubadas e foram plantadas cana em cima, que ela possa se tornar em lágrimas de alegria, e de dizer que está de tarefa cumprida. Nós vamos chegar um momento e vamos dizer tarefa realmente foi cumprida, elas foram devolvidas para quem já era delas. Essas terras serão devolvidas para quem realmente merece e para quem nela trabalha (Entrevistado 4, 2025).

Essa longa resposta foi mantida na tese mesmo após diálogos com o orientador desta tese, devido a grau apurado de domínio das determinações históricas das origens agrárias da questão social no Brasil. O entrevistado 4, demonstra a amplitude temporal que a questão agrária, causa no país e especificamente na região. Outro depoimento potente realizado por integrante da base do MST no Paraná, veio através da entrevista com o coordenar estadual, o entrevistado 5. Sobre a seguinte questão.

Você considera os trabalhadores rurais sem terra do MST como herdeiros da luta dos posseiros da Guerrilha de Porecatu? Qual relação estabelece?

nós, movimentos, sempre consideramos como herdeiros, ou seja, a gente tem uma referência muito grande naqueles que lutaram antes de nós, de todas as organizações, principalmente na luta pela terra. Então, nós sempre buscamos referência aos lutadores do passado e aos movimentos que se organizaram para o seu período histórico fazer a luta pela terra. E no caso de Porecatu não é diferente, né? Então, nós também olhamos muito, estudamos muito com relação à guerrilha de Porecatu, que no fundo foi a luta dos camponeses daquele período para resistir em cima da terra e que foram derrotados, infelizmente, pela ganância dos grandes proprietários do Estado brasileiro e principalmente com a apoio do governo do Estado do Paraná daquele período.

Então, foi uma luta heroica, resistente, resistiu por um longo período. Então, e que de certa forma estimula a organização e a referência deles muito forte era as ligas camponesas. Então, o nosso pessoal, o nosso movimento aqui da região e os acampamentos que estão ali em cima daquele vale, onde foram que aconteceram os conflitos, nós realmente consideramos seguidores. Ou seja, estamos dando, se não seguidores, mas vamos dizer herdeiros e dando prosseguimento, fazendo justiça à luta dos torcedores daquele período. E acreditamos que a vitória nossa ali vai ser, com certeza, uma forma de reconhecer aqueles e aquelas que lutaram antes de nós (Entrevistado 5, 2025).

Assim refletiu o dirigente estadual do MST, os depoimentos dos integrantes do MST, demonstram a noção real da reterritorialização camponesa no território da Guerrilha de Porecatu, podem ser sintetizados na fala dos Entrevistados 4 e 5 (2025), retomo o diálogo com o entrevistado 4, o militante que está no Acampamento desde o processo inicial debaixo das lonas pretas,

Qual a pertinência e efetividade das cooperativas populares na construção da reforma agrária popular?

Bom, em tudo isso que nós colocamos aqui, sobre o início, a luta do MST para conquistar a terra, a luta que o MST faz em cima dela, como é feita a reforma agrária e como é viver na reforma agrária, como é produzir, como é sobreviver, como é viver em cima. E, com isso, para que os acampados e os assentados possam ter uma qualidade de vida um pouco melhor, a gente cria as nossas ferramentas, que a gente tem a função de dizer que a gente cria as ferramentas, porque a sociedade que é aí fora, muitas vezes, não nos aceita enquanto sujeito social, às vezes, não acham que nós não somos parte da sociedade, somos em terra. E aí, em 41 anos do MST, você vem com a ideia de nós irmos construindo as nossas ferramentas, principalmente as nossas cooperativas, as nossas agroindústrias, a nossa associação, o espaço para a gente fazer a nossa comercialização, as feiras, e, com isso, essa ferramenta consegue melhorar toda a comunidade, desde a produção do alimento, de lá na ponta da alface, da produção de verdura, de hortaliça, do dia-a-dia, até nos produtos industrializados, como o leite, industrializa o leite, faz o queijo, a muçarela, o próprio iogurte, o próprio arroz também, o embalado a vácuo, o arroz embalado no pacote normal, o feijão, o fubá.

Então, principalmente nós, aqui na nossa região norte do estado do Paraná, nós temos aqui algumas cooperativas que, desde a produção do leite, daquele derivado de milho, a produção do café, a produção do arroz, nós estamos conseguindo abrir. Temos um avanço muito grande para frente, porque nós entendemos a nossa região aqui, principalmente em Centenário do Sul, nós temos uma região com potencial de chuva muito pouca, muito pobre de chuva. Na verdade, ela é mal distribuída, por causa das questões da muita produção de cana, nossas beiras de rio, matas que ainda não tem, fazendo aos poucos mais extensão em questão de território que abrange toda a nossa região, a chuva, não só aqui, mas nós pegando nossa região como um todo, como exemplo, está muito mal distribuída, chove muito em um lugar, no outro não chove nada, e esse é um acontecimento que está acontecendo no Brasil inteiro.

E para nós conseguirmos cumprir isso, para que a gente possa, os assentados tenham essa condição de produzir e também garantir a sua produção, para que os atravessadores não venham nos sufocar e nos explorar, nós criamos e estamos criando nossas cooperativas, e nós também, dentro disso, a nossa agroindústria, a Coprari em Centenário do Sul, nós estamos produzindo uma agroindústria de poupa de fruta, de suco. Vamos fazer um levantamento do que se produz bem aqui, de repente o carro-chefe pode ser uma manga, está se vendo outras coisas aqui que possam produzir bem, para que a gente pode fazer o avançar, e aí a gente atinge quem? A produção com qualidade, passando por uma agroindústria, entrando nos mercados institucionais, via PAA e o PNAE que é o programa de alimento nas escola, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a gente coloca nossa alimentação na mesa das crianças, e também as crianças têm que saber de onde é que vem, elas sabendo de onde é que vem, a gente faz nossa propaganda de tipo de reforma agrária que a gente quer, o que nós temos hoje, o que nós estamos pensando para amanhã, e onde a gente quer chegar com a reforma agrária (Entrevistado 4, 2025).

O trabalhador sem-terra demonstra em uma fala todo processo que a reterritorialização causa no território e nos atores sociais diretamente envolvidos, a real noção do lugar, espaço e das correlações de forças e de poder estabelecidas pelo movimento da realidade. Novamente, questionando o Entrevistado 4, as respostas demonstram-se assertivas na análise citando os principais programas de alimentos e a relação direta da luta pela terra e disposição de alimentos saudáveis para a população, na sequência inseri o debate da carestia alimentar para busca de percepção do militante do MST.

Como o MST, a partir da Reforma Agrária Popular potencializa o combate à fome?

Bom, com isso, em algumas áreas aqui da nossa região, principalmente aqui do Porecatu, nós estamos falando especificamente do Centenário Sul, algumas áreas dessas aqui já foram feitas processos de reforma agrária, reforma agrária clássica, a famosa distribuição de terra, entrega do lote, que é importante, mas que ainda não cumpre a sua função totalmente, vamos dizer, da grande reforma agrária, a transformação da sociedade, e ainda temos muitos passos ainda para alcançar definitivamente todo o objetivo, mas nós temos que entender que nós estamos vivendo um momento em que nós temos que ir conquistando e construindo aos poucos, mas é esse pouco que nós já conquistamos, e nós sempre nos colocamos, que se nós lutamos pela terra e da terra nós sabemos que sai toda a alimentação do ser humano, e através da terra que nós vamos conseguir acabar com a fome, é nada mais justo do que a gente chegar um momento em que a gente devolva para a sociedade e façamos uma aliança com a sociedade, porque a sociedade muitas vezes, com as correlações de força política, o que ganham de repente não é totalmente necessário para se viver, o que a gente vê relato de pessoas que não têm muitas vezes o almoço e não sabem se vão jantar, os filhos pedindo, a comida não tem, principalmente para aqueles que estão colocados nas grandes encostas e nos morros, nessas cidades mais desenvolvidas, mas estão excluídas da sociedade, porque o sistema capitalista nos coloca que para você ter uma propriedade, uma casa, você tem que comprar e pagar, você tem que ter dinheiro, então se você não tem, você está fora da realidade, a única coisa que eles querem é a mão de obra da gente para fazer trabalhar, mas quando você trabalhou suas oito horas por dia e deixou lá o teu suor, a partir de aquele momento eles não têm mais responsabilidade, então é cada um ir para onde mora, onde vive e que no outro dia esteja pronto para trabalhar de novo, então as pessoas nas grandes cidades viraram massa de manobra, nós aqui, nós aqui entendemos o seguinte, lutemos, fizemos a luta, muitos lutou cinco, dez anos, quinze anos para conseguir produzir comida na terra, e hoje tem uma grande tarefa que é fazer com que essa terra realmente produza, mas não produza a monocultura, produz comida, produz alimento, e para produzir comida e produzir alimento, nós temos que produzir com quantidade, também com qualidade, por isso nós batemos tanto na questão da agroecologia, da produção orgânica, principalmente da agroecologia, porque a produção orgânica a gente molda e molda o alimento a ser produzido, você restringe a utilização de alguns produtos químicos, então você produz um produto que tem menos produtos químicos, menos veneno, um produto mais limpo, o produto agroecológico ele começa a mudar o ser humano, o indivíduo, e é só assim mudando o ser humano, mudando o indivíduo que nós vamos conseguir avançar e ir em passos largos para um avanço, vamos dizer assim, tanto na reforma agrária como na produção de alimento, e o MST tem feito o

quê? os seus territórios, que nós conquistamos nossos territórios da reforma agrária, nós fazemos as nossas campanhas de distribuição de alimento, distribuição de alimento memo, entendeu?

Não é distribuir, achar que vamos distribuir soja, nós vamos distribuir o arroz, o arroz e feijão, abóbora, chuchu, as várias hortaliças, alface, a cenoura, o almeirão, também várias outras a batata doce, a mandioca e vários outros produtos, a banana, o abacaxi, as frutas em geral, isso sim é dar autonomia para esse grupo de pessoas que produzem e ir para a cidade fazer essas entregas e realmente receber simplesmente muito obrigado, e que Deus te abençoe, porque nada paga você conseguir fazer, colocar no sorriso de uma família, do pai de família, dinheiro não consegue pagar isso.

Então, nós do MST, além de produzir para a gente se manter, nós também precisamos nos manter, mas também pensamos também de produção para a auto sustentação, nos sustentar e sustentar também algumas comunidades, inclusive algumas entidades, asilos, escolas, creches, nós também tentamos se vincular, sobrando alimentação, a gente manda, ou a gente manda muitas vezes aquilo que a gente tem mesmo, basicamente é esse potencial que o MST tem para minimizar a fome, está aí nas mídias nesses últimos anos, no período de pandemia, quanto de alimentação o MST conseguiu distribuir em Centenário do Sul, na região de Londrina, outras cidades vizinhas aqui que são Florestópolis, Porecatu, o quanto de alimentação, as nossas campanhas que nós fazemos todo ano, todo final de ano a gente faz essa doação de alimento, para que as pessoas tenham o mínimo no natal, no ano novo, com dignidade, poder ter o que comer, então esse é um dos nossos maiores potenciais, não sei se nós podemos dizer que esse é um potencial de combate à fome, mas de minimizar a fome, não de todas as pessoas, a gente gostaria de atingir a todas, mas também saber que nós conseguimos minimizar daquelas famílias que estão recebendo, minimizar a fome ali e que o ganho que eles ganharam, eles não precisam gastar com comida, eles possam gastar com outra coisa que realmente está precisando em casa (Entrevistado 4, 2025).

O coordenar estadual do MST/PR, refletindo sobre a mesma questão, assim nos respondeu:

à questão das cooperativas populares, no último período, nosso movimento, com acúmulo histórico, desenvolveu a síntese da comunidade camponesa de resistência. E ela cabe tanto para os acampamentos quanto para os assentamentos. A resistência é a resistência em cima da terra, para conquistar um pedaço de terra, mas também a resistência para permanecer na terra depois. Por isso nós desenvolvemos essa terminologia, essa síntese, que na essência é a reforma agrária popular. E na reforma agrária popular vem todo o processo completo. Vem a pesquisa, vem a tecnologia, o desenvolvimento social, o desenvolvimento produtivo, desenvolvimento sociocultural, desenvolvimento humano. É o todo. A cultura, a elevação do nível cultural das pessoas. É tudo isso. E aí é o papel de todas as frentes. Cada frente nossa do MST desenvolve um papel fundamental. Essa parte das frentes da formação política ideológica, da formação humana, cultural, educacional e tudo mais. O social, a integração, a sociabilidade. E as cooperativas cumprem esse papel nessa frente do desenvolvimento econômico, que é fundamental. Que é, aliás, a questão da produção, da assistência técnica, da renda das famílias, da produção de alimento saudável. Então a cooperativa cumpre esse papel de organizar essa parte da economia, do desenvolvimento econômico das famílias, da renda, que é essa coisa do bem-estar também com renda. Então, no fundo, esse é o papel fundamental da cooperativa. Que é organizar a produção de alimentação saudável e a cooperação (Entrevistado 5, 2025).

Os depoimentos dos militantes do MST, se adequam a linha de pensamento de Leite (2000). O autor afirma que se deve, resgatar diferentes momentos da trajetória dos assentamentos. Inicialmente, torna-se imperioso o conhecimento histórico da região onde eles se localizam e dos conflitos que lhes deram origem. Durante esse processo, surgem lideranças, constituem-se alianças e oposições, produzem-se identidades. Ocorrem aí alterações nas relações políticas e sociais que podem constituir-se em fator determinante, posteriores a criação do assentamento. No que tange à localização do assentamento, torna-se fundamental verificar as condições de ocupação, produção, organização produtiva, relações pré-existentes etc. Para Leite (2000),

são as trajetórias sociais dos assentados que precisam ser objetivadas: não mais teríamos indivíduos genéricos como beneficiários, mas indivíduos com uma história e uma situação social anterior precisa. Um segundo momento é considerar a ação do Estado, que intervém no conflito, com regularização ou desapropriação das terras, delimitação de terras, outorga de títulos de propriedade, linhas de crédito etc; além da atuação dos órgãos diretamente ligados a ele que devem prover infraestrutura básica (estradas, luz elétrica etc.), serviços primordiais como saúde e educação e assistência técnica. Essa intervenção pública resulta numa reordenação das relações no plano local. Assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito. Daí deriva uma das primeiras dimensões do que se poderia chamar impacto dos assentamentos: trazer determinados segmentos para a experiência com o mundo dos direitos, na medida em que o assentamento em si mesmo implica o reconhecimento do direito a um pedaço de terra (o que é diferente do reconhecimento do direito à terra em geral). A trajetória dos assentados, suas alianças, possibilidades de coesão e de constituição de espaços de poder, as relações que estabelecem entre si, com o Estado, com as forças políticas locais são definidoras das possibilidades de consolidação desse direito e/ou de seu desdobramento em outros direitos. Desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder (Leite, 2000, p. 44).

As reflexões de Leite (2000), sobre a geração de novas relações sociais internas e exteriores aos assentamentos, constituem espaço de formação de demandas e de novas mediações. Assim sendo, constroem-se novos parâmetros para uma vida em conjunto. Nesse processo se faz necessário estabelecer novos critérios para lidar com contradições antigas. Na região de Porecatu, os principais antagonistas ao projeto de reforma agrária popular do MST, continuam os mesmos antagonistas dos posseiros da Guerrilha de Porecatu, o grupo Atalla, para o entrevistado 5 (2025) como principal entrave ao desenvolvimento dos projetos do movimento. Daí surge a questão:

Qual principal dificuldade para implementação dos projetos no MST na região?

O Complexo Atala, que nós chamamos, na área do Grupo Atala, que mantêm improdutivas as terras que foi grilada lá nos anos 40 e 50, atualmente esta área tem cinco acampamentos, né? O primeiro deles é o Herdeiros da Luta de Porecatu, que é em Porecatu, tem Fidel Castro em Centenário, tem Manuel Jacinto Correios e Hilda Arns em Florestópolis e Esther Fernandes em Alvorada do Sul. Então, a resistência desses cinco acampamentos e a conquista virá em conjunto, vai ser uma conquista coletiva dos cinco acampamentos, e serão assentadas num único período, porque é uma luta coletiva ali, como um todo. São cinco acampamentos, mas com objetivos comuns.

Então, nesse sentido, a demora que já passou de 16 anos, no mundo todo, ela é exatamente por conta dessa estrutura fundiária que nós temos no país, desigual, desumana, e com o apoio do Estado brasileiro que sustenta o agronegócio com dinheiro público, e essa falta de vontade mesmo, falta de vontade política e também essa questão mais estrutural, econômica do Brasil e tudo mais, que a bancada ruralista, a bancada da bala, enfim, tem todo um conjunto de forças por dentro do Estado brasileiro e fora dele que sustenta essa estrutura fundiária desigual. Então, por isso, é um processo longo de luta. E o atraso e a demora na desapropriação daquelas áreas, para assentar as famílias, ela vem exatamente por conta de tudo isso que eu disse.

Mas é por conta, principalmente, porque não está na ordem do dia, não está na prioridade do Estado brasileiro de fazer a reforma agrária, de enfrentar o agronegócio. Por isso, toda essa demora de 10, 15, 20, tem famílias acampadas no Paraná e no Brasil com mais de 30 anos, que é fruto dessa falta de decisão, falta de vontade e falta de prioridade em fazer a reforma agrária nesse país. (Entrevistado 5, 2025).

A fala do dirigente do MST reflete nas críticas de Lustosa (2012) sobre a necessidade de alteração e reconstrução do padrão de reforma agrária estabelecido no país, a necessidade de construção de uma reforma agrária popular que não necessariamente é meramente centrada na propriedade privada da terra e de seus produtos. Ao contrário, ao definir a reforma agrária clássica ou seja;

metamorfoseada como política social de natureza redistributivista, enquanto alternativas aos esquemas de reprodução capitalista e de reprodução social, que dão suporte aos efeitos dos avanços das forças produtivas sobre a força de trabalho. Disso decorre a funcionalidade de uma base institucional-burocrática formal, mas social e intelectual, de sustentação e legitimidade deste modelo de reforma agrária com pouca terra (Lustosa, 2012, p. 78).

Esta tentativa de reforma agrária clássica restrita, a reforma agrária a brasileira, não esgota as possibilidades do dispositivo legal do art. 186 da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a função social da natureza e a importância desta centralidade na compreensão desde o combate à concentração da terra, na produção de alimentos e no desenvolvimento do campo.

Limites dentro destes processos existem e foram supracitados na problematização de Martins do século XXI, sobre a motivação rentista (fundiária) na

adesão ao processo de luta dos movimentos sociais enquanto grupos de mediação entre a necessidade de trabalhar na terra e o assentamento em políticas públicas de regularização fundiária de início e de incentivos à produção agrícola concomitante com o assentamento. Quando se estabelece a reforma agrária mesmo no modelo clássico como principal reforma de base necessária ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, opta-se pelo cativo da terra, via latifúndios do estado brasileiro. Para Martins (2003):

A questão agrária não se dá a ver como questão estrutural (embora seja), relativa à irracionalidade econômica da renda da terra para reprodução ampliada do capital. O capital se revela, nos episódios da ocupação da Amazônia e da resistência à reforma agrária, nas últimas décadas, como capital rentista, diverso do capital produtivo e do modelo de capitalismo próprio dos países envolvidos, a questão agrária se apresenta como questão social, o desenraizamento como fonte de injustiças e problemas sociais. Ao mesmo tempo, a consciência empresarial e o capital que nela se expressa não parecem alcançados pelas irracionalidades do regime de propriedade fundiária, em particular a redução do mercado interno, suas limitações e sua pobreza, só a partir da forma assumida pela questão social da terra é que ela se propõe como questão política (Martins, 2003, p. 183).

Ao criar mecanismos de mediação ao debate da questão agrária, esta passagem para a fase política citada por Martins, ocorre pautada pelas expressões e necessidade do campesinato. Para Gilmar Mauro (*apud* MST, 2024), outro fator preponderante nesta seara é que, “não é só uma função social em relação às terras no Brasil, é a função social do planeta Terra, nós estamos no momento em que o desenvolvimento da ordem do capital está provocando a destruição ambiental”. Ao relacionar, na totalidade, os malefícios da concentração fundiária, o que torna se cada instante mais evidente é a crescente degradação do meio ambiente. Para Mauro;

O aquecimento global é um dos fatores. Nos últimos dez meses, a temperatura planetária subiu acima de 1,5 grau. Isso implicará na destruição cada vez mais acelerada do planeta e colocará em risco a existência humana nesse planeta. Mas na particularidade brasileira, cumprir a função social estabelecida pela Constituinte de 88 é: um produzir racionalmente a terra em benefício de proprietários e dos trabalhadores; dois respeitar a legislação ambiental e três: respeitar a legislação trabalhista. Se nós fizermos qualquer estudo, e nem precisa ser profundo, vamos verificar que a grande maioria dos latifúndios e do dito agronegócio nesse país nem produz racionalmente, não respeita a legislação ambiental e não respeita a legislação trabalhista. Nós temos trabalhos análogos à escravidão, destruições ambientais gravíssimas em todo o país e, portanto, teríamos áreas de terra para a desapropriação ou expropriação, no caso de trabalho escravo e de desrespeito à legislação ambiental, para fazermos uma grande Reforma Agrária, para pensarmos um modelo de produção na agricultura completamente diferente. E quando estamos falando em modelo de agricultura, nós não estamos falando de uma volta ao passado. Estamos falando de tecnologias que ajudem a diminuir a penosidade do trabalho agrícola, aumentem a produtividade, mas

principalmente de alimentos saudáveis, como produção através de bio insumos, de agrofloresta, e de tecnologias que não agredam a natureza e o meio ambiente. É essa a Reforma Agrária que nós defendemos. É mais que uma Reforma Agrária, é uma revolução na agricultura brasileira e mundial, não só pela necessidade da categoria Sem Terra, pela necessidade da sobrevivência humana no nosso planeta (Mauro *apud* MST, 2024, s.p.).

O que o MST defende, é a necessidade de se dessacralizar o instituto da propriedade como único meio de realização de uma reforma feita em consonância com o constitucionalismo atual. Os mecanismos jurídicos constitucionais estão postos, e exemplos positivos de como um processo amplo de reforma agrária clássica inicialmente, direcionada e posteriormente metamorfoseadas pelos movimentos sociais em reforma agrária popular podem proporcionar alterações significativas nos territórios que recebem assentamentos. Entraves políticos, e não jurídicos aparecem como principal motivador da não conclusão do processo de reforma agrária na região de Porecatu.

Toda esta movimentação do MST deixa bem explícito que este movimento social do campesinato brasileiro tem bem definido um projeto societário em que a reforma agrária popular é o carro chefe da reorganização do tecido social brasileiro garantindo a produção de alimentos condição *sine qua non* no desenvolvimento da reprodução da força de trabalho. Para Netto (1995), este movimento do MST demonstra a fina adesão a teoria social crítica (referimo-nos à tradição marxista) e, segundo o autor, a utilização do método materialista histórico,

já demonstrou que a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica – isto é: a sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, puramente factual. No entanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para logr-la. Não nos interessa aqui a estrutura própria dos projetos individuais e dos projetos coletivos e, menos ainda, as complexas relações entre ambos. Interessa-nos tão somente um tipo de projeto coletivo, que designamos como projetos societários (Netto, 1995, p.05).

Para Netto (1996), trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos

coletivos, como por exemplo, os projetos profissionais do Serviço Social possuem similaridade com o projeto societário do MST, com base na reforma agrária popular e com horizonte de estabelecimento da soberania alimentar, via nacionalização das terras devolutas e reversão da produção agrícola de *commodities* para produção de alimentos saudáveis.

Marilda Vilela lamamoto (2001) em sua dissertação de mestrado sobre as agroindústrias paulista, aqui pesquisada via versão do Livro: *“Trabalho e Individuo Social”*, afirma que enquanto projeto societário do agronegócio está atrelado, segundo lamamoto (2001),

Conglomerados econômicos a partir da integração de capitais não excludentes aos objetivos rentistas dos proprietários fundiários, ao contrário, os empresários do agro perseguem tanto a valorização de seus capitais imobilizados na terra e transfigurados em renda capitalizada, quando lançados na esfera produtiva, porque integram historicamente, nas mesmas pessoas, personagens sociais distintos, capitalistas e proprietários fundiários. É inclusive nessa dupla condição que sedia o poder para barganhar fundos públicos, com a força oriunda do poder político regional assentado nos monopólios de vastas extensões territoriais, para impulsionar seus investimentos produtivos e interferir na formulação de políticas públicas atinentes ao setor agroindustrial. Esta dupla fonte de poder dos latifundiários explica também no seu peso político no enfrentamento da organização dos trabalhadores rurais, a desigualdade do desenvolvimento capitalista do setor se expressa nos óbices impostos à atuação da representação sindical onde tem lugar a já tradicional prática de desrespeito às determinações legais atinentes às relações de trabalho (lamamoto, 2001, p.137).

Esta alteração nas relações sociais e de trabalho do campo só será possível em projeto de alterações societárias significativas, através de um processo revolucionário, sobre o qual Fernandes (2018) nos legou os desafios,

Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem "simples palavras". A revolução constitui uma realidade histórica; se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave. Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas. No nível mais imediato, de luta pela transformação da sociedade brasileira no aqui e no agora, a palavra revolução recebe um significado que não depende apenas do querer coletivo das classes trabalhadoras. Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática (Fernandes, 2018, p. 02).

Ao analisar a influência das políticas públicas nesta tese, analisadas elas carregam marcas de conciliação com o projeto do agronegócio, verificando que na região de Centenário do Sul, os programas de reforma agrária clássica atuam em consonância com o desenvolvimento capitalista e sempre potencializando a lógica da questão agrária brasileira, ou seja, a histórica concentração fundiária, e a estrutura do latifúndio.

É necessário pontuar criticamente a esta realidade, principalmente considerando a dimensão histórica que coloca a questão agrária como “uma das particularidades do capitalismo dependente na formação social brasileira por ter a propriedade privada da terra como indicador na compreensão de classes sociais”.

Lustosa (2012, p.249). Ao reconhecermos o caráter utilitarista e pragmático dos meios empregados pelo Estado, as políticas públicas funcionarem como amortecedores desmobilizadores de forças sociais e políticas que se organizam ante os antagonismos da ordem capitalista alicerçada no modelo do agronegócio.

Estes programas de assentamentos rurais para Lustosa (2012);

Os programas sociais são meios de mediação na reprodução da força de trabalho, têm por funções econômicas, sociais e ideológicas, não apenas para suprir os níveis de pobreza, tem face autoritária e mostram o atraso do Estado, negam a legitimidade das organizações políticas e exerce demasiado controle social sobre as lutas dos trabalhadores (Lustosa, 2012, p.165).

Portanto, o Estado fundiário brasileiro, é jagunço do modelo de latifúndio, com a propriedade privada de terras devolutas sendo base e a atmosfera deste modelo agrário. O capitalismo brasileiro consolidou um padrão absolutamente contrário aos moldes clássicos do capitalismo, no qual a terra concentrada constitui fator de obstrução a circulação e a reprodução, o que cria segundo Martins (2012), um Estado de anomia socioeconômica. De acordo com o autor:

É impossível entender o Brasil tradicional, o Brasil moderno sem levar em conta está tensa combinação do moderno e do tradicional que freia nosso desenvolvimento social e político e que se renova a cada momento. Somos estruturalmente, uma sociedade da história lenta, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e ao mesmo tempo, tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e político, ratentando-lhe o ritmo e cobrando-lhe tributos, às vezes definidos como corrupção. É o Brasil moderno pagando propina para o Brasil arcaico para se viabilizar e na mediação dessa promiscuidade definindo se na singularidade que lhe é própria, um país que não fez revoluções históricas (Martins, 2012, p. 12).

Na tentativa de delinear direção contrária aos rumos impostos pelo latifúndio no Brasil, os camponeses da região de Porecatu e Centenário do Sul, municípios porte I nas políticas públicas, desde a experiência de construção da Guerrilha de Porecatu

até a atual inserção do MST na região, construíram ambos os movimentos de vanguarda no campesinato. Estes trabalhadores rurais demonstram que a classe trabalhadora tem projeto societário e está em curso nas terras roxas do Norte do Paraná.

À guisa de finalização, a resposta da acampada Hellen Neves, descendente direta de família de posseiros que lutaram na Guerrilha de Porecatu, dá um depoimento conciso que sedimenta o elo entre posseiros da Guerrilha e atualmente os trabalhadores rurais do MST.

Como sua família se insere na luta pela terra no Norte do Paraná?

Minha família se inseriu nessas terras vindo do estado de Minas Gerais, para desbravar essa terra. Meu bisavô e avô, eram posseiros meeiros na Fazenda Quem Sabe, hoje assentamento Maria Lara no município de Centenário do Sul-PR. Ambos participaram diretamente da Guerrilha, e ficaram conhecidos como "irmãos quiabos", o que fez e faz minha família ter continuidade na luta se dá através do anseio de conquistar a terra para ter uma vida digna e com qualidade, esse era a intenção dos meus avós e continua sendo a nossa (Entrevistada 6, 2025, s.p.).

De toda o arcabouço da crítica economia política, talvez, o que Marx, fez de mais revolucionário, foi perceber, analisando aqueles fatos históricos do século XIX, que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, p.38). É este elo com o passado de luta dos posseiros da Guerrilha de Porecatu que retroalimenta a luta dos trabalhadores rurais acampados via MST.

Ciente que a reforma agrária inicia -se no assentamento, o assentamento representa o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas. Por isso, deve-se compreender os assentamentos como expressão de um impasse da luta social. Por um lado, os assentamentos unem o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família. A principal delas é a da consolidação e regularização das áreas,

O assentamento imediato das mais das famílias acampadas no Paraná é a principal bandeira das lutas, ao lado da implementação de políticas de viabilização e fortalecimento da produção, do fomento às cooperativas e agroindústrias da reforma agrária popular, da retomada do programa de habitação rural e do Minha Casa, Minha Vida pelo Incra, da recuperação de estradas rurais e da assistência técnica, entre outros avanços(MST, 2025b).

Este déficit herdado do Brasil colônia e delineado pelo cativo da terra, não sucumbiu durante o tempo desta tese, mas esta em vias de ruir, devido a práxis social emancipatória dos camponeses de Porecatu e região, que vanguarda que são na constituição do campesinato, aguardam em luta a conclusão de longo processo de disputa de classes sociais antagônicas. A conjuntura política de poder da correlação de forças aparentemente favorável, visto adesão ao atual governo executivo, dos movimentos sociais em luta pela terra, contudo a Nova República e a democracia burguesa já se mostrou ineficaz para a defesa do campesinato desde os primórdios da história da República. Otávio Ianni (1984), na obra *“As origens agrárias do Estado brasileiro”*, afirma que,

a questão agrária é um elemento importante para explicar tanto as diversas formas adquiridas pelo Estado como as principais rupturas ocorridas na história deste. No Império e na república, os problemas da sociedade agrária marcam bastante, e às vezes de modo decisivo, a fisionomia do Estado brasileiro. Pode-se dizer que o poder público tem sido levado a tomar decisões, criar órgãos, desenvolver política que influenciam bastante a agricultura, segundo os interesses da indústria, comércio e bancos. (Ianni, 1984, p.263).

O legado de resistência a este amplo processo de acumulação do capital no campo, é a contribuição direta da Guerrilha de Porecatu aos movimentos sociais rurais atuais, em face ao desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, compreendendo a monopolização da propriedade e exploração da renda da terra. Toda essa luta tem como referência básica a terra, como objeto e meio de produção. Põe em causa a terra como base da produção de valor de uso e valor de troca. Desenvolveu-se o contraponto agricultura e indústria, com ação direta pela luta pela terra.

No que esse refere à terra, está posta a morosidade na regularização fundiária em terras comprovadamente improdutivas, visto a denúncia de paralisação nos assentamentos denunciados pelo MST. A melhor tática para os camponeses continua sendo a luta de classes, visto a imobilidade nos assentamentos das famílias do acampamento Fidel Castro.

Por isso, deve-se compreender os assentamentos, desde a luta pela terra, representadas nos acampamentos de barracos de lona preta, como expressão de um impasse da luta social. Por um lado, quando ratificada a possibilidade de assentamento da família camponesa, unem o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família.

Por outro lado, em um contexto de avanço do modelo agro-exportador com prioridade à produção em grandes áreas para exportação, os assentamentos não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades. Infelizmente, os assentamentos não se constituem como expressão de uma política ampla e massiva de democratização da terra no Brasil nem fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento focado no mercado interno, tendo na reforma agrária um de seus elementos estruturadores. (MST, 2025b).

Esse impasse é desfavorável aos trabalhadores e se revela quando analisamos as omissões dos sucessivos governos quanto às suas obrigações contraídas junto aos acampamentos em assentar e nos assentamentos de garantir a produção camponesa. Pesquisas sobre a qualidade de vida nos assentamentos constaram que os formados entre 1995 a 2001 careciam de diversas estruturas sociais e serviços públicos. Por exemplo:

32% dos assentamentos não tinham casa definitiva; 49% não possuíam água potável; 55% não possuíam eletricidade; 29% das famílias com filhos em idade escolar não tinham acesso à escola de ensino fundamental; 77% não tinham acesso ao nível médio; 62% dos assentamentos não tinham atendimento de saúde emergencial. O passivo social nos assentamentos é enorme, o que reforçou a necessidade das lutas reivindicatória por políticas públicas e justifica a sua intensificação nos anos 90 e 2.000. Apesar da ausência das ações governamentais dentro dos assentamentos, a condição de vida destas famílias se modificou positivamente. Estudos revelam uma melhoria da vida das famílias assentadas dadas suas condições anteriormente vividas. Uma pesquisa aponta que 66% das famílias pesquisadas apontaram uma melhora no padrão de sua alimentação; 62% perceberam uma melhora no seu poder de compra, sobretudo de bens duráveis e 79% dos entrevistados viram melhoras na forma de habitação. Outro dado revelador da pesquisa referiu-se à confiança no futuro por parte destas famílias: 87% delas acreditam que o futuro será melhor. (MST, 2025b).

A partir destes exemplos, a lição que fica, é que os assentamentos devem buscar resolver as necessidades concretas das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas, buscando com isto, a elevação do nível educacional, cultural e de consciência social-política de todas os membros das famílias que como agentes agroecológicos farão ressoar pela sociedade em geral.

Estes desafios impostos pelo Estado brasileiro, transnacionalizado pelo capital estrangeiro e dominado pelo cativo das terras brasileiras por este capitalismo agrário, que cria os mecanismos e estruturas que garantem a reprodução e desenvolvimento da lógica do agronegócio no campo.

Mesmo problematizando os limites impostos pela ausência de políticas públicas complementares e constatando o passivo social dos assentamentos, derivados desta anemia de políticas de mitigação desses supracitados desafios, os exemplos oriundos dos territórios de RAP, direcionam horizontes que a conjuntura política busca nebuloso, de transformações societárias que potencializem a reprodução da força de trabalho, possibilidade alimentação saudável, condição básica para existência da espécie humana.

Desde os tempos da Guerrilha de Porecatu, passaram diversos governos, em âmbito federal e estadual e municipal, com diferentes orientações políticas, alguns inclusive que utilizam a base eleitoral do campesinato, com anuência dos movimentos sociais do campo. Neste interim, subsidiam financeiramente as atividades de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, as ações do estado em relação ao agronegócio são exemplos evidentes da sustentação dada às elites dominantes no Brasil.

Atualmente os camponeses organizados no acampamento Fidel Castro, herdeiros de luta dos posseiros da Guerrilha de Porecatu que influenciaram o surgimento da Ligas camponesas, federações de trabalhadores rurais e Contag, tem em seus coordenadores, dirigentes nacionais do MST. Ceres Hadich, porta voz do MST em âmbito nacional classifica a relação do MST com o Palácio do Planalto como de “muito diálogo e poucas respostas, nossa pauta não avançou”. Segundo Hadich (2025),

Avaliamos que tem faltado empenho do governo para avançar, concreta e massivamente, o que deixa nossa base insatisfeita. Muitas famílias estão há mais de quinze anos acampadas e têm a expectativa de que vão conquistar a terra sob o governo Lula. Também há um passivo imenso em relação à retomada de políticas públicas para as famílias assentadas, e isso gera um nível de tensionamento bastante grande, porque já estamos no terceiro ano de governo. Nossa pauta não avançou. Ao longo de todo ano passado, inclusive na jornada de lutas de abril, apresentamos ao governo, que se comprometeu a avançar, mas não teve nada de concreto. (Hadich, apud Chapola 2024, s.p.)

As contradições fundantes advindas das origens agrárias do Estado Brasileiro, impõe o ritmo lento, moroso, que retarda o desenvolvimento até mesmo do capitalismo hiper tardio brasileiro, na derradeira seção a constatação da práxis social do campesinato com seus avanços e limites será a conclusão desta pesquisa, que buscou demonstrar a questão da terra, enquanto característica heurística da questão social no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O campinar é sozinho,
mas a colheita é comum”.
João Guimarães Rosa*

Passam conjuntura política favoráveis e desfavoráveis, e o diálogo acerca da reforma agrária, como assevera José de Souza Martins, continua um diálogo impossível na sociedade brasileira. A real necessidade da classe trabalhadora brasileira não está contemplada, uma reforma agrária popular que possibilite a diminuição nos preços e produção de alimentos de qualidade para a população brasileira. Para isso a terra tem de se libertar do seu cativeiro. O cativeiro da terra é o principal entrave para reprodução da força de trabalho no país.

Ao delimitar por necessidade metodológica os objetivos acadêmicos no processo de efetivação da tese, fica factível para este pesquisador o tamanho do desafio colocado para os camponeses no Norte Central do Paraná, desafio este atrelado à insuficiência do modelo da reforma agrária clássica com assentamentos pontuais e linhas de créditos precárias financeiramente para as famílias camponesas.

Utopicamente, o fim perseguido desta tese é inconcluso, pois a efetivação do processo de regularização fundiária, processo esse iniciado desde a luta dos posseiros no território, desde os idos tempos da Guerrilha de Porecatu. Atualmente esta luta foi herdada pelo MST, portanto, a regularização fundiária com titulação da terra para as 300 famílias, a conquista da terra pelos trabalhadores rurais do Acampamento Fidel Castro. Não houve êxito em verificar a conclusão de um processo de resistência do campesinato ao desenvolvimento capitalista no campo. Esta organização política do campesinato contribuiu com a estrutura do sindicalismo rural brasileiro.

Ao afirmar a vanguarda da Guerrilha de Porecatu na constituição do campesinato no Brasil, esta tese no seu primeiro capítulo procurou se adequar ao pensamento principalmente de José de Souza Martins (1989) e Osvaldo Heller da Silva (2006) que colocam esta experiência dos camponeses do Norte do Paraná, a primeira organização política em molde de liga camponesa, antes mesmo das ligas do nordeste e posteriormente demonstrar as ações do campesinato representado pelo MST. Os posseiros do passado ao transmitirem o legado da luta da Guerrilha para as gerações futuras, delinearam o campesinato com as características de resistência e

estratégia, marca principal da Guerrilha de Porecatu. No movimento da história, os camponeses foram adaptando as formas de luta culminando no modelo desenvolvido na luta dos trabalhadores rurais do MST, que por sua vez continuam escrever a história de luta do campesinato brasileiro.

Estas famílias, mesmo sem a segurança da regularização fundiária, desenvolvem projetos atrelados a agroindústrias, trabalham sob a lógica da agroecologia e novas relações sociais e trabalhistas. Estas ações demonstram a potência do projeto societário do MST e da Via Campesina alterando significativamente as estruturas sociais nos municípios que recebem assentamentos rurais.

Os depoimentos dos militantes do MST, demonstram que por falta de vontade políticas as famílias do Norte do Paraná, não tem suas demandas atendidas, muito pelo sucateamento e aparelhamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e por consequência a paralisação total do Programa Nacional de Reforma Agrária e das políticas de financiamento e estruturação dos assentamentos, Brasil a fora tem se aprofundado devido à criminalização dos movimentos sociais e das lutas no campo, com o aumento do número de assassinatos de lutadores e lutadoras do campo, e o abandono e isolamento dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

A fila dos projetos de assentamentos da RAC supracitados excluem ainda aproximadamente 110.000 famílias no Brasil, cerca de 1100 destas famílias nos cinco acampamentos da região e especificamente 300 famílias do acampamento Fidel Castro, território este cravado no perímetro onde desenrolou os principais conflitos armados durante os idos tempos da Guerrilha de Porecatu, hoje, a Vila Progresso está abandonada às suas histórias de lutas.

Atualmente, a farsa da política institucional responsável por assentar essas famílias, negam o passado ontologicamente atrelado a terra. Depoimentos como o supracitado do Entrevistado 4, esse camarada camponês é posseiro do legado dos camponeses massacrados na Guerrilha de Porecatu, está agora em cima da terra roxa contestada semeando novas possibilidades demonstram que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (Marx, 2006 b, p.41).

Ao passo, que para o campesinato a política pública que de fato poderia ser um instrumento emancipatório e que vai de encontro aos interesses dos trabalhadores rurais seria uma reforma agrária, de cariz popular, a luta pela reforma agrária popular portanto, assume relevância no momento contemporâneo da história do Brasil, que sobrepoê todas as demandas sociais e políticas da sociedade capitalista, as reformas de base almejadas na conjuntura pré ditadura, ainda são latentes no Brasil.

Os sujeitos sociais, nesta tese retratados são parte e expressão do campesinato brasileiro que resisitiu e resiste, luta, inventa formas inéditas de organização, estratégias eficazes de luta na correlação de forças com os donos do poder no país. Organizaram e se organizam para potencializar o sujeitos coletivos, por meio da união e solidariedade, estes valores atrelados a um projeto societário onde a reforma agrária torna se popular.

Um país que fomenta a RAP, necessariamente radicará a carestia alimentar, atual situação da classe trabalhadora brasileira é de grande parte dos salários, serem destinados a comida de baixa qualidade, industrializada, alimentos ultraprocessados que adoecem a população brasileira, a situação põe em risco a soberania alimentar brasileira, num cenário que 76% dos alimentos, são produzidos pela agricultura familiar e camponesa.

Uma nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo, pela educação pública, e pela sanidade ambiental e de saúde pública. É preciso realizar uma ampla reforma agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham, promover a posse e uso da terra para todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, faxinalenses e quilombolas.

Estabelecer um limite máximo quanto ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional, torna se necessário. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos para toda a população, aplicando, assim, o princípio da soberania alimentar.

A ocupação de terras, foi e é a forma de luta mais importante do MST. É a partir da retomada da terra que o movimento denuncia terras griladas ou improdutivas. A ocupação gera o fato político, que demanda uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil. Se a terra representa a possibilidade de trabalhar,

produzir e viver dignamente, a educação é outro instrumento fundamental para a continuidade da luta. Em Centenário do Sul, essa lição foi seguida laureada pelo método sim eu posso! E a disposição dos trabalhadores sem-terra no acampamento de por meio da educação valorizar os saberes, vivências e a cultura das populações rurais, o principal objetivo de erradicação do analfabetismo no acampamento foi cumprido, seguindo os valores da educação popular.

Desde a chegada do MST em Centenário do Sul, o movimento social assume como desafio e compromisso a participação de todas e todos os sujeitos no processo de luta. Desta forma, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são protagonistas de sua própria história. No acampamento a biblioteca foi o povo sem-terra que fez, o Centro de Saúde, João Malachetta, foi o povo sem-terra que fez, a horta comunitária foi o povo do sem-terra que fez, a produção orgânica de soja, foi o povo do sem-terra que fez.

A participação política e organizativa das mulheres no MST, possibilitou a formação de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero, inclusive na tarefa militante. A criação do setor de gênero, em 2000, em nível nacional, ampliou e aprofundou esta tarefa de debate, formação e luta pela construção de novas relações de gênero e com a natureza.

Compreendendo que o patriarcado e o racismo são bases de sustentação da violenta ordem do capital, cabe ao setor de gênero atuar nas diversas dimensões da vida dos sujeitos que compõe nossa organização, da base à militância. Ao impulsionar a transformação das relações político organizativas, desde a cultura a moda de viola, do futebol ao samba, das condições econômicas concretas e subjetivas existenciais, pretende-se fortalecer o projeto de reforma agrária popular, feminista e antirracista sem discriminação sobre orientação sexual. Todas estas dimensões contempladas no acampamento Fidel Castro.

O mérito maior dos posseiros de Porecatu, foi o desvelar de consciência de classe, além da efetiva contribuição para construção de uma estrutura de organização política para pleito de seus interesses, mesmo que dentro da ordem hegemônica burguesa. deste avanço político dos trabalhadores rurais, cabe evocar a Guerrilha de Porecatu, como libelo acusatório da condição cativa da terra, visto que esta organização política denunciou o cárcere institucional da terra, que o latifúndio detém no Brasil. Logo, a Guerrilha de Porecatu, torna se emblemática e pedagógica para o campesinato.

Estes camponeses “os *pés vermelhos*” da terra roxa do Norte do Paraná, fizeram uma Guerrilha Rural, lutaram contra o grande capital, representados pelo grupo Atalla, e em colheita desta processualidade de organização política e social, contribuíram diretamente para efetivação do campesinato enquanto classe social e abriu os caminhos para sindicalismo rural brasileiro, e ainda alfabetizam, estudam, plantam com sustentabilidade, repartem o pão e aguardam ansiosamente que toda esta história de lutas possa vir a ser reconhecidas pelo Estado Brasileiro, reconhecimento sob forma de assentamento das famílias, especificamente o olhar principal desta tese foi no município de Centenário do Sul, ao qual, 300 famílias aguardam o desfecho da fusão dos pressupostos políticos que os condicionam a política da relação entre o ser humano com a terra que garanta o uso coletivo da terra.

A necessidade de uma reforma agrária, que potencializasse o controle dos trabalhadores, após a conquista dos primeiros assentamentos, o MST, viu-se diante do desafio de estabelecer novas relações de produção. Em Centenário do Sul surgiu as pesquisas e primeira colheita de soja orgânica no Brasil, em larga escala demonstrando novamente a vanguarda deste território.

As adversidades, as discussões e os estudos referentes ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo levaram a uma nova concepção de realidade. Diante disso, três princípios fundamentais foram estabelecidos para dar origem ao modelo de cooperação agrícola do MST, não separar, as lutas pela terra e pela reforma agrária, a dimensão econômica da dimensão política; entender que a luta não termina na conquista da terra, ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola das ocupações.

Portanto, o MST visa priorizar a formação dos sem-terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva para construção de uma reforma agrária popular, que pressupõe uma revolução cultural no modo de viver e se reproduzir no campo brasileiro. A transformação das relações entre homens, mulheres e a natureza, por isso ela é o programa cultural do MST. A arte e a cultura têm um papel fundamental no MST, todas as reuniões no acampamento Fidel castro a mística do MST está preservada, das modas de viola no galpão de reuniões a culinária caipira que não deixa faltar porco no tacho e mandioca amarela cozida derretendo, prática típico do acampamento que me foi oferecido diversas vezes.

Todos estes avanços do campesinato que pude constatar em Centenário do Sul, evidencia a ferramenta da ocupação de terras como eficaz enquanto estratégia de luta do campesinato brasileiro, que em dado momento da história bradou “reforma agrária na lei ou na marra”. Portanto, continua delineando táticas para enfim alforriar a terra do seu cativeiro. Reafirmo que é com luta e independência de classe que trabalhadores rurais sem-terra, pequenos agricultores e camponeses conseguirão garantir o avanço da reforma agrária no país. uma reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores com soberania nacional na produção dos alimentos.

Os camponeses herdeiros da Guerrilha de Porecatu, sua fração organizada no front de luta que é a comunidade rural, acampamento Fidel Castro contam com os mesmos antagonistas, as elites rurais, representada pelo mesmo grupo Atalla aliados do mesmo clã dos Lupion, que atua historicamente contra os interesses do campesinato na região de Porecatu. Não existem, portanto, seguindo essa heurística, as “coincidências históricas, a história ocorre primeiro como tragédia depois se apresenta como farsa” (Marx, 2006 b, p.34).

Em conclusão, resgato um João, de um outro sertão, o mineiro, de onde vieram muitos antepassados dos atuais camponeses na região da Guerrilha de Porecatu. João Guimarães Rosa, em *“Grande sertão: Veredas”*, constatou que nas piores dificuldades os camponeses no sertão compreendem que “o campinar é sozinho mas a colheita é comum”. O difícil capinar da construção da reforma agrária no Brasil, encontra nos brasileiros camponeses que com práxis social revolucionária, buscam dirimir a distinção entre os atos de “capinar” e “colheita”. Rosa (2019, p.34).

Ou seja, que os frutos do trabalho na terra, sejam colhidos e repartidos por quem na terra trabalha, conclue se que houve não apenas continuação da luta dos posseiros que na luta armada, quando literalmente “mataram e morreram” na luta pela terra, após sangue, suor e muito trabalho, obtiveram êxito na conquista da terra roxa. Esta tomada de consciência da realidade concreta coloca o campesinato na diáspora da luta pela terra para tornar a colheita do projeto societário de soberania alimentar via reforma agrária popular, um ato contínuo e comum a todo o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Unicamp, Hucitec, 1992.

ADUM, Sonia Maria S. **Imagens do progresso**: civilização e barbárie em Londrina, 1930 -1960. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP. Assis, 1991.

ARRUDA, Fausto. **Porecatu e a Revolução Democrática**. Rev. A Nova Democracia. Ano X, nº 89, maio de 2012. Disponível em:< http://anovademocracia.com.br/no_89/3974-porecatu-e-a-revolucao-democratica>. Acesso em 12 maio de 2024.

ARNS, Zilda. **Soro caseiro: a receita que salva vidas**. Disponível: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/soro-caseiro/soro-caseiro-a-receita-que-salva-vidas>. Acesso . 16/03/2025.

ALMEIDA, José Amilton. **A unidade estrutural entre questão agrária e “questão social” no capitalismo brasileiro**. PPGSS. UFJF. Juiz de Fora MG, 2019.

ANATEL CRÉDITO RURAL: **Governo Federal lança Plano Safra 24/25**. 2025.

ASSIS, Eliane Santos. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC/São Paulo, 2022.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis; Ed. Insular, 2013.

BENGOA, Cristina Carrasco. **A economia feminista**: um panorama sobre o conceito de reprodução. Revista Temáticas, v. 26, n. 52, Campinas, ago./dez., p.31-68,2018.

BEZERRA, C. S. **A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao movimento dos sem-terra**: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUE TTO, M. L. (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Aires. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Rev.Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54 2007.

BORGES, M. C. **De pobres da terra ao Movimento Sem Terra**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. Unesp, Assis, 2004.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH- USP, 1972- 2017.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA. **Lei Nº 601**. (Dispõe sobre as terras devolutas ao Império), de 18 de setembro de 1850.

_____. **Lei nº 1.237**, de 24 de setembro de 1864.

_____. **Decreto-lei nº 9.886**, de 16 de setembro de 1946. Constituição de 1946.

_____. **Lei nº 4214/1963**. Estatuto do Trabalhador Rural.

_____. **Lei 4504/64**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 nov. 1964. Disponível: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/governo-federal-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-agricultura-empresarial>. Acesso em: 30 out. 2024.

_____. **Lei complementar nº 11**, de 25 de maio de 1971. Funrural e Pró Rural. Decreto nº 91.766, 1985.

_____. Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei complementar nº 93**. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

_____. **Decreto nº. 11.995/2024**. Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.

_____. **Decreto nº 12.381 de 11 de fevereiro de 2025**. Institui o Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar - Desenrola Rural e Regulamenta os art. 14 e art. 15 da Lei nº 15.038, de 29 de novembro de 2024.

BOLDRIM, Rolando. **Vide vida marvada**. 1981. Lp Caipira. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rolando-boldrin/222614/>. Acesso em: 14 out. 2024

BRASIL DE FATO/PR. **Audiência Pública debate criação de assentamento no norte do Paraná**. Membros do MST ressaltaram irregularidades trabalhistas e fiscais do Grupo Atalla, donos de 42 mil hectares na região. Fotos Leandro Taques, 2020a.

_____. **Reforma agrária que acabou com latifúndios em Cuba completa 60 anos**. Editado por: Aline Carrijo. 2020b.

_____. **Anúncio institucional/COPRARI** - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, 2024.

_____. **MST lança carta aberta e diz que vai pressionar Lula por assentamento de 100 mil famílias**. Belém/PA, 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/24/mst-lanca-carta-aberta-e-diz-que-vai-pressionar-lula-por-assentamento-de-100-mil-familias/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e

perspectivas. Curitiba, UFPR, 2002.

BRESOLIN, Valmor Alberto, **Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná (1957)**. PDE / SEE, 2008.

BUARQUE, Chico. **Funeral de um lavrador**. LP. Chico Buarque de Hollanda Vol. 3, 1965.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. São Paulo. Dissertação (Doutorado em geografia humana) – Universidade de São Paulo, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Modernização frustrada**: a política de terras do Império. Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, p.39-57, mar. 1981.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TOMMASINO, Humberto; HEGEDUS, Pedro. (org.). Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. UFSM / Universidad de La República, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra**: como os políticos conquistaram o território brasileiro. SP: Contexto; 2012.

CENTENÁRIO DO SUL PR. Assistência social. (comp.). 2024. Disponível em: <https://www.centenariodosul.pr.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas – Porto Alegre: Editora da UFRGS, (2017).

CHAPOLA, Ricardo. **Coordenadora do MST critica falta de empenho de Lula com reforma agrária**. Rev. Veja. Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/coordenadora-do-mst-critica-falta-de-empenho-de-lula-com-reforma-agraria/>. Acesso 02/05/2025.

CHASIN, José. **A Via Colonial de Entificação do Capitalismo**. O Integralismo de Plínio Salgado, Forma de Regressividade no capitalismo Híper-tardio. São Paulo, Ad omnem/UNA, 1999.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **Aconteceu longe demais**. A luta dos posseiros em Formoso e Trombas. Ed Unesp. SP. 2007.

_____. **O campesinato, a teoria da organização e a questão agrária:** apontamentos para uma reflexão. 1.ed. SP: Expressão Popular ; Marília, SP:, 2012.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina:** a globalização e poder do campesinato. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DINIZ, Tânia M. R.G. **Questão urbana e direito a cidade:** reflexões sobre o trabalho social na política urbana. Rev.Conexões Geraes, Belo Horizonte, p.63-69, 2014.

D'INCÃO. Maria Conceição. **O “bóia fria”:** Acumulação e miséria. Petrópolis. RJ. Vozes. 1983.

DUARTE, Kamilla Alves. **Serviço Social e Questão Agrária:** Apontamentos acerca da Questão Social no Campo Brasileiro. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, propriedade privada e Estado.** Civ. Brasileira, SP, 1984.

_____. **Anti-Dühring.** La revolución de la ciencia por el señor Eugen Dühring. Colección Clásicos del Marxismo. Traducción: Grupo de Traductores de la Fundación Federico Engels Primera edición: Madrid, 2014

ENTREVISTADO 1. SANTOS a, C. Entrevista concedida a tese: **A colheita da Guerrilha de Porecatu:** Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR. PPGSS/UFSC, Centenário do Sul/PR, 03 de nov. de 2024.

ENTREVISTADO 2. SANTOS b, J. C. F. Entrevista concedida a tese: **A colheita da Guerrilha de Porecatu:** Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR. PPGSS/UFSC, Centenário do Sul/PR, 03 de nov. de 2024.

ENTREVISTADO 3. MANÇAN JR. A. Secretaria Municipal de Agricultura. Entrevista concedida a tese: **A colheita da Guerrilha de Porecatu:** Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR. PPGSS/UFSC, Centenário do Sul/PR, 03 de nov. de 2024.

ENTREVISTADO 4. CARNELOS, E. Entrevista concedida a tese: **A colheita da Guerrilha de Porecatu: Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR.** PPGSS/UFSC, Centenário do Sul/PR, 03 de nov. de 2024.

ENTREVISTADO 5. DAMASCENO. J. Entrevista concedida a tese: **A colheita da Guerrilha de Porecatu:** Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR. PPGSS/UFSC, Centenário do Sul/PR, 03 de nov. de 2024.

ENTREVISTADO 6. NEVES. H.O.A. Entrevista concedida a tese: **A colheita da Guerrilha de Porecatu:** Campesinato e Reforma Agrária Popular em Centenário do Sul/PR. PPGSS/UFSC, Centenário do Sul/PR, 03 de nov. de 2024.

FAO. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe:** concentración y extranjerización: FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura,. Roma, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 3.edição, Globo, 2001.

FAUSTINO, Jean Carlo. **O Êxodo Cantado:** a Música Tradicional Paulista como Fonte para uma História Oral. Revista de História Oral, USP, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da USP. 1994.

FELISMINO, Pedro Paulo. **A guerra de Porecatu:** a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. Folha de Londrina, 14-28 jul 1985.

FERNANDES, Florestan. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento.** 5.ed. São Paulo : Editora Global, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **O que é revolução:** Expressão Popular, São Paulo, 2018.

_____. **Circuito fechado:** quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2.ed. São Paulo: Hucitec. 1979.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4.ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Bernado Mançano; PONTE, Karina F. **As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades.** Terra Livre São Paulo. Ano 18, n. 19 p. 113-126 jul./dez. 2002.

FERNANDES, Bernado Mançano. STÉDILE, João Pedro. **Brava gente brasileira.** SP. Ed. Perseu/Abramo. 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito. (organizadores) 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programade Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente : [s.n], 2013.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Agricultura, Capitalista e Campesinato no Norte do Paraná:** região de Porecatu. (1942-1952), UFPR, 1984.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço Social e Questão Agrária:** possibilidades e

desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social. 311 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, B.; PINA, R. **O agro é branco**. Jornal CNN Brasil. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GALLAS, Daniel. **'Ele escala o ministério, eu escalo a seleção'**: o técnico do Brasil que peitou o presidente. BBC News Brasil/Londres, 2021.

GRAZIANO, Jose G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981.

GEADA DO PARANÁ. Produção de Teddy Vieira. Intérpretes: Tião Carreiro & Pardinho. Música: **Geado Paraná**. São Paulo Sp, 1975. (3 min.), son., P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4vHmJqNA3ro>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GIOVANNETTI; L.V. **O “Rei do Café”**. Geremia Lunardelli. edição particular, SP, 1951.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOMES, Tatiana Emilia Dias. **Racismo fundiário**: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. Ensaio publicado na Coluna Vozes das Mulheres, da Comissão Pastoral da Terra/Bahia. 2019. Disponível: <https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor/>. Acesso: 15 mar. 2024.

GONÇALVES, CARLOS, W. PORTO. **O Agro é tudo, mas só conta a metade**. 2020.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico**: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. in Serviço Social & Sociedade. n.91, Setembro. 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Editora Paz e Terra, 1968.

_____. **A crise agrária**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____. **As classes perigosas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios em disputa**: desafios da lógica espacial zonal na luta política. Campo - Território, v. 9, p. 1-17, 2014.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do Encontro dos geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.

HADICH, Ceres. **Autonomia e soberania alimentar:** a geração de renda no agroecossistema camponês. Cadernos de Agroecologia. Vol 6, No. 2, Dez. 2011.

_____. **La soberania alimentaria como instrumento para el fomento de la libre competencia.** Congreso Internacional Sector Alimentos y Poder de mercado. Quito. Equador, 2016.

HARVEY. D. **O novo imperialismo.** São Paulo, Ed. Loyola, 2004.

HILLESHEIM, Jaime. **Marxismo e Serviço Social:** palestra do Professor José Paulo Netto. R. Katál. Florianópolis, v.25, n. 3, p. 1-14, set.-dez. 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** um esboço de interpretação histórico-metodológica. 19.ed São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda, V. **Trabalho e Indivíduo Social:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade.** SP: Cortez, 2012^a

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

IANNI, Otávio. **Origens agrárias do estado brasileiro.** 1ªed. Ed. Brasiliense, DF, 1984.

_____. **A desterritorialização.** In: A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Estado e capitalismo no Brasil:** estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. **Banco de Dados Agregados.** 2017. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2024.

INCRA. **Incra nos Estados:** informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2025.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural:** estatísticas cadastrais situação jurídica em 2014. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** 2022.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio Mútuo**: um fator de evolução. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Porto Alegre: Deriva, 2012.

JENSEN, Thomaz Ferreira; NOVAES, Marcelo Carneiro. **Agrotóxicos, capital financeiro e isenções tributárias**. In: Direitos Humanos no Brasil 2020: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Org. Daniela Stefano e Maria Luisa Mendonça, São Paulo: Outras Expressões, 1ª ed., 2020.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LARA, Ricardo. **Produção de conhecimento no Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município eo regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 1997.

LEITE, Sérgio. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil**: aspectos políticos, económicos e sociais. In: Fundação Grupo Esquel **Brasil** (org, Fortaleza, 2000.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. **Disputas Territoriais e divergências conceituais**: os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu PR- Guerra, Guerrilha ou Revolta; 1940-2014. Londrina, UEL, 2014.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. de José P. Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOPES, Sergio de Souza. **Limites e viabilidades do Programa Banco da Terra**: um estudo do Grupo Sol Nascente. Centenário do Sul (PR) / Dissertação Geografia UEL. Londrina, 2014.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUSTOSA, Maria das Graças. **Reforma Agrária à Brasileira**: Política Social e Pobreza. São Paulo. Ed. Cortez, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital, Coleção Os Economistas, São Paulo**: Nova Cultural, 2021.

_____. **Introdução a economia política prefácio de Ernest Mandel**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2000.

WOMACK, John. **Zapata y la Revolución mexicana**. Traducción: Francisco González Aramburu. México: Siglo XXI, 26ta edición, 2004.

MACHADO, C. T. T. **Capacitação, identificação e implantação de sistemas de produção de base ecológica a partir do planejamento segundo a aptidão agroecológica e extrativista das terras para aplicação em comunidades.** Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2010.

MACHADO, Luiz C. P. MACHADO FILHO, Luiz C. P. **Dialética da agroecologia.** Ed. Expressão Popular, SP, 2017.

MAGALHÃES, Caroline. MARTIN, Raphael. **O nó da terra:** a renda da terra como base para análise das questões urbana e agrária. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 147(3), e-6628359, 2024.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** 9. ed, São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. Sp: HUCITEC, 1980.

_____. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, ed. Hucitec, 1989.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O poder do atraso.** Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O Sujeito Oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. **A política do Brasil:** lupem e o místico. SP. Ed. Contexto, 2011.

MARTINS, Mariana. **Sem Feminismo não há agroecologia:** a resignificação das relações econômicas por uma perspectiva feminista, 2020.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital:** o Processo Global da Produção Capitalista - Livro III. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução de Nélcio

Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Os Grundisse:** Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006a.

_____. **As lutas de classes na França.** Trad. Nélcio Schneider. 1.ed. S.P.: Boitempo, 2012.

_____. **A questão judaica.** 2ª ed., São Paulo, Ed.: Centauro, 2005.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006 b.

_____. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes.** Karl Marx e Friedrich Engels. Tradução, organização e notas de Marcelo Backes. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MARIGUELLA, Carlos. **Alguns aspectos da Renda da Terra no Brasil.** IN: A Questão Agrária, Textos dos Anos Sessenta. 1958.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2ª. Edição, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução.** Ruy Mauro Marini. 4. ed. Florianópolis : Insular, 2013.

MATHEUS, Sandoval. O clã mais poderoso da província. **Jornal Plural.** Curitiba /PR, 2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/o-cla-mais-poderoso-da-provincia/> .Acesso em: 13 mar. 2024.

MERLINO, Tatiana. JOIO E O TRIGO. Entrevista João Pedro Stedile: **O governo não está fazendo nada na reforma agrária. É uma vergonha.** 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/06/governo-nao-esta-fazendo-reforma-agraria/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MITIDIERO JR, Marco A. GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo.** ABRA, setembro. 2021.

MOURA, J. D. P.; TOMITA, L. M. S. **Notas sobre as aulas de campo na experiência docente.** In: MOURA, J. D. P.; ANTONELLO, I. T.; SHINOBU, P. F. P. (org.). Múltiplas geografias: ensino, pesquisa e extensão. v. VIII. Londrina: UEL, 2015.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro.** 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos:** Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. SP. Editora Expressão Popular, 2000.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Os assentamentos.** Da página do

MST. 2024, 2009. Disponível em <https://mst.org.br/2009/11/17/os-assentamentos/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Lema do 6º Congresso do MST é “Lutar e construir Reforma Agrária Popular”**. Da página do MST. 2014.

Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Há 61 anos, Reforma Agrária foi motivo de golpe na Guatemala**. Por Iris Pacheco e Rafael Soriano. Da Página do MST, 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/06/27/ha-61-anos-reforma-agraria-foi-motivo-de-golpe-na-guatemala/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Abram alas à Unidos da Lona Preta**. Por Guilherme Zocchio. Do Myfuncity Da página do MST. 2015b. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/02/11/abram-alas-a-unidos-da-lona-preta/> Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **No Paraná, acampamento do MST erradica analfabetismo com o “Sim, eu posso!”**. Da página do MST. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/12/12/no-parana-acampamento-do-mst-erradica-analfabetismo-com-o-sim-eu-posso/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Mais de 130 famílias Sem Terra acampadas em Centenário do Sul conquistam CAD-PRO**. Da página do MST. 2021a. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/22/mais-de-130-familias-sem-terra-acampadas-em-centenario-do-sul-conquistam-cad-pro/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **O Orgulho LGBTQIA+ Sem Terra**. Da página do MST. 2021b. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/06/28/o-orgulho-lgbtqia-sem-terra/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Unidos da Lona Preta do MST: no PR lança samba enredo inspirado em Paulo Freire.**, 2021.c. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/03/01/unidos-da-lona-preta-uma-batucada-do-povo-brasileiro/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **MST invade ou ocupa?** Entenda como acontece a luta pela terra no Brasil. Os Sem Terra não invadem propriedades, mas sim ocupam terras sem função social. MST Explica. 2022a. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/26/mstinvade-ou-ocupaca-entenda-como-o-acontece-a-luta-tua-em-terras-improdutivas/> Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Pronera: 24 anos de conquista e resistência na Educação do Campo**. Por João Carlos de Campos, Paulo Henrique e Edgar Koling Da Página do MST, 2022b. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/16/pronera-24-anos-de-conquista-e-resistencia-na-educacao-do-campo%ef%bf%bc/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Soja convencional livre de transgênicos e soja orgânica**. Entrevista Dr. Antônio Inácio Andrioli. MST Norte do PR, 2023a. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/16/soja-convencional-livre-de-transgenicos-e-soja-organica-caminhos-e-desafios/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **O MST e a cadeia produtiva da soja convencional – livre de transgênico.** Setor nacional de produção, cooperação e meio ambiente do MST. 20/03/2023b. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/20/o-mst-e-a-cadeia-produtiva-da-soja-convencional-livre-de-transgenico/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **MST celebra 15 anos de transformação de latifúndio em território da Reforma Agrária no PR.** *Por Setor de Comunicação e Cultura do MST PR. Da Página do MST,* 2023c.

_____. **Com trabalho em mutirão, acampamento Fidel Castro constrói Espaço de Saúde, no PR.** Página do MST. 2024a. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/02/26/com-trabalho-em-mutirao-campamento-fidel-castro-constroi-espaco-de-saude-no-pr/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Herdeiros da Luta: uma homenagem à Revolta de Porecatu.** Da página do MST. 2024b. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/03/14/herdeiros-da-luta-uma-homenagem-a-revolta-de-porecatu/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Acampamento Fidel Castro conquista certificação orgânica para Horta Comunitária, no PR.** Da página do MST. 2024c. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/10/09/acampamento-fidel-castro-conquista-certificacao-organica-para-horta-comunitaria-no-pr/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Gilmar Mauro: temos que falar de revolução com um sorriso nos lábios.** 2024d. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/11/17/temos-que-falar-de-revolucao-com-um-sorriso-nos-labios-propoe-gilmar-mauro/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Vencer, vencer, vencer! Salve o MST, 40 carnavais!** Assista ao clipe do samba-enredo da Unidos da Lona Preta, uma homenagem aos 40 anos de luta do MST. Gravado no acampamento Herdeiros da Luta, no Paraná. Da página do MST. 2024e. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/12/21/vencer-vencer-vencer-salve-o-mst-40-carnavais/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **Rai, campeão do mundo pela Seleção, participará da 1º Copa da Reforma Agrária no Paraná.** Da página do MST. 2025a. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/11/07/rai-campeao-do-mundo-pela-selecao-participara-da-1o-copa-da-reforma-agraria-no-parana/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **MST divulga Carta sobre luta pela Reforma Agrária no próximo período, em Reunião em Belém,** 2025b. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/01/24/mst-divulga-carta-sobre-luta-pela-reforma-agraria-no-proximo-periodo-durante-encontro-em-belem/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

_____. **O Abril Inconstitucional de Santa Catarina.** 2025c. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/02/17/o-abril-inconstitucional-de-santa-catarina/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social** / José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. SP: Expressão Popular, 2011.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB), 1999.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram**. Expressão Popular: 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. SP: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Daniel Carvalho. **A Guerrilha de Porecatu/PR**: Uma experiência de organização política no campo. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

PACHECO, M. **Sistemas de produção**: uma perspectiva de gênero. Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável, 25 (71). 1997.

PARANÁ. **Programa Banco da Terra Vila Rural Paraná**, 1998.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. Col. Questões da nossa época, v. 7. São Paulo: Cortez, 2010.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997.

PETERSEN, Paulo. **Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil)**. Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. 1. ed. - Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PELOSO, Roberto. **A força que anima o militante**. Mística: Uma necessidade de trabalho popular e organizativo. São Paulo, Caderno de Formação nº 27: MST. 1994.

PORTO, Marcelo Firpo. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**: o Mapa de Conflitos. Trabalhadores e movimentos sociais lutam pela desapropriação de terras improdutivas do Grupo Atalla. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

PRIORI, Ângelo. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: EDUEM, 2011.

_____. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

RATINHO JR. Carlos. **Paraná, o supermercado verde do mundo**. Folha de São Paulo - 28/12/2023.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/12/parana-o-supermercado-verde-do-mundo.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Território, fronteira e poder**. Barcelona: Icaria editorial, 2018.

REBOUÇAS, André. **Confederação Abolicionista-Abolição imediata e sem indenização**. Panfleto nº1. Rio de Janeiro: 1883.

RECLUS, Elisée. **O homem e a terra**. Educação. São Paulo: Imaginário, 2010.

RIO PARANAPANEMA. Composição de Chicão Pereira: Domério de Oliveira; Lourival dos Santos. Intérpretes: Tião Carreiro & Pardinho. Música: **Rio Paranapanema**. Guaratinguetá Sp, 1986. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho/1583603/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Roberto. **O Agro é Paz. Análises e Propostas para o Brasil Alimentar o Mundo**. Piracicaba: ESALQ, 2018.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAITO, Kohei. **O Ecosocialismo de Karl Marx**. Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. Trad. Pedro Davoglio. SP, Ed Boitempo, 2021.

SALDANHA, João. **Futebol e Outras Histórias**. Coleção Adão Juvenal de Souza Editora: MPM Propaganda, 1988.

SANTANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência, serviço social. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

_____. **Trabalho e desenvolvimento**: a realidade rural e a questão social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014

SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C. **Agroecología**: bases teóricas para el diseño y

manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SATER, Almir. TEIXEIRA, Renato. **Peão**. Coletânea LP - Almir Sater - 1988.

SCARAMUZZO, Mônica. **Futuro incerto para usinas do Grupo Atalla**. 2016.

SCOPINHO, Rosimeire. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007.

SHANIN, T. **La clase incómoda**: sociología política del campesinado en una sociedad endesarrollo (Rússia 1910-1925). Versión Española de Fernando Andrada Tápia. 3. ed. Madri: Alianza, 1983.

SIEBENEICHLER, Amanda Jandrey. **O legado da união democrática rural: o poder da elite agrária na estrangeirização de terras**. XVII CIDH. Congresso Internacional de direitos humanos. UCBD, Porto Alegre, 2021.

SILVA, Osvaldo Heller. **A foice e a Cruz**: Comunistas e Católicos na história do sindicalismo paranaense. Curitiba: Rosa de Bassi, 2 ed. 2006.

SILVA, José Gomes da. **Buraco negro**: a reforma agrária na constituinte de 1987-88. Paz e Terra, 1989.

SILVA, S. L. M. **Os programas de reordenamento fundiário no território da cidadania integração norte pioneiro**: um estudo de caso. Tomazina, 2012.

SOUZA, Cristiane Luíza S. **Terra, Trabalho e Racismo**: Veias Abertas de Uma Análise Histórico- Estrutural no Brasil / Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

_____. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. Ed. Hucitec: 2020.

SOUZA b, Roberto Martins de. **Na luta pela terra, nascemos faxinalenses**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Curitiba, 2010.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. 1ªed. Expressão Popular, SP, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 2. ed.-São Paulo : Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Renato. **Amanheceu peguei a viola**, LP. Som Brasil. 1981.

TERRA ROXA. Composição de Teddy Vieira. Intérpretes: Tião Carreiro & Pardinho. Música: **Terra Roxa**. Goianésia GO, (3 min.), son., P&B. 1973. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/durval-davi/lei-agraria/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

THOMAZ JR, A. **Trabalho mutante e territórios em disputa**. Rev. Nera, Presidente Prudente/SP, 2007.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng na bacia do Tibagi**: uma sociedade Jé Meridional em movimento. Tese doutorado-USP, São Paulo, 1995.

VALERIO, Valmir José de Oliveira. **Alimentar ou ser Alimentado?** A Expansão da Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123f.

_____. **A segurança da dependência e os desafios da soberania**: expansão da agroindústria e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP, 2015.

VIA CAMPESINA. **Soberania Alimentaria**, un futuro sin hambre. Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria e Forum de Organizações Não governamentais. Tlaxcala: México, Declaração da Via Campesina. TlaxcalaVia Campesina, 1996.

_____. **LGBTs camponesas em luta**: libertar a terra, libertar os corpos, 2021.

VILELA, Ivan. **Cantando a própria história**: música caipira e enraizamento. São Paulo: Edusp. 2013.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.